

Introdução

Apesar de já contarmos com mais de duas décadas de trabalhos arqueológicos na cidade de Silves, nos primeiros tempos os mesmos circunscreveram-se a áreas muito limitadas, impedindo a comprovação material do que teria sido a *Xilb* islâmica, referida nas fontes coevas como *madina* (cidade). Porém, o importante incremento que a investigação arqueológica conheceu na cidade de Silves na última década concorreu, de modo significativo, para que se aprofundasse bastante esse conhecimento, sobretudo em áreas geográficas menos centrais, coincidentes com espaços de arrabalde da cidade muçulmana. São alguns desses novos dados que aqui trazemos, com especial enfoque para a dinâmica de ocupação de uma pequena parcela do que teria sido o arrabalde oriental e o espaço extra-muralha a ele adjacente, conhecimento resultante de uma intervenção arqueológica que dirigimos na área referida.

Para além da integração contextual da região de Silves, tanto ao nível geomorfológico como histórico-geográfico, para a qual as significativas fontes históricas existentes contribuíram de forma preponderante, debruçamo-nos na primeira parte do trabalho sobre a questão fundamental da origem da cidade – baseando-se a discussão em torno de três hipóteses: transferência de populações de área próxima com comprovada ocupação anterior; continuidade de um aglomerado urbano pré-existente no local de implantação da actual cidade; ou fundação *ex-novo*.

Ainda que objectivamente apenas se pretendesse caracterizar a cidade islâmica para nela contextualizar o arrabalde oriental, acabámos, numa segunda parte do trabalho, por experimentar uma reconstituição topográfica da mesma. Recentes trabalhos arqueológicos realizados e uma análise detalhada de algumas fontes iconográficas permitiram novas interpretações quanto à articulação, cronologias e funcionalidade de alguns dos elementos do sistema defensivo, organização da rede viária, localização dos

locais de culto, banhos, mercados, porto, estaleiros de construção naval e necrópoles da cidade, e ainda algumas inferências quanto aos diversos sistemas de abastecimento de água.

Numa outra parte apresentam-se as estruturas arqueológicas colocadas a descoberto no âmbito dos trabalhos de escavação motivados pela construção da nova biblioteca municipal. São tratados aspectos construtivos, de organização, inter-relações e funcionalidades. Naquele espaço foram erguidas e articularam-se entre si inúmeras estruturas arqueológicas, conferindo ao mesmo uma importante dinâmica de ocupação, durante um período temporal relativamente longo. As relações estratigráficas entre estas estruturas arqueológicas, de onde se destacam dois tramos de muralha, uma torre de ângulo, diversas estruturas habitacionais e de carácter industrial e algumas infra-estruturas, nomeadamente de abastecimento de água, permitiram estabelecer diferentes fases de ocupação do espaço de arrabalde islâmico em estudo. Contudo, para que se tentasse uma atribuição cronológica a estas diferentes fases de ocupação, foram procurados e encontrados paralelismos noutras cidades muçulmanas, que permitiram melhor compreender o curso da história da cidade de Silves e o carácter funcional do arrabalde oriental.

Ainda que o âmbito do trabalho não contemplasse de modo particular o estudo das cerâmicas, as mesmas tiveram de ser consideradas no momento de se procurar datar as diferentes fases de ocupação que referimos. Assim, foram isolados contextos arqueológicos compatíveis com fases anteriores à edificação, fases de pervivência e fases de abandono das estruturas arqueológicas de maior protagonismo, e analisados genericamente os conjuntos cerâmicos provenientes desses contextos.

O trabalho concluiu-se com algumas inferências que as estruturas e os materiais arqueológicos nos permitiram efectuar, nomeadamente, no concernente à organização

deste espaço de arrabalde e a alguns aspectos do quotidiano das populações que ali viveram ou trabalharam: a sua natureza sócio-económica e religiosa, de que se ocupavam profissionalmente e a que se dedicavam nos tempos de ócio.

Finalmente, apresentam-se alguns quadros síntese, que descrevem pormenorizadamente aspectos construtivos das estruturas arqueológicas, ou onde se sistematizam os contextos arqueológicos de onde provêm os conjuntos cerâmicos objecto de análise, nos quais se incluem representações gráficas daqueles que ofereceram reconstituições totais ou parciais de perfis e que foram fundamentais na atribuição de cronologia às diferentes fases de ocupação do sítio. O texto é ainda complementado com a transcrição de alguns documentos históricos considerados relevantes, bem como com plantas e fotografias da cidade e do sítio arqueológico em particular, que pretendem facilitar a sua compreensão.

1. **Metodologias**

1.1. **Metodologias de campo**

A construção da nova Biblioteca Municipal foi pensada para o lugar de um antigo edifício onde tinha funcionado a Repartição de Finanças do Concelho de Silves, então devoluto, situado na Rua Cruz de Portugal, na parte sudeste da cidade, sem que se tivessem perspectivado quaisquer trabalhos prévios de arqueologia. De facto, até então todas as preocupações com a afectação de estruturas arqueológicas dirigiam-se para a zona alta da cidade, embora se tivesse consciência de que também a baixa teria tido ocupação durante os períodos de dominação islâmica. A verdade é que, até ali, nunca se havia realizado uma intervenção arqueológica que revelasse a potência estratigráfica da zona baixa da cidade e nos desse pistas quanto ao tipo de ocupação que precederia a actualmente existente.

Assim, após a demolição de paredes e levantamento de pavimentos, começaram a surgir em quantidade avultada fragmentos cerâmicos e blocos de “grés de Silves” talhados, que levaram o fiscal municipal responsável pela obra a chamar-nos ao local. Constatada a necessidade de realização de trabalhos arqueológicos, foram os mesmos por nós directamente assumidos e ocorreram, de modo intermitente devido a diferentes condicionalismos, desde o final de Dezembro de 2001 até meados de Agosto de 2004.

A grande concentração de cerâmicas à superfície no quadrante nordeste da área em questão, bem como a existência de blocos de “grés de Silves” envolvidos no sedimento, levou-nos a definir que ali se iniciaria uma escavação em área para avaliação do existente. No restante terreno far-se-ia apenas acompanhamento arqueológico da abertura de fundações para implantação de sapatas. Estas distribuía-se pelas faixas sul e oeste do terreno, formando um L, de acordo com o projecto de estabilidade do novo edifício (anexo I fig. 1). Proceder-se-ia à alteração da metodologia se acaso se

verificasse a existência de potencial arqueológico que assim o exigisse, o que veio a acontecer apenas com as valas de fundação 6 e 7, que integraram posteriormente o perímetro da área predeterminada como espaço de escavação. As 15 valas abertas apresentavam medidas variáveis entre 1,40mx1,40m e 3,00mx2,00m, sendo as cotas de afectação do subsolo entre 0,70m e 1,25m.

Este trabalho de acompanhamento revelou fraca dinâmica estratigráfica, traduzida em níveis compostos por entulhos de características recentes, sob os quais se observaram outros níveis revolvidos, conferindo-lhes, de igual modo, características de aterro, cujos materiais arqueológicos, embora escassos, ofereciam balizas cronológicas entre os séculos XII e XV (Gonçalves e Santos, 2003:183). Os sedimentos já escavados, que formavam dois montes de terra depositados num dos extremos do terreno, foram crivados com recurso a crivo mecânico de malha de 4mm, objectivando a recolha do maior número possível de materiais arqueológicos que, embora descontextualizados poderiam ser passíveis de musealização, dado que a maioria eram grandes fragmentos que ofereciam colagem e permitiriam reconstituições quase integrais.

Na área destinada a escavação foi montada uma quadrícula no terreno, inicialmente com 15mx15m, e posteriormente alargada, na sequência de alterações que se introduziram no projecto de arquitectura, de modo a preservar as estruturas arqueológicas, perspectivando a sua futura musealização. A referida quadrícula – formada por quadrados de 3mx3m identificados por um sistema alfanumérico – foi orientada sensivelmente segundo os limites do terreno e a orientação das paredes do edifício pré-existente.

A escavação foi efectuada por quadrado, procurando definir camadas de estratificação natural, às quais foi atribuído um número de estrato sequencial. No início de cada quadrado a numeração foi sempre iniciada no Estrato 1, sendo os restantes estratos

numerados segundo a ordem em que foram identificados, independentemente dos estratos reconhecidos nos quadrados anexos. Ocasionalmente foram atribuídas designações de estrato acrescidas de A, B, C, etc., quando se julgava que estes poderiam encontrar-se relacionados entre si (ex. 4A, 4B). Mesmo que essa relação não fosse confirmada posteriormente, a designação do estrato não foi alterada, tendo em conta que os materiais recolhidos já haviam sido etiquetados com esta designação.

Cada estrato identificado no campo foi registado em fotografia e desenhado em plano à escala 1:20, tendo sido cotado a partir de um ponto arbitrário 100.00, que corresponde à cota real de 5.34 (elemento fornecido pelo serviço de topografia da Câmara Municipal de Silves). As estruturas identificadas foram numeradas sequencialmente, à medida que foram reconhecidas.

Os sedimentos foram todos crivados, com recurso a crivo mecânico com malha de 4mm para que fossem recuperados os materiais de menor tamanho, incluindo restos faunísticos de pequenos mamíferos que permitissem estudos posteriores, tanto ao nível da reconstituição de dietas como de paleoambientes. Estes materiais foram acondicionados em sacos de plástico perfurados, separados por vários tipos: cerâmica de uso doméstico, cerâmica de construção, fauna e escória. Os metais e os vidros foram acondicionados separadamente. Todos os sacos foram etiquetados com informação sobre o sítio, tal como a proveniência, o tipo de material, características do contexto, data e nome de quem recolheu o material em causa. Quando se identificaram objectos *in situ* ou fragmentos em conexão, individualizaram-se de imediato e canalizaram-se para o gabinete para que recebessem tratamento prioritário.

Dos sedimentos que preenchiam interfaces negativos foram sempre retiradas amostras tendo em vista futuras análises paleobotânicas. Realizaram-se de igual modo recolhas de sedimentos de um perfil de lixeira, de cerca de 3m de potência, com o mesmo

propósito, tendo estes transitado para o ex. CIPA (Centro de Investigação em Paleobotânica e Arqueociências). Outros contextos foram pontualmente sujeitos a recolhas, tendo em vista os mesmos objectivos, nomeadamente um contexto de lixeira que continha grande quantidade de sementes, algumas das quais carbonizadas.

Ainda no campo foram, amiúde, tomadas medidas tendentes à preservação das estruturas arqueológicas, aplicando consolidantes que as mantivessem estruturadas, o que, infelizmente, nem sempre foi possível, dado que se verificaram chuvas intensas nos Invernos de 2003 e 2004 que destabilizaram algumas delas. Estas vieram, em fase posterior, a receber trabalhos especializados de consolidação (Alves e Boal: 2007).

No âmbito da intervenção arqueológica, surgiram restos osteológicos humanos, que obrigaram a metodologia de escavação apropriada. As peças osteológicas disseminadas pela área de escavação foram acompanhadas de uma ficha de campo (anexo II fig. 1) (Santos, *et alii*, 1991/1992:68), completada com registo gráfico e fotográfico, a cores e em desenho à escala 1:10. Procedeu-se depois à exumação e acondicionamento das peças e colocação das respectivas etiquetas identificadoras da proveniência (Gonçalves e Santos, 2005:182), tendo o material seguido para o Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra para estudo laboratorial.

1.2. Metodologias de registo de informação e tratamento de materiais

Em gabinete foi efectuada a identificação dos contextos a que pertenciam os estratos individualizados no campo, fazendo corresponder um único número ao conjunto de estratos idênticos, provenientes de diferentes quadrados e com diferentes designações, de modo a definir a sequência de deposição estratigráfica das camadas. Cada uma delas foi descrita numa ficha individual onde, para além da sua composição e da descrição

sumária dos materiais arqueológicos que a compunham, foram referidas as suas relações estratigráficas e interpretação funcional (anexo II fig. 2), de modo a proporcionar a elaboração de uma matriz, com o objectivo de compreender o faseamento do sítio. As camadas naturais identificadas receberam uma nova numeração, conforme o sector onde foram reconhecidas. Assim, no Sector 1 a numeração começa na camada 1001, no Sector 2 na camada 2001 e assim sucessivamente.

As estruturas arqueológicas mantiveram a numeração atribuída no campo. Para cada uma foi também elaborada uma ficha descritiva que contém todos os dados recolhidos durante os trabalhos de campo (anexo II fig. 3), aos quais se acrescentaram informações detalhadas já deduzidas em gabinete, como medidas exactas, inter-articulação e relações estratigráficas.

Os planos das diversas estruturas foram montados numa planta geral à escala 1:40 (anexo I fig. 2), que se dividiu em sectores. Como critério para esta divisão sectorial utilizaram-se as estruturas de maior dimensão e que, em regra, impediram o estabelecimento de relações entre as realidades de um lado e de outro da referida estrutura (anexo I fig. 3).

Em gabinete trataram-se os materiais de acordo com a sua especificidade e aplicaram-se medidas de conservação preventiva, quando julgado necessário. As cerâmicas, em quantidade muito abundante (calculamos cerca de 800 000 fragmentos), foram lavadas, secas e acondicionadas em novos sacos de plástico etiquetados, que se guardaram em contentores plásticos para estudo posterior. A arqueofauna recebeu tratamento semelhante. Os metais foram limpos mecanicamente à lupa binocular e consolidados com químicos apropriados. Os vidros foram cuidadosamente limpos e acondicionados em local próprio. Dentro do possível, os materiais referidos são mantidos a temperaturas médias e com humidades relativas mais ou menos constantes, não excedendo os 65%.

Terminados os trabalhos de campo, deu-se também início ao estudo de materiais, efectuando parcerias, sempre que necessário e possível, para áreas que não dominamos ou nas quais temos conhecimentos rudimentares. Assim, para as faunas mamalógica e ictiológica, formámos equipa com arqueozoólogos do ex. CIPA, no sentido de se proceder ao estudo das mesmas efectuando abordagens diversas, tendo já sido produzidos e publicados diversos estudos (Moreno-García, Pimenta e Ruas, 2005; Gonçalves, 2006a; Gonçalves, Moreno-García e Pimenta 2006; Moreno-García, Pimenta e Gonçalves, 2006; Moreno-García, Pimenta, Gonçalves e Pires, 2006; Davis, Gonçalves e Gabriel, no prelo; Gonçalves, Pereira e Pires, 2008), enquanto que, para as malacológicas, nos associámos a investigador do Departamento das Ciências da Terra da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, tendo também sido já produzido estudo reconstitutivo da dieta de moluscos marinhos e terrestres para um contexto representativo (Gonçalves, Dias e Callapez, 2008).

Tendo em vista o estudo de alguns elementos associados a actividades metalúrgicas existentes no arqueossítio, associámo-nos também ao Departamento de Química do ITN (Instituto Tecnológico e Nuclear), nomeadamente para análise de metal moldado por molde em ardósia, do qual resultou também estudo conjunto (Gonçalves, Valério e Araújo, 2008). Neste âmbito, os trabalhos prosseguirão com análises a escórias resgatadas do terreno no âmbito da intervenção a que temos vindo a aludir, de modo a melhor caracterizar a actividade metalúrgica existente no local.

A necessidade de obtenção de datações por radiocarbono para determinados contextos conduziu-nos também ao ITN. Neste âmbito analisaram-se restos osteológicos humanos dos enterramentos já referidos surgidos no limite sudoeste da área de escavação, e arqueofaunas provenientes de contextos-chave (vala de fundação do lado externo do tramo B da muralha; sedimentos sob pavimento do pátio da Casa 1; sedimentos da vala

de fundação do bocal de acesso à estrutura de condução de água). Estas análises objectivaram, no primeiro caso, atribuir uma cronologia aos enterramentos referidos e, nos casos seguintes, corroborar, ou não, cronologias aduzidas da análise de materiais cerâmicos dali exumados.

Para o estudo dos sedimentos que continham matéria orgânica encetaram-se contactos com o Grupo de arqueobotânica do CIPA, que se mostrou disponível para proceder ao seu estudo, encontrando-nos a aguardar a sua realização.

Julgamos que só a integração dos arqueólogos em equipas científicas pluridisciplinares permitirá uma reconstituição aproximada da vivência das populações do passado, razão pela qual temos perseguido esse objectivo, com resultados muito satisfatórios.

As cerâmicas parecem ser os materiais que continuam quase exclusivamente nas mãos dos arqueólogos, embora se realizem cada vez mais estudos de análise de pastas, tentando definir as suas composições e, a partir daí, a sua proveniência, de modo a conhecer centros de produção e a estabelecer redes de distribuição, projectar circuitos comerciais e intercâmbios de conhecimentos, técnicas e ideias.

Após os tratamentos prévios e as relações estratigráficas estabelecidas, as cerâmicas foram separadas por tipos de pasta e, dentro de cada tipo, tentadas reconstituições. As que ofereceram perfis ou se destacaram por um qualquer elemento decorativo, formal ou outro, foram coladas, marcadas, fotografadas e desenhadas¹, dando origem a uma ficha provisória de inventário² (anexo II fig. 4). Para o preenchimento desta ficha de inventário, foram definidos critérios que permitissem a uniformização dos conteúdos da mesma, tendo na sua elaboração sido seguidas as orientações das Normas Gerais de Inventário do Instituto Português de Museus (Raposo, Martins e Correia, 2000).

¹ Trabalho ainda em curso e a continuar por bastante tempo dada a quantidade de objectos reconstituíveis.

² Dado que estes materiais darão entrada posteriormente no acervo do Museu Municipal de Arqueologia, a Ficha de Inventário é provisória

Os fragmentos que não são passíveis de reconstituição são tratados estatisticamente registando-se aspectos como a cor da pasta, a parte do fragmento (bordo, colo, parede, base, asa), o tipo formal onde se insere, bem como o tipo decorativo, se o possuir. Para tal são usadas fichas de registo (anexo II fig. 5), que posteriormente são tratadas e usadas na análise funcional de determinados ambientes ou contextos, permitindo leituras mais céleres no que respeita à atribuição de cronologias de determinados contextos ou estruturas arqueológicas.

A designação terminológica das formas cerâmicas foi por nós construída seguindo de perto a usada por Rosa Varela Gomes (2002b:34-44). Apesar de não concordarmos com algumas soluções por ela adoptadas, julgamos que era pertinente actuar deste modo, para não gerar demasiada confusão no momento em que estes materiais integrem as colecções do Museu Municipal de Arqueologia, tendo em conta que a esmagadora maioria dos objectos cerâmicos do período islâmico que constituem o seu acervo, provêm de escavações arqueológicas da responsabilidade daquela arqueóloga. Houve situações em que, mesmo assim, não nos foi possível seguir os critérios referidos. Tal sucedeu com os objectos que a autora a que temos vindo a aludir designa por *lucerna* e *lamparina*, casos em que optamos por *candil*, por se tratar da designação adoptada para aqueles utensílios de iluminação produzidos em período islâmico pela grande maioria dos investigadores. Trata-se de uma forma muito específica, de uso exclusivo durante aquela época, cujo termo que a designa é, inclusivamente, de origem árabe (*Qandîl*) (Rosselló, 1991: 174), razão pela qual nos parece bastante mais adequado.

Paralelamente a este trabalho de análise, no concernente às cerâmicas, procede-se à sua divulgação científica, produzindo estudos de carácter tipológico (Gonçalves e Khawli, 2004: no prelo; Gonçalves, Pires e Mendonça, 2008; Gonçalves, 2007: no prelo;

Gonçalves, Pires e Mendonça, 2008) na tentativa de contribuir de modo activo para a produção de um *corpus* da cerâmica do *al-Andalus*.

1.3. Metodologia de análise e interpretação de dados

Antes de se analisarem os dados disponíveis, intensificaram-se as leituras e produziram-se fichas de leitura em base de dados informática (anexo II fig.6). Com as leituras referidas tentámos melhorar os nossos conhecimentos sobre as várias fases da história da cidade e da região, de modo a nos permitirem melhor entender e contextualizar os vestígios materiais deixados pelas populações que ali viveram. Perscrutámos, tanto quanto possível, estudos analíticos e divulgativos de fontes históricas árabes e cristãs, que nos permitiram um conhecimento muito razoável das diversas conjunturas históricas por que passou a Silves islâmica, durante os cerca de cinco séculos de dominação muçulmana.

Para além de um melhor entendimento da história, as nossas leituras também procuraram melhorar conhecimentos sobre as várias tipologias de estruturas arqueológicas habitualmente presentes nas cidades islâmicas, como sejam as estruturas defensivas, os sistemas hidráulicos, as estruturas habitacionais, as estruturas de apoio às actividades de carácter industrial, as infra-estruturas, etc., de modo a melhor compreender o funcionamento daquelas que integram o nosso arqueossítio, bem como encontrar pistas que nos permitissem a atribuição de cronologias para as mesmas.

Para a compreensão da dinâmica de ocupação do espaço, procedemos à desdobragem da planta geral em várias plantas, correspondendo cada uma delas a uma das diversas fases de ocupação do sítio, o que se conseguiu através da definição do faseamento do local efectuado com base nas matrizes estratigráficas construídas. Estas plantas permitiram-nos articular estruturas e configurar compartimentos, habitações, remodelações e definir

funcionalidades e inter-relações. Dado que o espaço intervencionado tem limites rígidos impostos por barreiras físicas, muitas estruturas foram apenas parcialmente exumadas, o que impede a sua compreensão. Outras encontravam-se afectadas por construções, mostrando-se incompletas, o que inviabilizou a sua interpretação. Para melhorar a compreensão de certos ambientes ou articulação de estruturas, tentámos mesmo a sua reconstituição planimétrica. Tal sucedeu com as de tipo habitacional, em situações em que grande parte dos elementos que as constituíam se encontrava presente, tomando como base a lógica construtiva e funcional deste tipo habitações em período islâmico. Para uma melhor compreensão da dinâmica de ocupação do espaço e da inter-relação entre as várias estruturas, efectuaram-se mesmo reconstituições tridimensionais que facilitaram a leitura dos conjuntos edificados em cada época.

Para a obtenção de contextualizações cronológico-culturais utilizaram-se, fundamentalmente, três recursos disponíveis: a informação histórica; as características técnicas das estruturas arqueológicas (matéria-prima utilizada, forma e dimensão, tipos de aparelho, tipo de matéria ligante, reutilizações, acabamentos, decoração, etc.), de que é exemplo ilustrador a torre poligonal, que aqui funciona quase como um “fóssil-director” para o período Almóada; e a análise dos materiais provenientes de determinados contextos, como sejam aqueles onde assentam as estruturas, os seus níveis coevos e, nalguns casos, os correspondentes às fases de abandono. Claro que, quando falamos de materiais, nos referimos quase exclusivamente às cerâmicas, encontradas neste arqueossítio em quantidade muito abundante. A abordagem analítica a estes indicadores cronológicos foi efectuada numa primeira fase pela leitura global do tipo de cerâmicas presentes, para depois se analisarem pormenorizadamente algumas mais representativas, do ponto de vista formal ou decorativo. Foram apenas relevados aspectos que nos podiam fornecer informação relativa à sua cronologia, embora

nalgumas situações as cerâmicas nos tivessem dado informações complementares, nomeadamente quanto à funcionalidade dos espaços, ou mesmo como caracterizadores sócio-culturais das populações presentes.

Na maior parte dos contextos verificou-se que os conjuntos cerâmicos eram pouco homogêneos do ponto de vista cronológico, sobretudo nos que se encontravam sob as estruturas ou pisos de circulação, que frequentemente correspondiam a aterros e tinham misturadas cerâmicas com uma diacronia de vários séculos. O abandono dos contextos, em regra, foi determinado a partir de níveis de derrube das estruturas correspondentes e, também aqui, os grupos cerâmicos mostram bastante heterogeneidade. Numa primeira fase de análise estranhámos que alguns derrubes oferecessem conjuntos cerâmicos com cronologias do séc. X ao séc. XIII. Depois compreendemos que as cerâmicas mais antigas se encontrariam misturadas nas terras utilizadas para a construção das taipas que elevavam as paredes, ou mesmo na terra que serviu de matéria ligante na construção dos socos em alvenaria, dado que se tratava quase sempre de fragmentos cerâmicos de dimensão reduzida. Uma vez que este cenário se repete na maioria dos contextos, o sítio arqueológico revelou-se pouco fiável para se afinarem cronologias relativamente às cerâmicas.

A atribuição de datações aos conjuntos cerâmicos que encontrámos foi sempre efectuada com base em paralelismos estabelecidos com cerâmicas provenientes de outros arqueossítios ou seguindo princípios teóricos relativos aos tempos de pervivência de determinadas formas ou tipos decorativos. De tal circunstância resultou que, na maioria dos casos, não se conseguiram cronologias muito finas. Assim, por exemplo, para a cerâmica decorada a “verde e manganês” do tipo *Madinat-al-Zahra*, a menos que se tratasse de uma morfologia que nos desse alguma sugestão cronológica, o critério que seguimos foi o das superfícies pouco decoradas corresponderem ao séc. X e das

superfícies profusamente decoradas se associarem a produções do séc. XI. Para a Corda Seca Total ou Parcial, seguimos as indicações de Susana Gómez-Martínez (2002) assumindo que este tipo decorativo, com início provável no séc. XI na região de Toledo, terá atingido o resto do *al-Andalus* no final desse século tendo-se afirmado durante o séc. XII (Gómez-Martínez, 2002:16). Assim, foi esta a datação que atribuímos a contextos onde a Corda Seca estava presente, com excepção dos que ofereceram objectos que ostentavam morfologias mais consentâneas com o século XI, como no caso de taças com pé em anel baixo largo e vertical. Relativamente às cerâmicas vidradas de cor melada e decoração com traços de manganês, foram as formas cerâmicas que nos orientaram na atribuição de cronologias. As taças, maioritariamente representadas, foram enquadradas nos séc. X-XI, quando detinham pés anelares baixos, largos, verticais e corpos hemisféricos, enquanto que as que mostravam pés altos, de pequena dimensão em relação ao diâmetro da peça, orientação tendencialmente oblíqua e secção triangular, foram incluídas no séc. XII, o mesmo sucedendo com corpos carenados e de carena acusada. As cerâmicas vidradas a branco e decoradas a manganês foram incluídas no séc. XI e as pintadas foram associadas aos sécs. X-XI se mostravam traços finos, e a períodos mais tardios se ostentavam traços largos, muitas vezes materializados em bandas horizontais, muito representadas nos púcaros. As peças estampilhadas, maioritariamente inscritas nas grandes talhas e no fundo de grandes taças, estas últimas com provável origem na cidade de Denia, que detinha diversos fornos nos arrabaldes (Gisbert Santoja, Bruguera Sanmateu e Bolufer i Marques, 1992), dataram os contextos onde se encontravam presentes da 2ª metade do séc. XII, 1ª metade do século XIII. Também as cerâmicas que ostentavam aplicações plásticas, decoração incisa sob vidro verde, as esgrafitadas e o designado vidro dourado foram incluídas nos séculos XII-XIII, datando os contextos de onde provinham. Finalmente, para aquelas

cerâmicas em que os acabamentos não incluíam quaisquer elementos decorativos, como sucedia com a maior parte dos tipos que compõem os utensílios de cozinha, a atribuição de cronologias baseou-se, necessariamente, no estabelecimento de analogias com formas similares, provenientes de outros arqueossítios, embora aí a tarefa se tornasse deveras complicada, dado o estado incipiente em que, infelizmente, ainda se encontram os estudos da cerâmica islâmica, e a recorrente atribuição de cronologias díspares aos mesmos materiais, atribuídas por diferentes autores, ou mesmo pelos mesmos autores, em estudos efectuados em diferentes períodos do seu percurso de investigação. Claro que tal se deve, na maior parte dos casos, à natural evolução do estado da investigação, razão que nos obriga a redobrar cautelas no momento de estabelecer as nossas comparações.

Pelas razões apontadas, no tocante a este tipo de metodologia de análise, seguimos de perto os trabalhos de Susana Gómez-Martínez para a Mértola islâmica, por razões que se prendem não só com o avançado estado do estudo dos materiais cerâmicos dali provenientes, mas também por se tratar de uma cidade com características e percursos muito semelhantes a Silves, embora esta tivesse uma dimensão um pouco maior e gozado quase sempre de um maior protagonismo. Claro que também as comparações com os materiais cerâmicos provenientes da Alcáçova de Silves e de algumas zonas da Almedina seriam inevitáveis até porque, não obstante até à presente data não se terem encontrado na cidade vestígios de produção oleira, há formas cerâmicas que até agora só encontrámos em Silves e que seriam muito provavelmente produzidas localmente. Ainda que a maioria seja importada, os centros fornecedores e os mercados de abastecimento serão os mesmos, pelo que a comparação com os materiais cerâmicos de outros sítios arqueológicos escavados na cidade assume capital importância. Em relação aos paralelismos com a Alcáçova, seguimos com despreocupação os contextos mais

tardios e com cautelas os mais antigos, por razões que se prendem com a generalizada não-aceitação de atribuição de cronologias tão recuadas para a camada 8 daquele arqueossítio.

Tendo em conta que a natureza deste estudo pressupõe limites previamente definidos, o que obrigou a que o mesmo se circunscrevesse a apenas uma de entre as muitas áreas que merecem profunda abordagem no sítio arqueológico em questão, as cerâmicas surgem aqui como um elemento complementar para auxílio na atribuição de cronologias, conforme se assumiu desde o início. O modelo de análise adoptado para as mesmas, por tão superficial e generalista, carrega uma razoável percentagem de erro. Acreditamos, todavia, que este não seja suficiente para alterar de forma radical as conclusões sobre a dinâmica de ocupação da área de estudo. De realçar que a análise cerâmica não é utilizada isoladamente, mas reforçada por outros elementos eventualmente datantes, nos quais a contextualização histórica detém protagonismo e as análises de radiocarbono efectuadas sobre alguns contextos surgem como reforço das tendências marcadas pela análise das fontes históricas e pelo estudo das cerâmicas.

No aspecto da caracterização sócio-económica e cultural das populações residentes neste espaço de arrabalde, outros materiais que não as cerâmicas forneceram informação complementar de grande valor. Referimo-nos aos ossos trabalhados e a determinados objectos metálicos, que são também aqui caracterizados funcionalmente.

Tratou-se de uma metodologia simples e lógica, que de uma forma quase natural nos levou ao confronto de uma série de elementos de análise disponíveis. Tal resultou na obtenção de uma quantidade de informação muito apreciável, embora, na maior parte das vezes, surja apenas como base para a formulação de hipóteses de trabalho, raras vezes passíveis de confirmação.

2. **Contextualização geomorfológica e histórica**

A caracterização física de um território assume particular importância em estudos de natureza arqueológica, enquanto meio de compreensão de determinadas opções tidas pelas populações, que ao longo dos tempos interagiram com o meio envolvente, a ele se fixando, explorando os seus recursos e transformando-o de acordo com as exigências de cada momento.

O presente estudo focaliza-se numa área restrita da cidade de Silves que, por sua vez, se insere num vasto território que domina e com o qual mantém relações recíprocas, numa cadeia hierarquizada e de complementaridade, em que só a conjugação de diversos factores torna compreensível o curso da história nos seus pequenos e grandes ciclos temporais.

Ao longo do período de ocupação islâmica, a cidade de Silves, desde que assim se afirmou, foi o centro de poder de um território que coincide actualmente com o designado barlavento algarvio, a zona mais ocidental da região natural do Algarve.

2.1. **Localização**

Durante o período de dominação islâmica *Xilb* esteve integrada na *Kura* de *Ocsonoba*, que correspondia praticamente ao mesmo território do Algarve de hoje (Catarino, 97/98:43). A capital deste distrito é durante o período emiral a cidade de *Ocsonoba*. Em meados do séc. X a mesma é transferida para Silves.

Esta realidade é alterada em meados do séc.XI com a fragmentação do califado e a proclamação de reinos independentes. Durante este período de permanência muçulmana, o actual Algarve, então integrado no designado *Gharb al – Andalus* (a parte mais ocidental do *al-Andalus*), encontrava-se dividido administrativamente em

dois reinos, o de *Xilb* (Silves) e o de *Santa Maria de Harun* (Faro), correspondendo, *grosso modo*, ao actual barlavento e sotavento, respectivamente (anexo III fig. 1).

O território de Silves, com uma área aproximada de 2 200 Km², teria o seu limite a este entre os actuais concelhos de Albufeira e Loulé (Gomes, 2002:112b); o seu limite norte prolongar-se-ia até ao Castro da Cola, contornando depois a Serra de Monchique, que ainda integraria o seu território, e os limites sul e oeste seriam impostos pelo mar.

O âmbito do presente estudo é a cidade de Silves, com particular incidência sobre a sua zona sudeste, que corresponderia a um arrabalde em tempo de dominação islâmica. O enfoque é sobre uma área de cerca de 600m², situada exactamente na base da colina onde a cidade assenta, a cerca de 50m do rio Arade, que corre a sul (coordenadas geográficas N 37° 11' 18,3'' e W 8° 26' 13,5'') (anexo III fig. 2).

A observação das cartas militar (1:25 000) e geológica (1:100 000), caracterizadoras da topografia, hidrografia e geologia do território onde se insere o espaço sobre o qual incide o presente trabalho, permitiram apreender a realidade física ali existente e melhor compreender a relação do Homem com o meio ao longo da história.

2.2. Relevo, Geologia, Rede Hidrográfica e Solos

No território de Silves observam-se as três zonas que caracterizam a região do Algarve: a serra, o barrocal e o litoral. As diferentes características destas áreas permitiram individualizar três conjuntos morfológicos, determinados principalmente pela litologia das formações geológicas, mais ou menos coincidentes com as três zonas referidas, que observamos na Carta Geológica da Região do Algarve (1:100 000 folha ocidental, 1992) (anexo III fig. 3).

A observação do território que envolve Silves num raio arbitrário de cerca de 20km permite reconhecer essas três zonas que caracterizam o Algarve nos seus aspectos

físicos. A primeira zona posiciona-se a noroeste do rio Arade, apresenta relevo de tipo abarrancado, rondando os 200 metros de cota máxima verificada no sítio designado por Picões. A rede hidrográfica é densa e assume a forma de barrancos muito encaixados. O padrão de drenagem, do tipo dendrítico, reflecte a monotonia litológica das formações aflorantes e a sua fraca permeabilidade. Os eixos fluviais mais eficazes no escoamento da água são os ribeiros do Falacho e do Almarjão, a noroeste, ambos afluentes (respectivamente afluente e subafluente) do rio Arade. Contribuem ainda para o caudal do rio Arade a ribeira do Enxerim a norte e o ribeiro de Baralha a nordeste. As rochas aflorantes fazem parte da Formação da Brejeira, atribuída ao Carbónico Superior (Vestefaliano). São rochas de fácies turbidítica compostas por xistos e grauvaques, localmente com intercalações de conglomerados. A impermeabilidade deste tipo de rochas, tal como referido anteriormente, favorece a escorrência superficial relativamente à infiltração. Deste modo, os solos são pouco desenvolvidos, do tipo esquelético, à excepção dos aluviões dos rios. Como consequência da relativa impermeabilidade das rochas, constata-se ainda a não formação de aquíferos, uma vez que a quantidade de água infiltrada é pequena.

A zona de transição entre o tipo de relevo antes referido e o relevo do tipo monótono, que se observa a sul do rio Arade, é a zona onde se insere a planície aluvionar do referido rio, cujo relevo é do tipo colina. As cotas variam entre os 4m e os 169m, sendo, no entanto, mais comuns as cotas em torno dos 50m, verificadas nas colinas onde assenta a cidade, no Monte das Cabeças a este e no Vale de Lama a oeste, espaços conhecidos por possuírem longa diacronia de ocupação humana.

Esta zona de transição apresenta rede hidrográfica menos densa do que a da zona anteriormente referida, também de tipo dendrítico, sendo os principais cursos de água o rio Arade e a ribeira do Odelouca, esta última afluente do primeiro. O substrato rochoso

desta zona é composto por arenitos de Silves do Triásico Superior (Retiano, Noriano, Carniano), rocha de talhe fácil que forneceu a matéria-prima para a globalidade dos monumentos da cidade, e para a esmagadora maioria das estruturas arqueológicas em estudo no presente trabalho. A sul dos arenitos dispõe-se uma faixa de Pelitos, Calcários e Evaporitos de Silves, de transição do Triásico Superior para o Jurássico Inferior (Hetangiano), a sul da qual afloram o Complexo Vulcano-Sedimentar Básico e Dolomitos intercalados com Argilas Vermelhas do Jurássico Inferior (Hetangiano/Sinemuriano). A sul destes, verifica-se a existência de uma zona de Aluviões e Sapais do Quaternário Superior (Holocénico), tratando-se de realidades geológicas de formação mais recente. Na zona de transição entre o complexo Vulcano-Sedimentar e a zona de Aluviões e Sapais, localiza-se o sítio arqueológico objecto do presente trabalho.

O tipo de substrato rochoso que predomina nesta sub-área favorece a formação de solos muito férteis, dos mais favoráveis à agricultura, o que, tal como a proximidade do rio Arade, explica a preferência do local por comunidades humanas, documentada arqueologicamente desde o Neolítico.

A sul do vale do rio Arade observamos uma outra realidade geomorfológica, que se caracteriza pela existência de um relevo monótono, com altitudes que variam entre os 40 e os 100m, relevo que mostra tendência para cotas sucessivamente menores à medida que nos dirigimos para o litoral. A rede hidrográfica é menos densa, o padrão de drenagem é do tipo dendrítico, sendo os mais importantes cursos de água as ribeiras de Alcantarilha e de Algoz. Aqui o substrato rochoso é composto essencialmente por Dolomitos e Calcários Dolomíticos do Jurássico Inferior (Sinemuriano/Carixiano) e Calcários e Dolomitos de Almadena do Jurássico Médio (Bajociano). Os solos que se constituem nesta zona são pobres, designados por terras rossas devido à cor vermelha

conferida por óxidos de ferro. No entanto, os calcários dolomíticos aflorantes nesta região encontram-se carsificados e fracturados, favorecendo a infiltração de água, pelo que aqui existem aquíferos importantes.

Da fugaz caracterização geomorfológica que se efectuou retiram-se informações importantes que justificam a permanência de populações neste território. A serra, além de fornecer importante matéria-prima, constitui por si só uma importante defesa natural. A água, esse bem tão essencial, corre em abundância, tanto à superfície como no subsolo. Há enormes extensões de terra muito fértil, sobretudo a bacia aluvionar do rio Arade. Este, um dos recursos mais importantes do território, permite uma rápida ligação aos mares, possibilitando a exploração dos recursos marinhos e dando acesso a terras longínquas, com as quais se trocaram produtos e conhecimentos. Este potencial natural foi, certamente, preponderante para a fixação das comunidades islâmicas a este território. Esta realidade encontra-se bem patente nos textos antigos: *Abu Abd Allah Ibn Muzayn al-Azdi*, descendente do último governador da família *Muzayn*, dizia que (...) *A cidade de Silves tem uma posição elevada e possui um aspecto maravilhoso (...). A localização é excelente, a sua hospitalidade digna de menção, a sua fortaleza incontornável e detém um território extenso (...). Na cidade de Silves há muitos jardins, edifícios imponentes, todas as espécies de pássaros e abundantes cursos de água que brotam de múltiplas fontes; na sua periferia há planícies aluviais, pastagens e pomares floridos. As suas águas transparentes brotam de nascentes perto de onde crescem os pinheiros e altas e frondosas noqueiras (...)* (cit. por Lagardère, 2000:49, trad. nossa). Do porto da cidade partiu, no séc. IX, embaixada do rei *Abd al-Rahman II* que se deslocou à terra dos normandos para negociar a paz (Coelho, 1989:131,132).

2.3. Coberto Vegetal

A flora, sempre dependente das características geomorfológicas e do clima, apresenta neste território espécies autóctones e espécies importadas dos locais com os quais os seus habitantes se relacionaram.

Também em relação à flora se podem individualizar três sub-regiões: a serra, o barrocal e o litoral. Na serra, particularmente na região de Monchique, predominam as estevas, urzes, giestas, carqueja, murta e o medronho, espécie aproveitada para a manufactura de aguardente. Ainda na serra, abundam certas espécies aromáticas, como a lavanda, o tomilho, o rosmaninho, o zimbro e o loureiro, utilizadas na culinária muçulmana. Quanto às árvores de grande porte, destacam-se o carvalho, importante recurso para a indústria naval, retratada para Silves no período de dominação islâmica. Também o castanheiro, a azinheira e o sobreiro proliferam na serra barlaventina.

No barrocal, abundariam espécies frutícolas, tradicionalmente aceites como introduzidas ou difundidas pelos muçulmanos, como a laranjeira, o limoeiro, a figueira, a amendoeira, a alfarrobeira, a oliveira, a ameixeira, o pessegueiro e o damasqueiro, a macieira e a videira, o fruto desta também já na época transformado em vinho, apesar das restrições corânicas, como a poesia árabe permite inferir³. Também os cereais surgiriam nestas zonas de menor relevo e de solos mais aptos para a agricultura. Não só as fontes históricas como as evidências arqueológicas identificaram, em análises palinológicas, a existência de trigo, aveia e cevada em níveis do século XII da Alcáçova de Silves (Gomes:2002c:62) e em silo escavado nos anos 50 do século XX, na zona de Enxerim, local próximo da cidade (*ibidem*). De facto, os diversos moinhos de maré, cujos vestígios ainda existem, ou aqueles que conhecemos através das fontes históricas, permitem reconstituir uma paisagem bucólica, em que estes bordejariam as margens do

³“Evocação a Silves” de *Al-Muthamid (...)* *Quantas noites passei deliciosamente junto a um recôncavo do rio com uma donzela cuja pulseira rivalizava com a curva da corrente! O tempo passava e ela servia-me o vinho do seu olhar e outras vezes o do seu vaso e outras o da sua boca (...)* (Coelho, 1989:221).

rio Arade, deixando inferir sobre uma profícua indústria de transformação de cereais e corroborando o seu cultivo e transformação. Também as leguminosas seriam plantadas, pois testemunhos da produção e consumo do chícharo (*Lathinus cicera*) têm sido evidenciados em diversos sítios arqueológicos.

Na zona litoral, verifica-se ainda a existência de plantas forrageiras como o junco (com o qual se forravam os silos), a morraça e o esparto, este último também usado na manufactura de cordas, material importante para a indústria naval na equipagem dos barcos (*idem*:63).

Para além da utilização de muitas destas espécies na alimentação, como alimento principal ou simples aromatizante, outros aproveitamentos serão de considerar; a mistura de algumas proporcionava bons produtos farmacêuticos, e a utilização na indústria de tinturaria parece ter sido uma realidade.

2.4. **Clima**

Na área geográfica que é objecto do presente estudo, correspondente ao barlavento algarvio, observa-se um clima ameno, com temperaturas médias no Inverno a rondar os 11°C e no Verão os 29°C. As precipitações são baixas, rondando os 100 mm⁴ no mês de Dezembro, o mais chuvoso. Os níveis de humidade são igualmente baixos, sendo superiores no litoral, aqui variando entre os 62% em Julho e os 82% em Dezembro e Janeiro. A nebulosidade circunscreve-se às zonas mais altas, sobretudo à Serra de Monchique e aos Cabos de Sagres e de São Vicente, registando-se maior ocorrência no final do Outono e Inverno, com 4,7 décimos, enquanto no mês de Agosto se regista uma nebulosidade de apenas 1,5 décimos.

⁴ Recursos Hídricos da Região do Algarve – situação em Novembro de 2004, Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional, CCDRALgarve.

Notam-se, todavia, algumas diferenças nas três sub-regiões que compõem o barlavento algarvio. Monchique, na Serra, possui os maiores níveis de precipitação e de humidade relativa. O barrocal, algo distante do mar e protegido de ventos pela serra, conta com temperaturas mais altas. Também o litoral sul se distingue do litoral oeste, porque o primeiro sofre influências mediterrânicas e o segundo não, levando a que neste as temperaturas sejam mais baixas e os ventos mais fortes.

Estas excelentes condições climáticas terão favorecido a fixação de comunidades humanas ao longo dos tempos. As afinidades climatéricas com os locais de origem das populações muçulmanas deverão também ser consideradas como factor favorável às migrações contínuas desde o Oriente.

2.5. Um pouco da história e o contributo da arqueologia

Excluindo a fugaz passagem de Estácio da Veiga por Silves nos finais do séc. XIX (Veiga, 1886, 1887, 1889, 1891, 1910, 2007) e os resultados obtidos nas duas intervenções arqueológicas que promoveu na Alcáçova e no Ilhéu do Rosário e alguns achados avulsos na cidade e espaços adjacentes (Gonçalves, 2007:424), a história de Silves fez-se, até aos anos 80 do século XX, apenas com base nas fontes históricas, escassas nos primeiros tempos e prolíferas mas dispersas a partir do período medieval cristão.

De entre o manancial de informação escrita destacam-se as referências em documentos árabes, onde *Xilb* é referida catorze vezes (Mazzolli-Guintard, 2000:450), reportando-se as primeiras menções ao séc. IX. Estas, que relatam factos históricos⁵, fornecem dados

⁵ A historiografia portuguesa tem prestado pouca atenção ao estudo das fontes árabes, pelo que temos sempre de nos socorrer dos estudos franceses e espanhóis, estes últimos muito abundantes. Em Portugal constitui rara excepção o trabalho de compilação de fontes árabes de Borges Coelho – Portugal na Espanha Árabe. Para a história do Islão no actual território português deve ver-se, para além de inúmeros estudos fragmentários, Picard (2000). Especificamente para Silves mantêm ainda bastante actualidade os trabalhos de Garcia Domingues, de que se destaca Domingues (1945).

biográficos⁶ mas, sobretudo, convergem para que consigamos uma reconstituição aproximada da topografia da cidade em época islâmica. Para este fim contribuiu de modo importante o relato de um cruzado⁷ que tomou parte na primeira conquista cristã da cidade, ocorrida em 1189, bem como os forais Afonsino (1266) e Manuelino (1504)⁸. Duzentos anos depois da transferência de poder para os cristãos, o *Livro do Almojarifado de Silves*⁹, que menciona a propriedade régia no final do século XV, permitindo a encenação gráfica de uma cidade onde se tinham fossilizado alguns rasgos do urbanismo da *Xilb* islâmica, é uma fonte repleta de informação. Também importantes, sobretudo porque chamam a atenção para a ocorrência de obras nos elementos defensivos islâmicos da cidade já na Baixa Idade Média, são as actas das cortes onde estiveram presentes “Homens Bons” de Silves, na maior parte das vezes a reivindicar ajuda para reparações nas muralhas, na catedral ou na ponte¹⁰. Já distantes mas ainda de irrefutável importância, sobretudo para o desenho do sistema defensivo, são algumas gravuras: uma genericamente datada do século XVII e publicada em 1842¹¹, outra publicada em 1844¹² e uma aguarela de 1815¹³.

A partir dos anos 80 do século XX, altura na qual em Portugal se dão os primeiros passos no âmbito da arqueologia medieval islâmica, cujo pioneirismo se atribui merecidamente a José Luís de Matos pelos trabalhos que dirigiu no Cerro da Vila – Vilamoura, surgem outros focos de investigação – primeiro Mértola, depois Silves,

⁶ Ver os trabalhos de Alves (1996); Alves e Hadjani (2000); Lagardère (2000); Alves (2001); Khawli (2002); Thairi (2002); (Marín, 2005).

⁷ Encontrado o manuscrito numa biblioteca de Turim, anotado e publicado por João Baptista da Silva Lopes em 1844. Estudo posterior, publicado em 1999, da autoria de Manuel Cadafaz de Matos

⁸ Ambos estudados por Manuela Santos Silva e publicados em 1993.

⁹ Também estudado por Garcia Domingues e Maria José Leal e publicado em 1984.

¹⁰ Documentos estudados e publicados por Alberto Iria em obras como “O Algarve nas Cortes Medievais Portuguesas do século XV” ou a “Liderança de Silves na região do Algarve nos séculos XIV e XV”.

¹¹ Na revista Panorama. Jornal Literário e Instrutivo, 2ª série (Jul.) 1842, vol.II, nº 27.

¹² Por João Baptista da Silva Lopes na obra de 1844, já referida.

¹³ Da autoria de um militar inglês, J. Baily, cujo original foi publicado na obra de G. Landemann – Historical, military and picturesque observations on Portugal, Londres, T. Cadell & W. Davies, 1813-1815, segundo Manuel F. Castelo Ramos.

trazendo um acréscimo significativo ao conhecimento do passado da cidade, mormente, no que respeita ao seu período áureo. O arranque dos trabalhos inicia-se com o desentulhamento do Poço-Cisterna Almóada e a escavação do pátio anexo (Gomes, 1996; Gomes e Gomes, 1984; 1986; 1989; 1992), a que se seguem aqueles que até hoje perduram na Alcáçova (Gomes, 1998; 1990; 1991, 1991a; 1993; 1995; 1998; 2002; 2003; 2006; Gomes e Cunha, 1991; 1991a; Gomes, Cunha e Antunes, 1994; Gomes e Gomes, 1997; 2001). No início dos anos 90 ocorreram em espaço contíguo à Rua da Arrochela (Gomes e Gomes, 2001), também no Salão Paroquial (Cunha *et alii*, 1996; Gomes, 2006) e, pontualmente, deambularam pela área urbana, aqui sem resultados muito notáveis mas que contribuíram, inequivocamente, para se irem definindo os limites da cidade islâmica.

A partir de 1997, com a criação do Instituto Português de Arqueologia e na sequência de um novo quadro legal, a arqueologia portuguesa ganha uma nova dimensão e os trabalhos arqueológicos crescem exponencialmente, fenómeno a que a cidade de Silves não é alheia. Desde então, são de referir os trabalhos de desentulhamento de uma conhecida cisterna localizada a norte da Sé (Gamito, 2001; 2003; 2005), os que ocorreram no espaço onde se construiu a nova Biblioteca Municipal, cujos resultados são parcialmente apresentados no âmbito desta dissertação (Gonçalves e Santos, 2005; Gonçalves e Pires, no prelo), os trabalhos que tiveram lugar aquando do restauro e valorização do Teatro Mascarenhas Gregório (Ramos, 2006), os que ocorreram no âmbito de obras particulares na Rua Cândido dos Reis (Silva *et alii*, 2006; Ferreira *et alii*, 2008) e, os mais representativos, que colocaram à vista um importante bairro Almóada, na sequência da edificação do “Empreendimento do Castelo” (Costa e Abranches, 2006; 2007; 2008a; 2008b). Destaque especial merecem também as intervenções arqueológicas, sob a forma de sondagens de diagnóstico (Ramos, Pinto e

Penisga, 2006; Vieira, 2007a; 2007b; 2007c), de acompanhamento arqueológico (Vieira, 2007d; 2007e; 2007f; 2007g) e, nalguns casos, sob a forma de escavação em área (Vieira e Chanoca, 2006a; 2006b; Santos, Silva e Ramos, 2006; Vieira, 2007; 2007h; Casimiro, Vieira e Chanoca, 2008; Santos, Barbosa e Ramos, 2008), que aconteceram no âmbito do Projecto de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Silves – Programa Polis, e que acrescentaram uma enorme mais valia ao conhecimento que tínhamos sobre a ocupação da cidade, sobretudo no que respeita à área que corresponderia à antiga medina.

2.5.1. O Cerro da Rocha Branca na génese da cidade

Apesar de todo o incremento de conhecimento verificado nos tempos mais recentes, há questões para as quais ainda não possuímos respostas claras, a mais premente das quais prende-se com a origem da cidade.

Aproximadamente 1Km a poente da actual cidade de Silves, numa elevação com cerca de 40m localizada na confluência do rio Arade e da ribeira de Odelouca e designada por Cerro da Rocha Branca (anexo IV fig. 1a), foi escavada, no âmbito de três curtas campanhas de escavação arqueológica ocorridas em 1982, 1984 e 1985¹⁴ (Gomes, Gomes e Beirão, 1986; Gomes, 1993), uma sucessão estratigráfica com início no Bronze Final e *terminus* nos primórdios da ocupação islâmica. A fase de ocupação que ofereceu o conjunto arquitectónico mais representativo foi a I Idade do Ferro, época em que se edificou uma estrutura defensiva e se ergueram uma série de outras estruturas interpretadas como armazéns e habitações, compatíveis com um entreposto comercial do tipo feitoria, que terá pervivido entre os séculos VI-V a.C. (*ibidem*). Um século depois terá sido construída outra muralha menos potente, a encerrar um espaço mais

¹⁴ A continuidade dos trabalhos foi impedida pela condenável destruição do sítio, pelo proprietário do terreno, no ano de 1986.

reduzido, que terá acolhido uma população residente, numa fase em que, possivelmente, o local se terá desenvolvido como espaço urbano (Gomes, 2002: 91). Os materiais arqueológicos exumados nestas fases mostram contactos contínuos, tanto com o Norte Meseteno como com o Mediterrâneo oriental (*idem*:92), sugerindo circulação de gentes e mercadorias, tanto por via do Mediterrâneo como do Atlântico, através do canal navegável que o rio Arade constituía.

Apesar de controversa, tem ganho sustentação a ideia de que a partir daquele período, o Cerro da Rocha Branca terá configurado um pequeno *oppidum*, eventualmente designado por *CILPES*, palavra inscrita nalguns numismas com filiação num conjunto vasto associado a diversas cidades portuárias, como *Beasuris*, *Myrtilis*, *Balsa*, *Ipses*, *Ossonoba*, etc., com cronologias que medeiam entre os séculos II e I a.C. (Correia, 2004). Algumas destas moedas surgem nas cidades referidas, mostrando a maturidade de um sistema de trocas comerciais bem enraizado. De facto, um dos exemplares numismáticos referidos foi recolhido em local compatível com o Cerro da Rocha Branca, ou nas suas imediações, durante os trabalhos de prospecção de Estácio da Veiga (1910; 2006; Faria, 1997; Marinho, 1998; Alarcão, 2005), ocorridos nos finais do século XIX, o que dá grande sustentação a esta tese (anexo IV fig. 1b e 1c).

Numa fase seguinte, à qual parece que não se associam quaisquer estruturas, identificam-se cerâmicas de influência itálica, que inaugurarão um tempo em que aquele espaço parece ter ganho maiores características de urbanidade mas mantém a sua vocação comercial (Gomes, Gomes e Beirão, 1986:80), eventualmente utilizando as mesmas estruturas arqueológicas ou outras, que a trágica interrupção dos trabalhos de investigação não permitiu colocar em evidência.

Para além de leituras alternativas no concernente às cronologias propostas pelos seus escavadores, nas fases supostamente mais antigas de ocupação do local¹⁵, este tem também viabilizado ampla discussão sobre o tipo de assentamento que ali terá pervivido em tempo de dominação romana. Na mesma tem participado Jorge de Alarcão, que associa os *Cilibitani* mencionados por Plínio a um eventual *oppidum* de nome *Cilibis*, que pode ter resultado de *Cilpes* e este evoluído para *Cilpis* (Alarcão, 2005:294), e ali tido a sua localização. Contudo, face à manifesta ausência de materiais relevantes no local, o mesmo autor levanta outras hipóteses de localização, como sejam a zona da actual cidade de Portimão ou a própria cidade de Silves (*ibidem*). Quanto a esta última possibilidade, devemos adiantar que o perímetro da actual cidade já foi amplamente sondado e a panorâmica mantém-se – raros vestígios romanos, sempre descontextualizados¹⁶ (anexo IV fig. 2).

Mas se a cidade de *Cilpis*, convertida em capital de *civitas* em época romana, não ficava em Silves, onde se localizaria então? No Cerro da Rocha Branca? Restam até dúvidas se teria sido *Cilpes*. As moedas cunhadas com esta legenda surgem noutros entrepostos comerciais, não há certeza absoluta de que Estácio da Veiga tenha encontrado o exemplar que refere exactamente naquele local e, embora as probabilidades sejam fortes, que se saiba, o sítio não ofereceu outros exemplares em três campanhas de escavações. Também de lá não provêm inscrições, nem quaisquer outros elementos arquitectónicos relevantes, que se associem a uma aglomerado urbano romano, ainda que de pequena dimensão. Também Amílcar Guerra (2006) se associa a esta discussão. Concorda que a Rocha Branca não ofereceu materiais arqueológicos que a possam elevar à categoria de cidade romana. Diz mesmo que o facto do actual topónimo *Silves*

¹⁵ Veja-se, a propósito, os trabalhos de Arruda (2000 e 2007) e Torres Ortiz (2001).

¹⁶ Por exemplo, no sítio arqueológico que se retrata nesta dissertação, resgataram-se do terreno 21 fragmentos (num conjunto cerca de 800 000) de cerâmica de terra *sigillata* e um sestércio do imperador Cómodo (180-192 d.C.), este num nível superficial.

derivar de *Cil(i)pis* implica que a correspondente cidade romana se situe no mesmo lugar, dado que as situações em que tal não sucede, de que *Conímbriga* é exemplo, são minoritárias e constituem a excepção. Aceita, portanto, que à continuidade do topónimo se associa a sobreposição dos estabelecimentos humanos e, face à ausência de testemunhos arqueológicos representativos no perímetro da actual cidade, advoga que alterações na estratégia de implantação poderão ter concorrido para que a cidade romana se situasse um pouco afastada da actual e ainda se não tivesse identificado o local (*idem*:333).

Em nossa opinião, a *civitas* romana de *Cilpis* não pode ter-se localizado no Cerro da Rocha Branca, por falta de vestígios de dimensão compatível. Quanto muito, pode ali ter pervivido um pequeno aglomerado urbano, do tipo *vicus*, de forte cariz comercial, ou um simples porto, dando continuidade ao povoamento de um local, que do ponto de vista estratégico era deveras apetecível – matérias-primas disponíveis, terrenos férteis, defesas naturais, facilidade de acesso aos mares.

Equacionar a localização de *Cilpis* no local da cidade de Silves resulta nos mesmos constrangimentos. Na zona mais alta do actual aglomerado urbano foram, nos últimos dois anos, escavadas vastas áreas, efectuadas mais de 150 sondagens de diagnóstico (anexo I figs. 4 e 5), e a potência estratigráfica é diminuta. O panorama mais comum tem sido a observação de silos ou fossas do período islâmico escavados no substrato geológico, cheios com materiais da mesma época ou posteriores, a aflorar pouco abaixo da actual cota de circulação¹⁷. A terem existido edificações anteriores ao período islâmico, elas teriam sido completamente arrasadas e removidos os correspondentes entulhos, antes se proceder a novas construções. Nas zonas mais baixas da cidade, compatíveis com os antigos arrabaldes, os vestígios islâmicos e modernos surgem de

¹⁷ Vejam-se os relatórios das intervenções arqueológicas realizadas, sobretudo por Ramos, Pinto e Penisa 2006 e Vieira 2007, 2007a, 2007b, 2007c, 2007d, 2007e, 2007f, 2007g e 2007h.

igual modo à superfície, encontram-se conservados a cotas relativas muito mais elevadas, mas assentam, da mesma maneira, no substrato geológico. Também não se vislumbram, nos edifícios da cidade construídos em período islâmico ou posterior, materiais romanos reaproveitados, como grandes silhares, colunas, capitéis ou inscrições.

Durante décadas, favoreceu e reforçou a ideia de que sob a cidade islâmica teria havido uma *civitas* romana, a menção de Frei Vicente Salgado (1786:307) a uma inscrição romana proveniente de Silves, mas desaparecida, que aludia a um templo a Neptuno. Tal referência epigráfica foi por nós apresentada em trabalho académico a Jorge Alarcão em 1986¹⁸, que a considerou falsa, por conter partícula não utilizada no latim antigo. Daí que, a ter realmente existido, a inscrição era falsa e, ainda que não fosse, só por si não constituía argumento forte a favor da cidade romana de *Cilpis* aqui se localizar.

De qualquer modo, a termos de optar entre o Cerro da Rocha Branca e a actual cidade, tal como Guerra (2006:334), consideramos que esta última reúne muito mais argumentos a seu favor. Dali provêm algumas inscrições romanas (Viana, Formosinho e Ferreira, 1957: 123-125; Santos, 1972: 96; Encarnação, 1984: 103-104, 121-122; 2003:157)¹⁹; dois capitéis do século II de dimensão assinalável e uma cupa funerária datada do século II (Gomes:2002b:95), provenientes da zona alta da cidade e do interior do castelo, respectivamente²⁰; inúmeras moedas com cronologias entre o século II²¹ e IV encontradas dispersas um pouco por toda a cidade (Santos, 1972:102-104; Gomes,

¹⁸ Levantamento Arqueológico de 3 freguesias do Concelho de Silves (Silves, S.B. de Messines e S. Marcos da Serra) da Pré-História ao Romano, no âmbito da cadeira de Técnicas de Investigação Arqueológica.

¹⁹ Expostas no Museu de Lagos, uma ara votiva, evidenciando culto na região à deusa Diana e duas funerárias, datadas entre a segunda metade do século II e a 1ª metade do século III (D'Encarnação, 1984:103, 104, 120,122).

²⁰ Depositados no Museu Municipal de Arqueologia.

²¹ Em camada superficial do sítio da “biblioteca” exumamos um sestércio cunhado pelo Imperador Cómodo (177-192).

2002b:98);²² e um número considerável de fragmentos de cerâmicas de terra *sigillata* com cronologias entre o século II e o Baixo-Império, ou mesmo cerâmicas com cronologias anteriores²³, que sempre vão surgindo, descontextualizados, nas intervenções arqueológicas que se promovem (anexo IV fig. 3).

Assim, e face ao avanço dos trabalhos de investigação arqueológica na cidade de Silves, se conclui que, a ter existido aqui uma ocupação pré-islâmica, eventualmente a *Cilpis* dos *Cilibitani*, a mesma terá de se concentrar num espaço relativamente circunscrito, ainda não perscrutado, muito provavelmente na zona oeste da cidade.

2.5.2. A cidade islâmica – fundação ou continuidade?

Entre a “civitas” e a “madina” existe uma óbvia descontinuidade, que não é necessariamente física nem topográfica e que responde precisamente a um processo de destruição – quiçá melhor, dissolução – de uma realidade urbana e a formação ou redefinição de outra distinta (Gutiérrez Lloret, 1993:13).

É este o mote para lançar a discussão sobre uma premissa retirada dos textos e raramente comprovada pela arqueologia. Na maioria dos casos, a investigação arqueológica não é desenvolvida de modo sistemático e, em regra, os níveis de ocupação tardo-romanos ou alto-medievais encontram-se muito afectados pelas construções posteriores, obstaculizando a essa necessária comprovação.

Assim, antes de dar resposta à pergunta inicialmente formulada, devemos colocar duas questões: por um lado, definir continuidade e, por outro, saber qual o grau de desenvolvimento urbano que tinham as cidades alto-medievais nesta região. A continuidade não deve reduzir-se a uma sequência ininterrupta de povoamento, se este

²² Cujas maiores colecções eram pertença de Manuel de Sousa e José Luís Cabrita, encontrando-se alguns exemplares expostos no Museu Municipal de Arqueologia.

²³ Vários fragmentos de *Prato de Peixe* e vários fragmentos de *Kalathoi* que deram reconstituição completa de dois indivíduos provenientes do sítio arqueológico da biblioteca.

não teve características de urbanidade e se cingiu a um pequeno povoado, remanescente de outros tempos, sem vida político-administrativa que a distinguisse da envolvente rural. A permanência física indica apenas a manutenção de povoamento, não comprova a existência de paisagem e vida urbanas. É, assim, difícil defender a ideia de continuidade sem provas do carácter urbano de assentamentos anteriores.

O conhecimento que temos das cidades da região em período pré-islâmico cinge-se à capital do distrito – *Ocsonoba* – essa com comprovada vida política, administrativa, comercial e religiosa, o que jamais se encontrou documentado para Silves, tanto nas fontes históricas como no registo arqueológico, ainda que se salvaguardem as necessárias distâncias entre uma capital e as suas cidades dependentes.

Equacionar a localização da *Cilpis* romana na elevação onde assenta a actual cidade parece-nos fundamental na resposta à questão formulada. Se a *Cilpis* não foi ali, então dificilmente lá teria existido outra cidade, dado que dela não há notícia nas fontes escritas da Antiguidade, nem o registo arqueológico o demonstra. Neste caso, importava saber o que restava da *Cilpis* à chegada dos povos muçulmanos. Se contávamos com uma população que, ainda que reduzida, ali se manteve resistentemente, enquanto a maioria se retirou para as áreas rurais durante a Antiguidade Tardia e lá manteria uma vida com rasgos de urbanidade, ou se, ao invés, consideramos que a *Cilpis* ficava no Cerro da Rocha Branca, como defendem ou apoiam alguns investigadores (Gomes, 2002:93; Catarino, 2002:33), e o que se verificou foi uma transferência de população para este núcleo. Neste caso, restará saber se esta transferência foi só de pessoas ou se com elas se mudaram as estruturas de poder que lhes estavam associadas, onde implicitamente se coloca a administração da cidade.

Ora se, conforme já demonstrámos, nos parece viável, não obstante a escassez de materiais arqueológicos, que a *Cilpis* se tenha situado algures no espaço que ocupa a

Silves contemporânea, quedar-nos-emos pela continuidade, embora nos pareça inevitável defender que se trataria de um espaço urbano de pequena dimensão e sem grande protagonismo no território onde se inseria.

Reforçam esta ideia uma série de princípios que hoje sabemos subjacentes à fundação das primeiras cidades muçulmanas. Apesar do local onde assenta a actual cidade se revestir de atributos estratégicos a não desconsiderar, como o recurso viário que o rio Arade constituía, não cremos que o mesmo tenha sido escolhido para ali se fundar uma cidade de raiz em período islâmico. Tal poderia ter sucedido, se a zona fosse um espaço de fronteira ou pudesse controlar um eixo viário importante, que levasse à criação de um acampamento militar, que evoluísse posteriormente para uma cidade, como sucedeu com assentamentos do tipo *qal'a*, de que são exemplos Alcala la Real, Alcala del Rio, Calatrava, Artobás, etc. (Acién, 2002:61-64) e pode ter sucedido na zona de Alcalar, a norte de Portimão (Catarino, 2002:40). De facto e em regra, tratava-se de aglomerados que se extinguíram ou evoluíram para outra tipologia de assentamento, principalmente *qarya* ou *hisn*, mas também, nalguns casos, para *madina* (Acién, 2002:61).

Em face do que se expôs, o cenário mais plausível é que a *Cilpis* ali se localizasse, embora com uma população reduzida, eventualmente aumentada pelas sucessivas transferências de gentes do Cerro da Rocha Branca. Este último assentamento teria mantido a sua vocação comercial, eventualmente reduzindo-se apenas a porto comercial da cidade, que passou a integrar. De facto, o potencial da envolvente teria mantido uma população que não desprezou a riqueza do território, assente em solos férteis, com recursos naturais abundantes, como os minérios e a madeira da serra, rodeado de vários cursos de água que lhe forneciam este bem tão essencial e viabilizavam o acesso ao mundo exterior²⁴. É ainda de prever que, nas proximidades, se mantivessem vias

²⁴ Mário e Rosa Varela Gomes, com base no estudo de materiais arqueológicos exumados de faixa de terreno junto à muralha supostamente Almóada do sector sul da Almedina, confirmam a existência de

terrestres herdadas de tempos passados, como a que ligava todo o barrocal e a que dali se dirigia para norte (Rodrigues, 2004:79).

Assim, nos inícios do século VIII, o local talvez se inscrevesse num modelo urbano ruralizado, apenas matizado pela actividade comercial mantida pelo seu porto. Posteriormente, e numa primeira fase, terá recebido o incremento de pequenos grupos muçulmanos que atravessaram o Estreito. Mais tarde terá recebido grandes massas de ocupantes exteriores, que chegaram integrados em contingentes militares, juntando-se a uma população já de algum modo miscigenada, ainda que, muito provavelmente, diminuta.

Obviamente que o que atrás se defendeu carece de sustentação material que, esperamos, um dia a arqueologia possa fornecer, uma vez que, conforme se viu, os vestígios até agora conhecidos são esparsos e em quantidade reduzida, ainda que suficientes para advogar uma ocupação anterior à muçulmana.

2.5.3. A cidade islâmica – crescimento, apogeu e declínio

A fonte mais longínqua, contextualizada no período de dominação islâmica de Silves, refere o seu porto, que serve de embarque a *Algazali*, a propósito da missão diplomática à terra dos normandos, de que o mesmo é encarregue por *Abd al-Rahman II* em meados do século IX (anexo V doc.1) (Coelho, 1989:131,132). A escolha do porto de Silves para embarque de um enviado a uma tão especial missão, faz inferir que a cidade já teria alguma notoriedade nesta época. Mas contemos a história do princípio, de modo a torná-la compreensível.

urbe pré-islâmica importante, sob administração bizantina e visigótica, capaz de manter significativos contactos comerciais e culturais, não só com outras áreas peninsulares como com o Oriente (Gomes e Gomes, 2003:23), embora refiram depois que os materiais arqueológicos em questão ofereciam aspecto residual, dado não manifestarem forte expressão, tanto em área como em potência (*idem*:24).

2.5.3.1. Durante o Emirato

Se observarmos os diversos estudos relativos à chegada dos muçulmanos ao *Gharb al-Andalus*, encontramos grande unanimidade quanto ao facto de tal ter ocorrido logo na segunda década de 700. Segundo Picard (1998:25), a invasão da Península Ibérica foi efectuada em 713 por berberes mandados por chefes árabes, muitas vezes por via de acordos estabelecidos com a própria família real e nobreza visigoda, a troco de continuarem proprietários dos seus bens fundiários e da sua manutenção nalguns cargos importantes. Por exemplo, a região entre o Tejo e o Mondego terá sido ocupada por tratado lavrado em 714, entre *Abd-al-Aziz*, filho e sucessor de *Musa Ibn Nusayr*, comandante árabe enviado pelo Califa de Damasco *Walid*, e *Aidulfo*, pertencente à família real visigoda e descendente de *Vitiza*. Esta região mantinha a sua autonomia a troco de um tributo anual aos governadores árabes e do acolhimento das suas guarnições militares nas principais praças-fortes da região (*ibidem*).

A região a sul do Tejo parece ter sido ocupada pela força, também por *Musa Ibn Nusayr* (Thairi, 2002:159), no seguimento da revolta dos visigodos de Sevilha e Niebla que se refugiaram em Beja, de igual modo por árabes e berberes, que terão efectuado a expedição e recebido o pagamento em terras onde se terão instalado, sobretudo na região de Beja e nas margens do Guadiana. Ao longo da costa, desde Sevilha ao Cabo de S. Vicente, parece terem sido os árabes iemenitas *Yahsubî*, sob a direcção do chefe de clã *Abu I –Sabbah Yahsubî*, que dominaram a região, tendo este sido nomeado governador de *Ocsonoba*.

Aquando da chegada ao poder de *Abd Al-Rahman I* (756-788) que, após a implantação do poder *Abássida* na Síria, vem para o *al-Andalus* com grupos da clientela Omíada (Catarino, 1998:84), é organizada uma circunscrição militar, com o clã *Yahsubî* que dominava a região. Mas estes, numa tentativa de se autonomizarem, dirigem diversas

revoltas contra o poder Omíada, em 763 e 775 e, ao saírem derrotados, refugiam-se no distrito de Silves, não lhes tendo sido reconhecido qualquer protagonismo a partir de então (Picard, 1998:26).

Segundo Thairi (2002:159), a segunda aportação étnica árabe que afectou o *Gharb al-Andalus* foi igualmente de natureza militar. Tratava-se de um exército Omíada de mais de 10 000 homens, dirigido por *Balay b. Bisr al-Qasayri*, sendo que destes cerca de 8 000 eram árabes. Deste contingente, os *Hims* assentaram nas *Kuras* de Niebla e Sevilha e o contingente egípcio nas *Kuras* de Beja e *Ocsonoba* (*idem*:160).

Chegados os primeiros muçulmanos à Península, terá sido, de certo modo, mantida a organização administrativa já existente, de tradição romana, então materializada pelos visigodos em dioceses, ficando Silves integrada na *Kura* (distrito) de *Ocsonoba*, cuja capital era a própria cidade de *Ocsonoba*. No final do período emiral, há notícia de que o governador *Yahya Ibn Bakr* repovoou a cidade de Silves (Khawli, 2002:174), o que, certamente, terá contribuído para o crescimento que alcança no século seguinte.

Neste período a cidade já contaria com porto e estaleiros de construção naval, eventualmente fomentados por *Abd al-Rahman II* que, no âmbito da organização do exército e desenvolvimento da marinha militar, parece ter dotado alguns portos de estaleiros navais (Catarino, 1997-98:580). Parece que nos estaleiros de Silves terá sido construído o barco que levou o poeta *Al-Gazali* de Jaén, em 844, a negociar a paz com os normandos (Cheikha, 2002:43), como já referimos.

2.5.3.2.O Califado – Silves capital de *Kura*

Não se sabe bem quando ocorreu a transferência da capital da *Kura* de *Ocsonoba* para Silves, se no final do século IX, ainda com *Yahya b. Bakr b. Zadlaf* (Thairi, 2002:164; Cheikha, 2002:49), ou se com seu filho, já durante o califado. A verdade é que *Xilb* terá

ganho importância devido ao seu crescimento populacional e consequente desenvolvimento sócio-económico, razão pela qual a divisão administrativa existente se mantém, tal como a província de *Ocsonoba*, mas a capital é transferida para Silves²⁵. Assim perdura durante todo o século X e até à constituição dos primeiros reinos de taifa, em meados da centúria seguinte. Há notícia de que nesta época a cidade já possuía castelo (Al-Razí cit. por Coelho, 1989:50) e notoriedade, sendo possível que para tal tenham contribuído de modo importante o porto de Silves, o comércio que o mesmo veiculava e as actividades que lhe estavam associadas, nomeadamente os seus estaleiros de construção naval.

Nesta região vive-se um período de certa acalmia interna, se exceptuarmos as revoltas de *Ibn Malik* que, embora focalizadas na zona de Beja (Correia, 1998:196), tiveram repercussões mais a sul e são neutralizadas durante a governação de *Abd al-Rahaman III*. Do exterior mantém-se a pressão de normandos, que assolam a costa e travam batalha no rio de Silves, em 966, já sob a governação de *Al-Hakam II* (anexo V doc. 2) (Coelho, 1989: 134; Cheikha, 2002:43).

As nunca cessantes lutas internas entre tribos e clãs, por um lado, e as constantes revoltas de grupos *muladíes*, por outro, provocam o enfraquecimento do califado de Córdoba. Nessa sequência vão-se formando forças aglutinadoras nas pequenas cidades, culminando na sua autonomia e consequente constituição de reinos independentes, governadas por elites locais. Em regra, são grupos já detentores de grande influência e poder na respectiva região, quer se trate de elites hispano-godas, de árabes ou de convertidos ao islamismo.

²⁵ Consta que *Yahya b. Bakr b. Zatlaf* ali fixou a sua residência permanente (Domingues, 1945:122; Lagardère, 2006: 76).

2.5.3.3. Os *Banu Muzayn* e o primeiro reino de taifa

Pouco se sabe dos primeiros tempos de independência do reino de Silves, com exceção de que os seus destinos foram dirigidos entre 1031²⁶ e 1048 por dois governadores: até 1041 *Isa b. Muhammad*, a quem sucede o filho, que se intitula *Amid al-Dawla* (Khawli, 2002a:28; Cheikha, 2002:43); depois dessa data, os *Banu Muzayn*, cuja ascensão ao poder é protagonizada por um *cadí* da cidade que, em 1048, se revolta contra a tirania de *Ahmad b. Garrah*, o que se intitulava “Rei dos Reis” (Khawli, 2002a:28).

A família *Muzayn* tinha grande tradição na região de Silves, dividindo-se as opiniões entre uma possível origem Yemenita (Picard, 1998:28, Lagardère, 2000:51; Marín, 2005:216), corroborada pela *Crónica Anónima dos Reinos de Taifa*, que os faz descender de um dos primeiros emigrantes para a Península, de nome *Muzayn* (Khawli, 2002a:28), e a possibilidade de se tratar de autóctones convertidos, dado que os diversos estudos onomásticos realizados não conseguiram encontrar relações de parentesco destes com outras famílias detentoras do mesmo patronímico (Khawli, 2002:175).

Ao influente *Al-Muzaffar Isa Ibn Mohammad Ibn Muzayn*, homem muito culto e cuja governação consolida o já crescente reino de Silves, tanto ao nível sócio-económico como ao nível cultural, governando-o até 1054, sucede seu filho *Muhammad ibn Isa*, conforme versava o testamento de seu pai, intitulando-se *Al Nasir* (o vitorioso). Em 1058 *Al Nasir* é sucedido pelo filho, que governou sob o nome do avô *Al-Muzaffar*, até 1063 (Khawli, 2002a: 29). Há notícia de que se terão reforçado as muralhas de Silves, embora não tenha tal empreitada sido suficiente para travar o ímpeto conquistador de *Al-Mothadid*, rei de Sevilha, que com um grande e poderoso exército toma a cidade,

²⁶ A data de 1031 costuma ser aceite como marcando o fim do califado de Córdoba. Contudo, o não aparecimento de séries de moedas cunhadas sob a égide dos reinos de taifa antes de 1038 (Taifa de Toledo, com a alusão apenas ao títulos califais de *Imman Abd Allah*), coloca em dúvida aquela cronologia, como faz notar Ación Almansa (2001:495).

após longo cerco de oito meses, acto militar descrito na *Crónica Anónima dos Mutuk Al-Tawa'if* (anexo V doc. 3) (Coelho, 1989:215; Maillo Salgado, 1991:34).

A maioria dos príncipes dos reinos taifa tenta fazer das suas capitais pequenas cópias da imponente Córdova califal. Não esqueçamos que é sob a corte dos *Muzayn* que se inicia literariamente *Ibn Ammar* e muitos outros poetas. Consta que na época a cidade era detentora de *bibliotecas, livrarias e coleccionadores de obras literárias, como Abul Casim Al-Cântari* (Domingues, 1945:124), embora para este período não seja referido grande número de sábios na cidade (Marín, 2005:202).

Em *Ocsonoba*, outra elite local detinha o poder, os *Banu Harun*, ao que consta, de origem cristã. São estes os dois reinos então existentes no território do actual Algarve, correspondendo, *grosso modo*, ao barlavento e sotavento, que são submetidos pela poderosa taifa de Sevilha, ficando incluídos no seu extenso reino.

2.5.3.4. Integração no reino Abádida de Sevilha: o tempo de *Al-Muthamid* e de *Ibn Ammar*

Este terá sido, certamente, o momento em que a cidade de Silves conheceu o seu maior esplendor, materializado não em poder político, porque foi integrada no reino Abádida de Sevilha, mas porque se tornou num dos maiores centros de cultura do *Gharb al-Andalus*. A importância da cidade infere-se também do facto de *Al-Mothadid* ter encarregue o seu filho de a governar. *Al-Muthamid*²⁷ aqui permanece, até seu pai o chamar a Sevilha para ser preparado para a ascensão ao trono, após a sua morte. Quando esta ocorre, em 1074, *Al-Muthamid* sobe ao trono e nomeia *Ibn Ammar*²⁸ para governar a cidade por que se apaixonara e que sempre recorda, com saudade, nos seus poemas (anexo V doc. 4). Este último era um conhecido poeta originário das redondezas de

²⁷ Veja-se a propósito da sua vida os trabalhos de Adalberto Alves (1996, 2002).

²⁸ Sobre esta importante personagem da história de Silves e do *Gharb al-Andalus* deve ver-se Adalberto Alves e Hamdane Hadjadji (2000), Hamdane Hadjadji (2002) e ainda Khawli, Fraga e Fernandes (2007).

Silves, com quem havia travado conhecimento na Corte de Sevilha e consolidado amizade durante a sua permanência em Silves. *Ibn Ammar* e *Al-Muthamid* são apaixonados pelas artes, sobretudo pela poesia, tornando-se autênticos mecenas e protagonizadores de formas de expressão artística levadas ao mais alto nível. Da sua poesia se retira muita informação sobre a cidade de então, nomeadamente a existência do *Xarajib*, o sumptuoso “Palácio das Varandas”, e a existência de um açude no rio, a que voltaremos oportunamente.

Mas nem só de arte vive o Homem e, se do ponto de vista cultural esta época foi brilhante, já na vertente político-militar não o terá sido, sobretudo após a morte de *Ibn Ammar*, em 1085, antes tornado *wizir* do rei-poeta e, ao que apuramos, excelente diplomata em matéria de estratégia político-militar. É assim que *Al-Muthamid*, não suportando as investidas cristãs protagonizadas por Afonso VI de Castela, chama uma tribo guerreira do Norte de África para o auxiliar. Esta desloca-se ao *al-Andalus* em 1086, 1088 e 1090, comandada pelo temível *Yusuf Taxufin*, que acaba por recolher apoios diversos e toma o poder ao rei de Sevilha, apoderando-se do seu extensíssimo reino, ao qual os anteriores líderes não tinham nunca cessado de acrescentar terras, levando a preceito uma verdadeira empresa expansionista.

2.5.3.5. Almorávidas, *Ibn Qasí* e os Almóadas – primeiro a reunificação, depois a perda do poder

No ano de 1091 é inaugurado um período de reunificação muçulmana, protagonizada pelos novos líderes magrebins – os Almorávidas. Estes desenvolvem uma política centralizadora e de menor tolerância, que desgostou grandemente a aristocracia hispano-árabe e as classes cultas, aquela desapossada dos seus bens e estas atingidas pela condenação sistemática das suas obras e pelo desaparecimento da liberdade

intelectual²⁹. Tal situação conduziu a revoltas contra os Almorávidas a partir de 1109, protagonizadas tanto por elites locais, como por moçarabes, muitas vezes perseguidos, aprisionados e levados para colónias no Norte de África como escravos.

É nesta fase que Silves assume de novo grande protagonismo na história do *Gharb al-Andalus*, pois o descontentamento generalizado quanto à política Almorávida desencadeia revoltas e a proclamação de novos reinos independentes, designados por segundas taifas, sendo em Silves constituído novo reino autónomo, por volta de 1145, chefiado por *Ibn Qasí*³⁰. Segundo as fontes, tratava-se de um *muladíe* recém-convertido mas devotadíssimo, de extrema bondade, fundador de um *ribat*³¹ nos arredores da cidade de Silves. Este inicia nova doutrina *sufi*, o Muridismo, reunindo seguidores de entre as elites locais e chegando a intitular-se *Mahdí*.

Estamos numa época muito conturbada, de anexações e perdas sucessivas de pequenos reinos, de alianças e de traições. A situação entra em completo descontrolo, levando *Ibn Qasí* a chamar em seu auxílio outra tribo do Norte de África, que em Marrocos tinha

²⁹ A propósito da falta de liberdade intelectual e da instabilidade vivida neste período de intolerância, vem a história contada por *Ibn Habbus*, poeta que viveu nesta época, ao se ter encontrado em Silves com um membro dos *Banu Millah*, importante família proprietária da cidade, amante da escrita e da poesia. “Quando entrei na cidade de Silves, no al-Andalus, havia 3 dias que não comia. Perguntei a quem me podia dirigir naquela cidade e indicaram-me um homem de nome *Ibn Millah*. Pedi um papel e uma pena e escrevi alguns versos fazendo o seu elogio. Dirigi-me a sua casa e encontrei-o no vestíbulo. Saudei-o! Ele deu-me as boas vindas e respondeu-me com cortesia, perguntando-me se eu era estrangeiro. Respondi-lhe que sim ao que me perguntou em que me ocupava. Informei-o que era letrado e poeta e ele recitou os versos que eu lhe compusera. Apreciou-os bastante e convidou-me a entrar, a sentar e começámos a conversar. Não podia ter encontrado melhor interlocutor. Quando chegou o momento de me retirar, ele saiu e voltou acompanhado de dois escravos que traziam uma caixa que colocaram diante de mim. Abriu-a e de lá retirou 700 dinares almorávidas que me deu, dizendo – É para ti! Fiquei confuso e perguntei-lhe: - Como, para mim? Então disse-me: - Destinei o rendimento de uma parte das minhas terras para os poetas, esse rendimento é de 100 dinares por ano e, há sete anos, que não me aparece um poeta, por causa das revoltas continuadas que fragmentaram o país. Este dinheiro é o que se acumulou durante os sete anos” (in Lagardère, 2000:52 – trad. nossa).

³⁰ Figura incontornável da história da cidade de Silves, sobre a vida de quem se produziram importantes trabalhos de investigação, nomeadamente, duas teses de doutoramento nos Estados Unidos e Alemanha (Goodrich, 1978 e Dreher, 1988), às quais não conseguimos aceder. Ver a propósito Sidarus (1992). Trabalho de relevo é a tradução da sua mais importante obra, *As Sandálias do Mestre*, Alves (2001). Ver também A.G. Melo Borges (1992) e M.V. Gomes (2007).

³¹ Interpretado como se tratando de edificação do tipo *ribat* existente na Ponta da Atalaia – Arrifana, Aljezur, que motivou a publicação de vários artigos (Gomes e Gomes, 2004), importante exposição e respectivo catálogo (Gomes e Gomes, 2007), embora Picard (2002:203) refira que o *ribat* fundado por *Ibn Qasí* se situava numa alcaria localizada nas proximidades de Silves e ainda não identificada, denominada *al-Jilla*, o que, de algum modo, é corroborado por António Rei (2002:60).

subtraído o poder aos Almorávidas. Era a primeira vinda dos Almóadas e a continuação da grande conturbação, com novas alianças, ora com cristãos, ora de novo com Almorávidas, ora mais uma vez com Almóadas e mais uma vez ainda com cristãos. É assim que, no cenário do castelo de Silves, *Ibn Qasí*, após ter celebrado aliança com Afonso Henriques que terá desgostado a população fortemente islamizada, é por esta assassinado em 1151. Seis anos mais tarde, quando desaparecem todos os chefes *muridas*, os Almóadas tomam o poder inaugurando nova fase reunificadora.

Apesar de ser desenvolvida também uma política centralizadora e pouco tolerante, o período de domínio Almóada em Silves terá sido marcante pelo desenvolvimento que atingiu a cidade na vertente urbanística e arquitectónica, verificando-se inclusivamente um acentuado crescimento populacional. É uma época de profundas reformas no sistema defensivo e de edificação de estruturas que ainda hoje permanecem.

Em 1189, após longo cerco, a cidade é tomada por D. Sancho I e pelas tropas cristãs, auxiliadas pelos cruzados que se dirigiam para a Terra Santa, numa fase em que apenas o Algarve se encontrava por anexar ao actual território português. Em 1191 os muçulmanos recuperam a cidade, tendo-a dominado até à segunda metade da centúria seguinte.

Trata-se do período em que o território de Silves terá atingido o seu máximo desenvolvimento. Um forte sistema defensivo protegia a cidade, e uma série de castelos e torres atalaia, estrategicamente colocados, dominavam o território, funcionando como uma espécie de guarda avançada, dispostos tanto na linha de costa como a flanquear zonas de intercepção de vias terrestres importantes. A conjuntura político-administrativa motivava reflexos migratórios para sul e a cidade cresceu. A economia era próspera, sustentada pela agricultura, o artesanato e a bem documentada indústria naval,

potenciando o comércio com terras longínquas, através do canal de acesso aos mares que era o Arade, o rio aliado de sempre.

Em data não devidamente apurada, em torno ao ano de 1248, D. Paio Peres Correia, Mestre da Ordem de Santiago, em pleno reinado de D. Afonso III, toma definitivamente a cidade.

3. **A cidade islâmica – o arrabalde na cidade**

Embora o assunto fulcral do nosso estudo se concentre numa pequena área de arrabalde, parece-nos essencial contextualizá-lo na cidade islâmica. De facto, a realização de uma série de trabalhos de investigação arqueológica levados a cabo nos últimos tempos, a que já nos referimos, permite-nos agora dispor de uma considerável quantidade de informação, de que outros estudos realizados anteriormente não puderam beneficiar³². Tal circunstância reforça a oportunidade de aqui dedicarmos um pouco mais de atenção à cidade do que aquela a que inicialmente nos propúnhamos.

3.1. **As referências escritas ao sistema defensivo**

As fontes históricas árabes que aludem a Silves são escassas mas mencionam estruturas defensivas na cidade, pelo menos desde o século X. A primeira alusão deve-se a *Al-Razí*, que assim se refere à cidade: *sob o seu senhorio (o de Ocsonoba), há vilas e castelos, um dos quais é Silves, que é a melhor vila do Algarve* (Coelho, 1989:50). Em 1048, depois de autonomizado o reino de Silves, os *Banu Muzayn*, seus governadores, *organizam a cidade e consolidam as suas muralhas* (Maillo Salgado, 1991:33). Parece, ainda assim, que estas obras não foram suficientes para travar o ímpeto expansionista do rei de Sevilha, que em 1063 toma a cidade, *depois de ter aberto uma brecha num lado da muralha por meio de máquinas de guerra e depois de ter minado a cerca por outra parte* (Coelho, 1989:215). No século XII, o conhecido geógrafo *Al-Edrisí* deixa para a posteridade uma importante descrição da região na qual menciona o facto da cidade se encontrar *rodeada por uma muralha sólida* (anexo V doc. 5) (*idem*:62). Também *Ibn Abd Al Mumine*, geógrafo do século XIII, baseado em fontes de *Al-Bakri*, século XI e

³² Referimo-nos à tese de doutoramento de Rosa Varela Gomes, publicada em 3 volumes (Gomes 2002b; 2003 e 2006).

Edrisi, século XII, se refere a Silves como estando rodeada por uma muralha sólida e possuir nos seus arredores plantações e hortas” (idem:63).

Pouco depois de *Al-Edrisi*, um cruzado que participa na tomada de Silves de 1189 deixa-nos a descrição mais completa do sistema defensivo da cidade (...) *he cingida de muros e fossos, de tal arte que nem huma só choupana se encontra fóra dos muros, e dentro delles havia quatro ordens de fortificações, a primeira das quaes era como huma vasta cidade estendida pelo valle chamado Rovale. A maior estava no monte, e dávão-lhe o nome de Almedina (cidade) tendo outra fortificação na encosta que desce para o mesmo valle a fim de proteger o canal das águas, e hum certo rio chamado Arade ou Drade; outro corre para o mesmo, o qual se chama Odelouca; e sobre o canal há quatro torres, de modo que por aqui se provesse sempre de água em abastança a cidade superior, e tem esta fortificação o nome de Coirasce (Couraça). As entradas pelas portas eram de tal arte angulosas e tortuosas, que mais facilmente serião escalados os muros do que entraria alguém por ellas. Abaixo da primeira era o castelo que se chamava Alcay. Também havia uma grande torre no Rovale, e tinha huma estrada coberta para Almedina, de sorte que della se podia ver o que se passava de fora dos muros da Almedina, e os que acommetessem os muros de revéz podessem ser ofendidos da torre, e da parte opposta, e esta chamava-se alvierana.(...) Também se deve notar que as torres estavam tão perto dos muros de cada cidadella. Que qualquer pedra atirada d’huma dellas cursava até á terceira, e em algumas partes ainda erão mais próximas. (...)*” (Lopes, 1844:14).

Durante os dois séculos que se seguiram, estando a cidade já sob governação cristã, há diversas referências a obras nas muralhas de Silves que, de algum modo, documentam o seu abandono e mau estado de conservação, muito embora se depreenda uma preocupação constante na recuperação das mesmas, dado que não estávamos ainda em

período de completa acalmia; o corso e a pirataria assolavam a costa, e as fronteiras do jovem país encontravam-se ainda mal consolidadas.

Passado o período de dominação muçulmana e a tumultuosidade de uma época de guerras sistemáticas que terão causado forte dano às fortificações islâmicas da cidade, parecem ser as catástrofes naturais que se encarregam de as arruinar ainda mais, como os sismos de 22 de Fevereiro de 1309, 9 de Dezembro de 1320, ainda o de 1344, os dois que ocorreram no ano seguinte (Junho e Agosto) e também o de 24 de Agosto de 1356, que arrasou grande parte da cidade e diversas fortificações (Boletim, 1948:21). Estes estragos parecem ter conduzido a trabalhos de restauro durante o século XIV, nomeadamente nos reinados de D. Fernando e de D. João I (Domingues, 2002:69), o que nos parece plausível se observarmos algumas siglas de canteiro visíveis nalgumas pedras das torres da Alcáçova e da Almedina e os arcos ogivais das portas de algumas das torres da primeira.

Em 1383, encontramos uma referência a uma das torres onde se reuniam por vezes os homens de Silves em conselho, particularmente, para uma reunião preparativa para a participação nas cortes de Santarém. Alberto Iria julga tratar-se da hoje designada Torre da Almedina ou Porta da Almedina. (Iria, 1995:28)

Em 1404, parece que decorriam em Silves obras de restauro ou de conservação nos muros e torres da cidade. Nas Cortes de Lisboa desse ano, o monarca fez saber ao seu corregedor no reino do Algarve *que (...) em estes juntamentos que ora fazemos em a çidade de Lixboa com os nossos prellados e conçelhos, o conçelho de Sillue, lhe mandara dizer que: 1º Ali chegara Gonçalo Mendes, seu corregedor, que logo deu a dous veedores o encargo, decerto urgente e importante, de beer E mandar em as Obras dos muros e Torres e em a barreira dessa çidade (...)*. Refere Alberto Iria a propósito desta carta, confirmando as já referidas obras nos muros da cidade de Silves em tempo

de D. João I, que este havia recomendado a Gonçalo Mendes, seu corregedor no Algarve antes de Gil Martins, a quem a carta anteriormente referida é endereçada, que mandasse colocar vedores nas *Obras dos muros e Torres e em a barreira dessa cidade* (Iria, 1990:20). Também nas Cortes de 1413, decorridas em Lisboa, há uma referência genérica à obrigação camarária de realização de obras em torres, cercas e muros (*idem*:24). Ainda nas cortes de 1439, realizadas em Lisboa, há referência indirecta ao mau estado dos muros e torres da cidade de Silves, quando os “Homens Bons” que ali a representaram referem a falta de gente para trabalhos a executar no concelho, nomeadamente (...) *E Repayramentos de muros ou muralhas do Castelo e pagar pera estas cortes* (*idem*:61), deixando transparecer um certo estado geral de pobreza.

Apesar de todas as calamidades naturais, parece que na segunda metade do século XV uma das portas da medina, a que se localizava na zona mais ocidental da cidade e que era designada como Porta da Azóia, ainda existiria³³. Esta encontra-se intimamente ligada à segunda tomada de Silves, ocorrida em meados do século XIII, tendo sido o local onde o último rei muçulmano terá travado uma grande luta com D. Paio Peres Correia, tentando a reentrada na cidade sem o conseguir (Domingues, 2002:69). Também o *Livro do Almojarifado de Silves* o atesta, em determinada passagem: *aalem dos dictos açougues em hua rrua trauesa que uay ssajr aa rrua que uay pera a porta da Azoia tem el Rey outra casa terrea que ssoya ter hua parreira aa porta* (Leal e Domingues, 1984:21). O mesmo livro faz menção, por diversíssimas vezes, à Porta da Vila (Porta da Almedina) (Leal e Domingues, 1984: 27, 29, 33), ao arrabalde da cidade (Leal e Domingues, 1984:33) e ao Torrejão (Leal e Domingues, 1984:39, 40, 53, 85), sobre o qual nos debruçaremos oportunamente.

³³ A torre que albergava a porta é referida por Rui de Pina na Crónica d’el-Rei D. Afonso III, na seguinte passagem (...) *mas ainda com tudo isto não puderam e trabalharam por se meter debaixo da torre Zoia, que é edificada sob arcos, à maneira de ponte, saída pêra fora dos muros* (...) (São José, 1577:75).

Pouco tempo depois, o “Foral Manuelino” (1505), refere a existência de várias portas na cidade, a propósito do pagamento de portagens (...) *Porem as barcas que vierem do termo da dita çidade e nom trouverem mercadorias de fora do termo poderão portar e desquarregar onde quiserem E as mercadorias ou cousas do termo que nellas vierem poderam meter em a dita çidade por quall quer porta e nom seram obrigados desembarguar nem fazer saber na portagem. (...)* (Silva, 1993:199).

Não obstante o estado de degradação do castelo, o grande esforço tendente à sua recuperação parece ter permitido que D. Sebastião, em visita a Silves no ano de 1573, ali tivesse estabelecido aposento (Domingues, 2002:43). No entanto, esta fonte carece de confirmação porque, cerca de 27 anos depois, o estado do castelo é de novo de completa degradação, como veremos em seguida. No primeiro ano do século XVII, exactamente em 1600, Henrique Fernandes Sarrão visita Silves e diz sobre as fortificações: (...) *Os muros da cidade são mui altos e fortes e torreados, e tem um castelo em cima, muito fer, e grande, que tem ua porta para dentro da cerca da cidade e outra da traição, para a banda do norte, da parte de fora e está tão entulhada por dentro, que em parte o entulho chega a barbar com as ameas de cima, e da banda de fora fica sendo muito alto o muro, por onde fica fortíssimo. (...) Ao pé da cidade, fora dos muros, no seu arrabalde, estão os vestígios de muros velhos caídos, que era a cerca da cidade e povoação velha. Tem Silves um rio, que o lava pelo sopé do seu arrabalde, da parte do meo dia (...)* (Sarrão, 1600:153).

Passados ao século seguinte, teremos de observar novos cataclismos naturais, o terramoto de 1722, atribuído a uma erupção submarina que se terá verificado entre Faro e Tavira, não muito longe da costa e que causou enorme devastação nas estruturas edificadas da cidade de Silves, o qual só terá sido suplantado na profundidade dos estragos pelo de 1755 (Boletim, 1948:22). Aos efeitos deste último terramoto se

deveram, principalmente, os grandes desmoronamentos que desfiguraram as vastas fortalezas medievais, a Alcáçova e a Almedina. Chegados ao século XIX, entramos numa época em que, mais do que os cataclismos naturais, é a própria mão do Homem que, em nome do desenvolvimento e do progresso, infere golpes trágicos aos testemunhos do passado da cidade de Silves, desde há muito carentes de grandes obras de consolidação e restauro. Por volta de 1889 parte da muralha da Almedina terá sido cortada para a abertura da Rua Bernardo Marques, que vem permitir um mais fácil acesso ao novo edifício da Câmara Municipal. A Porta da Azóia é também cortada para tornar mais acessível a circulação entre a antiga medina e o espaço exterior, e as torres do castelo são transformadas em masmorras.

Quanto às restantes muralhas, Baptista Lopes, nas notas que acompanham a publicação do “Relato do Cruzado Anónimo” em meados do século XIX, dá-nos conta de alguns vestígios a norte e a oeste do que diz ser a terceira ordem de muralhas, formada por várias torres que estão da parte exterior das muralhas da cidadela, *e que se comunicavam com ella por meio de fortíssimas abóbadas, algumas das quaes ainda se conservão, outras estão derrubadas, mostrando grandes massas petrificadas e duras, como o ferro, dessas taipas tão bem compostas que resistem a toda a acção dos tempos. Da quarta e última fortificação aparecem não poucos vestígios em torno da cidade apanhando grande parte da planície, que deve ser o Rovalle (Arrabalde). Esta parte da cidade, ou antes, arrabaldes, deveria comprehender as terras visinhas á actual, principalmente a Este, onde se tem encontrado immensas ruínas e alicerses de edifícios e ainda pedaços de muros e torres. Nessa campina oriental existe hum resto de muro distante das primeiras casa deste lado huns 500 passos. Não mui afastado, a SE, aparece ainda um pequeno monte de terras ou taipas petrificadas, chamado o Torrejão, derivado, talvez da grande torre que o Cruzado denomina Alvierana. (...) Achou-se*

outro resto de muralha a uns 50 passos do rio, e perto do moinho chamado hoje da Porta – aparecem mais restos, assim como a Oeste da cidade também perto do mesmo rio, e sempre na mesma direcção (Lopes, 1844:71,72).

A descrição de Silva Lopes deixa subjacente a ideia da existência de dois arrabaldes cercados, um oriental e outro na zona SW da cidade, cujos muros se encontrariam muito perto do rio, assunto a que tornaremos oportunamente.

3.2. Estruturas defensivas: a arqueologia e outras inferências a partir das fontes escritas e iconográficas

Os vestígios de elementos de fortificação, considerados por Mário e Rosa Varela Gomes como os mais antigos (Gomes e Gomes, 1990:62; 1992:289; 2001:20; Gomes, 2002:332; 2002a:104; 2002b: 109; 2006:28), foram identificados junto ao pano de muralha conservado que cobre o alçado posterior do Museu Municipal de Arqueologia.

Os tramos de muralha foram colocados à vista, aquando da intervenção ali ocorrida, no âmbito da construção do referido espaço museal. Eram formados por pequenos blocos irregulares, de arenito vermelho, argamassados com terra. Mediam cerca de 1,00m de espessura e cerca de 0,70m de altura, tendo sido descobertos três troços, que totalizaram 11m de comprimento. Os materiais arqueológicos encontrados sob esta estruturação permitiram aos arqueólogos a atribuição de cronologias e contextualização cultural. Os elementos mais significativos deste espólio eram fragmentos de cerâmica de terra *sigillata* Africana do tipo Clara D. Estes materiais assentavam sobre o substrato rochoso e têm paralelos datados, que permitem a atribuição de cronologia a este nível estratigráfico que se situará entre os séculos VI – VII (Gomes e Gomes, 2003:25). O contexto que se lhe sobrepunha corresponde ao nível de ocupação coevo da construção da aludida estrutura e ofereceu materiais semelhantes à camada 8 da escavação

arqueológica da Alcáçova de Silves, datada por radiocarbono em meados do século VIII. Tal circunstância levou os investigadores a concluir tratar-se de estrutura defensiva que perviveu durante os séculos VIII e IX. A sua necessidade seria justificada por uma certa instabilidade sócio-política ou religiosa, reflectida pela recente presença muçulmana na Península, sendo possível que integrasse um sistema defensivo singelo daquela parte da cidade, do tipo albacar (Gomes e Gomes, 1990:62; 1992:289; Gomes, 2002:332; Gomes, 2006:28).

A atribuição de cronologia aos materiais cerâmicos provenientes dos sedimentos contemporâneos do período de pervivência da aludida estrutura, por analogia com os da camada 8 da Alcáçova, faz-nos aceitá-la com algumas reservas, tendo em conta a discordância que aquela atribuição gerou no seio da comunidade científica³⁴. De facto, a mesma consta, entre outros tipos formais e decorativos, de cerâmicas decoradas a “verde e manganês”, produzidas nas oficinas cordovesas a partir do século X. Esta constatação faria atrasar a fase construtiva da estrutura em questão para período posterior, eventualmente já para época califal, no caso de se confirmar a homogeneidade cronológica das cerâmicas incluídas na camada 8 da Alcáçova, bem como das do nível estratigráfico em questão. Reportando-nos à camada onde assenta o tramo de muralha mais antigo – camada 4 (Gomes e Gomes, 2003:25), bem como a que encosta à base da muralha – camada 3 (*ibidem*), verificamos que as mesmas obtiveram datações por radiocarbono de 640-920 d.C., 780-993 d.C. e 804-1002 d.C. para a camada 4, e de 660-890 d.C., 659-820/839-855 d.C. e 1034-1353 d.C. para a camada 3 (Gomes, 2002b:50). A leitura das datações de radiocarbono, como é sabido, não pode fazer-se pela média

³⁴ O conjunto cerâmico proveniente da Camada 8 da Alcáçova de Silves inclui cerâmicas decoradas a “verde e manganês”, comumente aceites como sendo do tipo *Madinat-al-Zahra*, que Rosa Varela Gomes atribui ao séc. VIII, argumentando tratar-se de colecções importadas do Oriente. A datação deste contexto foi feita por radiocarbono, sobre duas amostras de carvão, e ofereceu datações entre 670-890 e 672-881, calibradas a 2 sigma (Gomes, 2002b:50).

dos intervalos (Soares, 1996:120-121), razão pela qual estas datações pouco ou nada sustentam a leitura cronológica feita pelos autores a que temos vindo a aludir.

Helena Catarino julga pouco credível a construção da primeira fortificação no século VIII, para refúgio dos muçulmanos recém chegados. Advoga, portanto, fazer mais sentido que esta muralha rudimentar pertencesse inicialmente a uma cerca da antiguidade tardia ou de época visigótica, assente sobre ou na periferia de uma zona com ocupação tardo-romana, situada nas imediações do núcleo urbano de *Cilpes* (Catarino, 1997-98: 582). Esta asserção reveste-se de sentido e não teríamos dificuldade em aceitá-la se, de facto, surgissem materiais da antiguidade tardia associados à primeira camada coeva da muralha. Assim, apenas podemos garantir que a sua construção aconteceu em época posterior ao momento produtivo das cerâmicas ali encontradas, e admitir tratar-se de uma das estruturas defensivas mais antigas da cidade. Poderia configurar uma primeira cerca da medina, reforçada com a que lhe é depois adossada e sobreposta a uma cota cerca de 0,30m acima. Esta outra detinha uma espessura média de 1,10m o que, somado à largura da muralha anterior, totaliza cerca de 2,00m. Encontrava-se em dois troços que somados totalizavam 6,00m de comprimento, atingindo em alguns pontos cerca de 0,50m de altura. Era constituída por fiadas de blocos irregulares de arenito vermelho, argamassados com terra, contendo elementos de maior dimensão do que os da estrutura que se encontrava sob ela.

Segundo M e R. V. Gomes (Gomes e Gomes, 1992:289), esta muralha integrava ainda o estrato que concentrava os já referidos materiais cerâmicos atribuídos ao século VIII, ao qual se sobrepunha um sedimento contendo cerâmicas decoradas a “verde e manganês” que, supomos, corresponderá ao tempo de pervivência da mencionada estrutura defensiva. Em face destes dados, admitem os arqueólogos responsáveis pelas escavações arqueológicas que esta estrutura defensiva tenha sido erguida nos finais do

século IX ou inícios do X (*ibidem*) e destruída depois de 929, ano em que a cidade de Silves foi incluída no califado de *Abd-al-Rahman III*. Aquele governante terá, segundo os mesmos autores, mandado destruir muitas das muralhas do Sul da Península a partir de 925, receando insurreições locais que acabam por se verificar mais tarde, dando lugar à constituição de reinos independentes.

Ora, parece-nos pouco coerente erguerem-se muralhas – com todo o dispêndio financeiro que tal acarretaria³⁵ – no final do séc. IX ou inícios do X, o que se justificaria dada a instabilidade reinante no final do emirato, para pouco tempo depois se ordenar a sua destruição. *Abd Al-Rahman III* destruiu muralhas em contextos de guerra ocorridos em locais que não queriam submeter-se ao poder do califado, sendo Beja exemplo disso. Acresce a tal, e voltando a questões estratigráficas e cronológicas, que a camada coeva do reforço da muralha inclui cerâmica do tipo “verde e manganês”, que reúne consenso quanto aos seus tempos de produção e circulação, que se iniciam nos finais do século IX – primeiras décadas do século X, atingindo o seu máximo durante o século seguinte. A análise destes dados permite-nos propor uma cronologia mais tardia para as estruturas defensivas em questão. A primeira poderá ter sido erguida no final do período emiral para protecção contra eventuais revoltas locais, protagonizadas por grupos étnicos dissidentes e, eventualmente, para defesa das investidas dos normandos que assolavam a costa ou, já em período califal, quando a cidade de Silves se torna capital da *Kura* de *Ocsonoba* e assume maior protagonismo político-administrativo. A que lhe é adossada poderá corresponder a um reforço efectuado em período taifa, como nos dão conta as fontes, ao referirem que *Ibn Muzayn* organizou a cidade e consolidou ou reforçou as suas defesas (Maillo Salgado, 1991:33).

³⁵ Como tão bem refere Christine Mazzoli-Guintard (2006:66). Por exemplo, a destruição parcial das muralhas de Beja por *Abd al-Rahman III*, terá ocorrido num efectivo contexto de guerra para neutralização da insurreição e não em fase prévia por temor à mesma.

É ainda mencionada uma terceira estrutura assente sobre as duas antes referidas (Gomes e Gomes, 1990:62; 1992:289; Gomes, 2002:332; Gomes, 2006:28), com cerca de 0,70m de espessura, conservada em 10m de comprimento e cerca de 1m de altura, construída com fiadas alternadas de blocos de “grés de Silves” estreitos e largos, argamassados com terra, com a qual parece coexistir um conjunto cerâmico heterogéneo (*ibidem*). Os autores que vimos citando apresentam como proposta interpretativa a possibilidade de se tratar de muralha Almorávida, apenas sustentando esta hipótese no facto de neste período se terem efectuado muitas obras nos elementos defensivos das cidades. O facto de se tratar de uma estrutura com apenas 0,70m de espessura deixa-nos dúvidas quanto à sua funcionalidade³⁶, por nos parecer pouco praticável a circulação de pessoas ao nível de um adarve que necessariamente teria tão reduzida largura.

3.2.1. A Alcáçova

A cerca poligonal, com cerca de 12 000m², é composta por uma potente muralha de taipa e arenito vermelho da região, à qual se adossam oito torres rectangulares e uma quadrangular, surgindo outras duas do tipo albarrã no sector este, destacadas e a ela ligadas através de um arco. A entrada neste recinto é feita através de uma porta dupla de átrio, ladeada por duas torres que a protegiam. A norte pode observar-se uma outra porta aberta na muralha, permitindo acesso directo ao exterior, a qual é habitualmente designada por “Porta da Traição”.

Este sistema defensivo encontra-se ligado à muralha da medina por duas torres, uma a noroeste e a segunda a sudeste. As zonas norte e este não se encontram cercadas por uma segunda muralha uma vez que o terreno ali é muito escarpado, constituindo

³⁶ Recentemente observamos uma casa islâmica, no âmbito de uma sondagem arqueológica ocorrida nas Ruas Mouzinho de Albuquerque/Rua da Mesquita, em Silves, em que uma das estruturas que encerrava o pátio media de largura cerca de 0,70m.

excelente defesa natural. Ainda assim, as torres posicionadas nestes sectores são muito mais potentes de modo a compensar alguma ofensiva directa.

As dimensões destas torres variam entre os 15mx10m verificados na grande torre designada por Torre de Menagem, com uma posição mais ou menos central no sector norte, e 6mx3m medidos na torre de menores dimensões, adossada à muralha no lado oeste deste dispositivo defensivo. A união de todo este sistema faz-se através do passeio de ronda que oferece uma largura média de 1,60m (anexo IV fig. 4a).

Até à presente data não se efectuaram intervenções arqueológicas visando a obtenção de cronologias para esta importante obra militar. Os trabalhos realizados na Alcáçova restringiram-se, numa primeira fase, a um sector na área centro-este, local onde se colocou a descoberto importante conjunto arquitectónico configurando pelo menos duas habitações palatinas e um complexo de banhos a elas associados (Gomes e Gomes, 2001). Numa segunda fase (2004-2007), ocorreram trabalhos de acompanhamento arqueológico no âmbito das obras de revitalização do interior da alcáçova e suas torres, cujos resultados aguardam publicação.

Na ausência de sondagens junto às valas de fundação de panos de muralha ou torres, as inferências quanto aos seus períodos construtivos têm sido efectuadas apenas com base nas fontes históricas e na análise tipológica da arquitectura dos seus componentes, metodologias e materiais construtivos.

Rosa Varela Gomes (Gomes, 2002:328; 2003:141), vê na sua forma de implantação e arquitectura duas fases construtivas: uma herdada do período Omíada, de traçado rectilíneo, marcada nos panos oeste e sul, o primeiro com 4 torres, 3 rectangulares a norte e ao centro (as duas centrais protegeriam uma porta) e uma quadrangular a sul; outra, fruto de remodelações ocorridas durante o período Almóada, tendo em conta a

existência de duas torres do tipo albarrã e a sua forma poligonal perfeitamente adaptada à irregularidade do terreno (*ibidem*).

A implantação da Alcáçova parece-nos, em todo o seu perímetro, procurar uma adaptação à topografia do terreno, bastante acidentado, razão pela qual dificilmente ali se implantaria uma fortificação de traçado rectilíneo. No entanto, parecem observar-se aparelhos do tipo “soga e tição” na base de algumas das torres, que a mesma autora apresenta no quadro de amostragem dos vários tipos de aparelho registados (Gomes, 2002: 327), sem, contudo, referir declaradamente a sua tipologia e habitual associação a fortificações do período califal (Zozaya, 1992:67). Os sectores norte e nascente poderão ser integrados nas obras ocorridas durante o período Almóada, não devendo desprezar-se outras aproximações, só passíveis de despiste com a realização de trabalhos arqueológicos, tendo em conta que a tipologia das torres que serve de base à argumentação defendida – do tipo albarrã – surge no *Gharb al-Andalus* desde o século IX e conhecem a sua maior difusão já em período cristão (Mora-Figueiroa, 1992:52). Cada vez mais se põe em causa a fiabilidade tanto de determinados referentes arquitectónicos – torres albarrãs, portas em cotovelo – como de algumas técnicas construtivas, como o recurso à taipa comum, para inclusão de determinadas estruturas defensivas no período Almóada (Bétran, 2006:82).

3.2.2. A Almedina

As muralhas e torres da Almedina à data conservadas são, tal como as da Alcáçova, construídas em arenito vermelho e taipa militar, encontrando-se, de igual modo, defendidas por torres albarrãs e torres adossadas ao pano de muralha (anexo IV fig. 4b). Apesar da cintura amuralhada apresentar alguns rombos, é possível identificar dezassete torres: seis no sector norte, três no sector oeste, seis no sector sul e duas no sector este,

sendo dez delas albarrãs, situadas maioritariamente nos sectores norte, oeste e sul, uma semicircular, situada no sector este e as restantes de planta rectangular, adossadas. A medina detém um comprimento cerca de 300m, no sentido norte-sul e de largura rondará os 325m, no sentido perpendicular ao primeiro, ocupando uma área aproximada a 9,75 hectares.

Das portas que davam acesso ao interior da cidade, apenas a Porta da Almedina³⁷ persiste, tratando-se muito provavelmente da entrada principal, pelo menos a partir do período Almorávida, dado que ostenta características construtivas mais consentâneas com o período magrebino (anexo I fig. 6 – **Pa**).

A Porta da Azóia, localizada do lado noroeste da muralha (anexo I fig. 6 - **Pz**), perdurou até ao século XIX, sendo retratada em fontes históricas (São José, 1577:75) e iconográficas datadas do século XVII (Anexo IV fig.5a)³⁸ e de 1844 (anexo IV fig. 5c)³⁹. Tratar-se-ia de torre poligonal albarrã, onde se abria porta a que se ligava o caminho para *Zawaia*, local hoje comumente atribuído à cidade de Lagos. Do lado oposto, situar-se-ia a Porta de Loulé (anexo I fig. 6 - **Pl**), que abria para a estrada que se dirigia a *Al-ulyà*, também designada por Porta do Sol, que se consegue localizar em gravura inglesa do início do século XIX (anexo IV fig.5b). Se atentarmos na mesma,

³⁷ Surge designada tanto por Porta da Almedina como por Porta de Loulé. Contudo, esta última denominação deve tratar-se de associação tardia à Rua da Porta de Loulé que, na verdade, tem início do lado direito da entrada na Porta da Almedina e se dirige à verdadeira Porta de Loulé, também designada por Porta do Sol. A porta da Almedina fica no sector sul da muralha da Almedina e não se dirigiria a Loulé mas permitiria o acesso ao rio e aos arrabaldes da cidade, quando estes se constituíram. Curiosamente, Fátima Botão, investigadora que se dedica ao período medieval cristão, no seu trabalho *Silves, capital de um reino medievo*, apelida sempre a Porta do Sol, como Porta de Loulé (Botão, 1992:95), o que certamente colheu das fontes medievais. Dado que a autora referida não entra em qualquer tipo de análise no que à designação das portas se refere, parece-nos óbvio que, para ela, a designação de Porta de Loulé atribuída à porta nascente da cidade é uma questão absolutamente pacífica. A Porta da Almedina surge no seu trabalho como Porta da Vila e a Rua da Porta de Loulé, como Rua da Porta da Vila. João Baptista da Silva Lopes, nas notas que acompanham o relato do “Cruzado Anónimo”, refere-se à Porta da Almedina como Porta da Cidade, designação que ainda hoje se ouve dos mais idosos. Parece-nos que a atribuição da designação de Porta de Loulé à Porta da Almedina é relativamente recente e assente em pressupostos errados.

³⁸ Publicada pela primeira vez em 1842 na Revista *Panorama, Jornal Literário e Instrutivo*, 2ª série, vol. II, nº 27, Julho, I.

³⁹ Publicada por João Baptista da Silva Lopes, *Relação da Derrota Naval, Façanhas e Sucessos dos Cruzados que Partirão do Escalda para a Terra Santa no Anno de 1189. Escrita em Latim por um dos Cruzados*, Lisboa, 1844.

verificamos a existência de uma abertura na muralha e de um caminho que dali segue para nascente. Do lado esquerdo da abertura vemos uma torre adossada de forma quadrangular, que corresponderá ao actual mirante, que hoje ostenta os cantos arredondados, resultado de um possível restauro em período contemporâneo. Continuando a observação da mesma gravura, do lado direito da entrada vemos uma outra torre, algo destacada do pano de muralha, tratando-se certamente de uma albarrã a ela ligada por ponte de dimensão assinalável, característica muito típica do período Almóada (Zozaya, 1996:69)⁴⁰. Rosa Varela Gomes identificou, em local aparentemente coincidente, os restos de uma torre medindo 10,70mx5,10m (Gomes, 2006:25). A observação do seu registo fotográfico (*idem*:23) permite reconhecer o seu alçado oeste, o que corrobora a hipótese de se tratar de torre não adossada, dado que os vestígios colocados a descoberto correspondem a fiadas de pedra de zona próxima ao seu alicerce.

Para além das três portas referidas, situadas nos sectores sul, oeste, e este, respectivamente, a tradição oral faz referência a uma outra porta localizada no sector sul. Rosa Varela Gomes também menciona este acesso, baseando-se no mesmo tipo de informação, embora desconheça a sua cronologia (Gomes, 2006:8). De facto, a porta referida é visível em fotografia da cidade de Silves datada de 1883 (anexo IV fig. 6a), aberta numa enorme torre de que hoje apenas restam vestígios, posicionada do lado poente da Praça do Município, mesmo atrás do actual quiosque municipal. Esta torre foi quase completamente destruída no século XIX para dar lugar à construção da plataforma porticada que veio a sustentar a construção do edifício da Câmara

⁴⁰ Também de época Almóada, mais concretamente do ano de 1227, é uma lápide encontrada na Rua do Castelo em 1874, não longe do local em questão, que comemora a construção de uma torre (*Em nome de Deus, o Clemente, o Misericordioso. Abençoe Deus a Muhammad e a sua família. Ordenou a construção desta torre o emir...filho do califa, emir dos crentes, Abu Muhammad Abd al-Um'min Ibn Ali – que Deus aceite as suas boas obras e lhe perdoe as más! E isto, no mês do Ramadan o respeitável do ano 624*) (Domingues, 1957:81; Borges, 1998:230). Dada a proximidade da aludida torre e do local de achado da lápide, bem como da eventual coincidência cronológica de ambas, há que admitir que aquela torre de dimensão considerável seja a evocada na lápide referida.

Municipal. Também a gravura de 1844 a mostrava (anexo IV fig.5c), embora parecesse situar-se no ângulo de ligação dos tramos W-S, o que se deve à distorção da imagem. Tal circunstância terá levado Rosa Varela Gomes (*idem*:12) a situar esta porta na torre adossada, hoje muito destruída e encoberta por casa de habitação, que se situava no local de inflexão da muralha para este.

A sua proximidade à porta da Almedina, de que dista apenas 50m, levanta alguns problemas se atentarmos no facto de fazer pouco sentido a abertura de duas portas tão próximas. A chave do problema talvez resida nos tempos de pervivência de cada uma das entradas. Se apurarmos a vista, conseguimos discernir que a porta aberta na torre em questão ostenta um arco ultrapassado e se encontra entaipada. Embora as portas de entrada em ferradura, com origem na arquitectura visigótica (Pavón, 1999:409), tenham uma maior difusão até ao período califal, a sua construção perdura muito para além disso, pelo que seria extremamente ousado atribuir-lhe uma cronologia recuada apenas com base numa tão desfavorável observação do arco. Outro aspecto a reter é a posição da torre e a abertura da porta no seu alçado nascente, que nos leva a inferir tratar-se de porta em cotovelo, uma vez que para entrar na medina havia que inflectir para norte. É por esta razão que a aludida porta não é visível na gravura do século XVII (anexo IV fig. 5a), dado que o ângulo escolhido para o registo gráfico da cidade se posiciona a sudoeste, deixando encoberta a porta aberta no alçado este da aludida torre.

As portas em cotovelo, muitas vezes referidas como características da arquitectura militar Almóada, são identificadas em diversos dispositivos Omíadas, como a Porta Velha de Bisagra, em Toledo⁴¹ (Zozaya, 1998:41), a de Calatrava la Vieja, datada de meados do século IX (Souto, 1987:277; Zozaya, 1996:67; Hervás e Retuerce, 2006:149) ou no *Hisn* de Gormaz (Souto, 1987:277). T.Balbás (1983:149), por seu turno,

⁴¹ Embora a cronologia atribuída por Juan Zozaya não seja pacífica, Valdez Fernandez considera-a medieval cristã (1987:293).

reconhece a influência oriental deste tipo de portas e a sua construção na Península Ibérica desde o século X e a sua apreciável difusão no período taifa. Aponta como exemplos as portas *Ziridas* de Granada, a porta de Elvira, uma das portas interiores da Alcáçova de Málaga e a Porta de Sta. Barbara de Guadix (*idem*:131). Também uma das portas da Aljafaria de Saragoça (Souto, 1987:277) se enquadra neste período, embora seja durante o domínio Almorávida que se generalizam, com o aparecimento do tipo torre-porta, de ingresso lateral, como sucede com a porta de Silves, pressuposto que a poderá remeter para uma cronologia mais tardia.

Ainda assim, e uma vez que os pormenores construtivos desta torre detêm uma larga diacronia, seria insensato atribuir-lhe uma cronologia sem ter a possibilidade de observar alguns detalhes construtivos que melhor pudessem conduzir a hipóteses sustentáveis como, por exemplo, o desenho do arco em ferradura e a presença ou ausência de alfiz, associados a momentos construtivos mais tardios (Correia, 1998: 194). Julgamos, porém, por comparação com a Porta da Almedina, que teremos de a considerar mais antiga, tendo muito provavelmente entrado em desuso por razão desconhecida. Assim, a porta ainda existente, que ostenta uma torre albarrã projectada para o exterior, onde se abrem lateralmente duas portas simétricas, ter-lhe-á tomado o lugar. É um dispositivo que reúne várias características Almóadas (Gomes, 2002:334; 2002a:106; Pavón, 1999:493) e, não obstante também as torres albarrãs terem origem mais remota do que tradicionalmente lhes tem sido atribuído – encontrando-se patentes já no séc. IX em Calatrava la Vieja (Zozaya, 1996:69) – esta tem sido associada à última dinastia magrebina, apesar de profundamente alterada em época cristã.

Ainda no que concerne aos motivos da substituição da porta, podemos sempre considerar as dificuldades oferecidas pelo enorme declive natural, muito mais acentuado neste preciso local do que na zona de implantação da Porta da Almedina, e quão difícil

seria para bestas carregadas abastecerem os mercados cimeiros, circulando em piso tão inclinado. Em alternativa, podemos equacionar a necessidade de construir uma porta com uma arquitectura mais eficaz do ponto de vista defensivo, embora esta hipótese nos pareça pouco consistente por ser mais fácil alterar a torre onde se inseria a porta em ferradura, de cotovelo simples, para um esquema mais complexo de entrada em cotovelo, conforme sucede em período Almóada.

Com base nos dados até agora coligidos, julgamos que se podem isolar três diferentes períodos construtivos na muralha da Almedina de Silves durante o período de dominação islâmica, embora, certamente, ao longo de toda a pervivência muçulmana e depois dela, se tenham efectuado trabalhos no sistema defensivo, alguns pontuais e outros de maior monta. Julgamos que os primeiros tramos de muralha identificados por Rosa e Mário Varela Gomes no pátio anexo ao Poço-Cisterna, exumados no decurso das obras de construção do Museu Municipal de Arqueologia, corresponderão, o primeiro à muralha da Almedina edificada no final do período emiral ou durante o califado, e o segundo a um reforço ocorrido durante o período taifa, altura em que se torna necessário defender o reino independente de ameaças externas e internas. À segunda destas fases corresponderá o tramo de muralha que inclui a torre com a entrada que, aparentemente, ostenta porta de cotovelo simples, encimada por arco em ferradura. Teremos ainda de considerar a realização de obras em período Almorávida ou Almóada, período de que datará, muito provavelmente, a construção de torres albarrãs, elementos defensivos com maior difusão neste período, e dos tramos norte e oeste construídos em taipa militar, tão característica do período Almóada. Bem documentadas nas fontes históricas encontram-se as obras ocorridas durante o período de governo Almóada. É exemplo o relato de que *Ibn Adari al – Marrakuxi*, na *Crónica Bayan al Mugrib*, ao referir que o General Almóada *Ibn Timselit*, ao dirigir a reconstrução das muralhas de Beja, em 1174,

recorreu por duas vezes a Silves, onde foi recrutar operários especializados e ferramentas (cit. por Gomes, 2002:334). Daqui se infere que, muito presumivelmente, ali decorriam ou tinham decorrido obras congêneres. Contudo, se o governo Almóada naquele período reforçava o sistema defensivo, naturalmente que o voltou a fazer de modo profundo quando retomou a posse da cidade em 1191, após os estragos perpetrados pelos cristãos, aquando da conquista de 1189, tão bem relatados pelo “Cruzado Anónimo” (Lopes, 1844; Matos, 1999). Como já se viu, também a epigrafia revela a realização de obras de envergadura nesta época, materializadas na fundação de uma torre em 1227. Relembramos ainda que a iconografia também revela existência de obras no período aludido; desta vez é a gravura de 1844 (anexo IV fig. 5c), que imortaliza a existência de uma torre octogonal, que defenderia a entrada poente da cidade, elemento defensivo que tipologicamente se relaciona com as edificações erguidas durante este período de governo magrebino.

3.2.3. A Couraça

No que diz respeito à couraça, continuamos sem vestígios físicos conhecidos, todavia, gostaríamos de aproveitar esta oportunidade para reflectir um pouco sobre as suas características e hipotética localização. A couraça parece-nos mais um conceito do que algo que possamos descrever com simplicidade do ponto de vista arquitectónico. Assim, partiremos do pressuposto de que se trata de um dispositivo defensivo que objectivava aceder ou proteger o acesso a uma fonte de água – rio, nascente, poço, etc., muito embora muitas outras caracterizações coubessem no nominativo.

Voltando à descrição do “cruzado anónimo”, diz o mesmo (...) *tendo outra fortificação na encosta que desce para o mesmo valle a fim de proteger o canal das águas, e hum certo rio chamado Arade ou Drade; outro corre para o mesmo, o qual se chama*

Odelouca; e sobre o canal há quatro torres, de modo que por aqui se provesse sempre de água em abundância a cidade superior, e tem esta fortificação o nome de Coirasce (Couraça) (Lopes, 1844:14). O que é que concluímos daqui? Que a fortificação desce a encosta; que protege o canal das águas e o rio; que sobre o canal há 4 torres; que o seu objectivo era assegurar que a parte alta da cidade fosse abastecida de água.

Em face de tais premissas, como se materializaria e onde se localizaria este dispositivo?

As fontes históricas muçulmanas (*Al-Edrisí*, in Coelho, 1989:62, reforçado por *Ibn Abd Al Mumine*, in Coelho, 1989:63) e cristãs (o “Cruzado Anónimo”, in Lopes, 1844:14) referem que os habitantes da cidade se proviam da água do rio Arade. Embora alguns autores (Gomes, 2002:334) considerem tal facto pouco provável, por o rio receber os efeitos das marés e a água se tornar salobra, há que considerar a existência de um açude – aliás mencionado nas fontes árabes (Alves e Hadjadj, 2000:73-74; Coelho, 1989:54, 221), que a montante desviasse as águas para um canal de onde uma nora as poderia elevar. Para fazer subir a água do rio até à cidade alta, teria de haver uma forma de a extrair e conduzir, o que só seria possível através de um sistema de noras que poderiam encontrar-se albergadas nas quatro torres referidas pelo cruzado. Tal sucedia com as Couraças de Calatrava La Vieja, que albergavam vários rodas hidráulicas que permitiam vencer os desníveis existentes (Retuerce e Zozaya, 1992:355; Zozaya, 1996:70; Retuerce e Hervás, 2002:314; Hervás e Retuerce, 2006:149).

Outra hipótese seria a da existência de um canal, total ou parcialmente subterrâneo, do tipo *qanat* ou decorrente do encanamento de um manancial e, neste caso, a couraça apenas protegeria o referido canal. Pavón Maldonado considera que as galerias subterrâneas cabem dentro da designação de couraça (Pavón, 1986:335, 338) mas parte do princípio de que a de Silves seria aérea (*idem*:371), ao compará-la com as couraças subterrâneas, que julga mais eficazes: (...) *Indubitavelmente estas couraças*

subterrâneas resultariam mais eficazes do que os largos esporões construídos com a mesma função, que podiam ser facilmente abatidos pelo inimigo, provocando a caída da fortaleza ou cidade, como ocorreu, por exemplo, em Silves (...).

Também em diversas passagens da descrição que faz o “Cruzado Anónimo” da tomada de Silves, se alude à couraça de modo a se poder extrair mais alguns elementos relativos à sua fisionomia. Refere o cruzado germânico que o canal das águas se abastecia de um poço junto ao rio (Lopes, 1844:14) e também que as torres da couraça foram destruídas (*idem*:24), bem como *entupido um poço no qual os mouros depositavam tanta confiança* (*idem*:26). É, aliás, ao colapso da couraça que é indirectamente atribuída a rendição muçulmana, face à falta de água para consumo. As mesmas notícias nos dá a “Crónica dos Cinco Reis” de Fernão Lopes (?), datada de 1419 (...) *Elles assj por tres somanas nem bem nem mal senaõ igualmete de huma parte e da outra ouue elrej seu cõselho de lhe destruir huma couraça que ahi auia a qual era muj bem çerca da de muro atee o rio com tres torres em ella e no cabo delta estaua hum grande poço do qual tirauaõ muita agoa em grande auondança e era assj forte de çerca e auia hi tanta agoa que entendiaõ os de de[n]tro (e isso mesmo elrej) que ainda que a cidade fosse çercada per muito t[em]põ que sempre da lj poderiaõ auer agoa que lhos auondasse, e porem disse elrej a todos juntos que por destruir aquella couraça se trabalhasse primeiro e en taõ a começaraõ a combater com engenhos e com muita beestaria e outros faziaõ couas por sob a terra e fizeraõ mais huma manta de trâues muj bem encourada per çima pa soportar as setas e pedras que lancasse [m] de muro sobre aquelles que se queriaõ chegar a elle pa o derribar, e ella feita e conçertada ajuntaraõna acerca da torre que estaua drto. do poço (...)* (cit. por Matos, 1999:101).

Em face dos elementos expostos, parece-nos ser de considerar tratar-se a couraça islâmica de Silves, não só de um dispositivo defensivo no acesso ao rio, como de um

sistema complexo de extracção e condução da água para a cidade alta, abastecendo-se não de um reservatório mas da água do rio desviada por açude para uma determinada zona artificialmente criada, onde se encontraria a primeira roda elevatória. Se considerarmos esta hipótese como plausível, teremos de equacionar a localização da couraça mais para a zona nascente da cidade, por mais próxima ao local onde se desviavam as águas evitando o contacto com as marés (anexo I fig. 6 – **Aç, C**).

Garcia Domingues julga que o Moinho da Porta, já anteriormente referido, seria uma das torres da couraça (Leal e Domingues, 1984:91) e refere a localização da levada, que canalizaria a água para a couraça (*idem*:88), parecendo fazer um juízo semelhante ao nosso relativamente à forma de funcionamento do referido dispositivo hidráulico. Por seu turno, Rosa Varela Gomes equaciona a localização da couraça para poente, em espaço muito afastado do que seriam os limites da cidade. Associa o “canal das águas” referido pelo “cruzado anónimo” a um barranco que corre nas traseiras das escolas primárias, numa zona conhecida como “Caixa d’agua”, topónimo que julga antigo (Gomes, 2002:334), mas que na realidade é recente e que designa tanque associado a canais de rega construídos nos anos 50 do século XX.

3.2.4. Os Arrabaldes

Arrabalde significa bairro exterior ao núcleo principal (T. Balbás, 1982a:205) e, nas cidades muçulmanas, o mais vulgar era que se situassem à saída do núcleo urbano, em torno ao arranque dos caminhos mais frequentados (*idem*:217). Não são espaços peri-urbanos, mas totalmente urbanos, possuindo quase todas as funções da medina, ainda que se encontrem separados desta porque, em regra, nascem de um aumento rápido da população (Epalza, 1991:11).

Tal como já se verificou pela descrição de Silves efectuada pelo cruzado que tomou parte na primeira conquista cristã (Lopes, 1844:14), a cidade teria quatro fortificações. Segundo ele, a primeira cercava a cidade baixa que se estendia pelo vale e chamar-se-ia *rovale*. É a única fonte coeva absolutamente explícita quanto à existência de um arrabalde cercado por muralha, mas suficiente para ao longo dos tempos, na ausência de vestígios físicos da mesma, se ter especulado sobre o seu traçado.

Garcia Domingues, colhendo pistas no *Livro do Almojarifado de Silves*, tenta fazer a reconstituição do seu percurso, marcando uma porta de entrada no antigo Arco da Rebola, situado na extremidade este da actual cidade (anexo I fig.6 – **Ar**), sendo que dali esta correria paralela ao rio, envolvendo toda a actual baixa comercial (Leal e Domingues, 1984:85). De acordo com a leitura que se faz da mesma fonte, e de igual modo deduzido por Garcia Domingues, o espaço que no século XV era ocupado pela mouraria corresponderia ao antigo arrabalde islâmico (*ibidem*).

Quando se iniciou a construção da nova Biblioteca Municipal, colocaram-se a descoberto tramos de muralha que se identificaram como sendo parte da muralha de um arrabalde (anexo I fig. 6 - **To**). Estes tramos de muralha, de orientação S-N e W-E, ligados por torre de ângulo, pareciam encerrar algo, mas como sempre imaginámos o arrabalde em posição mais central face à actual cidade, tal como o *Livro do Almojarifado* fazia inferir, e a muralha que o cercaria a correr mais junto ao rio, não encarámos de imediato a possibilidade de se tratar de parte da muralha do arrabalde. Julgámos, outrossim, que se trataria de parte da couraça, de igual modo citada pelo “Cruzado Anónimo”, descrita como ligando a Almedina ao rio e que se comporia de quatro torres (Lopes, 1844:14).

Tínhamos, todavia, conhecimento da existência de ocupação islâmica em vários pontos desta zona da cidade, nomeadamente ao longo da Rua Cândido dos Reis, em frente ao

Bairro J.J. Duarte e no local da “Fábrica do Inglês”, tendo em conta os vestígios que foram surgindo no decurso de obras não acompanhadas arqueologicamente, durante a década de 90 do século XX. Entretanto, ocorreram diversos trabalhos arqueológicos em simultâneo ou posteriormente à intervenção da “Biblioteca”, sempre do lado este desta, nomeadamente na Rua José Falcão (Santos, 2003:199), no Teatro Mascarenhas Gregório (Ramos, 2006), em duas casas de habitação da Rua Cândido dos Reis (Silva *et alii*, 2006; Ferreira *et alii*, 2008), e também no “Empreendimento do Castelo” (Santos e Abranches, 2006, 2008a; 2008b), tendo-nos permitido confirmar que a torre e os tramos de muralha a que se vem aludindo encerrariam um arrabalde que se espraiava pela zona centro-este da actual cidade.

Tendo em atenção que também a zona mais central da cidade tem oferecido ocupação islâmica⁴², espaço onde se localizaria a mesquita que os topónimos Rua e Travessa da Mesquita perpetuaram e que o *Livro do Almoarifado* corrobora, porque alude, por diversas vezes, à *fonte da mesquita* (Leal e Domingues, 1984:36), parece-nos plausível que a cidade de Silves em período Almóada contasse com dois núcleos de arrabalde. O arrabalde oriental nascia a sul do sector sudeste da muralha da Almedina, prolongando-se até próximo da actual Rua Cruz de Portugal. A oeste teria o seu limite próximo à actual Rua Latino Coelho, prolongando-se para este até local indeterminado mas, seguramente, não distante da actual Rua Gregório Mascarenhas, uma vez que o bairro Almóada anteriormente referido se encontra, muito possivelmente, já fora deste dispositivo defensivo. Aliás, sensivelmente a meio da área escavada no âmbito dos trabalhos de minimização de impacte arqueológico deste empreendimento, foi

⁴² Temos o exemplo do bocal de poço em cerâmica estampilhada, encontrado *in situ*, aquando dos trabalhos de substituição de infra-estruturas decorridos em 2005 na baixa comercial, sem acompanhamento arqueológico.

identificado um fosso entulhado⁴³ (Santos e Abranches, 2008b), sobre o qual assentam parte das habitações Almóadas, fosso esse que, a confirmar-se a sua funcionalidade defensiva, poderia estar associado à muralha do arrabalde oriental (anexo I fig. 6 – **Aor**).

O aparecimento deste arrabalde será consequência não só do natural crescimento da população, conforme se defenderá oportunamente, mas de momentos político-administrativos conturbados. Por seu turno, a formação do arrabalde ocidental terá coincido com o período de governação Almóada, altura em que, mais uma vez, as cidades meridionais conheceram grande incremento populacional, tendo em conta a enorme onda migratória das regiões do Norte já tomadas pelos cristãos, e a existência de uma grande instabilidade político-administrativa que conduziu as populações para as cidades (Zozaya, 1992:67; Picard, 1998:31; Khawli, 2002:173). Este é, aliás, por excelência, o período em que o urbano impera face ao rural.

Os contornos deste arrabalde são mais difíceis de reconstituir, porque a zona baixa do lado poente da actual cidade tem sido muito menos intervencionada arqueologicamente. O mesmo teria, naturalmente, o seu limite norte na muralha da Almedina e, a sul, deveria encerrar muito perto do rio, podendo o Moinho da Porta⁴⁴ aludir a uma das suas portas de entrada (anexo I fig.6 - **mp**). O limite este calculamo-lo no extremo da actual Rua Elias Garcia, coincidindo com o limite da *Cerca da Mouraria*, também sobejamente referida no *Livro do Almojarifado de Silves* (Leal e Domingues, 1984:33), onde a referida fonte situa também a *Porta do Cerco da Mouraria* (*ibidem*). O limite oeste mostra-se mais difícil de definir e só poderemos ter bases de análise mais sólidas

⁴³ Esta vala, que os arqueólogos responsáveis julgam tratar-se de fosso, detém uma largura que não atinge os 2m e uma profundidade visível semelhante, dimensões assaz diminutas para se tratar de um fosso defensivo que, segundo as regras de engenharia militar muçulmanas, não deveriam ser inferiores ao tamanho de um homem e meio.

⁴⁴ Moinho de Maré, movido pelas águas do rio, pode ser um dos moinhos referidos por *Al-Edrisí* na sua descrição da cidade de Silves, continua a ser mencionado no *Livro do Almojarifado de Silves*, mantendo-se em laboração até aos anos 60 do século XX, altura em que é destruído para viabilizar a construção da actual avenida marginal.

quando for encontrada a diacronia de ocupação da necrópole situada junto à porta da Almedina, a que nos referiremos adiante. Ainda assim, e dada a pouca expressão das estruturas arqueológicas islâmicas encontradas para oeste deste espaço sepulcral, julgamos que o mesmo terá obstaculizado o crescimento da cidade para poente, devendo-se procurar o limite deste arrabalde um pouco a oeste da actual Rua 5 de Outubro. Tal pressuposto torna difícil aceitar o Arco da Rebola como uma reminiscência do acesso ao arrabalde ocidental. Intervenção arqueológica ocorrida em 2000 na Rua Francisco Pablos, paralela à 5 de Outubro e cerca de 50 metros para poente, só ofereceu ocupação entre o século XVI e a actualidade (Santos, 2003:195), o que, de algum modo, corrobora esta asserção (anexo I fig.6 – Aoc). Por fim, e a confirmar que a muralha do arrabalde ocidental não podia ir muito além do que indicámos, temos o facto de, segundo as fontes, D. Paio Peres Correia, quando tomou a cidade definitivamente por volta de 1248, se ter colocado à entrada da Porta da Azóia aproveitando a ausência do rei muçulmano, assim inviabilizando que ele por aqui acesse à Alcáçova. A facilidade com que o Mestre acedeu à Porta da Azóia corrobora a ideia de que, nesta banda da cidade, a primeira barreira defensiva existente era a própria muralha da Almedina.

Mas, se no século XV, pelo menos o arrabalde ocidental se tinha convertido em mouraria e mantinha as suas muralhas e porta de acesso, em 1600 tal já não se verificava, de acordo com a descrição de Henrique Fernandes Sarrão (...) *Ao pé da cidade, fora dos muros, no seu arrabalde, estão os vestígios de muros velhos caídos, que era a cerca da cidade e povoação velha* (...) (Sarrão, 1600:154).

3.3. Os locais de culto

Com base na toponímia e no *Livro do Almojarifado de Silves*, sabemos da existência de uma mesquita de bairro localizada no Arrabalde Ocidental, como já referimos. Apesar da Rua da Mesquita e Travessa da Mesquita confluírem num determinado sentido, julgamos que, mais do que a Rua, será a Travessa a indicar a verdadeira localização do local de culto islâmico. Se observarmos a zona (anexo IV fig.7), vemos que o edifício que alberga o forno da antiga cooperativa, a Compensadora, se encontra absolutamente isolado, no meio do que teria sido uma pequena praça, sem alinhar ou articular com outras edificações, o que não é vulgar. Tal só se explica se a primitiva natureza do edifício tivesse, ao longo de muito tempo, levado à sua manutenção, pelo seu carácter sagrado ou importância funcional, enquanto toda a organização urbana se alterava em seu redor. Esperamos que futuras obras no edifício possam merecer sondagens arqueológicas que corroborem esta assunção.

Para além da existência deste local de culto, a cidade contaria certamente com uma mesquita principal, onde os homens muçulmanos se reuniam na oração do meio-dia de Sexta-feira. A tradição oral sempre atribuiu a sua localização ao local onde se ergueu depois o templo cristão, contudo, as muitas intervenções arqueológicas realizadas em área nas zonas adjacentes, bem como as inúmeras sondagens também efectuadas num raio considerável, não localizaram qualquer estrutura compatível com o edifício religioso referido. Mesmo assim, haverá que considerar a hipótese da aludida mesquita ter uma dimensão inferior à da igreja cristã e se encontrar totalmente coberta por esta. Se atentarmos na mesquita de Mértola, cidade talvez apenas um pouco menor que Silves, veremos que naquela cidade a mesquita ocupa uma área de cerca de 300m² (Macias, 2006:272), espaço inferior ao que ocupa hoje a Sé-Catedral de Silves, mais de 500m² (Júdice, 1911:35). Se consideramos para a mesquita principal de Silves cerca de

400m² de área útil (maior que a mesquita de Mértola, mas menor que o templo cristão) e admitirmos que cada crente necessitaria de cerca de 0,46m² para rezar, (segundo T. Balbás, cit. por Macias, 2006:275), então a mesquita de Silves comportaria cerca de 870 pessoas. Se atentarmos no facto de apenas os homens se reunirem na oração de Sexta-feira e inferirmos que a cada homem corresponderia em média uma mulher e três crianças (Ávila, 1995:35), calculamos a população de Silves em cerca 3 500 pessoas, o que nos parece aceitável para os períodos anteriores à dominação Almóada e nos faz admitir que a mesquita principal de Silves pode, de facto, encontrar-se completamente coberta pelo actual templo cristão.

Teresa Gamito considera possível que se mantenham alguns elementos arquitectónicos da antiga mesquita na Sé de Silves, nomeadamente nos silhares da base da antiga torre sineira, situada junto ao topo norte do transepto, que apresentam um desgaste superior a qualquer dos restantes situados no interior da igreja. Quanto a ela, trata-se de sinal de idade mais propecta, ou mesmo de uma anterior exposição à acção directa dos elementos atmosféricos (Gamito *et alii*, 1997: 280). A mesma autora volta a reforçar a ideia da sucessão dos locais de culto muçulmanos e cristãos, desta vez consubstanciada no facto de ser habitual manterem-se os locais de culto, fazendo-se adaptações às novas práticas religiosas, de modo a preservar a religiosidade dos edifícios (Gamito, 2005: 56). Encara, inclusivamente, a hipótese de uma das cisternas islâmicas conhecidas na cidade, de que falaremos adiante, se encontrar relacionada com a mesquita (*ibidem*).

Rosa Varela Gomes, por seu turno, tem advogado diferente localização para a mesquita principal, julgando que a *madrassa* se lhe poderia associar. Assim, e na sequência da descoberta de um pequeno bocal de poço *in situ*⁴⁵ (Gomes e Gomes, 2000), na Travessa do Hospital (transversal à Rua da Azóia e que se encaminharia para a porta do mesmo

⁴⁵ Integra a exposição permanente do Museu Municipal de Arqueologia.

nome), que ostenta motivos profiláticos e apotropaicos, que julga poder pertencer à referida escola corânica, pensa tratar-se de elementos indiciadores da localização da mesquita naquele local, um ponto igualmente elevado, podendo ao longe observar-se o seu minarete (Gomes, e Gomes, 2001: 43; Gomes, 2002a: 109).

3.4. Os banhos

A notícia mais antiga da existência de banhos em Silves é-nos dada pelo Foral Afonsino, datado de 1266. No mesmo, o rei guarda para si e todos os seus sucessores, entre outros bens, *as fangas e os banhos da vila* (Silva e Andrade, 1993:23). Quanto à sua localização, a informação vem do já tão falado *Livro do Almojarifado de Silves*, de 1474. Ali, ao ser descrita a propriedade da coroa, o almojarife vai localizando os seus bens com referências que nos permitem algumas reconstituições topográficas. Ao mencionar umas tendas existentes do lado esquerdo da antiga Rua Direita (actual Rua da Sé), a que se acede directamente ao transpor a Porta da Almedina, ele vai referindo umas tendas que pelas traseiras entestavam “*com huns chãas que em outro tempo foram banhos*” (Leal e Domingues, 1984:13, 14, 15). Tal menção permite localizar com exactidão a implantação dos banhos muçulmanos, que ocupariam, sensivelmente, umas três a quatro habitações cuja fachada principal abriria para a actual Rua da Cadeia (anexo I fig. 6 - **B**).

Curiosamente, Rosa Varela Gomes situa os banhos um pouco mais para poente e a uma cota inferior, relacionando os oito arcos construídos para suportar a plataforma que recebe o edifício da Câmara Municipal, que destruiu o sector de muralha aí existente e a Torre que ostentava a Porta em Ferradura já referidos, como parte do edifício dos banhos (Gomes, 2002a:111; 2006:8). Se observarmos a foto de 1883 (anexo IV fig.6a) verificamos a existência do tramo de muralha referido bem como da porta em ferradura

mas, se compararmos esta foto com outra (anexo IV fig.6b) registada algures entre 1883 e 1889⁴⁶, verificamos profundas alterações naquela zona e a construção da arcaria para suportar o novo edifício da Câmara Municipal. Julgamos que se percebe bem que a construção daquela estrutura porticada é uma solução técnica para contenção de terras e suporte do imponente edifício municipal, não tendo qualquer relação com reminiscências de outro qualquer edifício hipoteticamente ali existente em período islâmico.

3.5. Os mercados

(...) *A cidade é bonita e nela se vêem elegantes edifícios e mercados bem fornecidos* (...) (Coelho, 1989:66). É assim que *Al-Edrisí* se refere a Silves na primeira metade do século XII.

Nas cidades islâmicas era usual existirem mercados permanentes e mercados ocasionais ou temporários. Os mercados permanentes situavam-se, em regra, perto da mesquita principal, embora pudessem coexistir com outros nos arrabaldes, quando se tratasse de cidades de grandes dimensões. Era frequente que os mercados permanentes se distribuíssem por diversas ruas e tendessem a organizar-se por sectores de actividade. Parece que assim ditava *Ibn Abdun* no seu *Tratado de Hisba* em 1100 (Sevilha) – *que o Almotacén deveria colocar reunidos os artesãos de um mesmo ofício, por ser mais digno e seguro* (T.Balbás, 1982:59) ou, nas palavras do próprio, *seria melhor e mais perfeito* (*Ibn Abdun* trad. por Levi-Provençal e Garcia Gomes, 1998:134).

Em 1474, o *Livro do Almojarifado de Silves* começa por descrever a propriedade régia existente no lado esquerdo da Rua Direita e, curiosamente, as cinco primeiras propriedades eram tendas, a oitava era aduana e a nona era loja (Leal e Domingues,

⁴⁶ O edifício da Câmara Municipal, que inaugurou em 1891, ainda não se encontrava erigido.

1984:13, 14 e 15). Um pouco mais acima e ainda na mesma rua, situavam-se a casa das fangas e os açougues. Certamente que se trata de uma rua que teria um carácter comercial em período islâmico, mantendo-se esta vocação, pelo menos, até final do século XV. Ainda na mesma fonte medieva é referida a Rua da *Çapataria Velha* (*idem*:30, 31), a única, para além da Rua Direita, designada por nome próprio. Tratar-se-ia, com grande probabilidade, de uma rua onde, no período islâmico, se situariam várias sapatarias, das quais só restou uma, que terá dado o nome à rua onde se localizava. Situação semelhante se verifica em Córdoba e Sevilha, cidades que também contam com ruas de igual designação, em clara associação à época muçulmana (T.Balbás, 1982:65).

Para além desta zona central da cidade, onde provavelmente se situaria, pelo menos numa primeira fase, a mesquita principal, certamente que a zona portuária constituiria também, por excelência, um espaço de intenso comércio, tal como sucederia junto às portas, onde se podiam organizar mercados temporários.

3.6. O porto e os estaleiros de construção naval

O porto de Silves surge indirectamente documentado para meados do século IX, a propósito da missão diplomática do poeta *Algazalí* à terra dos normandos, altura em que a cidade começa a ganhar notoriedade. O relato da região de Silves por *Abu ' Abd Allah Muhammad b. Muzayn al-azdi* no século XI (cit. por Lagardère, 2000:49) refere os estaleiros de construção naval, deixando implícita a existência de um porto, que volta a ser mencionado no século XII pelo geógrafo *Al-Edrisí*. Também *Almunime Alhiamiari*, geógrafo que escreve no século XIII, refere tanto o porto como os estaleiros.

Garcia Domingues pensa que o porto de Silves se manteve na zona do Cerro da Rocha Branca (Domingues, 2002:22), talvez influenciado por Frei Vicente Salgado, que refere

ali perto *ter visto argolões grandes de ferro e bronze, destinados a se amarrarem as embarcações de maior porte* (Salgado, 1786:263).

Ainda que o processo de assoreamento do rio Arade tenha tido o seu início no final do século XV, agudizando-se na centúria seguinte, a avaliar pela descrição do “Cruzado Anónimo” (Lopes, 1844:12), que refere (...) *fundearam os barcos no porto, não longe do mar (...) depois disto adiantamo-nos com as naus para a cidade, e lançamos ferro em lugar d’onde a avistávamos, visto que o pouco fundo não nos permitia ir mais avante* (*idem*:14), as águas do rio frente à cidade deviam ser pouco profundas o que impedia os barcos de maior calado de chegarem até ela. De acordo com o exposto, parece-nos credível que o porto se encontrasse um pouco afastado, para poente da actual cidade. Barcos de menor porte chegariam mais próximo, como sucedeu até meio do século XX e tão bem documentam fotografias de então (anexo IV fig. 9).

As menções à existência na cidade de estaleiros de construção naval são inúmeras nas fontes árabes. *Al-Edrisí*, em meados do século XII diz-nos (...) *O mar encontra-se a 3 milhas de Silves, a Ocidente. Possui um ancoradouro sobre o Rio e um estaleiro de construções navais.* (...). (Coelho, 1989:62) Parece, porém, que no século X já se encontram bem documentados nas fontes escritas o porto e estaleiros navais de Silves (Catarino, 2002a:121), incluindo-se este núcleo urbano no conjunto de cidades portuárias que fabricou barcos de grande tonelagem (Picard, 2001:165), de comércio e de guerra *como nunca se tinham visto até então* (Vallvé, 1980:222; 2003:172). Tal explicará como pôde Silves no séc. X suplantar Santamaria do Gharb, passando a capital regional (Picard, 2001:167). De facto, a existência de matas de carvalho e castanho, cuja madeira também se exportava (Blot, 2005:213) e era insubstituível para reforçar o cavename e mastreação dos veleiros de mercadores e galeras de combate

que, cada vez mais, se aventuravam para lá do Cabo de S. Vicente, concorre de igual modo para o êxito desta indústria naval (Torres, 1997:443).

Rosa Varela Gomes assume a existência dos estaleiros de construção naval, junto ao porto, a oeste da cidade (Gomes, 2002a: 115). Na verdade, a localização dos estaleiros perto do porto e a oeste desta, faria o maior sentido. Se repararmos no traçado do rio, observamos que na zona poente este curso de água descreve uma curva (anexo III fig. 3), afastando-se um pouco da cidade, o que disponibilizaria área para a implantação de uma importante indústria naval junto do rio. Porém, recente reconversão daquele espaço de fábricas de cortiça desactivadas em loteamento urbano contrariou as nossas expectativas. A observação dos cortes resultantes da abertura de caves nos lotes mais afastados do rio permitiu constatar uma realidade estratigráfica consentânea com um nível de sedimentos de entulho recente, que oscilava entre 1,50m e 2,30m, sob os quais se encontravam depósitos de formação lenta, resultantes de frequentes transgressões fluviais que, por sua vez, cobriam um nível homogéneo composto por terra castanha muito escura e húmida, de características arenosas, podendo tratar-se de depósitos do rio ou de um nível de transição para níveis freáticos (Gonçalves, 2006:4). Deste modo e face à inexistência de vestígios arqueológicos, teremos de equacionar a localização dos estaleiros de construção naval um pouco mais para poente, talvez entre o edifício dos Bombeiros e o novo arranjo urbanístico da zona ribeirinha ou mais perto do Cerro da Rocha Branca.

3.7. A rede viária

Tanto nas cidades de origem romana, que partem de um traçado ortogonal, de que são exemplos Saragoça, Mérida, Córdova ou Sevilha, como nas de origem muçulmana, como Almeria, Múrcia ou Silves, se fizermos uma leitura cartográfica, percebemos que

existe um sistema viário hierarquizado. Enquanto nas primeiras as artérias principais facilmente se identificam por serem as mais centrais, as mais largas e as mais rectilíneas, nas cidades islâmicas essa hierarquização não responde exactamente aos mesmos cânones. Em regra, estas últimas ligam as várias portas ao local onde se localizavam a mesquita principal, os banhos e os mercados – o centro da vida social, religiosa e económica.

Parece-nos hoje inquestionável a ideia de que, num primeiro momento, muitas fundações urbanas islâmicas atenderam a traçados ortogonais ou, pelo menos, marcadamente regulares, e que foi a sua evolução posterior, sujeita aos entraves do direito civil islâmico, que as levou à irregularidade labiríntica que conhecemos (Betrán, 2006:78, Mazzoli-Guintard, 2006:66). Parece-nos, pois, que a rede arborescente das ruas, tão característica das cidades islâmicas, muito longe de reflectir a incompetência das autoridades e a instabilidade crónica do parcelário, baseia-se muito mais nas preocupações sociais coerentes, que ordenam as ruas e, sobretudo, o seu uso num sistema lógico, próprio da civilização muçulmana (Van Staevel, 1995: 57).

Segundo Mazzoli-Guintard (*ibidem*), nas cidades andaluzas existem quatro tipos de ruas: as principais, que ligam o centro da cidade às portas; as ruas que se articulam sobre este primeiro nível e formam as vias principais dos quarteirões; as ruas públicas que permitem a circulação nos quarteirões; e, por último, os becos ou corredores que dão acesso às casas. De facto, a lei *Malekita* dá cobertura jurídica a este tipo de estruturas viárias, consagrando dois tipos: as *nafid*, ruas de passagem, abertas nos dois extremos e as *gayr nafid*, corredores sem saída ou adarves. As primeiras definem-se como propriedades colectivas e indivisas, um bem comum de todos os utilizadores, cuja vocação essencial é a de permitir a circulação das pessoas; também o adarve é um bem

comum indiviso, contudo, apenas acessível aos seus co-proprietários (Van Staevel, 1995: 56).

Em Silves, no interior da Almedina, não há dúvida quanto à localização de dois eixos viários principais, que se cruzariam perto da entrada da Alcáçova: um que partia da Porta da Azóia e que ia até à Porta de Loulé ou do Sol, outro que tinha início na Porta da Almedina e seguia para norte ao encontro do primeiro. Ainda que tendencialmente atribuamos estes dois eixos às actuais Ruas da Azóia e Castelo (eixo E-W) e Rua da Sé (eixo S-N), até por serem traçados que reconhecemos nos mencionados no final do século XV no *Livro do Almoxarifado de Silves*, a verdade é que os recentes trabalhos arqueológicos realizados no âmbito do Programa Polis revelaram a existência de estruturas habitacionais, silos e até mesmo de uma necrópole, ao longo destes percursos viários, levando-nos a perceber que o traçado não é exactamente coincidente⁴⁷. O mesmo se passa com muitas das ruas da zona alta da cidade, que serão o resultado do traçado baixo medievo e não do que existiria no período islâmico.

Rosa Varela Gomes vê fossilizado, na actual rede viária, o traçado hipodâmico da cidade romana, que materializa nas duas ruas que se cruzam junto à Sé-Catedral, a Rua da Sé (antiga Rua Direita) e a Rua da Misericórdia, o *cardo maximus* e o *decumanus*, respectivamente (Gomes, 2002b:93). Tal parece-nos pouco plausível, pelas razões já aduzidas quanto à hipotética existência de uma *civitas* romana na área ocupada pela actual cidade. A ter existido, muito dificilmente teria o seu centro nevrálgico a coincidir com o centro da cidade islâmica, dada a total inexistência de vestígios arqueológicos e, como já referido, a própria ausência de coincidência entre os actuais traçados e os islâmicos, conforme já aludimos.

⁴⁷ Ver Ramos, Pinto e Penisga (2005) “Projecto de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Silves – Relatório Final da Fase de Sondagens de Diagnóstico” e Vieira (2007) “Projecto de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Silves – Relatório Final de Escavação Arqueológica”.

Para além destes eixos viários, devemos considerar um acesso da “Porta do Arco em Ferradura” para o interior da medina, que seria paralelo à actual Rua da Sé e, muito provavelmente, se encontrará sob as escadinhas ali existentes. Também no interior da medina, teremos de equacionar a localização da *Rua da Çapataria Velha* (Leal e Domingues, 1984:31) que, muito provavelmente, seria a rua dos sapateiros no *souq* islâmico e, tendo em atenção a sequência descritiva, se situaria nas proximidades da Rua da Cató. Garcia Domingues julga tratar-se da actual Rua da Arrochela (*idem*:83). Maria de Fátima Botão, por seu turno, relaciona-a com a actual Rua Nova da Boavista (Botão, 1992:27, 98), o que nos parece muito pouco provável, pela distância que a separa da Rua da Cató e por se encontrar já fora da muralha da Almedina. Julgamos ter ainda de equacionar, pelo menos em período Almóada, um acesso da Porta da Almedina à porta este do arrabalde ocidental, que deverá corresponder à actual Rua do Moinho da Porta e, no arrabalde referido, um acesso desta porta à mesquita, e outro dali ao porto, que talvez coincida com a actual Rua da Mesquita.

Para além destas reconstituições hipotéticas mas plausíveis, há vestígios físicos de arruamentos no arrabalde oriental de que falaremos oportunamente.

Também na intervenção arqueológica levada a cabo no “Empreendimento do Castelo”, no extremo nascente da actual cidade, espaço que parece coincidir com zona limite de um dos arrabaldes da cidade islâmica, foram resgatadas do terreno uma imensidão de estruturas arqueológicas, que articuladas configuravam cerca de dezassete habitações construídas nos sécs. XII-XIII. A estas associavam-se arruamentos, evidenciando planeamento urbanístico. Neste arqueossítio, a via principal, de orientação NE-SW, media 4m de largura máxima e detinha cerca de 40m de comprimento na área escavada, tendo sido construída em terra batida que embalava alguns calhaus rolados de pequena dimensão (Santos e Abranches, 2006:137), sendo provável que se dirigisse a uma das

portas da muralha do arrabalde este da cidade. Para além deste, corria outro arruamento paralelo, do lado oeste, com uma largura aproximada de cerca de 2m e mais de 10m de comprimento, igualmente construído em terra batida. Um outro arruamento tinha lugar no sentido perpendicular à via principal, de orientação tendencialmente E-W, mas não se articulava com a anterior (*ibidem*). Este último oferecia uma técnica construtiva que recorria ao seixo rolado compactado com terra e material cerâmico. Media cerca de 2m de largura, sendo ladeado por dois muros que o encerravam e, muito provavelmente, conduziria a espaço agrícola junto à margem direita do rio Arade.

Esta tipologia de ruas, em dimensões e materiais construtivos, seria certamente o que predominava na cidade baixa – suficientemente estreitas para proteger as casas do calor, mas necessariamente largas para nelas se cruzarem duas bestas carregadas de ambos os lados, como preconizava a jurisprudência *malekita*, que convencionou a largura das ruas em sete côvados (Bétran, 2006:79).

3.8. O abastecimento de água

O acesso à água e o seu aprovisionamento foi sempre uma preocupação do Homem, pois trata-se de um recurso indispensável à vida. Desde a pré-história que as comunidades nómadas se estabelecem temporariamente junto aos cursos de água, para dela se poderem abastecer. Entre os Romanos constroem-se fantásticas obras de engenharia hidráulica, transporta-se a água por aquedutos ao longo de quilómetros, constroem-se barragens para assegurar o abastecimento de água às *villae*. Também os muçulmanos foram exímios manipuladores da água, canalizando-a por *acéquias* que lhes permitiram irrigar os campos e desenvolver várias culturas de regadio até aí não experimentadas, ou explorando as águas subterrâneas, elevando-as e canalizando-as pelos seus sistemas de *qanat*. Claro que se terão mantido sistemas mais simples, como a

recolha da água das chuvas para cisternas ou a escavação de poços domésticos, que por vezes foram o único sistema disponível, como sucedeu em Valência em determinado momento (Pascual *et alii*, 1990:306), ou em Jaén após a contaminação da *acéquia* (Salvatierra *et alii*, 1998:205).

Observamos assim, desde cedo, o aprovisionamento da água das chuvas em cisternas ou o aproveitamento da água dos rios conduzida por canais, para posterior elevação através de noras, engenho tão difundido entre estes povos, como se pode ainda apreciar no Guadalquivir, junto à cidade de Córdoba. Em Silves constatámos a existência de uma multiplicidade de sistemas de provimento de água no período a que se reporta o nosso estudo, que poderão ter coexistido ou ter funcionado em momentos distintos.

Para além da existência de uma couraça que, conforme já vimos, protegeria o acesso à água do rio e seria também um veículo de transporte da mesma, a cidade disporia em simultâneo, ou passou a dispor em época posterior, de um sistema de abastecimento, condução e fornecimento de água por via de um canal subterrâneo do tipo *qanat*, que buscava a água nos aquíferos ou que materializava o encanamento de um manancial.

O acaso e os trabalhos arqueológicos subsequentes permitem hoje conhecer alguns dos reservatórios de água utilizados no período de dominação islâmica na cidade de Silves.

O aljibe existente no interior da Alcáçova será o mais espectacular pelas suas dimensões e excelente estado de conservação (anexo I fig. 6 - **Aj**). Muito provavelmente Almóada pois, se acaso fosse anterior, teria permitido o fornecimento de água às populações sitiadas durante os meses de Agosto e Setembro de 1189. Estima-se que o mesmo armazenaria mais de 1 300 000 litros de água⁴⁸, o que permitiria manter cerca de 1 200 pessoas durante um ano (Gomes e Gomes, 2001:48; 2002:331; 2003:28). É escavado no substrato rochoso, encontrando-se a sua cobertura ao nível do actual piso de circulação.

⁴⁸ 1 215.000 litros segundo o Eng. Charles Bonnet (1848:99), que visitou a cisterna entre 1846 e 1847 e constatou a existência de obras de restauro. De facto esta magnífica obra funcionou até ao final do século XX, fornecendo de água a parte alta da cidade de Silves.

É constituído por quatro abóbadas de canhão, assentes em três arcarias, suportadas por seis colunas isoladas e por outras tantas adossadas às paredes. Esta cisterna mede cerca de 20m de comprimento, 16m de largura e 7m de altura.

Ainda no interior da Alcáçova, é conhecida a “Cisterna dos Cães”⁴⁹, quase completamente escavada no substrato rochoso, ostentando secção rectangular até 15m de profundidade e tendo depois secção sub-circular até cerca de 40m de profundidade. (anexo I fig. 6 - **Cc**). Dos entulhos removidos do seu interior retirou Estácio da Veiga (1889:46) inúmeros fragmentos de alcatruzes que se encontrariam associados ao engenho que retirava a água daquele poço.

Na década de oitenta do séc. XX, a demolição de um edifício do século anterior na Rua das Portas de Loulé, junto à muralha da Almedina, colocou a descoberto um poço, completamente entulhado, posteriormente submetido a trabalhos arqueológicos que passou a designar-se por “Poço-Cisterna Almóada” (anexo I fig. 6 - **Pc**), uma vez que, para além de armazenar águas das chuvas, o mesmo parece drenar dos níveis freáticos.

O Poço-Cisterna foi edificado em blocos aparelhados de “grés de Silves”, ligados por argamassa de terra, detém secção circular, medindo o diâmetro da boca cerca de 2,45m, e oferece cerca de 18m de profundidade. O espaço central é rodeado, até aos 15m de profundidade, por uma galeria em espiral, formada por uma escadaria com cerca de 1,20m de largura e 2,20m de altura média, sendo coberta por abóbadas de tramos segmentados de perfil semicircular. Três janelas, também com abóbadas de perfil semicircular, fazem a ligação entre a galeria e o poço, permitindo o acesso à água, consoante o seu nível de enchimento. Dada a proximidade dos banhos públicos, Rosa e Mário Varela Gomes equacionam a hipótese deste reservatório se destinar ao abastecimento de água daquele complexo (Gomes e Gomes, 2001:44). A tipologia

⁴⁹ Nome assaz invulgar, associado ao facto de em período recente ali terem sido depositados cadáveres daqueles animais, decorrentes de campanhas de aprisionamento de exemplares sem dono.

construtiva e os dados arqueológicos reunidos permitiram aos arqueólogos atribuir-lhe cronologia compatível com o período Almóada (Gomes e Gomes, 1996:143).

Apesar de há muito conhecida, só neste século foi possível proceder ao desentulhamento de uma outra cisterna, situada entre a Sé-Catedral e o Castelo (anexo I fig.6 - **Cm**). É escavada no substrato rochoso, forma um rectângulo irregular, medindo cerca de 8,50m nos lados maiores, cerca de 3,50m nos lados menores e detém uma altura máxima interna de 4,50m, tendo capacidade para cerca de 140.000 litros de água. A cobertura abobadada é construída em blocos afeiçoados de “grés de Silves”, sendo as paredes revestidas por blocos de tijolo burro de dimensões um pouco maiores que os actuais do mesmo tipo. Todas as paredes apresentam um revestimento argamassado e pintado a almagre vermelho, como sucede com este tipo de estruturas de armazenamento de água. Esta solução conferia àquele elemento uma maior pureza, uma vez que a cor escura impediria a penetração de luz e sua expansão no interior da cisterna, ocasionando uma menor oxidação da água (Gamito, 2003:241). O pavimento é, de igual modo, revestido a tijolo formando um ziguezague perfeito, podendo observar-se a necessária ampulheta para limpeza da cisterna, no extremo este da mesma. A cobertura apresenta três entradas, posicionadas de forma irregular, uma mais ou menos a meio e as outras duas em cada uma das extremidades.

Segundo Teresa Júdice Gamito, responsável pelos trabalhos arqueológicos ali efectuados, a sua edificação teve lugar no final do século XI (*idem*:242). A atribuição de cronologia à cisterna através dos materiais encontrados nos entulhos que a preenchem, parece-nos ser de aceitar com muita reserva, se atentarmos no facto conhecido de a proveniência dos mesmos ter origem nas fundações de casa construída nos anos cinquenta nas proximidades da referida cisterna. Contudo, segundo a autora, a sua tipologia e tipo de revestimento indiciam, de igual modo, uma contextualização

cronológico-cultural nos finais da ocupação Almorávida (*ibidem*). As fissuras que se observam em vários pontos da parede poderão ter constituído motivo do seu abandono em época que não podemos determinar, mas que poderá ter ocorrido em período anterior ao século XV, uma vez que a cisterna não é referida no *Livro do Almojarifado de Silves*, que faz descrição exaustiva desta zona alta da cidade. Aliás, a mesma fonte omite, de igual modo, a existência do Poço-Cisterna anteriormente referido, muito embora o mesmo, aparentemente, só tenha sido entulhado no século XVI.

Documentando a existência de poços ou cisternas domésticas, existentes muito provavelmente nalgumas casas de logradouro, podemos apresentar o bocal de poço hoje depositado no Museu Municipal de Arqueologia de Silves, mas descoberto *in situ*, na Rua da Azóia, sobre pequena cisterna islâmica, talhado em “grés de Silves”, com motivos decorativos de carácter religioso, nomeadamente motivos profiláticos e apotropaicos, o que, segundo Rosa Varela Gomes, poderá ter relação com a *Madraza* que julga ter existido naquele local (Gomes, 2002:108). De referir ainda um bocal de poço cerâmico decorado com estampilhas repetindo matriz a representar arco polilobado, encontrado *in situ*, em espaço compatível com o arrabalde ocidental. Ainda restos de uma casa (Vieira, 2007h: 50), cujo pátio possuía poço ou cisterna a escassos 20m para oeste da cisterna da Rua do Castelo antes descrita. Especial referência merece também a nora escavada no “Empreendimento do Castelo”, provável equipamento colectivo para abastecimento de água ao bairro que, como já referimos, perviveu durante o período Almóada.

Os dados coligidos até agora levam-nos a inferir que, durante o período Almóada, o abastecimento de água ter-se-á suportado, fundamentalmente, nas diversas cisternas públicas da cidade e em poços e cisternas particulares. Esta forma de abastecimento terá, de certo modo, substituído sistemas de abastecimento de água em funcionamento

até à conquista da cidade em 1189, confirmada que foi a sua ineficácia em situação de guerra.

3.9. O lugar dos mortos

Até há muito pouco tempo eram vagas as referências às necrópoles hipoteticamente islâmicas de Silves, e suportavam-se essencialmente nas alusões do *Livro do Almojarifado de Silves*, ao se referir a um “*ferrageal que chamam da Almocouara*” (Leal e Domingues, 1984:37) e, noutra passagem, a uma “*courella da herdade que he na almorouara dos judeus*” (*idem*:59). Pela descrição da localização destas propriedades, uma necrópole muçulmana devia situar-se frente à entrada sul da “Fábrica do Inglês” (anexo I fig. 6 – **Na**). Há testemunhos orais de que, quando se abriram as fundações da casa que fica no laranjal fronteiro, se encontraram muitos ossos⁵⁰. Também uma das duas únicas inscrições funerárias muçulmanas provenientes da cidade, depositada no Museu Municipal de Arqueologia, parece ter sido encontrada em local próximo (Gomes, 2002a:115), aquando da abertura da Avenida Marginal⁵¹. Tendo em conta a sua localização, e face ao conhecimento que hoje temos da existência de outros espaços cemiteriais contemporâneos, julgamos poder advogar tratar-se da necrópole do arrabalde oriental.

Quanto ao *Cemitério dos Judeus*, pelo enquadramento que nos dá a fonte que o refere, poderia situar-se a este da ribeira do Enxerim, logo, muito próximo ao actual cemitério (*idem*:89) (anexo I fig. 6 – **Nj**).

Para além da necrópole islâmica referida, foi identificado outro espaço sepulcral, a sudoeste da Porta da Almedina, mesmo em frente à destruída “Porta do Arco em

⁵⁰ Comunicação pessoal de Manuel Jerónimo, que nos anos 60 do século XX abriu as fundações da casa que hoje se encontra no meio do laranjal frente à Fábrica do Inglês, a quem agradecemos a informação.

⁵¹ A ficha de Inventário nº 269 que inventaria esta lápide nada menciona no que respeita à sua proveniência.

Ferradura”, portanto, em claro cumprimento dos ditames elementares da organização das cidades islâmicas (anexo I fig.6 – **Nm**). Neste espaço, foram exumados mais de cem indivíduos em deposição islâmica, numa área de cerca de 50m de comprimento por 4m de largura. As análises de radiocarbono (Sac-2208) efectuadas sobre um dos indivíduos mais antigos desta necrópole deram uma datação de 898-920 cal AD para 1 sigma com uma probabilidade de 25%, uma cronologia de 946-1013 cal AD para 1 sigma com 75% de probabilidade e duas datas calibradas a 2 sigma, ditaram 832-836 cal AD com menos de 1% de probabilidade e de 869-1030 cal AD com 100% de probabilidade. Nessa sequência, teremos de equacionar o início de funcionamento desta necrópole entre a 2ª metade do século IX e a primeira metade do século XI, sendo que temos em perspectiva a realização de análises a um dos indivíduos inumados no nível de enterramentos mais recentes, tendo em vista a obtenção de uma diacronia de ocupação do espaço e uma melhor compreensão do crescimento urbano da cidade (anexo IV fig. 8).

Espaço de necrópole com localização de difícil compreensão é a que se identificou na via que, da Rua do Castelo, se dirige ao Largo José Correia Lobo, muito perto do acesso à Alcáçova (anexo I fig. 6 – **Nc**). A mesma, aparentemente de pequena dimensão, ofereceu, na área escavada, 20 indivíduos em deposição islâmica, maioritariamente infantis, e era um espaço que se encontrava devidamente cercado por muros, pelo menos em três dos quatro lados, sendo que alguns dos enterramentos pareciam aproveitar estruturas anteriores para a inumação dos corpos (Vieira, 2007).

Aquando do primeiro contacto com esta realidade, julgámos poder tratar-se de uma necrópole inicial, associada a uma primeira fase de ocupação da zona da Alcáçova, a mais elevada da cidade, que com o crescimento urbano fosse aglutinada, como sucede com muitas necrópoles identificadas no interior das medinas. Contudo, a informação de

que haveria materiais do século XII-XIII associados⁵² levou a que tentássemos outras interpretações. A primeira que nos surgiu equacionou a hipótese de se tratar de uma *Rawda*, local para enterramento das elites político-administrativas, identificadas em diversas cidades, como na Almoina de Valência (Galvé e Serrano, 1992:383; Rosselló-Bordoy, 1997:158), no Alcazar de Sevilha, em Córdova ou Granada (Pascual, 1992:407). Contudo, e ainda que o Corão determinasse que todos deveriam ser iguais no modo de sepultar, a maioria dos espaços congêneres conhecidos sempre ostenta um ou outro pormenor, na arquitectura de alguma das sepulturas, que as diferencia, o que aqui parece não suceder. Outra hipótese plausível é levantada pela arqueóloga responsável pelos trabalhos⁵³, a de se poder tratar de um local onde se enterraram algumas das pessoas que pereceram durante a fase de cerco em 1189, dado que não era possível aceder às necrópoles situadas fora de portas, hipótese que é reforçada por Mazzolli-Guintard, quando afirma que a existência de uma necrópole intra-muralhas pode resultar de uma situação de guerra (Mazzolli-Guintard, 2006:66). Se atentarmos no facto da maioria destes indivíduos serem crianças, porventura menos resistentes à sede e às doenças, esta hipótese sai ainda mais reforçada. Em perspectiva está, também, a realização de análises de radiocarbono sobre um destes indivíduos, de modo a tentar esclarecer melhor as circunstâncias da fundação desta necrópole.

⁵² Comunicação pessoal de Ana Vieira, a quem agradecemos.

⁵³ Comunicação pessoal de Ana Vieira, a quem agradecemos.

4. Os novos vestígios – arquitectura, técnicas construtivas e funcionalidades

No capítulo anterior tentámos fazer uma aproximação ao que teria sido a *Xilb* islâmica, relatando muitos dos aspectos da cidade, nas suas vertentes topográfica e urbanística. Os novos vestígios, de que propositadamente nos abstivemos então de falar, vêm, de algum modo, complementar algumas das informações já veiculadas e até, nalguns casos, colmatar lacunas de conhecimento. De facto, a área escavada, já de uma certa dimensão, embora constitua uma pequena parcela do que seria o arrabalde é bastante representativa da sua dinâmica de ocupação, permitindo fazer inferências acerca do quotidiano dos que nele passavam o seu tempo, habitando ou trabalhando (anexo I fig. 7).

4.1. Testemunhos defensivos

As estruturas defensivas existentes são as mais representativas do arqueossítio, funcionando como eixo vertebrador de todo o conjunto envolvente e apresentam, pelo menos, três momentos construtivos bem marcados. Na primeira fase são construídos dois tramos de muralha travados por uma torre de forma quadrangular; numa segunda esta torre é reforçada com alteração de forma, passando a configurar um polígono irregular e, numa última fase, o ângulo SW da torre poligonal sofre um outro reforço (anexo I fig. 8).

4.1.1. A torre quadrangular e a muralha

O conjunto mais antigo é composto por dois tramos de muralha e uma torre de ângulo. O tramo de orientação N-S (estrutura B) mede cerca de 1,85m de espessura, apresenta 2,60m de altura e foram postos a descoberto cerca de 6m de comprimento, prolongando-se este tramo para norte, para além do perímetro da escavação arqueológica. Os seus

paramentos este e oeste mostram algumas diferenças construtivas: enquanto o paramento este - o interno - é integralmente construído com recurso a blocos talhados de “grés de Silves” perfilando uma alvenaria irregular ligada por argamassa de terra, o paramento oeste evidencia três diferentes momentos construtivos. O primeiro terço deste, a contar da base, é igual à totalidade do paramento interno, o segundo é construído com blocos de grés de menor dimensão, ligados por argamassa de cal de cor amarelada e algo friável, e o último, cerca de 1,60m acima da base, é construído com grandes blocos de “grés de Silves” bem aparelhados, maioritariamente bujardados, ligados por argamassa de cal muito resistente e de tonalidade mais esbranquiçada que a anterior. Esta face externa surge rebocada na zona correspondente à 2ª fase de construção, levando a inferir que o que identificámos como segundo momento construtivo, mais não seja do que um capeamento efectuado aquando da construção da casa que se lhe adossa, tendo servido de parede à mesma. Tal circunstância explica a utilização de materiais e técnicas construtivas pouco apropriadas a uma muralha. O enchimento dos paramentos é constituído por blocos de arenito vermelho, de menor tamanho e apenas afeiçoados.

O tramo de orientação E-W (estrutura A) tem a mesma espessura, encontra-se conservado num comprimento total de 12m, prolongando-se para este, igualmente para fora do perímetro da escavação. No corte este o mesmo é conservado em 2,66m de altura e na restante área não ultrapassa 1,50m. É, de igual modo, construído com blocos de “grés de Silves”, ligados por argamassa de terra, mostrando o mesmo tipo de aparelho observado na totalidade da face interna e na base da face externa do tramo anteriormente referido. As faces deste tramo mostram-se rebocadas nalguns trechos, o que se deve, tal como sucede com o tramo N-S, a momentos em que às mesmas foram

adossadas outras estruturas, que em articulação configuraram compartimentos habitacionais ou oficinais.

A torre de ângulo que trava estas duas estruturas (estrutura C) apresenta forma sub-quadrangular, medindo cerca de 3,60m nos lados este e oeste e 3,90m nos lados norte e sul. A mesma é construída com recurso a blocos aparelhados de “grés de Silves” de dimensão média, sendo os ângulos reforçados com blocos de calcário bem talhados e de tamanho superior, e o enchimento efectuado com pequenos blocos de “grés de Silves” apenas afeiçoados, com argamassa de terra como elemento de ligação. Tendo em atenção a altura conservada nalguns trechos, de mais de 2,60m, julgamos que estas estruturas se elevariam em alvenaria (anexo VI figs. 1 e 2).

Tendo em conta a sua posição e a necessária articulação desta estrutura defensiva com as restantes fortificações existentes na cidade, julgamos não restarem dúvidas sobre a sua funcionalidade – teria como objectivo proteger um espaço correspondente a área de arrabalde, que se terá começado a formar na parte oriental da cidade num dos períodos em que a mesma conheceu acentuado crescimento populacional. Conforme já se revelou em capítulo de contextualização, este arrabalde ligaria a norte à muralha da Almedina, exactamente numa zona onde a mesma possuía uma torre rectangular adossada, hoje quase imperceptível dado o seu avançado estado de degradação. É ainda provável que, no percurso entre uma torre e outra, existisse uma terceira torre, localizada no actual quintalão da Associação de Regantes, onde é visível, de forma desligada das restantes edificações, edifício de planta rectangular, que poderá ter sido uma torre. Não obstante, da mesma só deveriam existir muros baixos aquando da construção daquele edifício, uma vez que esta não é visível em qualquer das fotografias antigas que retratam a cidade no final do século XIX. A sua posição na malha urbana e o seu alinhamento com as outras duas torres sugere esta inferência (anexo IV fig.10).

4.1.2. A torre poligonal

Num período posterior, a morfologia da torre quadrangular é alterada. Esta passa agora a contar com 6 lados de cerca de 3m de comprimento, encontrando-se conservada a uma altura máxima de 1,05m (estrutura D). Esta fase construtiva é realizada com recurso a blocos de “grés de Silves” muito bem aparelhados e de dimensão razoável, ligados por argamassa de cal muito resistente (anexo IV fig. 11).

Não sabemos se o que motivou esta construção foi tornar a torre mais resistente numa zona débil da fortificação, ou dotá-la de maior eficácia numa zona importante do curso de uma muralha, como são os ângulos de inflexão ou a proximidade de portas. As torres poligonais permitem melhor controlar a aproximação à muralha de todos os ângulos possíveis, razão porque são adoptadas num determinado período muito específico da permanência islâmica no território peninsular.

Ainda em fase posterior, a torre poligonal é sujeita a um reforço do seu ângulo SW, no qual são utilizados blocos de arenito vermelho de tamanho médio, ligados por argamassa de cal, dos quais só se conservam duas fiadas (estrutura E). Este aspecto reforça a ideia de que se trata de uma zona bastante fustigada por ataques, conduzindo à realização de várias obras, tanto no lado externo da muralha como na torre a ela associada. Para a Valência islâmica são, de igual modo, relatados frequentes reforços dos ângulos das torres, ainda que aqui eles configurassem um reforço de 45° (Pascual e Martí, 2002:190), como se se tratasse de um contraforte, enquanto na Torre Poligonal de Silves o reforço envolve um dos cunhais da torre.

4.2. Estruturas habitacionais

De entre as mais de oitenta estruturas exumadas neste arqueossítio, cerca de 45% corresponderão a estruturas de carácter habitacional, embora grande parte destas não se

conseguissem articular de modo a configurarem compartimentos e desenvolver habitações na sua completa planimetria. Tal facto obrigou-nos, nalguns casos, a uma reconstituição planimétrica conjectural, de acordo com a lógica da organização das casas islâmicas (anexo I fig. 9).

4.2.1. Casa 1

Esta habitação situa-se do lado externo da muralha (sector 2) e é uma das edificações mais antigas desta área restrita de arrabalde islâmico e também uma das mais completas e melhor conservadas. A mesma encontra-se perturbada nos seus lados norte, pela alteração da torre poligonal e arruamento associado; a sul, por uma grande estrutura que a corta; e a este, por uma afectação no terreno que não foi possível interpretar.

Encontram-se parcialmente conservados três compartimentos: um a sul, outro contíguo a norte e um outro, de menores dimensões, a este do primeiro, havendo evidências de pelo menos outro compartimento a este deste último. As estruturas que a compõem (n.ºs 35, 36, 37, 38 e 42 – anexo VI fig. 3) possuem espessuras que oscilam entre os 0,47m e os 0,57m, encontrando-se conservadas até uma altura compreendida entre 0,35m e 0,60m. As paredes conservadas são construídas com recurso a blocos afeiçoados de “grés de Silves”, com inclusão de alguns blocos de calcário, sobretudo dispostos na base. Estes, de maior dimensão, são ligados por argamassa de terra, sendo de prever que as paredes se elevassem em taipa e adobe, elementos que se observam nalguns derrubes do interior dos compartimentos sul e norte. De acordo com a composição de alguns destes derrubes, que concentram quantidade apreciável de telha, julgamos que a cobertura seria construída com recurso a este material que, certamente, se disporia sobre uma estrutura de madeira e canas. As paredes são rebocadas com um composto de areia e cal, colocando-se entre este e a alvenaria de pedra, taipa ou adobe, espessa camada de

terra, de modo a regularizar a superfície das estruturas que recebem o reboco. Este revestimento apresenta nos três compartimentos um lambril pintado a vermelho almagre, com cerca de 0,45m de altura. Na parede oeste do compartimento norte é possível observar a decoração, que era constituída pela já referida faixa vermelha, à qual se seguia uma banda de cor branca com cerca de 0,06m, sobrepondo-se a esta nova pintura vermelha. O compartimento sul apresenta um pavimento construído com grandes lajes de “grés de Silves”; os dois outros compartimentos apresentam pavimentos construídos em argamassa de cal e areia consistente, com uma espessura de cerca de 0,04m, evidenciando o mais pequeno, trecho pintado a vermelho. Estes pavimentos foram cuidadosamente construídos, recorrendo a espessa preparação, composta por blocos de pequena dimensão de arenitos e calcários, fragmentos de telha, rara cerâmica e alguma fauna, procurando conseguir um nivelamento do terreno, embora o mesmo continuasse a evidenciar alguma pendente para sul que, pelo menos no pátio, beneficiaria a escorrência de águas para o exterior. De facto, não se encontraram sistemas alternativos de escoamento das águas que se concentrariam no pátio, para onde escorreriam as águas dos beirados, ou outras geradas no interior da casa.

Tendo em atenção a lógica funcional das casas islâmicas, julgamos que o compartimento sul corresponderia ao pátio da casa, elemento central em torno do qual se distribuía a restante compartimentação. Deste se acedia ao compartimento norte através de uma porta de duplo batente, com cerca de 0,80m de largura, que ostentava poial composto por duas lajes de calcário colocadas horizontalmente, onde se encontram marcadas as concavidades dos gonzos, com um diâmetro de cerca de 0,05m. Este acesso parece ter sido alvo de remodelação, dado que, na sequência da desmontagem parcial da estrutura que o compunha, se constatou a existência de uma reformulação que tornou o vão mais estreito, ou o realizou para oeste. Assim,

teremos de equacionar uma primeira fase em que o mesmo possuiria uma largura maior, aproximada a 1,55m, podendo tratar-se originalmente de uma acesso de maior sumptuosidade composto por duplo arco, sendo que, numa fase posterior, o mesmo foi estreitado ou desviado por razões desconhecidas. Estas poderão relacionar-se com factores ambientais, nomeadamente objectivando torná-lo menos exposto ao frio e mais acolhedor, ou tornando-o mais resguardado dos olhares indiscretos do exterior, se acaso o objectivo foi descentrá-lo da porta que da rua acedia ao pátio. O compartimento norte corresponderia ao salão da casa, onde não se identificaram outros elementos funcionais como as habituais alcovas e, por tal, seria uma área multifuncional que serviria para estar, receber, trabalhar e dormir, como sempre sucede com as casas de pequena dimensão, como seria o caso desta. Do pátio aceder-se-ia ainda a um pequeno compartimento a este, que não ofereceu quaisquer elementos de carácter funcional, como lareiras, fornos, bancadas ou outros, razão porque teremos também de considerar que no mesmo se poderiam desenvolver diversas actividades, embora a sua reduzida dimensão nos leve a considerar poder tratar-se de um espaço para confecção e armazenamento de bens de consumo alimentar. A ausência de lareiras poderia ser compensada pelo recurso a fogareiros móveis, cujos fragmentos se encontram presentes entre os materiais cerâmicos exumados no arqueossítio em estudo.

Como já foi referido, as paredes que encerram a casa a norte (estrutura 42) e a meio da habitação (estrutura 38) prolongam-se para nascente, deixando antever a existência de um outro compartimento que não se conservou, devido a perturbação que afectou área considerável da parte nascente do arqueossítio, destruindo o que quer que existisse neste espaço.

Este compartimento, que dividiria paredes com a sala situada a norte do pátio, não tem acesso directo do interior da casa, levando a equacionar várias hipóteses: faria parte de

outra habitação construída no mesmo momento, eventualmente pertença de família aparentada; tratar-se-ia de um estábulo, elemento muito presente nas casas muçulmanas, sobretudo se nos encontramos num espaço de arrabalde, nesta época ainda pouco construído; ou como melhor alternativa, tratar-se-ia de uma pequena oficina onde algum elemento da família desenvolveria uma actividade profissional.

Apesar de haver vestígios de apenas um compartimento, não é de desprezar a possibilidade de existência não de um mas de dois compartimentos, dispondo-se o segundo a sul do primeiro, de modo a que a totalidade da casa configurasse um rectângulo ou quadrado, dentro do qual se marcaria a natural compartimentação, princípio que parece presidir à construção das habitações de tradição mediterrânica (Bazzana, 1990:249). Neste caso, poderia tratar-se de oficina e pequena loja em simultâneo, ou oficina e espaço de arrumos, respectivamente. A ideia do desenvolvimento naqueles compartimentos de uma actividade de carácter artesanal ou industrial ganha maior sustentação, se atentarmos no facto dos mesmos apresentarem pisos em terra batida e, ao contrário dos outros, não ostentarem rebocos nas paredes. A este aspecto acresce a circunstância de nos encontrarmos no arrabalde, onde possíveis maus odores ou outro tipo de poluição decorrente do desenvolvimento de actividades de carácter artesanal ou industrial, não afectariam a inexistente vizinhança.

A implantação desta casa não tem subjacente qualquer estratégia de planificação, dado que não há, na sua fase activa, quaisquer vestígios de arruamento ou infra-estruturas de saneamento que lhe estejam associadas, corroborando a ideia de se tratar de espaço peri-urbano.

A entrada na casa deveria fazer-se a sul, em relação natural com outros elementos da envolvente, nomeadamente o rio, tal como sucede depois com a orientação de outras edificações construídas em fases posteriores. O acesso desde a rua poderia fazer-se

entrando directamente no pátio, embora não seja a forma mais habitual de aceder a uma casa islâmica, em que se preserva, a todo o custo, a intimidade familiar. Se considerarmos que foi erguida num período em que haveria poucas edificações na zona, configurando esta área um espaço semi-rural, não necessitaria de saguão porque não há rua nem vizinhos a interferir com a intimidade do ambiente familiar que se desenvolve no pátio. A ausência da latrina poderá encontrar o mesmo tipo de justificação. Os habitantes da casa recorreriam ao exterior para a satisfação das necessidades fisiológicas. (anexo IV fig. 12).

Tendo em atenção as dimensões do espaço habitacional, cerca de 50m², sendo aproximadamente 22m² consagrados ao salão, cerca de 16m² ao pátio e os restantes 6,50m² à cozinha, julgamos credível que a mesma se destinasse a uma família mononuclear. Trata-se de uma casa de pequena dimensão, apesar de, tendo em conta a sua localização – em espaço externo à medina – os seus pormenores construtivos revelarem algum cuidado, materializado sobretudo na construção dos pavimentos, pintura de paredes e possível existência de uma porta ampla de acesso ao salão, embora a mesma viesse depois a ser alterada.

Ao anoitecer, pais e filhos partilhariam o mesmo espaço de pernoita, enquanto durante o dia as mulheres dominariam a casa, dedicando-se às lides domésticas, nas quais se poderia incluir a manufactura do próprio vestuário⁵⁴.

⁵⁴ Dentro do espaço urbano, seja qual for a sua extensão, o lugar da mulher é sempre dentro da casa. Tanto o Corão como a tradição profética apontam na mesma direcção, a mulher deve cuidar do seu esposo e filhos, dado que as restrições impostas às mulheres do profeta se converteram em modelo de conduta para todas as muçulmanas (Aguilar e Marín, 1995:40).

4.2.2. Casa 2

Trata-se de uma casa erguida também do lado externo da muralha (sector 2), da qual apenas se mantêm estruturas fragmentadas (11, 12, 21, 25, 26 e 29), sendo algumas destas reaproveitadas em período posterior, nomeadamente na construção da Casa 3.

As paredes são erguidas construindo socos em alvenaria, maioritariamente constituídas por blocos de “grés de Silves” ligados por argamassa de cal (alguns dos quais melhor regularizados do que os utilizados na Casa 1, sobretudo os da estrutura 11), elevando-se as paredes com alvenaria de taipa. Os muros detêm uma espessura de 0,40m e mantêm-se conservados a cerca de 0,40m de altura, não se observando vestígios de revestimentos. Associadas à base das estruturas encontram-se manchas de argamassa que podem ter formado os pisos de circulação respectivos. Há derrubes contendo fragmentos de telha a atestar a existência de coberturas em telhado.

As estruturas são de tal forma fragmentárias que qualquer tentativa de reconstituição da compartimentação e interpretação funcional comportaria um elevado risco. Podem, contudo, reconhecer-se pelo menos dois compartimentos: um a nascente de forma rectangular, com cerca de 24m², o outro posicionado do seu lado esquerdo, de forma sub-quadrangular, com cerca de 13m². As estruturas perpendiculares à muralha poderiam adossar-se-lhe, tal como vem a suceder com as que compõem a Casa 3, construída parcialmente sobre esta, com aproveitamento de algumas das suas estruturas.

4.2.3. Casa 3

A Casa 3 situa-se, de igual modo, do lado externo da muralha (sector 2), à qual se adossa, aproveitando-a como parede norte.

Esta habitação é edificada com recurso a paredes de alvenaria de pedra irregular, construídas com recurso maioritário ao arenito vermelho de Silves, no qual se mesclam

alguns blocos de calcário compondo um soco ou base, a partir do qual se elevam as paredes, muito provavelmente construídas em taipa. Estas paredes, que também apresentam os seus componentes ligados por argamassa de terra, adossam ao alçado sul do tramo A da muralha do arrabalde, que nalguns trechos apresenta um reboco branco muito mal conservado. Tal evidência induz-nos a admitir que as paredes da casa eram rebocadas, embora nestas não se observasse pintura vermelha, como sucedia com a Casa 1. As estruturas que formam os compartimentos que a compõem (estruturas 6, 7, 8, 9, 10 e 21 – anexo VI fig. 4) apresentam espessuras entre 0,42m e 0,60m, não se elevando a mais do que 0,58m face aos pisos que se lhes associam, construídos em argamassa de pouca espessura, que mal se conserva, ou em terra argilosa compactada. A imensidão de telhas encontradas nalguns derrubes exumados do interior dos compartimentos faz-nos admitir que também esta casa seria coberta pelas vulgares telhas de meia cana, que seriam suportadas por armação de madeira e canas, com pendente para o pátio, onde se recolheriam as águas das chuvas.

Esta habitação segue a uniformidade dos princípios básicos da casa islâmica, tendo um pequeno vestíbulo por onde, desde a rua, se acede ao pátio. A porta de ingresso da rua para o pequeno saguão mede cerca de 0,90m de largura e posiciona-se de modo descentrado face à que acede ao pátio, esta com cerca de 1,00m de largura, de forma a preservar a intimidade da casa. O pátio, para além de servir de receptor de luz e ventilação, funcionava como distribuidor para as restantes divisões que, no caso vertente, significa apenas um outro compartimento, se exceptuarmos o já referido pequeno vestíbulo de passagem. Entrados no pátio, podemos aceder à referida divisão localizada a este, que exhibe forma rectangular, onde, muito provavelmente, teriam lugar todas as funções da casa, razão pela qual o referido compartimento não oferece qualquer morfologia específica, atestando a sua total polivalência.

Para além das mencionadas, esta edificação possui ainda outra dependência, disposta a oeste do conjunto referido que, todavia, não tem acesso pelo interior, pelo que só se poderia aceder-lhe a partir da rua, através de uma entrada independente. Tal circunstância indicia uma funcionalidade compatível com estábulo, pequena oficina ou loja, tal como se equacionou para a Casa 1. Este compartimento evidencia um piso em terra batida, ao contrário dos demais, factor que também na Casa 1 diferenciava o conjunto habitacional dos restantes compartimentos.

A zona sul deste compartimento foi grandemente afectada pela máquina que demoliu e removeu o pavimento do edifício contemporâneo que existia no local, o que dificulta muito a leitura da zona onde eventualmente se localizaria o seu acesso. Esta área destruída mostrou na fase de escavação um interface negativo (estrutura 90), preenchido por blocos de “grés de Silves” bem aparelhados e de dimensões consideráveis que, a nosso ver, podiam configurar uma latrina e respectiva fossa, esta ainda conservada e visível, situada em área que corresponderia já ao espaço exterior. Esta inferência colocaria uma possível latrina do lado nascente da porta de entrada, o que perturba a hipótese de o compartimento funcionar como oficina e dá maior sustentação à ideia de se tratar de uma divisão onde coexistiam estábulo e latrina, como sucede noutras cidades do *al-Andalus*, de que *Siyasa* é exemplo.

O espaço reservado a habitação não ultrapassa os 30m², sendo destes cerca de 9m² destinados ao pátio, aproximadamente 13m² ao compartimento multifuncional, e não mais de 3,70m², ao vestíbulo. O compartimento independente, que adossa quase totalmente à torre poligonal, oferece uma área útil de cerca de 8,20m².

A exiguidade do espaço disponível e a polivalência das poucas divisões existentes, deduzida da inexistência de morfologias específicas relacionadas com determinadas actividades nos compartimentos (alcovas, fornos, bancadas, armários, etc.), bem como a

ausência total de elementos decorativos, levam-nos a concluir pelo baixo estatuto sócio-económico dos seus habitantes, certamente família mononuclear de fracos recursos, residente fora do arrabalde, local onde, certamente, o acesso aos terrenos se faria com um menor encargo. Os derrubes existentes sobre um dos pisos de circulação ofereceram miniaturas cerâmicas, levando a inferir sobre a existência de crianças no seio da família que habitou aquele espaço.

Ao contrário do que sucedia com as casas descritas anteriormente e, desde logo, porque estamos numa fase distinta da ocupação desta área de arrabalde, aspecto a que aludiremos oportunamente, a sua edificação não terá sido espontânea, tendo antes, resultado de uma acção planificadora, dado que a ela se encontram associados arruamentos que organizariam o espaço urbano, tal como sucede com a casa que analisaremos seguidamente (anexo IV fig. 13).

4.2.4. Casa 4

Também este conjunto de estruturas, a configurar compartimentos habitacionais, se posiciona do lado externo da muralha (sector 4), aproveitando o alçado oeste do seu tramo B e o reforço poligonal da torre como paredes. Os dois compartimentos visíveis na área de escavação são compostos por estruturas (n^{os} 14, 15, 17, 59 e 69) cujas bases são construídas em alvenaria de pedra irregular, maioritariamente constituída por arenito vermelho de Silves com algumas intrusões de calcário afeiçoado, ligada por argamassa de terra. Estas estruturas oferecem espessuras variáveis entre os 0,50m nas paredes externas e 0,40m nas internas, e encontram-se conservadas a uma altura máxima de 0,54m. Tal como sucede com as demais, supomos que as paredes cresceriam em alvenaria de taipa, sendo os pisos de circulação associados preparados com terra argilosa compactada, sobre os quais se observaram derrubes compostos por grande

quantidade de estuque e fragmentos de telha, permitindo-nos alvitrar que as paredes seriam estucadas e as coberturas realizadas sob a forma de telhados.

Esta habitação encontra-se apenas muito parcialmente visível na área da escavação, uma vez que se desenvolveria para norte. Da mesma conservam-se no perímetro escavado apenas dois compartimentos, um integralmente representado, o outro apenas presente numa parte muito ínfima. O primeiro apresenta uma morfologia que não deixa dúvidas quanto à sua funcionalidade, tratando-se de latrina com fossa associada. Este complexo sanitário tem forma rectangular, mede 0,51m de largura, 0,60m de comprimento, e o orifício central cerca de 0,12m de largura e 0,30m de comprimento, mostrando uma orientação sensivelmente E-W, em claro desrespeito pelas normas comportamentais aconselhadas (Macias, 1996:94; Gomes e Gomes, 2002:82). Esta latrina faz os seus despejos para uma fossa ou poço negro aberto no lado externo (estrutura 88).

O compartimento que alberga a latrina possui uma dimensão exagerada – cerca de 9m² – para apenas exercer esta função, do mesmo modo que ostenta um muro (estrutura 17) a compartimentar o espaço, levando-nos a questionar sobre a funcionalidade da pequena área circunscrita, que convivia com a latrina e os maus odores provocados pela sua utilização, uma vez que era necessário passar por ela para aceder ao espaço anteriormente referido. À falta de melhor explicação e mesmo na ausência de um qualquer sistema de escoamento de água, consideraremos que pode tratar-se de um pequeno espaço de abluções, conferindo ao compartimento as valências de um verdadeiro sanitário, que encontra paralelos na Casa 4 do Empreendimento do Castelo, em Silves (Santos e Abranches, 2007:75 e ss.), embora ali a zona de banhos se encontre devidamente estruturada e o sistema de escoamento de águas presente.

O compartimento que confinava a norte com o anteriormente referido encontra-se conservado na área escavada numa parte muito reduzida, contudo, ofereceu sobre o seu

pavimento um fragmento de mó, desafiando-nos a lhe determinar a funcionalidade. Assim e porque o mesmo configurará um compartimento de menores dimensões do que o espaço de latrina, não nos pronunciamos a favor de pátio⁵⁵, mas sobre a possibilidade de se tratar de uma área de arrumos ou destinada à confecção de alimentos que, por vezes, surge localizada perto das latrinas.

Tal como sucedia com a casa descrita anteriormente e porque esta é contemporânea da referida, a sua edificação insere-se numa fase de expansão consentida e planeada pelas autoridades, uma vez que é servida por arruamento (anexo IV fig. 14).

4.2.5. Casa 5

É o único conjunto de estruturas habitacionais localizado no interior da muralha (sector 3) e pertencerá a uma fase de ocupação daquele espaço em que a sua vocação inicial terá sofrido profunda alteração.

A área conservada corresponde a uma parte muito ínfima do que seria a totalidade do seu perímetro, estendendo-se a mesma para norte, sob a casa actual que confina com o espaço de escavação, e para este, tendo ali sido cortada por espessa parede do edifício contemporâneo demolido, cujo alicerce se implantava abaixo da cota de circulação da casa em apreço.

Encontram-se presentes parte de dois compartimentos, um deles adossado ao alçado interno do tramo B da muralha do Arrabalde, utilizando-a como parede. Os mesmos são formados por estruturas (44, 44A e 45) construídas em alvenaria irregular de “grés de Silves”, com intrusões de tijolos de adobe e inclusão de fragmentos de telha entre as diversas fiadas, de modo a regularizá-las. Estes elementos construtivos são ligados por argamassa de terra e seriam encimados por telhados, tendo em conta que os derrubes

⁵⁵ A casa 12 do “Empreendimento do Castelo” ofereceu uma mó num canto do pátio (Santos Abranches, 2007:164).

sobre os pisos de circulação mostram telhas em quantidade abundante. Não temos elementos que sustentem a hipótese de as paredes se elevarem em taipa, tal como sucedia com as demais habitações, sendo até de supor que pudessem prolongar-se em pedra ou em tijolos de adobe, uma vez que estes elementos surgem nas paredes que se conservam e também nos derrubes sobre os pavimentos. O facto de termos paredes em alvenaria conservadas até cerca de 0,60m de altura corrobora a ideia de que as mesmas se não elevassem em taipa, tendo em conta que, em regra, as bases em alvenaria não ultrapassariam os 0,50m de altura, tal como revelam as casas de *Bajjana* (Castillo e Martinez, 1990:111) e de Vale do Boto, Paderne e Salir (Catarino, 1997-98:721). Estas estruturas pertencem, pelo menos, a duas distintas fases construtivas, dado que a estrutura 44A serve de entaipamento a um vão. O seu aparelho é muito cuidado e inclui um bloco de arenito vermelho de Silves reutilizado, de face estucada e pintura a vermelho, evocando motivo vegetalista (anexo IV fig. 15a) e correspondendo a uma remodelação efectuada na habitação. Estas estruturas medem entre 0,42m (entaipamento) a 0,50m de espessura e conservam-se no máximo até 0,60m de altura. Os pisos que se lhes associam são construídos em terra batida ou recorrendo a grandes lajes de “grés de Silves” muito bem talhadas, que se encontravam em excelente estado de conservação. Não temos elementos que nos permitam asseverar se as paredes recebiam algum tipo de reboco, embora nos inclinemos mais para a sua existência, dado que algumas das pedras que formam uma das suas faces se encontram picotadas, de forma a melhor agarrar um revestimento que se lhe quisesse colocar, e há grande quantidade de estuque nos derrubes encontrados sobre os pisos de circulação. Teremos, no entanto, de admitir que estas pedras de maior dimensão e melhor talhadas pudessem ser reutilizações, tal como sucedia com a estucada e pintada, antes mencionada.

Relativamente à funcionalidade dos dois compartimentos que se encontram parcialmente visíveis podemos afirmar, com alguma segurança, que o disposto do lado nascente funcionaria como pátio, uma vez que apresenta um pavimento lajeado tal como sucede com a esmagadora maioria das casas islâmicas escavadas na área urbana de Silves⁵⁶. O outro compartimento adossado à muralha acedia numa primeira fase ao pátio e, numa fase posterior, o acesso foi realocado, eventualmente no mesmo tramo de parede. O pavimento deste compartimento é de terra batida e no interior do mesmo, exactamente no limite do perímetro de escavação, foi identificado e parcialmente escavado um silo que o cortava. Sobre este piso observou-se também uma pequena área de combustão, de forma ovalada e não estruturada, podendo tratar-se de uma lareira de carácter não permanente, como se sabe acontecer com regularidade. Surgem por vezes registadas várias áreas de combustão sobre o mesmo pavimento, levando a inferir que o fogo se ateava em local indiscriminado do interior dos compartimentos, tanto para cozinhar como para os seus habitantes se aquecerem (Izquierdo, 1990:148). A exígua largura desta divisão, cerca de 1,35m, e a presença de silo e lareira, levam-nos a considerar a hipótese de se tratar de zona de armazenamento e confecção de alimentos.

4.2.6. Casa 6

Trata-se, mais uma vez, de um conjunto de estruturas que articuladas formariam, muito provavelmente, um espaço habitacional. Situa-se do lado externo da muralha do arrabalde (sector 6), encontrando-se enormemente mutilado pelas inúmeras remodelações que o espaço onde se situa sofreu ao longo do tempo, nomeadamente, a construção de uma grande cisterna no logradouro do edifício agora demolido.

⁵⁶ Veja-se ao Alcáçova, a Arrochela e o Salão Paroquial (Gomes e Gomes, 2001), ainda o Teatro Mascarenhas Gregório (Ramos, 2006), a Rua Cândido dos Reis (Silva *et alii*, 2007) e o “Empreendimento do Castelo” (Santos e Abranches, 2007).

Encontram-se preservados parcialmente dois compartimentos, formados por estruturas construídas em alvenaria de “grés de Silves”, composta por blocos aparelhados na face interna e apenas afeiçãoados na face externa, ligados por argamassa de terra. As dimensões não diferem das registadas para as demais estruturas habitacionais, oscilando entre os 0,40m e os 0,54m, sendo a altura máxima conservada de cerca de 0,70m. Alguns dos blocos mostram-se picotados para melhor aderência do estuque que revestia as paredes. Este tipo de revestimento é igualmente documentado nas camadas de derrube dispostas sobre os pavimentos em terra batida e numa das paredes, elevada em taipa, que mantém *in situ* o reboco associado. Estes derrubes contêm ainda bastantes telhas fragmentadas, respondendo à solução adoptada para as coberturas. Duas das estruturas parecem estar a ser reutilizadas (estruturas 72 e 78), e outra delas (estrutura 71) terá sido construída de raiz para fechar o compartimento, dado que a sua cota de assentamento é um pouco mais alta do que a das duas anteriormente referidas. O pavimento que se encontra associado a estas estruturas formando o compartimento sul, e que mostra ter sido refeito por duas vezes, apresenta associada a cada um dos momentos uma lareira não estruturada. A estrutura situada mais a norte (estrutura 79), só muito parcialmente visível, encerraria outro compartimento.

A exiguidade destes dois espaços, um deles quase completamente coberto por estruturas posteriores, e a inexistência de aspectos morfológicos que os diferenciem, impedem-nos de adiantar para eles qualquer tipo de funcionalidade.

4.2.7. Outras estruturas habitacionais

Para além das estruturas habitacionais descritas, o arqueossítio conta com outras estruturas muito fragmentárias e desarticuladas que, pelas suas espessuras, recursos utilizados e técnicas construtivas, se poderiam inserir na tipologia das estruturas

habitacionais. Uma delas (estrutura 27), localizada no sector 5, estava associada a uma latrina já de algum modo perturbada pela remoção do pavimento da casa contemporânea demolida e não resistiu às primeiras chuvas que se fizeram sentir. Não conseguimos fazê-la coexistir com qualquer estrutura, da imensidão das que se sobrepunham neste pequeno sector, muitíssimo afectado por construções contemporâneas.

4.3. Estruturas associadas a actividades artesanais ou de carácter industrial

É comum nas cidades islâmicas as actividades artesanais ou de carácter industrial, mais ou menos poluentes, mais ou menos necessitadas de espaço, muitas vezes necessitadas da proximidade de uma fonte de água, se situarem nos arrabaldes. Alguns destes mostravam até alguma especialização funcional, podendo albergar maioritariamente actividades comerciais, artesanais (T.Balbás, 1982a:209), ou gente que se dedicava à agricultura, como parece suceder com o Arrabalde da Madalena em Lérida (Lorient, 1990:273). Também o arrabalde oriental de Silves e o seu espaço adjacente ofereceram algumas estruturas de suporte a actividades artesanais (anexo I fig.10).

4.3.1. Tanques

No arqueossítio figuram estruturas cujas características arquitectónicas não deixam dúvida quanto à sua associação a uma qualquer actividade de carácter artesanal ou industrial.

No sector 6 da área intervencionada foram escavados dois compartimentos que configuram dois tanques (estrutura 68), embora o complexo devesse comportar outros compartimentos similares, dado que se encontra afectado a norte, sul e oeste. São construídos em alvenaria de pedra, composta maioritariamente por blocos de “grés de Silves” com algumas inclusões de calcário, ligados por argamassa de cal e areia. O

revestimento dos compartimentos é preparado em argila muito fina e plástica, de tonalidade cinzenta esverdeada, sobre a qual é colocada uma camada de argamassa de cal muito friável com cerca de 0,05m de espessura. Os dois compartimentos medem 2,70m de comprimento, 2,15m de largura máxima e 0,35m de altura máxima conservada.

Também no sector 2 foi colocado a descoberto um outro complexo de tanques (estrutura 34), morfologicamente semelhantes, mas utilizando tecnologia construtiva muito mais complexa. Este conjunto era inicialmente composto por dois compartimentos, um menor (sul), que correspondia aproximadamente a $\frac{1}{4}$ do total, e outro de maiores dimensões (norte), que em fase posterior é repartido em três de dimensões idênticas, conduzindo à existência de quatro compartimentos iguais. O conjunto é construído em alvenaria de pedra, maioritariamente blocos de arenito vermelho de Silves ligados por argamassa de cal e areia, colocados de cutelo para a compartimentação da divisão inicialmente maior. O interior é revestido por várias camadas de diferente composição, nem sempre iguais na totalidade dos compartimentos⁵⁷, mas que podem resumir-se da seguinte forma, no que toca ao compartimento D, o colocado mais a sul e que não sofreu alterações posteriores:

1º Argamassa de cor cinzenta amarelada, muito friável, composta por cal, areia, saibro, cerâmica triturada e alguns nódulos de carvão;

2º Argamassa de cor esbranquiçada, mais compacta, composta por cal, areia, alguma cerâmica em fragmentos muito pequenos (cerca de 20% da composição) e diminuta quantidade de saibro;

⁵⁷ O processo construtivo foi possível de aferir com pormenor, dado que, infelizmente, estas estruturas tiveram de ser desmontadas de modo a viabilizar a construção da parede este do edifício da nova biblioteca municipal, uma vez que se encontravam mesmo no limite este da área em questão. Procedemos a uma desmontagem cuidadosa, numerámos todas as pedras que compunham as diversas paredes e recolhemos amostras de todas as argamassas que ligavam e revestiam os compartimentos, de modo a poder remontar o complexo de tanques no âmbito da musealização do sítio arqueológico, se assim for entendido por conveniente.

3º Argamassa com uma espessura aproximada a 0,005m, mais compacta que as anteriores, composta em cerca de 80% por cerâmica triturada com dimensão aproximada a 0,002m, saibro, areia e cal, conferindo-lhe uma tonalidade avermelhada e um aspecto do tipo *opus signinum*, mostrando restos de pintura vermelho almagre.

Só a título de exemplo se refere, no tocante à composição dos revestimentos, que os compartimentos A e B mostram na composição de algumas fases do processo construtivo, além dos componentes já referidos para o compartimento D, grande quantidade de matéria orgânica, como carvão e palha.

O detalhe na descrição destes revestimentos pretende apenas chamar a atenção para a complexidade da sua construção e o cuidado colocado na escolha dos componentes, de modo a conseguir a melhor impermeabilização possível para estes contentores. Se do ponto de vista morfológico este conjunto é muito semelhante ao primeiro, em termos construtivos mostra grande refinamento tecnológico.

Este conjunto tem uma dimensão total de 4,50m de comprimento por 2,00m de largura. Cada complexo mede aproximadamente 1,60mx0,80mx0,70m, podendo conter cerca de 900 litros de substância líquida (anexo IV fig. 16).

Para além de podermos inferir que estes tanques seriam contentores de líquidos associados a uma qualquer actividade de carácter artesanal ou industrial, nada mais poderemos adiantar sobre a interpretação da sua funcionalidade⁵⁸. Infelizmente, nem a arqueologia nem as fontes históricas deram uma resposta cabal à pergunta que desde a sua descoberta se colocou. Continuaremos a pesquisar a sua utilidade, acreditando que a etnografia poderá oferecer pistas que as evidências arqueológicas recusaram.

⁵⁸ Josefa Pascual mencionou tanques de aparência semelhante na cidade de Valência, na comunicação que apresentou ao 6º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 23 a 25 de Outubro de 2008). Esta arqueóloga associa-os a actividade relacionada com o tratamento de peles.

4.3.2. O Forno de Fundição

Também no sector 6, parcialmente sob os tanques antes referidos, foi identificada uma estrutura de forma semicircular (77) que, na origem, pode ter configurado um círculo completo. A mesma mostrava-se afectada pela construção da cisterna existente no logradouro do edifício demolido para dar lugar à nova biblioteca municipal e, por tal, encontrava-se reduzida a cerca de $\frac{1}{4}$ do que teria sido. Esta estrutura conserva apenas duas fiadas, a primeira construída com blocos irregulares de “grés de Silves”, a segunda perfilada com tijolos de adobe colocados obliquamente. Esta estrutura apresenta-se conservada em cerca de 0,28m de altura, mede aproximadamente de 0,27m de espessura e teria cerca de 2,00m de diâmetro. O piso que lhe estava associado era em terra argilosa muito compactada, sobre o qual se dispunha um sedimento composto maioritariamente por escória de ferro (anexo IV fig. 17).

Embora esta estrutura fragmentária nada tenha a ver com outras estruturas associadas a processos metalúrgicos conhecidas no mundo islâmico, de que as forjas existentes no Castelo de Palmela (Fernandes, 2006) serão as geograficamente mais próximas, a configuração circular da estrutura e a enorme quantidade de escória de ferro que se encontrava depositada no pavimento associado remetem-nos para a possibilidade de se ter tratado, não de uma forja, mas de um forno de fundição. Os tijolos de barro são mais resistentes às altas temperaturas do que as pedras, razão pela qual as paredes do forno apenas apresentavam uma fiada de pedras na base, sendo alteadas com recurso à terra crua. A existência de uma tão grande quantidade de escória na base pode explicar-se de duas maneiras: ou o forno era de um tipo rudimentar, não dispoendo de canal de escoamento para as escórias, e era desmontado no final de cada processo de cozedura para remoção das escórias, ou quando o forno foi desactivado as escórias que permaneciam na oficina foram depositadas no seu interior. Claro que se trata de uma

mera hipótese de estudo, que pretendemos aprofundar, uma vez que alguns pormenores, como a ausência de alterações na argila do pavimento provocadas por acção do calor, ou a ausência de instrumentos associados ao trabalho de fundição, fazem-nos admitir, com bastantes reservas, a hipótese funcional colocada. É, contudo, de assinalar que todo o perímetro da área onde decorreu a escavação arqueológica, em maior quantidade nalguns contextos, em menor noutros, ofereceu abundante quantidade de escórias de ferro, confirmando a existência de actividade metalúrgica nas proximidades.

4.3.3. Outras estruturas de carácter artesanal ou industrial

No sector 3 da área intervencionada surgem uma série de estruturas sobrepostas, cuja articulação e funcionalidade se mostrou deveras complicada em termos interpretativos (anexo I fig.11). Após analisarmos todas as relações estratigráficas, concluímos pela impossibilidade de relacionar grande parte das estruturas, do mesmo modo que conseguimos isolar algumas que poderiam ter coexistido e configurado compartimentos. De entre estas destacamos, na mesma fase, as estruturas 5 e 52, que utilizam o alçado este do tramo B da muralha como parede, formando um compartimento. Isolamos também as estruturas 22 e 49, que utilizam o alçado norte do tramo A da referida muralha, compondo dois compartimentos.

O acesso ao primeiro compartimento mencionado fazia-se por um vão com cerca de 0,80m, deixado entre o tramo A da muralha e o remate da estrutura 5. As estruturas são construídas com blocos de “grés de Silves” e calcário, de média e grande dimensão, não aparelhados, sendo que a face mais lisa é aproveitada para o paramento interno. No seu enchimento são visíveis pedras miúdas e fragmentos de telha, ligados por argamassa de terra. A espessura das paredes atinge os 0,60m e a altura máxima conservada ronda os

0,45m. Não há indícios de revestimento das estruturas, o pavimento é em terra batida e a cobertura em telha.

Dado tratar-se apenas de um compartimento e considerando a sua proximidade à torre, equacionámos a possibilidade de poder ser uma espécie de guarita, para um guarda de serviço ao sistema defensivo, tal como encontramos por vezes documentado no interior das muralhas, de que Jaén é um exemplo (Colmenero, 2004:80) e Mérida outro (Alba e Feijoo, 2006:105). O facto de a aludida torre ser aparentemente maciça poderia implicar a existência de um pequeno espaço associado, onde se guardassem acessórios de guerra. Contudo, com a continuação da análise das estruturas que se lhes sobrepunham, viemos a atribuir-lhe diferente funcionalidade, como veremos de seguida. Os dois compartimentos que do lado este coexistiram com este oferecem as mesmas soluções técnicas e construtivas e poderão suportar o mesmo tipo de função (estruturas 22 e 49). O compartimento a oeste e os dois a este são separados por um arruamento muito mal conservado, construído em terra batida de matriz argilosa e seixo rolado.

Um pouco a este do primeiro compartimento inicialmente referido (estruturas 5/52), e possuindo pavimento associado que sobre ele assentava, escavaram-se duas outras estruturas (3 e 82) que parecem reportar-se a uma ampliação do espaço antes descrito. As paredes são construídas com blocos de grés e calcário, bastante irregulares, cuja face mais lisa é utilizada no paramento. O alçado este apresenta uma construção mais cuidada que o alçado oeste. A espessura das paredes ronda os 0,65m e a altura conservada aproxima-se dos 0,70m, sugerindo que se elevariam em alvenaria de pedra. O pavimento é construído em argamassa de cal muito resistente, com cerca de 0,05m de espessura e sobre ele descansam derrubes de pedra e telhas, levando a inferir que a cobertura se faria em telhado. Este compartimento único, que ainda se prolonga para norte, para fora do limite da escavação arqueológica, e que continua a usar o alçado este

do tramo B da muralha como parede, possui grande dimensão, mais de 40m² visíveis. Exactamente no limite norte da área de escavação observa-se, ao nível do pavimento deste compartimento, um bocal de um recipiente cerâmico de grande dimensão, que se mostrava apenas parcialmente (anexo IV fig.18). A remoção integral do objecto referido⁵⁹, que possui cerca de 0,90m de bocal e 0,55m de altura e é reforçado por cordão plástico digitado, mostrou nas suas faces internas uma espessa película de cal. Não encontramos paralelos formais para o objecto⁶⁰, contudo, os abundantes resíduos de cal impelem-nos a julgá-lo associado a um processo de tratamento de peles. Ao que parece a cal atacava o que restava da epiderme e do tecido subcutâneo, ao mesmo tempo que aumentava e dilatava as fibras da derme, preparando-as para melhor absorverem o banho de tanino que se lhes seguia (Alarcão, 2004:75). Muitos outros fragmentos de peças semelhantes foram exumadas da preparação do pavimento deste edifício de carácter industrial. Tal circunstância remete-nos para a possibilidade destes fragmentos pertencerem a recipientes iguais, que se encontravam em laboração na oficina que anteriormente ocupava aquele espaço (estruturas 5 e 52) e que, por se encontrarem fracturados e inutilizados, terão sido usados na preparação do pavimento do edifício de maiores dimensões que ali surgiu depois. Se aceitarmos estes pressupostos, podemos admitir que esta zona do interior do arrabalde, nas fases mais antigas de ocupação, albergou pequenas indústrias relacionadas com o processo de tratamento de peles. O facto de se tratar de compartimentos de áreas amplas e paredes de espessura um pouco maior que o habitual, sem qualquer revestimento, corroboram esta ideia.

⁵⁹ Após grande esforço da empresa que construía a biblioteca, que implicou a construção propositada de uma viga para suportar o edifício contíguo, que se lhe sobrepunha parcialmente.

⁶⁰ Com excepção de alguns fragmentos retirados do interior de um silo da Alcáçova de Silves, interpretados como fragmentos de *tanur* (Gomes, 2008:208, vol.3).

4.4. Infra-estruturas

4.4.1. Sistemas de captação e condução de água

Tal como os romanos, também os povos muçulmanos foram hábeis dominadores das técnicas de captação, condução e distribuição de água. Conforme já vimos, a cidade de Silves possuía vários sistemas de abastecimento, alguns de carácter privado, sob a forma de poços, que drenavam dos níveis freáticos particularmente elevados na zona baixa da cidade. Outros, pela sua complexidade construtiva e pelos encargos inerentes, terão certamente sido planeados e construídos pelos sucessivos governos, tendo nalguns casos coexistido e noutros ocupado o lugar de sistemas anteriores que sucumbiram.

Nos sectores 5 e 6 exumaram-se duas estruturas que parecem constituir um complexo hidráulico (anexo I fig. 12). A primeira das estruturas referidas (58), subterrânea, evidencia paredes construídas em alvenaria de “grés de Silves”, cobertas por lajes do mesmo material, às quais se sobrepõe revestimento de seixo rolado (anexo IV fig.19). Os vários elementos que a compõem são ligados por argamassa de terra. Mede, dentro da área escavada, cerca de 17m de comprimento, prolongando-se para norte, muito para além da área intervencionada, o que nos é permitido observar quando penetramos num bocal quadrangular com cerca de 1,50m de lado no perímetro externo e 0,50m de lado no perímetro interno. O acesso ao interior revela tratar-se de um canal que se prolonga para norte, com ligeira inflexão para noroeste a cerca 15-20m do acesso, e também para sul, encontrando-se obstruído a cerca de 3-4m nesta direcção. Esta obstrução foi provocada pela construção da cisterna contemporânea que existia no logradouro do edifício da Repartição de Finanças, demolido para dar lugar à Biblioteca. A conduta referida mantém cerca de 0,60m de altura de água límpida, mas o nível oscila, elevando-se por vezes até ao bocal. As dimensões internas são de aproximadamente 0,60m de largura, e um sedimento que se depositou no fundo e que não foi possível remover

impede que se avalie a profundidade máxima, sendo a altura livre acima do mesmo de cerca de 0,90m. Esta estrutura segue a inclinação natural do terreno com pendente para sul, que é de cerca de 2,5% no perímetro escavado.

A sul da cisterna contemporânea voltamos a identificar a mesma estrutura (aqui designada por 80), a evidenciar os seus grandes blocos de grés, tendencialmente paralelepípedicos, colocados a cutelo, formando paredes cobertas por lajes. Sobre estas pode observar-se um revestimento composto por seixo rolado de média dimensão, formando uma espécie de pavimento em calçada, que aqui é ligado por uma argamassa de cal muito friável. Este canal subterrâneo, que já vem de norte e atravessa toda a área da escavação, não apresenta o revestimento em calçada no seu último lanço e vai perdendo altura, culminando numa espécie de canalização a desaguar para um canal ou fosso (estrutura 32), sobre o qual nos debruçaremos detalhadamente no ponto 4.5.

Em 1600, Henriques Fernandes Sarrão na sua *História do Reino do Algarve* diz, a determinada altura, que o castelo de Silves tem uma mina que se prolonga para norte por 3 léguas, permitindo que os mouros em tempo de cerco fossem à serra buscar lenha. Diz ainda, *que há também outra mina, que tem a boca em ua torre do muro da cerca da cidade, junto da porta dela, que vai ao rio debaixo do chão, e sai no pego de Mafoma, chamado assi, porque (segundo se consta) nele se afogou o rei dessa cidade, que tinha esse nome, quando os cristãos a tomaram. Leva a mina, no solo, ua calçada até dar naquele pego, e na entrada tem um portal de pedraria, e por esta mina iam os mouros buscar água ao rio, para seu serviço* (Sarrão, 1600:153). Se observarmos a descrição do canal encontrado no arqueossítio em estudo, distante da torre da porta da Almedina cerca de 100m para sudeste, e a descrição de Henriques Sarrão, rapidamente encontramos semelhanças que nos impelem a considerar tratar-se da mesma construção. A entrada existente na torre não seria um simples poço de acesso para limpeza e

ventilação como o que exumámos na “biblioteca” mas, muito provavelmente, o bocal de acesso principal – o poço mãe – de maiores dimensões, como se encontram habitualmente neste tipo de estruturas hidráulicas. É provável que, ao contrário do troço da parte mais baixa da cidade, que após desactivação foi aterrado e por cima construídas outras estruturas tornando-o invisível, no tramo superior este se mantivesse parcialmente à vista, alimentando a fértil imaginação da população da época.

O que temos em evidência poderá resultar de um de dois recursos técnicos de extracção e condução de água: o encanamento de um manancial ou a extracção dos níveis freáticos e posterior condução por galerias – *qanat*. Este último sistema hidráulico consiste na identificação de um aquífero, que se atinge a partir da escavação de uma galeria de pendente pouco acentuada, pelo qual se procede à drenagem da água até ao exterior (Argemi, 1995:181). Para a construção da conduta subterrânea torna-se necessária a escavação de poços, a distâncias diversas, que podem ir de 20 a 50m em Maiorca ou de 14 a 15m em Andújar (Pavón, 1990:196), para através deles se retirarem as terras e preencherem os limites com blocos de pedra, algumas vezes revestidos com materiais impermeáveis que inviabilizam a infiltração da água. Esses poços servem depois para ventilar ou para aceder ao interior dos canais e proceder à sua limpeza ou ainda às necessárias obras de conservação (Trillo, 2003:55). Assim e no que se refere ao canal aludido, podemos apenas garantir, pelas suas características arquitectónicas e sobretudo pelas suas dimensões, poder tratar-se de parte de um sistema hidráulico subterrâneo, que conduzia água pela cidade, tal como sucederia em muitas cidades muçulmanas.

4.4.2. Muros de contenção e drenagem

4.4.2.1. Estrutura 24/74

A construção do *qanat* ou o encanamento de uma nascente implicou a escavação de galerias a profundidades muito abaixo das cotas de circulação da época. Tal circunstância obrigou, no caso do tramo situado no arqueossítio em estudo, à construção de uma grande estrutura do lado este do bocal de acesso ao canal, que se prolonga para sul (24). Esta grande estrutura é construída com blocos de “grés de Silves” talhados apenas no paramento, maioritariamente de grande dimensão, sendo ocasionais os de tamanho médio. O espaço entre estes blocos é, por vezes, preenchido com elementos pétreos de pequena dimensão. A estrutura apresenta paramento apenas na sua face oeste, dado que encosta ao substrato geológico, cortando-o. Entre as fiadas existe uma argamassa de cal que não é visível no paramento, enquanto que entre os elementos pétreos é a terra que funciona como elemento ligante. O seu alicerce é rebocado com argamassa e tem cerca de 0.90m de altura, assentando ainda num enrocamento de grandes blocos de calcário (anexo IV fig.20). Esta estrutura tem uma espessura de cerca de 1,00m, apresenta uma altura máxima conservada de cerca de 3,00m e encontra-se conservada em cerca de 4,10m de comprimento, sendo ali cortada pela cisterna recente a que sempre aludimos. Do lado sul da cisterna surge de novo (aqui designada por estrutura 74), mantendo as mesmas características construtivas e cerca de 3,00m de comprimento. O seu remate é encostado pela estrutura 32 (sobre a qual nos debruçaremos oportunamente), também ela com a mesma espessura, encontrando-se, contudo, ligeiramente descentrada, o que atribuímos a possíveis oscilações de terra, provocadas por actividade sísmica ou defeito construtivo⁶¹.

⁶¹ O remate descentrado das estruturas 24 e 32 (num determinado ponto em que se encostam, dado que ambas mostram idênticas soluções construtivas e, pelo menos a determinada altura, parece que desempenhavam a mesma função), foi algo que sempre nos causou estranheza. Tal circunstância talvez se deva ao facto de a estrutura ter sido construída por mais do que uma quadrilha de operários, começando

A estrutura 24, na fase de construção da estrutura 32, que como vimos lhe encosta no tramo a sul da cisterna contemporânea, é aumentada em cerca de 1,00m de altura, podendo vir a acumular outra função para além da contenção de terras para que foi originalmente criada. De referir ainda que se identificou um pavimento construído em argamassa associado ao bocal de acesso ao canal e a esta estrutura, que a ambos serviu durante a sua fase de pervivência.

4.4.2.2.Estrutura 46/46A

Esta estrutura separa o sector 6 do sector 1. Apresenta uma base ou sapata mais larga apenas no lado norte, constituída por duas ou três fiadas de pedra, sendo depois elevada em alvenaria de blocos de “grés de Silves”, alguns de grande dimensão, por vezes bem facetados (anexo IV fig. 21). A mesma prolonga-se para oeste para fora do perímetro da escavação e encosta do lado este à estrutura 32 antes referida. Mede cerca de 2,90m de comprimento e 0,60m de espessura, e apresenta uma altura máxima conservada de 1,60m. Ostenta ainda duas aberturas para drenagem de águas, separadas por cerca de 1,20m. A do lado este mede 0,64m de altura e 0,28m de largura, a posicionada a oeste 0,80m de altura e 0,20m de largura. Abaixo da cota superior das aberturas o material ligante é argamassa de cal, acima destas os blocos de arenito são ligados por argamassa de terra.

Trata-se de um muro de contenção de um aterro colocado sobre o sistema hidráulico após a sua desactivação, que viabilizou a construção de estruturas naquela zona, materializadas na Casa 6 e, posteriormente, no forno de fundição (?) e complexo de tanques (estrutura 68), para além de outras estruturações cuja funcionalidade não foi determinada.

cada uma num tramo para se encontrarem depois, o que por vezes resultava em tramos que não coincidiam exactamente, obrigando a suturas nem sempre bem resolvidas, conforme encontramos referido a propósito da construção de muralhas (Serrano Pidecasas e Muñoz, 2001:411).

Os orifícios encarregavam-se de drenar as águas acumuladas no aterro para o interior do fosso ou canal existente a sul da estrutura 32, mostrando a realização de obras públicas num período em que esta zona se encontraria já densamente ocupada. Este tipo de soluções de contenção de terras e drenagem de águas encontra inúmeros paralelos nas cidades muçulmanas. Estas aberturas são também utilizadas no escoamento de águas de dentro das alcáçovas e do interior para o exterior das cidades, sendo muitas vezes abertas nas muralhas. Pavón Maldonado mostra-nos uma multiplicidade de exemplos da arquitectura destas aberturas de drenagem de águas, com diferentes configurações (Pavón, 1990:274).

4.4.3. Arruamentos

Conforme já referimos, nos primeiros tempos de ocupação, a zona que constitui o nosso objecto de estudo seria um espaço semi-rural onde inevitavelmente não se traçaram ruas, com excepção da que serviu as oficinas no interior da muralha. Contudo, em fase já adiantada do período de dominação islâmica, esta área sofre profundas alterações nas quais se inclui a construção de arruamentos associadas a estruturas habitacionais e defensivas.

O arruamento a que nos referimos serve numa primeira fase a Casa 4, adossada ao tramo B da muralha e, numa segunda fase construtiva, em que o mesmo apenas é refeito e redimensionado, encontra-se a servir também a Casa 3 e a torre poligonal. Junto à torre inflectia para norte, continuando a servir a Casa 4 que ainda pervivia. Os limites do arruamento numa primeira fase são impostos a sul e a oeste pelo precipício que se encontrava para lá da estrutura 32, desconhecendo-se os seus outros limites. Na segunda fase construtiva cobria o topo da estrutura 32 a sul e confinava a norte e oeste com as

edificações que servia. Media de largura máxima cerca de 5m, encontrando-se conservados mais de 20m de extensão (anexo I fig. 13).

Na zona confinante com as habitações o arruamento é construído com seixo rolado de pequena dimensão, compactado com terra de matriz arenosa onde se mescla abundante quantidade de materiais arqueológicos, sobretudo cerâmica em fragmentos de pequena a média dimensão e fauna mamalógica. Na área que envolve a torre o material usado na construção do arruamento é o “grés de Silves” talhado em pequenas lajes, que curiosamente evidenciam bastante desgaste (anexo IV fig. 22).

4.4.4. Silos e Fossas

Dos diversos interfaces negativos encontrados no arqueossítio, alguns poderão ter sido silos posteriormente usados como fossa para depósito de detritos domésticos, sendo por vezes difícil diferenciá-los. Quando se encontram associados a latrinas ou simplesmente abertos em arruamentos, facilmente se compreende que sempre foram fossas sépticas. Quando, por outro lado, perfuram pavimentos dentro de um compartimento de uma casa e se encontram preenchidos por sedimentos contendo matéria orgânica, subsiste a dúvida quanto à sua função primordial, razão pela qual apenas nalguns casos foi possível distinguir o que terão sido na origem.

No arqueossítio em questão foram identificados 12 interfaces negativos (anexo I fig. 14), dos quais apenas dois eram estruturados e só um detinha a correspondente tampa.

O interface negativo designado por estrutura 18 localiza-se no sector 3 e possui boca e corpo estruturados de forma tendencialmente circular. A boca é constituída por calhaus e blocos de grés unidos por argamassa de cal, e as paredes encontram-se revestidas por blocos de calcário e grés não aparelhados. A boca apresenta um diâmetro de 0,60m, o que impediu que o sedimento que o preenchia fosse retirado abaixo de 0,70m de

profundidade, dado não ser viável entrar no seu interior. Parte dos sedimentos que o preenchiam eram compostos por matéria orgânica, razão pela qual a interpretamos como fossa, embora não se associasse a qualquer outra estrutura.

Tal como a anterior, a estrutura 19 detinha boca de contorno tendencialmente circular, era estruturada com elementos pétreos de grés ligados por argamassa de terra, sendo as paredes estruturadas de igual modo. A boca tinha 0,50m de diâmetro inviabilizando, mais uma vez, que se escavasse até ao limite da sua profundidade. Os sedimentos exumados continham matéria orgânica e, embora se não associasse a outras estruturas, foi também interpretada como fossa.

Ainda no sector 3, área com maior concentração de interfaces negativos, foram identificadas as estruturas negativas 83, 84, 85, 86 e 87. Nenhuma delas era estruturada, sendo as suas paredes internas apenas alisadas. Ostentavam secção piriforme, um dos tipos mais representados nos cerca de 100 silos escavados na zona alta da cidade (Vieira e Chanoca, 2006b:80).

A estrutura 83 cortava um piso associado a duas estruturas paralelas (61 e 62), que não se conseguiram articular, e encontrava-se cheia de matéria orgânica em decomposição, sendo interpretada como fossa, embora possa ter sido silo na sua origem. Media 0,52m de diâmetro na boca, cerca de 1m de largura e 1,60m de profundidade.

A estrutura 84 media cerca de 1,80m de profundidade, 1,10m de largura e 0,60m de diâmetro na boca, cortava um pavimento do lado externo de uma estrutura (22), podendo tratar-se de fossa, dado que era preenchida por sedimento com grande quantidade de matéria orgânica.

A estrutura 85 tocava tangencialmente a anterior, embora o seu fundo se encontrasse a uma cota inferior. Media cerca de 0,70m de boca, 1,20m de largura e 0,84m de profundidade, não se associava a qualquer piso ou estrutura e encontrava-se preenchida

por sedimento contendo grande quantidade de matéria orgânica, pelo que foi interpretada como fossa.

A estrutura 86 mede 1,00m de diâmetro na boca, 1,10m de largura e cerca de 1,90m de profundidade. Encontra-se associada à estrutura 4, que tem uma orientação anormal face ao resto das estruturas do sector, não articulando com mais nenhuma. O facto do seu enchimento ser composto por entulho e de a mesma cortar um pavimento aparentemente habitacional faz-nos interpretá-la como silo.

A estrutura 87 encontrava-se a cortar o pavimento de um dos compartimentos da Casa 5, tendo sido apenas parcialmente escavada, dado que se metia sob o corte norte da área de escavação. A mesma era cheia por vários níveis de sedimento, todos compatíveis com entulho, e era coberta por uma laje de “grés de Silves”, com cerca de 1,00m de diâmetro e 0,10m de espessura. A interface, por seu turno, media cerca 1,00m de boca, 1,40m de largura máxima e 1,90m de profundidade. O facto de cortar um pavimento e de se encontrar entulhada maioritariamente com materiais de construção, leva-nos a interpretá-la como silo para armazenamento de alimentos.

No sector 4 foi identificada uma fossa (estrutura 88) aberta num arruamento e associada a uma latrina (estrutura 15). A mesma não é estruturada, apresenta secção piriforme e as paredes argilosas foram apenas alisadas. Mede na boca cerca de 0,88m de diâmetro e no centro e na base 1,54m, alcançando uma profundidade de 2,5m.

Também no sector 5 foi identificada uma latrina (estrutura 27) à qual se associava a respectiva fossa (estrutura 89), também não estruturada. O conjunto encontrava-se bastante afectado, tendo colapsado com as primeiras chuvas, razão pela qual apenas foi possível registar o seu diâmetro máximo, de cerca de 0,60m e a sua profundidade máxima de 0,46m.

A estrutura 90 localiza-se no Sector 2, numa zona da área parcialmente afectada pela máquina que iniciou a escavação de fundações para construção da Biblioteca, razão pela qual se encontrava parcialmente destruída. Consegue observar-se a sua secção piriforme e as suas dimensões, que se aproximam de 0,80m de abertura e 1,10m de diâmetro na base e de altura. Esta estrutura corta o pavimento em lajetas de “grés de Silves” que constitui o arruamento em torno da torre poligonal e, a avaliar pelo seu enchimento, que se compunha na parte superior por grandes blocos de arenito vermelho bem talhados sob os quais se encontrava um sedimento com grande quantidade de matéria orgânica decomposta, seria uma fossa à qual se encontrava associada uma latrina, que com a acção da escavadora se desmoronou sobre a referida fossa. Esta seria a latrina já referida, que se encontraria no compartimento de acesso individualizado que se identificou na Casa 3, cuja funcionalidade se compatibilizará com estábulo ou oficina.

A estrutura 91 cortava a estrutura 38 mas foi apenas parcialmente identificada, dado que se localizava na zona onde a estrutura referida foi destruída, muito provavelmente por acção de saque de pedra, fenómeno que supomos ter ocorrido em vários locais da área intervencionada.

A estrutura 92 encontrava-se muito próxima da 90, um pouco a norte desta, dentro do compartimento oeste da Casa 3, e estava quase completamente destruída, o que inviabiliza qualquer leitura funcional.

Do conjunto de doze interfaces negativos, podemos admitir, cautelosamente, que apenas dois, talvez três, terão servido para armazenamento de alimentos, tendo os demais, muito provavelmente, funcionado como fossas desde a sua origem.

4.4.5. Canalizações

No que se reporta a canalizações do tipo doméstico não identificámos qualquer estrutura compatível, pelo que se depreende que o escoamento das águas, nomeadamente das que dos telhados vertiam nos pátios, seria feito para recipientes e/ou estas eram absorvidas pelo próprio pavimento. Tal circunstância revela modelos construtivos pouco sofisticados e um ambiente ainda imbuído de uma certa ruralidade nos primeiros tempos de ocupação do espaço. Tal ausência é mais sentida se atentarmos no facto de algumas das estruturas articuladas terem configurado compartimentos passíveis de ter albergado algum tipo de actividade artesanal ou industrial, em regra carente de água nalguma fase do processo produtivo e da qual, inevitavelmente, se teriam de livrar. Talvez seja também este ambiente semi-rural a explicar esta ausência, pois seria sempre possível despejar os excessos de água na rua não pavimentada, que logo seria absorvida.

Nos finais da ocupação desta zona de arrabalde, há indícios de grandes transformações e da implementação de algumas obras públicas às quais estariam subjacentes estratégias de planeamento, que se fazem sentir ao nível das fortificações, do sistema de abastecimento e distribuição de água, e também ao nível do saneamento urbano.

Nos sectores 5 e 6, algumas estruturas pré-existentes e aparentemente desactivadas são utilizadas para o escoamento de águas pluviais. Assim, ao lado da estrutura 24, já antes referida como forte muro de contenção de terras associado à construção do canal, foi associada outra estrutura (28), de modo a que entre as duas pudessem correr as águas sobrantes que vinham da parte alta da cidade. Também no sector 6 a parede de um dos tanques (estrutura 68) é aproveitada para o efeito, tendo neste caso sido construída outra paralela (estrutura 73), de modo a que juntas formassem um canal de escoamento das águas. A este conjunto foi acrescentada a estrutura 16, que passava sobre a estrutura 32

e desaguava no interior do canal ou fosso, num período em que o mesmo já se encontrava inactivo e recebia os lixos domésticos das imediações.

As duas estruturas edificadas de raiz neste processo de escoamento, a 73 e a 16, são construídas com blocos de “grés de Silves” ligados por argamassa de terra, no caso da 16 colocados a cutelo e cobertos por lajes do mesmo arenito.

Nos sectores 2 e 3 pode observar-se, de igual modo, uma grande conduta de escoamento de águas pluviais, de orientação N-S com acentuada pendente para sul, que atravessa toda a área da escavação (estrutura 13 – anexo IV fig. 23). As paredes são construídas com lajes de “grés de Silves” colocadas a cutelo, e a base, embora incorpore o mesmo material, é maioritariamente constituída por xisto, matéria-prima raramente utilizada em construções na cidade de Silves. A cobertura é feita colocando horizontalmente lajes de “grés de Silves” sobre as paredes. Esta conduta de escoamento de água encontra-se conservada em mais de 15m de comprimento, medindo 0,40m de altura e 0,30m de largura interna. De realçar que a mesma atravessa o tramo A da muralha do arrabalde sob o topo conservado, tendo sido construída, muito provavelmente, em período moderno ou contemporâneo, quando a muralha se encontrava já amputada de parte considerável do que havia sido a sua altura.

4.5. Outras estruturas arqueológicas

Do vasto conjunto de estruturas exumadas no local que temos em análise, a maioria possui características que se assemelham a simples estruturas habitacionais, pelas suas dimensões (espessura) e materiais construtivos e, mesmo quando não articulam com as demais, continuamos, na maioria das vezes, a inclui-las nesse grande grupo onde parece tudo caber. Tal não é possível com as que a seguir se apresentam, tratando-se indubitavelmente daquelas que levantam mais problemas de interpretação funcional.

4.5.1. O grande alicerce

Situa-se no extremo NE da área de escavação (sector 3 - estrutura 47), prolongando-se para norte e para este, espaços para onde a intervenção arqueológica não poderia progredir devido à existência de barreiras físicas, por ora intransponíveis.

A edificação desta estrutura apresenta três modos construtivos distintos, mas certamente contemporâneos, que se descrevem. Numa primeira fase foi aberta uma vala de grandes dimensões que perfura níveis antrópicos e o substrato geológico. A parte mais profunda do alicerce encosta directamente ao solo geológico, tratando-se de uma construção em alvenaria, realizada com blocos maioritariamente de calcário e “grés de Silves” não aparelhados, ligados por argamassa (anexo IV fig. 24). Não existem propriamente fiadas, mas verifica-se uma tendência para a horizontalidade na colocação dos elementos pétreos. Sobre esta espécie de embasamento observa-se um alargamento da estrutura, constatando-se, de igual modo, uma dilatação da vala de fundação que, a partir daqui, começa a ser preenchida por sedimentos de origem antrópica, deixando a estrutura de encostar directamente ao solo geológico. Nesta segunda fase mantém-se o mesmo tipo de alvenaria, mas a argamassa de ligação é diferente e os blocos utilizados são ligeiramente maiores. Posteriormente observa-se outro modelo construtivo a assentar no anterior, que representa um alargamento da estrutura, podendo relacionar-se com a sua cota de circulação. Infelizmente, esta é semelhante à cota do pavimento do edifício contemporâneo que se demoliu e encontrava-se muito afectada na sua superfície, tornando-se muito difícil identificar o que sobre o alicerce se encontrava. Ainda assim, parecia perceptível a existência de um degrau com cerca de 0,30m de altura, bem como uma laje que integraria um pavimento, assim como era visível no corte este a saída de uma canalização. Por seu turno, no perfil norte, sob a casa actual que limita o terreno intervencionado, observavam-se dois grandes blocos de “grés de

Silves” de um aparelho perfeito, com cerca de 0,40m de altura e 0,80m de comprimento, que estariam sobre esta estrutura e corresponderiam a um alçado do edifício.

Esta estrutura apresenta cerca de 3,30m de largura máxima conservada na área de escavação (prolongava-se para norte e para este) e uma profundidade máxima de 4,10m, muito embora a mesma continuasse para além da profundidade que atingimos e que não ultrapassámos, por questões de imposição decorrentes da concretização do projecto de arquitectura. Embora seja muito conjectural, a reconstituição arquitectónica que nos é permitida com elementos tão fragmentários leva-nos a interpretar o degrau como um escalonamento, e o espaço desde o degrau até aos blocos de grés – cerca de 2,00m – como uma plataforma onde assentava algo que se desenvolveria a grande altura, correspondendo os dois enormes blocos de “grés de Silves” à sua fiada de base (anexo IV fig. 24).

É ainda de acrescentar que a vala de fundação desta estrutura, para além de conter material arqueológico, sobretudo cerâmicas que oportunamente se caracterizarão tendo em vista a tentativa de obtenção de elementos cronológicos que permitam a sua datação, ofereceu dois objectos que podem ajudar a interpretar a sua tipologia funcional – referimo-nos a duas omoplatas de bovídeo, que suportam a inscrição árabe “Em nome de Deus o Clemente, o Misericordioso” (Gonçalves, Moreno e Pimenta, 2006) (anexo IV fig. 25).

As questões mais prementes relacionadas com esta estrutura prendem-se necessariamente com a sua funcionalidade. Que tipo de edifício poderia necessitar de um alicerce lançado a tão grande profundidade? De entre os edifícios públicos construídos em época islâmica, apenas nos ocorrem duas possibilidades – uma torre ou

o minarete de uma mesquita. E não seria, certamente, um pequeno minarete, nem uma pequena torre.

Veremos então, que argumentos recolhem a seu favor uma e outra hipótese. Começando por avaliar a possibilidade de se tratar de uma torre, desde logo se nos colocam algumas questões. Como se articularia esta torre com os outros elementos defensivos ali existentes (esta estrutura dista do pano de muralha cerca de 3m, localizando-se do seu lado interno)? Que função específica teria no âmbito do conjunto defensivo? Para a primeira a nossa resposta é que dificilmente se articularia; quanto à segunda diremos que poderia tratar-se de uma torre de vigia, que controlasse a eventual aproximação do inimigo pela costa ou do lado nascente onde, porventura, se localizariam os caminhos que fariam chegar a *Massana* – S.B. de Messines (Catarino, 2002:34) e dali alcançariam o Alentejo por terra.

A descrição do “Cruzado Anónimo” na menção do sistema defensivo da cidade, a que já aludimos por diversas vezes (Lopes, 1844:16), refere-se a uma torre que designa por *Alvierana*, que tem sido interpretada como a Porta da Almedina (Gomes, 2002:333). Também a gravura do século XIX (Lopes, 1844), mostra uma edificação em ruínas (anexo IV fig. 5c), cuja legenda menciona *Torrejão*. Dada a distorção que o desenho apresenta torna-se difícil situar com rigor os elementos que ali figuram, no entanto, se nos colocarmos no local de onde supostamente o registo gráfico foi efectuado, parece-nos possível relacionar a localização do *Torrejão* com os vestígios agora colocados a descoberto. Assim sendo, poderia de facto tratar-se de uma torre de vigia ou de um minarete-atalaia, como outros existentes no mundo islâmico, de que é exemplo o de Kirat no Irão (Michell, 2000:257), embora nos pareça engenho demasiadamente sofisticado para implementar numa cidade mediana como seria a *Xilb* islâmica.

Explorando a hipótese de se tratar de minarete, teria o mesmo de associar-se a uma mesquita. Mas que tipo de mesquita? Uma mesquita de bairro, como a que existiria no arrabalde ocidental⁶², conforme já referimos? Parece-nos pouco provável, dado que uma mesquita de bairro teria um minarete de pequena dimensão que não necessitaria de um tão grande alicerce. Por exemplo, o minarete de Yam, no Afeganistão, datado do século XII, tem uma altura de 64m e um alicerce de 4m (Michell, 2002:267). Em termos construtivos acresce referir que uma das mesquitas de Jaén, cuja base foi arqueologicamente intervencionada, mostrou ter associada uma canalização, ali interpretada como veículo de transporte de água para o pátio da mesquita onde se situaria a fonte de abluções ou vice-versa, como sucederia com a Mesquita de *Hisam I* em Córdova (Pérez, Jimenéz e Cano, 1995:116-117). Mas, então, como se explicaria uma grande mesquita, a mesquita principal da cidade, numa zona de arrabalde?

Pelo que conhecemos sobre o urbanismo das cidades islâmicas, as mesquitas aljama situavam-se em zona elevada, no centro da medina, onde se cruzavam os eixos viários principais e se organizavam os mercados permanentes. Contudo, há situações em que se encontram mesquitas principais noutros locais da cidade.

A estrutura em causa situa-se numa das últimas fases de ocupação islâmica do local, inserindo-se num período em que a zona interna da muralha sofre uma completa remodelação sendo a vocação do local alterada. Esta fase de ocupação do arqueossítio, que situamos no período Almóada, é uma altura em que se prevê que a população terá aumentado substancialmente, podendo suceder que a mesquita situada na medina já não comportasse todos os crentes na oração de sexta-feira. A eventual impossibilidade de aumentar o tamanho do edifício existente pode ter tornado inevitável a construção de

⁶² O cruzado anónimo, na descrição da tomada de Silves de 1189, refere que no dia 28 de Julho (estavam acampados na cidade baixa, tomada logo no primeiro dia) *e uns Inglezes dos nossos tendo matado um mouro à porta da mesquita dos cercados (...)* (Lopes, 1844:22). Ora se ainda não tinham chegado à medina, certamente se refeririam à porta da mesquita do arrabalde. Não sabemos, no entanto, a que mesquita se referiria, a que se sabe da existência no arrabalde ocidental, ou a outra.

um outro em espaço disponível para o efeito. Por vezes era difícil ou impossível expropriar os edifícios adjacentes, noutras tornar-se-ia mais caro ampliar do que construir de novo (Carmona, 2000:151). Se atentarmos no Tratado de *Hisba de Ibn Abdun*, verificamos como ele tão bem relata a dificuldade que os crentes tinham para se reunirem na oração de Sexta-feira, sendo necessário três *almuédãos* para propagarem as palavras do Íman de modo a que estas chegassem a quem assistia à oração desde as galerias e do pátio da mesquita de Sevilha (Levi-Provençal e Garcia Gómez, 1988:82,83). Esta circunstância terá obrigado à construção de uma nova mesquita durante o período Almóada, no local onde hoje se situa a Catedral, substituindo a que se encontra sob a actual igreja do Salvador. Tal sucedeu em diversas outras cidades, como Lucena (T. Balbás, 1982a:219; Mazzolli-Guintard, 2000:99), Vellez-Málaga (Chavarria Vargas, 2006⁶³), Baza, no seu arrabalde oriental (Calero, 2000:126), Córdoba e Saragoça ainda no período Omíada (*idem*:131), Catalayud (Almagro, 1987:444), Jaén, construída no extremo sul do amuralhado no período Almóada com o triplo do tamanho da anterior (Salvatierra e Alcazar, 1996: 99; Salvatierra *et alii*, 1998:205), Granada, pelo menos uma no Arrabalde de Albayicin (T.Balbás, 1982a:227) e eventualmente também em Tavira (Vaz, 2002:103)⁶⁴. Não sendo algo muito frequente, em determinadas circunstâncias as leis *malekitas* previam esta possibilidade. Em casos muito excepcionais permitiam até a possibilidade da existência simultânea de duas mesquitas *aljama* na mesma cidade, quando esta detivesse dois sectores e a separá-los um obstáculo difícil de transpor, como um rio ou um fosso sem ponte, ou ainda quando a mesquita se situasse muito longe e o percurso oferecesse perigo (Calero, 2000:128). Em contraste com as disposições legais, em Málaga, durante o período Almóada, um

⁶³ Em comunicação no I Encuentro de Arquitectura de la Paz en el Mediterráneo – Arqueologia, Historia y Arquitectura de las Sinagogas, Iglesias y Mesquitas, Sevilha, 8, 9 e 10 de Maio de 2006.

⁶⁴ Segundo o autor, a actual igreja de Santa Maria corresponde à primeira mesquita *aljama* da cidade e a actual Igreja de Santiago a uma segunda mesquita, construída pelo facto da primeira já não comportar toda a população.

bairro habitado por umas cinquenta pessoas disporia da sua própria aljama, o que é demonstrado pela existência da estrutura e pela constatação, através das fontes, da duplicidade do cargo de Íman na cidade (Calero e Martínez, 1995: 159). Em Alicante há notícia de uma Aljama e de uma outra mesquita com *minbar*, característica exclusiva das mesquitas principais, o que significa que também nesta se participava na oração de Sexta-feira (Epalza, 1985:222). Estas evidências podem colocar em causa a premissa de que as exceções decorriam sempre da necessidade.

De uma perspectiva diferente, podemos sustentar a existência da mesquita principal nesta zona ribeirinha da cidade de Silves, quiçá muito perto do porto, se tal como T. Balbás (1982a:215) equacionarmos as cidades portuárias, como seria Silves, com o seu centro nevrálgico – mercados e mesquita – muito perto da zona portuária. Julgamos, obviamente, serem necessários mais vestígios físicos que eventualmente possam dar um pouco mais de sustentação a qualquer destas teses.

4.5.2. A estrutura 32

Trata-se de uma enorme estrutura formada por dois tramos que se travam, de orientação N-S e E-W. O conjunto apresenta uma altura máxima conservada de 3,32m, uma espessura mínima de 1,00m e máxima de 1,80m e um comprimento visível de cerca de 20m no tramo E-W e de 5,50m no tramo N-S. Este vai depois encostar a uma estrutura de construção similar (estrutura 74/24), que se prolonga até ao limite norte da escavação arqueológica, por uma área total de cerca de 17m.

É construída com blocos de “grés de Silves” de grande dimensão, mostrando talhe cuidado na face utilizada no paramento sul, o único existente, tendo em conta que a estrutura corta níveis antrópicos e o substrato geológico, encostando a ambos. Na zona do cunhal apresenta blocos ainda de maior dimensão (0,74mx0,24mx0,26m) e melhor

aparelhados, alguns bujardados, podendo tratar-se de reutilizações. Até cerca de 1,20m de altura desde a base as juntas são preenchidas por argamassa de cal e areia de tonalidade amarelada e forte consistência. Desta altura até ao topo os elementos pétreos são ligados por argamassa de terra. As fiadas são mais ou menos regulares no tramo N-S, mostrando menor regularidade no tramo E-W, onde não apresentam todas a mesma altura nem mantêm uma espessura constante. A estrutura assenta directamente no solo virgem, contudo, e de modo a vencer o desnível natural do terreno, o alicerce da mesma apresenta uma espécie de enrocamento realizado com recurso maioritário a grandes blocos de calcário, conforme já se observou noutras estruturas (anexo VI fig. 5).

Esta estrutura mostra os blocos de arenito erodidos, evidenciando o seu contacto permanente com a água, o que é corroborado pelo cuidado colocado na impermeabilização das juntas, fechadas com argamassa até uma altura considerável (anexo IV fig. 26).

Interpretar a funcionalidade desta estrutura articulando-a com o restante conjunto edificado até ali colocado a descoberto pareceu-nos, numa fase inicial, tarefa assaz simples. A primeira ideia foi a de que se trataria de uma barbacã, que teria também a função de conter as águas do rio Arade⁶⁵, que frequentemente avançariam inundando aquela zona, como sucedeu até há muito pouco tempo, daí resultando a erosão provocada pela água nas pedras.

Quando analisamos as relações estratigráficas e compreendemos que esta estrutura era algo posterior aos tramos de muralha e deles se encontrava tão próxima, percebemos que, enquanto ela não existiu, as transgressões do rio teriam necessariamente de ter alcançado a muralha do arrabalde e lhe deixado as mesmas marcas de corrosão registadas na ante-muralha, o que na verdade não acontecia. Face a tais pressupostos,

⁶⁵ Segundo Christine Mazzolli-Guintard os caprichos de um rio também podem ditar a construção de uma muralha (2006:65).

percebemos que se tratava de uma estrutura para a qual a água era canalizada de modo intencional, tendo-se procurado uma outra função. A primeira que nos ocorreu foi que se trataria de uma zona de acostagem de pequenas embarcações, mas nada mais surgiu que pudesse reforçar esta ideia.

O alargamento da área de escavação para este⁶⁶ e a identificação de um sistema de distribuição de água aparentemente contemporâneo da estrutura anterior, que desembocava junto da mesma, levou-nos a considerar a associação de ambas e a interpretar a estrutura em questão como o paramento norte de um depósito (*al-birka*) ou canal (*qanat*), aqui a correr a céu aberto⁶⁷. A água remanescente seria depois conduzida para a rega das hortas existentes no exterior da muralha, como acontecia noutros locais, de que Jaén é exemplo (Salvatierra e Alcazar, 1996:105) e, eventualmente, servia concomitantemente algum tipo de actividade de carácter industrial também ali situada.

Ainda no âmbito de hipotética função hidráulica, teremos de equacionar poder tratar-se de parte final de açude ou represa que, ao invés, canalizava a água para o interior do canal subterrâneo, o que deixaria por explicar, por falta de evidências arqueológicas, em que sistema de elevação se suportaria para fazer chegar a água à cidade alta. A natural inclinação obrigaria a escavar os corredores a profundidades exageradas para manter a horizontalidade das condutas.

Ainda que nos pareça que a associação a um sistema hidráulico seja deveras plausível, julgamos não serem de desprezar outras hipóteses funcionais, que incluam esta estrutura não num sistema hidráulico mas num sistema defensivo, como na origem a interpretámos. Por exemplo, o de se tratar de uma barbacã construída em fase posterior

⁶⁶ Em resposta a sucessivas alterações que o projecto de arquitectura da biblioteca sofreu, de modo a manter integralmente o conjunto de vestígios arqueológicos exumados, tendo em vista a sua musealização.

⁶⁷ Segundo P. Maldonado todos os *qanat* suportavam tramos superficiais formados por muros corridos, mediante os quais a água chegava ao habitat, populações, albercas ou terras de irrigação (P. Maldonado, 1990:185).

à muralha, de modo a reforçar a defesa do arrabalde, tendo coincidido com o seu período de pervivência uma série de transgressões do rio Arade que se sabem cíclicas, e que teriam provocado a corrosão visível nos blocos de arenito. Esta ideia, porém, esbarra no pressuposto de que uma barbacã não necessitaria de cortar vários níveis antrópicos e lançar as suas bases a cerca de 3m abaixo da cota de circulação da época. Nesse caso, maior sentido faria tratar-se de um fosso revestido num dos cortes. Esse muro, construído com recurso a fortes blocos de arenito vermelho, ostentando uma espessura variável entre 1,00m e 1,80m, não só suportaria as terras, dado que corta níveis antrópicos de pouca resistência como, subido em altura, serviria de ante-muralha reforçando a defesa do arrabalde. O fosso seria inundado com a água remanescente do canal, continuando a ter de contar com outro paramento, estruturado ou não, colocado a sul, que não foi identificado por extravasar a área de escavação, impossibilitando conhecer a sua largura e, em última análise, confirmar esta asserção.

Em Jaén, com cronologia cristã (séc. XIV-XV), constatamos a existência de um modelo de fortificação composto por muralha, fosso e um antemuro (do tipo barbacã) que o fechava no seu paramento mais próximo da muralha. Ali, o antemuro é construído por dois muros adossados e mede na totalidade 1,35m. O fosso mede cerca de 2,5m de profundidade e tem uma largura de 9m. Coincidentemente, este era inundado pela água remanescente dos arroios da cidade (Arias *et alii*, 2004:128-131). Também em Valência o fosso associado à muralha islâmica recebia as águas remanescentes da *Acéquia Rovella*, que abastecia de água a cidade (Pascual e Martí, 2002:291).

A existência de fossos defensivos na cidade islâmica encontra-se bem documentada, em período Almóada, na descrição da tomada de Silves de 1189, pelo “Cruzado Anónimo”. Diz o mesmo que a cidade *he cingida de muros e fossos* (Lopes, 1844:14), e que no primeiro dia do cerco chegaram aos muros, *passando os fossos sem embargo da*

profundidade da água. Os cercados, que estavam nas torres, ainda nos incomodarão por algum tempo com tiros de pedra, mas de repente, por vontade de Deos, que ajuda os que nele tem esperança, voltarão as costas fugindo para a cidade superior (...) assim pois ficamos na posse da cidade inferior (idem:18). Daqui se inferem dois aspectos importantes: que os fossos eram inundados, e que os arrabaldes também eram defendidos por fossos, uma vez que era a estes que se referia o cruzado, quando diferenciava a cidade inferior da cidade superior. Aliás, ao que parece, o fosso da cidade superior era *profundo e alcantilado (idem:20)*, o que impediu um acesso fácil à medina. A acrescentar aos dados extraídos há que nomear que esta estrutura, independentemente da sua função, faliu a determinado momento, tendo-se formado no seu interior uma enorme lixeira⁶⁸. O sedimento mais profundo, identificado ao nível da base da estrutura (camada 1001), continha uma bolsa composta por carvões e madeira em decomposição, que poderia corresponder aos restos de eventual ponte movediça ou pontão portátil existente para transpor o fosso, tal como sucederia em Mérida (Alba e Feijoo, 2006:106).

⁶⁸ Os sedimentos pouco compactos e a grande quantidade de peças cerâmicas de perfil completo são consistentes com um depósito do tipo lixeira, contudo, existe uma grande heterogeneidade cronológica nos materiais exumados nas diversas camadas que a constituem, o que nos levou a interpretar este contexto arqueológico como depósito secundário de lixos domésticos. Curiosamente, também o fosso defensivo de Málaga foi desactivado e transformado em lixeira, sendo que as populações até abriram brechas na muralha para vazarem o lixo directamente para o fosso (Iñiguez, 1995:32).

5. Integração cronológico-cultural dos novos vestígios arqueológicos: os paralelos arquitectónicos e os materiais associados

5.1. As estruturas defensivas

Embora seja comum os trabalhos sobre urbanismo das cidades islâmicas referirem a existência de arrabaldes e algumas vezes procederem a reconstituições do seu traçado, é muito raro aludirem em pormenor aos modelos construtivos, morfologia das torres, materiais empregues na construção dos muros, etc. Tal se deve à quase generalizada ausência de testemunhos físicos das muralhas que cercavam os arrabaldes, muito cedo mutiladas pelo crescimento das cidades em período moderno e contemporâneo. Por tal motivo, nos aspectos construtivos, estabeleceram-se comparações com outras estruturas fortificadas de cidades islâmicas, independentemente do lugar que ocupam na hierarquia defensiva. Também pela razão invocada e porque nos parece de maior interesse a produção de um estudo integral do sistema defensivo das cidades do que estudos parcelares, deste ou daquele componente dessa macro-estrutura, procuraram-se paralelos noutras urbes que evidenciassem semelhantes formas de articulação dos vários elementos que contribuíram para a defesa das cidades islâmicas.

A maior dificuldade relativamente à nossa estrutura defensiva encontra-se na atribuição de uma cronologia ao seu momento fundacional. O seu aparelho, algo irregular, não se assemelha a qualquer dos tipos que R.V. Gomes identificou na Alcáçova (2002:327), nem se pode incluir num determinado contexto cronológico-cultural, como sucede com aparelhos típicos de determinados períodos – de que a “soga e tição” é exemplo para o período califal, e o reaproveitamento de silhares romanos exemplo para as construções emirais –, observando-se em cidades com ocupações anteriores. Torre e tramos de muralha evidenciam um aparelho, que dificilmente encontra paralelos noutras estruturas congéneres.

O facto de a torre ser de pequena dimensão, aparentemente maciça e de forma sub-quadrangular, o suposto traçado rectilíneo da muralha e a grande probabilidade de não se elevar em taipa (dado que até cerca de 2,70m de altura se apresenta em alvenaria), como sucede com a maioria das fortificações mais tardias do extremo ocidental do *Gharb* (Correia, 2002:365), são elementos que, cumulativamente, nos sugerem uma cronologia anterior ao período magrebino. Uma vez que a análise das suas técnicas construtivas não ajuda na definição de uma datação mais precisa, devemos socorrer-nos de evidências históricas, procurando integrar a sua fundação num contexto em que tal faça sentido.

Se confrontarmos estes dados com o percurso histórico da cidade e procurarmos entender o que ali se passaria nos primeiros tempos, constatamos três marcos importantes: a transferência da capital da *Kura* de *Ocsonoba* para Silves durante o período califal; a constituição do reino taifa por volta de 1031; e a integração da *Xilb* no reino abábida de Sevilha em torno a 1063. Se atentarmos nas inferências já transmitidas, de que no século X estariam a erguer-se as muralhas da Alcáçova e, eventualmente, as da Almedina, desde logo se percebe que não faria sentido estar-se a construir na mesma época uma muralha para protecção de um arrabalde. Este será consequência não só do natural crescimento de uma população que se enraizara e de uma economia próspera suportada pela agricultura, pelo comércio e pela indústria naval, mas também por se inserir numa conjuntura de instabilidade, decorrente da recente autonomização do reino de taifa, que certamente trouxe muita gente dos arredores para o interior da cidade, na procura de maior segurança. Em regra, e por esta última razão, muitas cidades andaluzas conheceram um acentuado crescimento populacional durante as primeiras taifas (Salvatierra, 1998:62; Salvatierra *et alii*, 1998:203).

Na generalidade das cidades, o momento em que estas passaram por situações de autonomia, como sucedeu no *Gharb al-Andalus* durante as primeiras taifas, corresponde a períodos de implementação de vastos programas de reforço de muralhas, novas construções e definição de novas linhas de torres (Correia, 1998:197), como já se constatou, pela leitura das fontes históricas, ter sucedido com Silves em tempo de governação dos *Banu Muzayn*.

Devido ao clima de instabilidade reinante, houve tendência para que os habitantes das zonas rurais envolventes se mudassem para a cidade, contribuindo para o seu crescimento e conseqüente edificação fora de portas. Tal circunstância terá resultado na necessidade de, a breve trecho, se protegerem os novos aglomerados construindo novas cinturas amuralhadas, como se verificou em cidades como Valência (Soriano e Pascual, 1993: 340; Pascual e Martí, 2002:291), Lérida (Lorient, 1990:269), Saragoça (Bétran, 2006:82), Madrid (Fernandez-Ugalde, 1994:612), Vascos (Izquierdo, 2006:278), Badajoz (Valdés, 1988:149), Málaga (Iñiguez, 1995:131; Rambla, Arancibia e Salado, 2002:814), Almeria (T.Balbás, 1982a:225,226; Cara Barrionuevo, 2005:130), Tudela (*idem*:217), Ceuta (*idem*:230), Albarracín (Almagro Gorbea, 1987:77), Jaén (Salvatierra, 1988:62), Santarém (Ramalho *et alii*, 2001:152; Custódio, 2002:415), entre muitas outras. Em face destes pressupostos e com base apenas em aspectos historiográficos e analogia com o desenvolvimento urbanístico de outras cidades andaluzas, julgamos que o período taifa poderá ter sido o momento adequado à construção das muralhas deste arrabalde.

Observando agora os materiais arqueológicos que se associam às fases construtivas dos elementos defensivos em análise, constatamos que as camadas (3070 e 3071 – anexo VII tabela 1, pp.1) que correspondem ao enchimento da pequena vala de fundação do tramo B da muralha, que assenta no substrato geológico, mostram uma quantidade

reduzida de fragmentos cerâmicos, de pequena dimensão, faces roladas, absolutamente incharacterísticos, não permitindo a atribuição de cronologias. Os níveis coevos dos primeiros momentos de existência da muralha (camadas 4001, 4002 e 4024 – anexo VII tabela 1, pp.2), por seu turno, oferecem um conjunto cerâmico aparentemente homogéneo, de onde se destacam bastantes fragmentos de pequena dimensão de pastas muito claras, a maioria de tom rosado, alguma pintada de vermelho e negro, constatando-se a presença de púcaros pintados com bandas largas verticais, outros com reticulado apertado, com traço muito fino e firme. Ocorrem ainda, embora raramente, fragmentos vidrados de cor melada, correspondentes a taças, alguns com traços de manganês e ainda alguns pequenos fragmentos de cerâmica decorada a “verde e manganês”. Estes tipos formais e decorativos surgem desde a 2ª metade do séc. X e afirmam-se durante o século XI, permitindo sugerir, com base na análise dos materiais arqueológicos, a construção da muralha do arrabalde oriental de Silves durante este período.

Ainda como meio de datação deste elemento do sistema defensivo da Silves islâmica, contamos com a realização de análises de radiocarbono, efectuadas sobre amostra de arqueofauna proveniente de uma das primeiras camadas coevas do tramo B da muralha, para as quais obtivemos resultados que não contradizem o que nos demonstrou a análise das cerâmicas. A amostra de referência SAC2308 deu uma datação de 1020+-30 BP, o que, calibrado a 1 sigma com uma probabilidade de apenas 42%, resulta numa cronologia que medeia entre 1021 e 1047 e, a 2 sigma, com uma probabilidade de 100%, oferece uma cronologia entre 1017 e 1155 (Stuiver e Reimer, 1993:215-230 e Stuiver *et alii*, 1998:1041-1083).

A observação destes três meios de análise cronológica parece evidenciar que existe, de facto, uma grande probabilidade de a muralha do arrabalde ter sido edificada durante o

século XI, como fazia supor a conjuntura político-administrativa que naquele período se vivia na região de Silves.

Por seu turno, o acrescento perpetrado na torre, com alteração da sua forma para um polígono irregular, indicia um momento construtivo muito específico, no qual se constroem torres poligonais de oito ou dez lados, de que são exemplo as octogonais de Tavira (Correia, 2002a:87), Serpa (Correia, 1998:200; 2002:363), Alcácer do Sal (Correia, 1998:201), Badajoz (T.Balbás, 1971:462, 588), Sevilha (Valor, 2002:322), Niebla (Roldán, 1997:241), Écija (T.Balbás, 1971:573), Alcalá de Guaidara (T.Balbás, 1971:578), Cáceres (Márquez e Gurriarán, 2002:60), Jerez de la Frontera (Menendez e Reyes, 1987:767), para nomear só algumas. Tal significará que, no período Almóada a torre quadrangular do arrabalde de Silves, ou já se encontrava a precisar de obras, ou não era suficientemente eficaz do ponto de vista defensivo, motivando um reforço com alteração da forma, para uma que permitisse uma melhor defesa daquele ponto vulnerável da muralha.

Alterações nos sistemas defensivos das cidades ocorrem com frequência nos séculos XII-XIII. Em Sevilha, sob o domínio Almóada, as muralhas foram reforçadas com um sistema composto por fosso e antemuro (Valor, 2002:320); em Valência, as muralhas do período taifa são remodeladas (Soriano e Pascual, 1993:340; Pascual e Martí, 2002:291,305); em Málaga ocorrem alterações nas muralhas também nesta época (Iñiguez, 1995:131); em Calatrava la Vieja, no período Almóada, verificam-se trabalhos de monta num já sofisticado sistema defensivo (Retuerce e Hervás, 2002:316); também em Niebla se verificam trabalhos nas muralhas (Roldán, 1997:241); Mértola vê o seu sistema defensivo reforçado com uma torre (Correia, 1998: 291; Candón *et alii*, 2001:559); Elvas, pelo menos com a construção de uma torre poligonal (Correia, 1998: 291); em Tavira, na 2ª metade do século XII, é construída uma muralha aparentemente

para substituição de uma anterior (Maia e Maia, 2002: 70) e, em Silves, há notícia de que, na primeira metade do século XIII, se encontravam operários especializados a trabalhar nas suas muralhas, que foram recrutados para Beja, conforme já referimos. Também neste período se constrói uma torre, como tão bem documenta a sua lápide fundacional datada de 1227, como já informámos.

Particularmente interessante é a constatação de que, no período Almóada, as remodelações efectuadas nos sistemas defensivos das cidades passam, muitas vezes, pelo capeamento de muralhas, construção de torres poligonais e albarrãs, a defender pontos débeis – como portas e zonas de inflexão – e pela construção de fossos e antemuros ou barbacãs, como sucede em Valencia (Soriano e Pascual, 1993:340), Calatrava la Vieja (Retuerce e Hervás, 2002:316), Málaga (Rambla, Arancibia e Valado, 2002:815), Sevilha (Valor, 2002:320), Alcácer do Sal (Carvalho, Faria e Ferreira, 2004:85), Elche (Lopez *et alii*, 2004:47), Cáceres (Marquez e Gurríaran, 2003:64), Niebla (*ibidem*:76), Jerez de la Frontera (Menendez e Reyes, 1987:770), Mérida (Alba e Feijoo, 2006:105), Jaén (Castillo e Cano, 2004:25), para nomear apenas alguns casos. Apesar de se construírem antemuros e fossos em períodos anteriores, de que o fosso inundado de Calatrava la Vieja é um exemplo notável mas muito particular, nota-se com clarividência, que a maior parte das obras realizadas em período Almóada passam pela construção de fossos e barbacãs, o que vem reforçar a hipótese de que a estrutura 32, de cronologia Almóada e cuja funcionalidade mantemos em discussão, pode integrar o sistema defensivo, tratando-se, simultaneamente, de barbacã, muro de contenção e paramento de um fosso inundável.

À partida, parece ser um modelo defensivo bastante sofisticado para uma cidade como Silves, que não era grande nem se encontrava numa linha de fronteira, mas tinha sido capital da *Kura* de *Ocsonoba*, um importante reino taifa, com intensa actividade cultural

e manteria, desde aí, uma crescente actividade industrial e comercial. A isto acresce que, desde a chegada dos Almorávidas, a cidade foi palco de várias sublevações internas, que levaram à sua autonomização com *Ibn Qasí*, que estabeleceu alianças alternadamente com cristãos, Almorávidas e Almóadas, mantendo um clima de instabilidade.

Por outro lado, a observação das cerâmicas associadas à fase de construção da torre poligonal (camada 4003 – anexo VII tabela 1, pp.9), que coincide com um momento em que o alçado oeste do tramo B da muralha também sofreu trabalhos de conservação (camada 4015 - anexo VII tabela 1, pp.6), mostram, de igual modo, um conjunto cerâmico cronologicamente homogéneo, de onde se destacam uma talha quase completa, decorada por estampilhagem, uma garrafa vidrada de cor castanha, asa levantada e pé “em bolacha” e vários fragmentos de cerâmica decorada a “verde e manganês” de influência Norte Africana, que permitiram a reconstituição de uma taça quase completa (anexo IV fig. 27a). Embora este tipo de objecto detenha um espectro cronológico mais restrito – em torno ao séc. XI – poderá perdurar durante a 1ª metade do XII. No caso em apreço, os diversos orifícios para colocação de gatos metálicos podem atestar a pervivência da peça no seio de uma família ao longo de várias gerações. Tratando-se, como é o caso, de um objecto ornamental, justifica-se a sua presença num contexto mais consentâneo com a 2ª metade do século XII, ou mesmo a 1ª metade do século XIII.

Assim, e no que concerne aos materiais cerâmicos associados, podemos afirmar que a construção da torre poligonal e os trabalhos realizados do lado externo do tramo de muralha de orientação N-S, muito provavelmente responderam à necessidade de obras no conjunto, em sequência de um momento de guerra, que aconteceu, seguramente, entre a 2ª metade do século XII e a 1ª metade do século XIII.

5.2. As estruturas habitacionais

A casa é, por excelência, o espaço das mulheres, uma vez que a moral e os bons costumes condenavam a sua presença em determinados lugares públicos, onde só deveriam ir acompanhadas. Tratando-se do local onde a mulher passa o dia e onde desenvolve todas as tarefas domésticas, a sua arquitectura depende em grande parte dessa premissa, tal como dos conceitos morais associados à religião, de onde se destaca o carácter privado da casa. Estes pressupostos adaptam em grande medida um conceito arquitectónico pré-existente, com raízes no mediterrâneo antigo.

O “Cruzado Anónimo” alude às casas de Silves dizendo que a cidade tem *muitas e mansões ameníssimas* (Lopes, 1984:14), *que nem uma só choupana se encontrava fora dos muros* (*idem*:16) e ainda *que erão de tal arte construídas que ainda quando ardia huma não pegava fogo na que estava contígua, pois eram cobertas de ladrilho, as paredes de terra rebocadas de argamassa e poucas de madeira* (*idem*:20).

As casas desta pequena área do arrabalde de Silves e seu espaço externo adjacente, embora bastante incompletas na sua planimetria, mostram-se de dimensão reduzida, colocando em evidência as poucas posses das populações do arrabalde, resultando na sistemática reutilização de estruturas pré-existentes. Aparentemente de um só piso, mostram socos construídos em alvenaria de pedra, paredes com as espessuras médias entre 0,50m e 0,60m, conforme impõem as regras de segurança que *Ibn Abdun* tão bem retrata no seu *Tratado de Hisba* para a Sevilha do século XII, onde preconiza que não devem medir menos de dois palmos e meio. (Levi-Provençal e García-Gomez, 1998:112). Normalmente são elevadas em taipa ou adobe, raramente em alvenaria de pedra, são rebocadas com estuque branco e ostentam, nos momentos mais antigos, lambris pintados. Os pisos eram em terra batida ou argamassa de cal, nos momentos mais recuados pintados a almagre, apresentando-se alguns pátios lajeados em blocos de

“grés de Silves”. As coberturas eram construídos com telha de meia cana, muitas vezes ostentando os característicos ondulados ou digitados, com medidas muito regulares a rondar os 0,44mx0,25m (anexo IV fig. 28). Anote-se ainda a inexistência de sistemas de escoamento de águas residuais das casas para o exterior e a presença de latrinas, ligadas a poços negros no exterior, orientadas E-W, em completo desrespeito pelo *hadith* do profeta, de que se não deveriam utilizar com a face virada para a *qibla* (Macias, 1996:94; 1998:116). A organização em torno de um pátio distribuidor ao qual se acede directamente da rua ou passando por um pequeno saguão é comum. Observam-se ainda entradas independentes para estábulos ou pequenos *ateliers* e a total ausência de aspectos morfológicos indicadores de funcionalidade específica para os compartimentos, inclusivamente lareiras estruturadas ou alcovas, mostrando a polivalência dos diferentes espaços. As raras áreas de combustão mais não são do que ténues manchas de cinza, levando a inferir que, tal como nas casas de tradição islâmica na Sicília, se usassem, em alternativa, os fogareiros portáteis (Poisson, 1990:201) para a confecção dos alimentos, estes presentes entre os restos cerâmicos exumados.

Como se viu pela descrição das características genéricas, as seis casas incompletas, escavadas dos lados externo e interno do ângulo SW do arrabalde oriental da Silves islâmica, enquadram-se absolutamente nos cânones da arquitectura habitacional islâmica.

A Casa 1, com os seus cerca de 50m² de área habitacional, inscreve-se no tamanho máximo do tipo elementar das casas de *Syiasa* (Múrcia) (Navarro, 1990:183), na dimensão mínima das casas do Bairro da Alcáçova de Mértola, que oscilam entre 45m² e 88m² (Macias, 1998:110), bem como nas dimensões mínimas das casas que compõem o bairro periférico do extremo este deste mesmo arrabalde, edificado em período Almóada, que oscilam entre 75m² e os 130m² (Santos e Abranches, 2007). As que

estudámos são muito semelhantes à maioria das casas do arrabalde de Lérida no século XII, que apresentam dimensões em torno dos 50m² (Lorient, 1990:272).

Aspecto comum às duas casas mais completas do espaço adjacente ao Arrabalde, é a existência de um compartimento lateral, de acesso independente, que na Casa 1 interpretamos como oficina dado o carácter industrial daquela zona de arrabalde, mas que, no concernente à Casa 3, nos parece fazer mais sentido tratar-se de um estábulo, tendo em conta a plausibilidade de existência de uma latrina junto à entrada do compartimento, o que faria pouco sentido no caso de se tratar de um local de trabalho, muito presumivelmente aberto à rua. A entrada para os estábulos faz-se em muitos casos directamente do saguão ou do pátio, mas em *Siyasa* é vulgar o acesso aos mesmos se fazer directamente da rua através de uma entrada independente (Navarro, 1990:177, 182), o mesmo sucedendo em *Bajjana* (Castillo e Martinez, 1990:113). Também em *Siyasa* se encontram duas casas, a 3 e a 15, nas quais o estábulo e a latrina convivem no mesmo compartimento (Navarro, 1990: 184), tal como parece suceder na Casa 3 do arqueossítio da “biblioteca”. A coexistência de uma actividade profissional no interior da habitação, apesar do carácter privado da casa islâmica, parece não ser tão rara quanto nos pode parecer à primeira vista. Esta é documentada em vários locais, de que a vizinha alcaria da Portela é exemplo (Pires e Ferreira, 2003:289), e surge também no bairro da Alcáçova de Mértola, não pela evidência de compartimentos exclusivamente destinados a essa prática, mas pela identificação de utensilagem representativa de actividades como a correeria e a fundição (Macias, 1996:93). A privacidade da casa poderia ser mesmo devassada pela utilização do saguão como pequena loja, como pode ter acontecido numa das casas de Cercadilla (Fuertes, 2000:113).

Apesar da Casa 1 mostrar afectado o seu remate sul, é provável que a mesma não possuísse vestíbulo e latrina. Tratando-se de uma casa à época implantada em zona

semi-rural, essa ausência traria menos constrangimentos aos seus habitantes. Ainda assim, é de realçar que, mesmo em espaços urbanos, por vezes a entrada se faz directamente para o pátio, como sucede em quatro das doze casas do tipo elementar que Júlio Navarro Palazón estuda em *Siyasa* (1995:185) e, pelo menos, em duas das dezassete casas do “Empreendimento do Castelo” – Silves (Santos e Abranches, 2007: planta geral). Embora alguns autores considerem que a inexistência de saguão antes do acesso ao pátio pode, muitas vezes, distinguir o mundo muçulmano ou mudéjar do mundo cristão num conjunto de casas contemporâneas (Fernández-Puertas, 1995:271), no caso vertente este pressuposto parece irrelevante. Também a ausência de latrina é documentada em três das dezasseis casas de *Siyasa*, não obstante estarmos perante um aglomerado com um nível de urbanidade considerado já bastante desenvolvido (Navarro, 1990: 181).

Tendo em conta a regularidade da arquitectura da casa muçulmana, cujo traçado base colhe influências longínquas, apenas com pequenas adaptações a valores étnicos, morais e religiosos, é muito difícil atribuir-lhe cronologias que tenham como base questões de análise arquitectónica ou construtiva. Os aspectos decorativos, contudo, poderão dar algumas pistas, ainda que nem sempre muito consistentes, como sucede com a Casa 1 do espaço peri-urbano de Silves.

Como já nos foi permitido referir, a Casa 1, apesar de no seu tempo de pervivência se situar numa zona aparentemente semi-rural e de possuir dimensões reduzidas, mostrava-se cuidada nos seus aspectos construtivos ostentando estuques pintados nas paredes dos três compartimentos conservados. A parede oeste do pátio, onde o revestimento se encontrava melhor conservado, permitiu reconhecer um padrão decorativo semelhante às casas califais de *Madinat-al-Zahra* (anexo IV figs. 15 a e b). Embora se trate de uma decoração muito simples, consistente com lambril vermelho almagre ao qual se seguia

pequena barra de cor branca para logo se seguir uma outra igual de cor vermelha, as duas são muito semelhantes, podendo sugerir contemporaneidade. Também em *Bajjana* (Pechina) são descritas casas com o mesmo tipo de padrão decorativo (Castillo e Martínez, 1990:112), com uma cronologia califal (*idem*: 115). Em Lisboa há também referência a um salão no qual é usado o mesmo recurso decorativo, tratando-se de edificação dos séculos X-XI (Amaro, 1998:64), e também numa das casas escavadas no arrabalde ocidental da mesma cidade, é descrito um salão com lambril pintado de almagre (Bugalhão e Folgado, 2001:115), com cronologia atribuída ao séc. X (*idem*:124). Em estudos efectuados para habitações de Valência são referidas sanefas pintadas a almagre nos períodos mais antigos, e motivos florais ou a totalidade da parede pintada a vermelho nos períodos mais tardios (Pascual *et alii*, 1990: 308). Em Cercadilla também surgem casas estucadas e pintadas a almagre, com cronologia do período califal (Fuertes, 2000:118), embora não saibamos pormenores relativos à representação gráfica da aludida pintura. De salientar ainda que, embora o período Almóada seja caracterizado pela restrição à excessiva ornamentação, as casas de *Syiasa*, com cronologia dessa época e, ao que parece, habitadas por classes não possidentes, mostram-se ornamentadas com motivos essencialmente vegetalistas (Navarro e Jiménez, 1995), em antagonismo com a simplicidade das barras horizontais da Casa 1 do arrabalde de Silves.

Em face dos elementos atrás compulsados e salvaguardadas as muitas reservas, talvez seja de admitir, com base em paralelos decorativos, que a Casa 1 tenha sido construída naquele local em período califal, tratando-se, assim, da primeira edificação a erguer-se na área que temos em estudo.

A análise dos materiais arqueológicos exumados das camadas 2048 e 2049 sob o pavimento do pequeno compartimento, compatível com cozinha, ofereceu um candil

(anexo VII tabela 1, pp.15,16 - nº96), com cronologia a rondar o séc. X (Gonçalves, Pires e Mendonça, 2008), integrado num conjunto cerâmico homogéneo, sobretudo composto por pastas claras pintadas nas cores vermelha e negra, representando reticulados, bandas verticais largas, traços finos oblíquos, etc. Este grupo não ofereceu quaisquer vidrados nem fragmentos cerâmicos que se possam incluir em período posterior ao califal. A camada 2050 (anexo VII tabela 1, pp.16), sob o pavimento do pátio, mostrou um conjunto cerâmico semelhante ao antes descrito, embora neste se tivessem identificado alguns pequenos fragmentos vidrados de cor melada e castanha.

Restos arqueofaunísticos provenientes da camada 2048 foram submetidos a análises de radiocarbono, tendo-se obtido resultados que parecem corroborar o que nos evidenciou a análise dos materiais cerâmicos. A amostra sac2307 deu uma datação de 1020+-35BP, o que, calibrado a 1 sigma com uma probabilidade de 100% ofereceu uma cronologia entre 935 e 1031 e, calibrado a 2 sigma com uma probabilidade de 85%, deu uma cronologia entre 962 e 1050 (Stuiver e Reimer, 1993:215-230 e Stuiver *et alii*, 1998:1041-1083).

A análise dos materiais cerâmicos provenientes das camadas de abandono da casa, que correspondem às camadas 2038, 2039, 2040 e 2041, depositadas sobre o pavimento do salão, ofereceram um conjunto cerâmico representativo, com materiais arqueológicos predominantemente decorados por pintura, de onde se destaca um púcaro de paredes rectas (anexo VII tabela 1, pp.17, 18, 20), ostentando finas pinceladas brancas dispostas obliquamente, com paralelos datados dos sécs. IX-X. Foram ainda identificados bastantes fragmentos de cerâmica de pasta clara com pintura negra e vermelha, traços finos, reticulados e pinceladas verticais largas; raros vidrados, alguns com decoração a manganês, entre os quais um fundo de taça com pé anelar baixo e vertical; duas bases de taça com cobertura vítrea muito concrecionada, parecendo tratar-se de “verde e

manganês”, que ostenta pé anelar baixo e vertical. De salientar alguns pequenos fragmentos de corda seca que podem provir de camadas superiores, dado que nestes compartimentos, após o abandono da casa, foram depositados lixos domésticos. O conjunto cerâmico mais representativo parece centrar-se nos séculos X-XI, altura em que a casa, por motivos desconhecidos, foi abandonada. A camada 2042 (anexo VII tabela 1, pp.18) correspondia aos derrubes sobre o pavimento do pátio e, para além de uma torre de roca (nº5), a atestar a integração das actividades de tecelagem no âmbito das tarefas domésticas, ofereceu um conjunto cerâmico muito expressivo, em que predominam os materiais já descritos para as outras camadas, não se observando aqui qualquer elemento sugestivo de cronologia posterior à 1ª metade do séc. XI.

Da Casa 2 restam muros muito fragmentados, sendo a reconstituição apresentada um tanto ou quanto arriscada, razão pela qual sobre ela não efectuamos qualquer abordagem funcional. Os materiais arqueológicos observados sob o alicerce das estruturas que a compunham e que se incluem nas camadas 2023 e 2041 (anexo VII tabela 1, pp.20), mostravam pastas claras em pequenos fragmentos, maioritariamente pintados de cores vermelha e negra, representando bandas verticais largas, reticulados, pequenas pintas, etc., aplicadas em formas de púcaro, jarra e taça. Observaram-se apenas 3 fragmentos vidrados, de cor verde escura, sem possibilidade de integração formal. Neste grupo destacam-se um candil e um bule, de perfis reconstituídos, que se situam nos sécs. IX-X. O conjunto parece homogéneo e susceptível de integração nos séculos X-XI. Os materiais cerâmicos exumados das camadas 2035 e 2024 (anexo VII tabela 1, pp.19), correspondentes ao abandono da casa e consistentes com derrubes sobre o pavimento, eram em quantidade muito reduzida. Tratava-se de pastas vermelhas em fragmentos de pequena a grande dimensão, observando-se pequenos fragmentos de cântaro, alguidar, panela e púcaro e ainda grandes de tina com aplicação de cordão digitado e cal na

superfície interna. As pastas claras são também em quantidade reduzida e apresentam tons rosados, sendo maioritariamente fragmentos pintados, sob a forma de bandas verticais largas, reticulados, ziguezagues e linhas ondulantes, em fragmentos de púcaro, bule, bilha, taça e copo. Os vidrados são raros, tratando-se apenas de um fragmento branco e dois verde-escuro. O conjunto parece homogéneo podendo ser datado dos sécs. X-XI.

A Casa 3 é de pequena dimensão, toda a actividade doméstica se desenrola em dois compartimentos – o pátio e o salão – e não se lhe vislumbram quaisquer restos decorativos. Os seus 30m² encontram paralelos nas casas Almóadas do Castelo de Salir (Catarino, 2001:699), localizadas num meio de características rurais. Estes detalhes comprovam as fracas posses dos seus habitantes, que talvez desenvolvessem uma actividade no compartimento de entrada exterior, que integrava a sua habitação ou, com maior probabilidade, exploravam as hortas vizinhas e guardavam os animais no compartimento aludido.

Sendo a mais completa do arqueossítio, possui como indicador cronológico o facto de aproveitar o alçado sul do tramo A da muralha e parte da torre poligonal como paredes, situação que é documentada noutros locais, de que Vascos (Toledo) é exemplo (Izquierdo, 1990:147). As relações estratigráficas permitem associações que contribuem de modo importante para colocar esta casa na fase final da ocupação do sítio, dado que a mesma adossa à torre poligonal construída em período Almóada e tem associado um arruamento que cobre o topo da possível barbacã, num período em que nem ela nem o possível fosso ou canal se encontravam já em funcionamento. A arquitectura da casa, porém, possui um elemento – o saguão – que atesta bem a sua utilização por família de credo islâmico. Tal circunstância, por si só, não seria conclusiva, podendo a casa ser pertença de família moura que ocupou o arrabalde já depois da conquista cristã,

contudo, os materiais arqueológicos a ela associados, vêm comprovar a sua construção ainda em período de dominação islâmica.

Os materiais arqueológicos que se encontravam na camada 2025 (anexo VII tabela 1, pp.23), correspondente aos sedimentos nos quais assentava o pátio, eram essencialmente os derrubes da Casa 2 ou lixos depositados sobre eles e detêm uma cronologia que não ultrapassa o séc. XI. Os que se encontravam sobre os pavimentos, consistentes com derrubes, correspondiam às camadas 2029 e 2037 (anexo VII tabela 1, pp.23, 24) e constituem um grupo algo heterogéneo. Muitas das peças encontravam-se quase inteiras sob os derrubes levando a inferir que ainda perviviam. Há, portanto, formas habitualmente atribuídas ao séc.XI, a conviver com outras mais tardias, cujo prolongamento até ao séc. XIII deverá ser considerado, dado que são desta data as peças mais tardias. Estes materiais mais recentes datam o abandono da casa no final do período de dominação islâmica.

A Casa 4 terá sido edificada no período Almóada, dado que aproveita parte da torre poligonal para a ela se adossar. Os materiais arqueológicos que se encontravam na camada 4010, sob o seu pavimento são um grupo homogéneo que não ultrapassa a 1ª metade do séc. XI (anexo VII tabela 1, pp.3). Este aspecto permite advogar que aquele espaço exterior à muralha não teve ocupação durante um tempo relativamente longo (Taifa-Almóada). A camada 4011 (anexo VII tabela 1, pp.4) constituía o seu pavimento em terra batida e ofereceu materiais arqueológicos do mesmo tipo. Sobre esse pavimento dispunham-se derrubes, que formavam a camada 4013 (anexo VII tabela 1, pp.5), e que ofereceram materiais cerâmicos em torno ao séc. XII. No entanto, fragmentos de talha estampilhada ali presentes datam o conjunto do período Almóada, altura em que a casa terá sido desactivada.

A Casa 5, muito pouco representada, é uma das últimas edificações a erguer-se do lado interno da muralha e terá uma cronologia tardia. Os materiais arqueológicos que se encontravam sob os seus pavimentos, incluídos nas camadas 3007, 3009 (anexo VII, tabela 1, pp.26, 27) e 3016 (anexo VII tabela 1, pp.28) eram muito reduzidos e formavam um grupo algo heterogéneo. Neste, os elementos mais tardios situavam-se no séc. XII. O pavimento do compartimento (camada 3011- anexo VII tabela 1, pp.27) mostra-se na composição cerâmica, em tudo semelhante aos que lhe estavam subjacentes: conjunto reduzido, heterogéneo e a rondar o séc. XII. Sobre os pavimentos dispunham-se as camadas 3012 e 3013 (anexo VII tabela 1, 28, 30), que incluíam materiais cerâmicos em quantidade abundante, maioritariamente compatíveis com o período Almóada, como fragmentos de talha estampilhada, painéis de lábio triangular e asas a arrancar do corpo da peça, tripodes, etc.

A Casa 6 oferecia apenas parte de dois compartimentos e enquadra-se no final do período Almóada, dado que foi edificada após a desactivação do sistema hidráulico e do aterro da área. Os materiais cerâmicos que lhe estão associados são diminutos mas não contrariam esta afirmação. No que respeita aos que se encontravam sob o seu pavimento, o contexto mais abundante, incluído na camada 6027 (anexo VII tabela 1, pp.30), mostra-se algo heterogéneo mas contém elementos tardios, como sejam as painéis de bordo de lábio triangular e asas a arrancar do corpo da peça, que se datam já do período Almóada. Sobre o pavimento e a datar o abandono da casa encontravam-se derrubes (camadas 6030 e 6031- anexo VII, tabela 1, pp.32), que ofereceram fragmentos diminutos, não nos permitindo sugestões cronológicas. As cordas secas presentes não permitem recuar além do séc. XII, no entanto, o abandono não poderá ter acontecido antes do período Almóada, fase da construção da casa.

5.3. O sistema de captação e condução de água

Apesar de circunscrita, não se pode dizer que haja pouca informação sobre a existência deste tipo de sistemas hidráulicos associados ao período islâmico no al-Andalus⁶⁹. O grande problema destes trabalhos é que, na maioria dos casos, não têm subjacente uma abordagem histórico-arqueológica, que permita obter informações relativas à sua contextualização cronológico-cultural, nomeadamente, que conjuntura histórica motivou a sua construção num determinado momento e a sua desactivação num outro, que tempos sobreviveram e que remodelações sofreram.

Colhe-se da literatura mais generalista que o tipo de sistema hidráulico obtido por via de drenagem no subsolo, ou por captação de um curso de água e posterior condução através de canais, surge de forma mais ou menos indiscriminada sob a designação de *qanat* ou *acéquia* desde os primórdios da ocupação islâmica. É, inclusivamente, reconhecido o recurso a esta técnica já em período romano (Bertrand e Cressier, 1986:577) e o próprio sistema inclui soluções de engenharia indiscutivelmente usadas pelos romanos. Contudo, parece reunir algum consenso a ideia de que a difusão desta técnica se deu já em período islâmico, de oriente para ocidente (Argemi, *et alii*, 1995: 180; Barceló, Kirchner e Navarro, 1996:32).

Se a origem parece clara, já o percurso geográfico não o é, pelo menos para alguns. De acordo com *Al-Edrisi*, na segunda metade do século XI, aquando da fundação de Marraquexe, um engenheiro andaluso, *Abd Allah b. Yunus al Muhandis* – o geómetra, terá sido convidado pelo emir Almorávida *Ali b. Yusuf Tasufin* para construir um *qanat* na cidade (Maldonado 1990:185; Trillo, 2003:56; Cressier, 2006: 182). Tal circunstância poderá ser interpretada de duas maneiras: ou a técnica ainda não era, de

⁶⁹ Veja-se o importante contributo de Pavón Maldonado na sua magnífica obra sobre a água (1999), e os interessantes trabalhos coordenados Miquel Barceló e Patrice Cressier, embora mais direccionados para questões de irrigação dos campos de cultivo do que propriamente para o abastecimento de água às cidades, bem compendiados nas publicações que resultaram da exposição “El agua en la agricultura de al-Andalus” (1995) e “El agua que no duerme. Fundamentos de la arqueología hidráulica andalusí” (1996).

facto, usada no Norte de África, ou o “geómetra” era muito reputado e o sultão fez questão de o ter na capital, a fim de ali dirigir os trabalhos de construção do *qanat*, o que nos parece mais plausível, dado que sob o domínio Aglávida, na região de Tunis do século IX, a técnica seria já largamente utilizada (Pavón, 1990:186). Parece, pois, que no período Almorávida já todo o *al-Andalus* recorre a esta solução técnica de abastecimento de água (Cressier, 2006:182).

Se a sua difusão no território peninsular não é passiva, muito menos o é o seu conceito teórico, este também envolto nalguma confusão e discussão. Segundo Barceló e Carbonero (1986:600), o sistema de *qanat* diferencia-se da *acéquia* não pela existência de poços de ventilação, como outros autores fazem crer, porque a *acéquia* também os possui, mas porque o *qanat* necessita de uma modificação artificial da pendente, o que não sucede com a *acéquia*. Segundo Pavón Maldonado, a *acéquia* distingue-se do *qanat* por ser mais superficial e de menor envergadura (1999:224). Por outro lado, o *Glossário de Termos Hidráulicos* (Argemi *et alii*, 1995) inclui as *acéquias* nos sistemas de condução e distribuição de água para rega (*idem*:163) e o *qanat* é definido pelo seu método construtivo, consistente com a abertura de um poço mãe até um aquífero, onde se escava uma galeria de pouca pendente, para fazer correr a água (*idem*: 181), o que não nos parece incompatível com a noção de *acéquia*. Para Bazzana uma *acéquia* é um canal artificial, a céu aberto, escavado ou talhado na terra ou na rocha, destinado a conduzir as águas de irrigação (Bazzana, 1992:503), enquanto o *qanat*, é uma galeria drenante, aberta no subsolo, com diversos poços de ventilação (*idem*:504). Parece ser ponto assente que o *qanat* drena dos lençóis freáticos e que a *acéquia* distribui a água, o que pode levar a alguma confusão quando no âmbito de uma intervenção arqueológica encontramos um troço de *qanat* a céu aberto ou um troço de *acéquia* subterrâneo. Por se tratar de uma discussão muito especializada e porque parece haver uma certa tendência

para relacionar *acéquia* com sistemas de irrigação, optámos por designar o nosso sistema apenas por canal.

Seria exaustiva a enumeração das cidades onde o sistema foi identificado e, na maioria dos casos e pelas razões já apontadas, não há informação detalhada sobre os seus tempos de pervivência, razão porque nos parece escusado tentar estabelecer paralelos com os vários modelos arquitectónicos encontrados, tendo em vista tal desiderato. Apenas é de referir que as dimensões que apurámos para o canal de Silves se encontram dentro da média das medidas dos outros exemplares, entre 0,60m e 0,90m de largura e 1,20m e 1,70m de altura (Pavón, 1990:230), embora a maioria ostente no interior uma cobertura abobadada e o de Silves apresente uma forma plana.

Do conjunto de *qanats* conhecidos, talvez sejam os da Ilha de Maiorca os que se encontram melhor estudados e divulgados (Barceló e Carbonero, 1986). Da tipologia arquitectónica apresentada, o de Silves corresponderá ao tipo D de Maiorca (*idem*:608, 612), o único cuja galeria é coberta por uma laje em pedra colocada horizontalmente, muito embora os aspectos construtivos não sejam relevantes para a obtenção de cronologias, dado que estes são condicionados pelas necessidades existentes – profundidade da captação, natureza do terreno, pendente, etc. Um sistema hidráulico congénere, de grande dimensão e muito bem identificado ao longo de uma grande extensão, com troços subterrâneos e outros a céu aberto culminando num reservatório que conduzia o excedente para a irrigação dos campos, como poderia suceder em Silves, conforme já adiantámos, é o de Albatera (Gea Calatayud, 1990:177 e ss.). Também o abastecimento a Marchena (Almeria), mostra um sistema de *acéquias* a desembocar num grande reservatório a céu aberto, a partir do qual se fazia a distribuição pública da água (Cara Barrionuevo, 1987:524). A grande dimensão deste reservatório, com cerca de 18m de comprimento, mais de 8m de largura e paredes com espessura de 1,30m, abre

caminho para sustentar a ideia de que a estrutura para onde desagua o canal de Silves, apenas parcialmente conservada mas a deixar subentender a sua enorme dimensão, poderia ser um reservatório, embora para nós esta seja a hipótese que reúne menor quantidade de argumentos favoráveis, no âmbito das várias interpretações que se construíram em torno desta estrutura (32).

Este tipo de solução hidráulica é comum nas cidades onde a água abunda no subsolo, razão pela qual também a cidade tardo-islâmica de *al-Ulyā* (Loulé) contaria com o mesmo tipo de estrutura, embora de características arquitectónicas um pouco distintas do de Silves, no concernente à arquitectura e dimensões. Ali, o bocal de acesso colocado a descoberto media 0,80mx0,50m e tinha 3,5m de profundidade, enquanto os canais ofereciam uma altura de cerca 1,00m, portanto, um pouco inferiores ao de Silves. Em Loulé o *qanat* é escavado na rocha caliça e só na abertura de acesso aos canais surgia reforçado com pedras aparelhadas. Os materiais associados ao período de funcionamento deste sistema enquadram-se no período Almóada (Luzia, 2006:89), podendo ser coevos da fundação da cidade, mostrando que este sistema se inseriu numa acção planeada em que as infra-estruturas de abastecimento de água foram devidamente implementadas. De realçar que este sistema mostrou também um reservatório associado, este perfurado para se proceder ao entulhamento do *qanat* (*idem*:87), sendo a maior parte dos materiais que o compunham também de cronologia Almóada (*idem*:89). Tal como nos parece ter sucedido em Silves, por razão aparentemente desconhecida, pelo menos nalguns troços este sistema terá sido abandonado, após um período não muito longo de funcionamento.

Canal de características arquitectónicas e construtivas aparentemente muito semelhantes ao de Silves, é o que foi identificado em contexto rural, junto à ribeira de Aljibre, perto do Castelo de Paderne, no âmbito de Projecto de Requalificação da Ribeira de Quarteira

e Várzea de Paderne (Gomes e Bettencourt, 2006:206), sobre o qual, infelizmente, nada mais se sabe, que não seja a notícia da sua existência.

Para além de questões de cronologia sobre as quais nos debruçaremos oportunamente, um dos problemas que levanta o sistema de Silves é a evidência do seu não muito longo período de funcionamento. As relações estratigráficas com outras estruturas existentes no arqueossítio e os materiais arqueológicos a elas associados revelam que o mesmo não funcionou por mais do que umas dezenas de anos, o que é diminuto para um tão grande investimento. Por exemplo, em Jaén, é a contaminação das águas das *acéquias*, pelas águas sujas que corriam também por canais de escoamento, que leva à desactivação de determinados canais e a uma progressiva substituição deste sistema de abastecimento por cisternas públicas e poços nos pátios das casas particulares da cidade (Salvatierra *et ali*, 1998:205). Será que em Silves se assistiu a um acidente semelhante, será que este canal de água tem alguma relação com a couraça descrita pelo “Cruzado Anónimo” como protectora de um “canal das águas” e sucumbiu durante a tomada de Silves em 1189, tal como a referida couraça ou será que apenas este ramal foi afectado continuando outros em funcionamento? São questões para as quais a arqueologia, neste estado da investigação, não tem respostas, mas hipóteses de trabalho que, a nosso ver, devem ser consideradas.

De reafirmar ainda que a falência deste sistema, ou parte dele, bastante evidente pelo aterro a que a área é sujeita, pela cronologia das estruturas que se lhe sobrepõem e ainda pela conversão do canal para onde desaguavam as águas remanescentes em lixeira, ocorre em data eventualmente coincidente com a primeira conquista cristã da cidade. E, também, que é após este período que se constroem as grandes cisternas a que já aludimos, muito provavelmente porque já não era possível contar com outros sistemas de abastecimento de água, até aí em funcionamento. De salientar, por último, que até o

novo bairro construído de raiz na periferia da cidade é provido da sua própria nora (Santos e Abranches, 2006; 2007).

Ao *qanat* de Jaén, que media 0,70m de largura e 1,80m de altura, ostentando cobertura de duas águas, foi atribuída uma cronologia dos séculos XI-XII, supostamente com base em datações aceites para outros de semelhantes características (Colmenero *et alii*, 2004:177). Parece-nos, contudo, que este espectro cronológico corresponderá ao período de maior implementação deste tipo de sistemas hidráulicos, muito embora muitos deles perdurem durante toda a Idade Média, atingindo nalguns casos a contemporaneidade e sofrendo, durante a sua vida, remodelações difíceis de identificar cronologicamente, como sucedeu com o *qanat* de La Algueda que esteve em funcionamento até 1964 (Gea Catalayud, 1990:180), ou o sistema de Madrid, vigente até 1858, ali conhecido como o nome de “viagens da água” (González e Vásquez de la Cueva, 1993:90).

A análise dos materiais arqueológicos provenientes do enchimento de interface da vala de implantação do bocal de acesso ao canal identificado no arrabalde de Silves (camadas 5002 e 5020 - anexo VII, tabela 1, pp.10,11), mostrou conjunto maioritário com uma cronologia em torno aos séculos X-XI e alguns, poucos, fragmentos com uma cronologia mais consentânea com o séc. XII e que datarão a formação do contexto. Também as camadas 5023, 5024 e 5025 (anexo VII tabela 1, pp.11,12), de nivelamento do terreno sobre o qual se construiu pavimento que liga a estruturação do bocal de acesso ao canal com a estrutura de contenção de terras sua contemporânea (estrutura 24), poderiam dar alguma informação, contudo, trata-se de conjuntos cerâmicos de tal forma reduzidos, que não nos permitem quaisquer sugestões cronológicas. As cerâmicas que se encontravam sobre o bocal do canal, por seu turno, documentarão a fase em que o mesmo é desactivado. As que identificámos nas camadas 5004 e 5005 (anexo VII

tabela 1, pp.12 a 14) evidenciaram um conjunto muito heterogéneo, com materiais provenientes de uma longa diacronia, o que é normal tratando-se de um aterro. Os elementos mais tardios – candil de reservatório aberto e garrafa de base espessa (tipo “bolacha”) – datam a formação do contexto do período Almóada.

5.4. As infra-estruturas viárias

As estruturas viárias aqui representadas cingem-se a um arruamento que denotou duas diferentes fases construtivas, com recurso à mesma técnica – o seixo rolado compactado com terra de matriz arenosa e muito material arqueológico, tanto arqueofauna, como cerâmica em fragmentos de pequena a média dimensão. A primeira fase é anterior à edificação da Casa 3, sendo visível sob a estrutura que encerra a casa referida a sul, contudo, perde-se por ali, não tendo sido possível aferir se a mesma se relacionava com as estruturas que eventualmente adossaram à muralha anteriormente e que constituiriam a Casa 2. Este primeiro arruamento serve a já erguida Casa 4, que por sua vez adossa à torre poligonal o que, à partida, a remete de imediato para o período Almóada, razão pela qual este arruamento não pode ser anterior.

O segundo nível de arruamento serve a Casa 3, já que encosta à estrutura que a limita a sul, prolongando-se até ao topo da estrutura 32, que cobre até ao seu limite externo, levando a inferir sobre a desactivação daquela estrutura naquela mesma fase. Encontra-se ainda associado à torre poligonal – junto a esta construído em lajetas de “grés de Silves” – continua para oeste até cobrir o tramo N-S da estrutura 32 e inflecte depois para norte, servindo a Casa 4, que ainda pervive. A anulação da estrutura 32 parece ter motivado um rearranjo daquela zona, que levou ao alargamento da rua, que ali ostenta medidas bastante generosas para um arruamento de cidade muçulmana – cerca de 5,00m de largura máxima. Esta encontra, todavia, paralelos na via de maior dimensão escavada

no Bairro Almóada do “Empreendimento do Castelo”, que oferecia largura um pouco menor, cerca de 4m (Santos e Abranches, 2006:137), e numa rua de um arrabalde de *Bajjana*, com cerca de 4,5m (Bazzana, 1995:149). Rua com 5m de largura foi identificada num tramo da cidade de Lérída, tendo aí sido interpretada como uma pequena praça (Lorient, 1990:270).

O recurso a um material mais nobre na construção do arruamento na zona que envolve a torre poligonal encontra paralelos no arruamento que se encontra frente a um *suq* em Cercadilha, que ali também recorre a lajes de pedra, enquanto no restante perímetro se cinge a terra batida com a inclusão de alguma pedra miúda. (Fuertes, 2000:106). Segundo a autora, era frequente a utilização de materiais de melhor qualidade nas zonas de arruamento que tocavam edifícios públicos (*ibidem*).

A técnica construtiva utilizada no arruamento é semelhante à que foi usada no mesmo período na construção do arruamento principal do bairro Almóada, escavado no âmbito da construção do “Empreendimento do Castelo” (Santos e Abranches, 2008a).

A estrutura de arruamento existente no arqueossítio em estudo é construída no final da ocupação do local – final do período Almóada – e possui uma dimensão compatível com uma pequena praça.

Os materiais arqueológicos que integram a matéria-prima usada na sua construção corresponderão a lixo misturado nos sedimentos utilizados e estariam já fora de época. De entre estes, destacamos um enorme prato decorado a “verde e manganês” de influência Norte Africana, com cronologias centradas no século XI, mas que poderá ter pervivido durante o XII, dado tratar-se de peça de ornamentação da casa (anexo IV fig. 27b), bem como alguns materiais que continha a camada 2009 (anexo VII tabela 1, pp.63), como fragmentos de talha com decoração estampilhada, que datam a formação do contexto de momento compatível ou posterior ao período Almóada.

5.5. As infraestruturas domésticas de armazenamento e saneamento

As infraestruturas domésticas de armazenamento de cereais ou de outros bens alimentares mostram compatibilidade tecnológica com todos os congéneres vulgarmente encontrados nas cidades islâmicas, nomeadamente na de Silves, onde surgem abundantemente. Aqui, para além de se identificarem escavados no interior dos compartimentos das casas, como sucede no “Empreendimento do Castelo” e nas habitações escavadas sob o Teatro Mascarenhas Gregório, ou ainda nas casas islâmicas que confinam com a Rua da Arrochela, foram também identificados em quantidade absolutamente anormal na zona alta da cidade. As ruas da Sé e da Arrochela, o Largo José Correia Lobo e, sobretudo, a Rua da Porta da Azóia, duas delas coincidentes com o traçado dos dois mais importantes eixos viários da cidade islâmica, ofereceram mais de uma centena de silos, que se integravam em quatro diferentes tipos, tendo em conta a morfologia e soluções técnicas adoptadas na sua construção. Tal quantidade levou as responsáveis pelos trabalhos arqueológicos a considerar a hipótese de estarmos perante uma “cidadela-celeiro” (Vieira e Chanoca, 2006:122). Esta hipótese implicaria, necessariamente, que os mesmos se encontrassem no interior de um recinto e que fossem guardados por alguém. Um campo de silos foi escavado em Santa Fe (Oliva, Valencia), mas o conjunto era guardado por um muro defensivo (Bazzana, 1992:vol.2:135). Concentrações de silos encontram-se documentadas na Alta Idade Média, associados a comunidades de aldeia ou em contextos monásticos (Fernandez-Ugalde, 1994:611). Um tão grande conjunto numa área urbana só tem paralelismo na cidade de Lérida, no Antic Portal da Magdalena, onde foram escavados mais de 200 numa área de cerca de 3 000m² (Esco; Girald e Senác, 1988: 19 cit. por Viegas e Arruda, 1999: 108). Também a divulgação dos resultados de trabalhos arqueológicos realizados no Bairro da Magdalena, que correspondia a um arrabalde constituído

durante o século XI, revela uma fase construtiva desta época, da qual subsiste uma enorme quantidade de silos e fossas (Lorient, 1990:269). Resta pois a dúvida se, tal como em Lérida, alguns dos silos referidos para a zona alta de Silves não terão sido sempre fossas. Os interfaces negativos que observámos, sobretudo os da Rua da Porta da Azóia, apresentavam-se por toda a rua, sempre encostados às pequenas casas ali existentes, parecendo tratar-se de fossas associadas a casas islâmicas que eventualmente se encontram sob as actuais. Se observarmos a sua distribuição (Vieira e Chanoca, 2006:117, fig. 2), verificamos que, em regra, a cada casa actual corresponde um interface negativo, e estes localizam-se em ambos os limites laterais da rua, como se, de facto, esta via se mantivesse fossilizada.

Os silos surgem como recurso de armazenamento para quantidades de alimentos que não podem ser armazenados nos simples recipientes de cerâmica guardados em casa. Observam-se, assim, nas habitações familiares, essencialmente para armazenamento de cereais mas também de frutos secos. Silos comunitários, de grandes dimensões, são comuns no interior de fortificações, sobretudo em albacares (Catarino, 1997-98:734) para, junto com as cisternas, manterem vivas as populações que ali se refugiam em momentos de insegurança. Na Alcáçova de Silves foram identificados e escavados três silos de grandes dimensões, objectivando a subsistência da comunidade instalada no castelo (Gomes e Gomes, 2001:49) ou, eventualmente, a repartição do conteúdo pela população em momentos de crise (Gomes, 2002a:102). Ali se armazenariam mais de 130.000Kg de cereais, que chegariam para alimentar durante um ano cerca de 600 pessoas (*ibidem*). Também as alcáçovas de Alcácer do Sal (Catarino, 1997-98:736) e Santarém (Viegas e Arruda, 1999:108; Trindade e Diogo, 2003:145) ofereceram grande quantidade de silos, ali equacionados como fossas de tinturaria (Viegas e Arruda, 1999:108), o que foi contestado por Hermenegildo Fernandes, que evidencia a riqueza

cerealífera da região de Santarém e a necessidade de armazenagem do cereal colhido, bem como da óbvia insustentabilidade de localizar uma indústria tão poluente no interior da alcáçova (Fernandes, 2002:59).

A importância da conservação dos cereais no interior dos silos é de tal forma vital que, para além da construção dos mesmos ser cuidada e o acondicionamento das reservas alimentares obedecer a determinados preceitos – como a colocação de palha ou esteiras de junco para absorção da humidade – os silos chegam a ser protegidos com artefactos considerados com poder apotropaico. As escáfulas de bovídeo com a *basmala* inscrita, que encontramos na vala de fundação da estrutura 47, que interpretamos como grande edificação – torre ou minarete de mesquita – têm sido, igualmente, encontradas no interior de silos, o que se explicará à luz de determinadas práticas de magia campesinas, vinculadas à protecção de reservas de cereais, como parece suceder ainda hoje nas sociedades magrebins, particularmente em Marrocos (Fernandez-Ugalde, 1997:285). Nesta circunstância, as escáfulas com a frase corânica teriam uma função mágico-protectora, concorrendo para garantir a conservação de um bem tão essencial à subsistência (*idem*:286).

Este tipo de estruturas de armazenamento na região Toledana foi completamente abandonado no final da dominação islâmica, o que parece estar associado à alteração de estratégias de exploração do solo, coincidentes com a implementação de estruturas do tipo feudal (Fernandez-Ugalde, 1994:614). Na nossa região, muitos silos são entulhados com materiais associados ao período islâmico, mas parte representativa é desactivada já na Baixa Idade Média, documentando a utilização deste recurso de armazenamento até mais tarde.

Em regra, os silos quando desactivados são transformados em depósitos de lixo, o que leva a que muitas vezes sejam designados por silo/fossa tendo em conta as suas funções

primária e secundária. Há, contudo, alguns destes interfaces, que são originalmente fossas detríticas e se encontram associadas a latrinas ou a canais de escoamento de resíduos. Tal sucedia com a maioria dos interfaces negativos que escavámos no arqueossítio em estudo, que eram maioritariamente cheios por sedimento com grande percentagem de matéria orgânica em decomposição e alguns materiais arqueológicos.

A estrutura 18, compatível com fossa, ofereceu na sua camada mais profunda (3080 - anexo VII, tabela 1, pp.55) um púcaro inteiro, de pasta laranja e pintura branca com bandas horizontais e pequenos traços dispostos obliquamente, cuja morfologia e decoração é consistente com outros atribuídos ao século XII. Do mesmo contexto provém um candil do tipo D (Gonçalves, Pires e Mendonça, 2008:653), com uma cronologia em torno à 2ª metade do séc. XII – 1ª metade do séc. XIII, que datam o período de pervivência da infra-estrutura.

A fossa designada por estrutura 19 era preenchida pela camada 3079 (anexo VII, tabela 1, pp.56). Os materiais eram em quantidade reduzida, mas a presença de corda seca impede que recuemos a formação do contexto para período anterior à 2ª metade do séc. XI – séc. XII.

A fossa designada por estrutura 83 era preenchida pela camada 3062 (anexo VII, tabela 1, pp.56) e os materiais cerâmicos eram em quantidade tão reduzida que nos impede de formular qualquer sugestão cronológica.

A fossa designada por estrutura 84 continha material cerâmico muito heterogêneo (camadas 3034 e 3035 - anexo VII, tabela 1, pp.56,57) e oferece alguma dificuldade de atribuição cronológica. Julgamos, contudo, que a sua formação não ultrapassará o séc. XII.

A fossa designada por estrutura 85 era preenchida pelas camadas 3038 e 3039 (anexo VII, tabela 1, pp.59) que mostravam um conjunto cerâmico homogéneo que não ultrapassaria o séc. XI.

A estrutura 86, compatível com silo, era preenchida por duas camadas, a 3036 e a 3037 (anexo VII, tabela 1, pp.60). Ambas ofereceram uma quantidade muito reduzida de material cerâmico, muito fragmentado e incharacterístico, que nos impede qualquer aproximação cronológica.

O entulhamento do silo designado por estrutura 87 foi efectuado faseadamente com recurso a várias camadas – 3064, 3066, 3067 e 3068 (anexo VII, tabela 1, pp.60,61). A quantidade de material cerâmico exumado dos contextos referidos era pouco representativa e o conjunto caracterizava-se por grande heterogeneidade, no entanto, os mais tardios datam a desactivação do silo do período Almóada.

A fossa designada por estrutura 88 que se encontra associada a uma latrina (estrutura 15) ofereceu material cerâmico em quantidade muito reduzida (camada 4026 - anexo VII, tabela 1, pp.61). O mesmo dificulta uma atribuição cronológica, no entanto, parece situar-se na transição entre o séc. XI e o séc. XII.

A fossa designada por estrutura 89 era preenchida pela camada 5027 (anexo VII, tabela 1, pp.62), que não continha material cerâmico, tal como, aliás, sucedia com a fossa 90 preenchida pela camada 2087.

O interface negativo que designamos por estrutura 91 encontra-se muito destruído e foi reconhecido tardiamente, pelo que o material cerâmico encontrado na camada 2054 (anexo VII, tabela 1, pp.62), que o preenchia, se encontra muito contaminado. Os materiais cerâmicos são em quantidade diminuta e algo incharacterísticos não devendo, no entanto, ultrapassar o séc. XII.

O interface negativo designado por estrutura 92 era preenchido pela camada 2034 (anexo VII, tabela 1, pp.63) e mostrava-se muito afectado e os materiais misturados com sedimentos adjacentes. Talvez por essa razão o conjunto cerâmico se mostre bastante heterogéneo, sendo os materiais mais tardios do séc. XIII, de onde se destaca o único fragmento de louça dourada encontrado no arqueossítio em estudo.

5.6. As estruturas associadas a actividades artesanais ou de carácter industrial

De todos os tipos de estruturas que colocamos a descoberto no local sobre o qual incide o nosso estudo, as de carácter artesanal ou industrial são as que encontram menor quantidade de informação disponível, para o período de dominação islâmica. A situação agrava-se, porquanto, estas não são óbvias quanto ao tipo de actividade que suportariam.

As estruturas mais antigas que associamos a este tipo de actividades serão os muros que adossam ao pano interno da muralha, que podiam albergar uma actividade associada ao tratamento de peles, a avaliar pelos fragmentos de recipientes para presumível remoção da gordura, que encontrámos em dois distintos momentos naquela zona interna do arrabalde. No arrabalde da *Mussallá*, em Almeria, uma casa de habitação é supostamente reformulada para receber uma actividade artesanal compatível com manufactura de tecidos e ostenta, aparentemente, com o bocal ao nível do pavimento, uma grande tina de cerâmica, com 1,10m de diâmetro e 0,60m de altura (Cara Barrionuevo, 2005: 132), que pode ser aparentada com a que colocámos a descoberto e atrás descrevemos. Infelizmente, a mesma é registada numa fotografia aérea da casa onde o recipiente referido se encontra incluído, não nos sendo possível observá-lo com detalhe. O autor não entra em pormenores sobre a funcionalidade da tina no processo de fabrico dos tecidos, nem dá qualquer informação sobre a cronologia da actividade,

inserindo-a num contexto que funcionou entre os séculos XI e XIII. Assim e dado que não nos é possível estabelecer paralelos formais entre os dois recipientes, nem se encontraram outros, e a avaliação da sua solução decorativa – consistente com aplicação plástica de cordão horizontal digitado⁷⁰ – não é esclarecedora, recorremos a outros materiais arqueológicos existentes nas camadas em que assentam as estruturas que supostamente albergaram esta actividade, tendo em vista a atribuição de cronologias.

As primeiras estruturas que relacionamos com as actividades de tratamento de peles (5 e 52) mostravam sob o seu pavimento (camada 3015 - anexo VII tabela 1, pp.36) materiais cerâmicos em quantidade reduzida, muito fragmentados e incaracterísticos, que não nos permitem qualquer sugestão cronológica. Na construção do pavimento foram utilizados sedimentos (camada 3014 - anexo VII tabela 1, pp.35) que continham materiais em quantidade moderada, sendo os de pasta clara representativos, pertencentes a púcaros e jarros, por vezes ostentando pintura materializando reticulados, bandas verticais largas e traços oblíquos. Este conjunto, que não continha elementos mais tardios, deverá situar-se entre a 2ª metade do séc. X e o séc. XI.

Contemporâneos desta oficina são os compartimentos que se localizavam do outro lado do arruamento (estruturas 22 e 49), cujo piso associado (camada 3051- anexo VII tabela 1, pp.40) ofereceu materiais cerâmicos muito semelhantes aos descritos para o piso associado às estruturas, provavelmente contemporâneas, existentes do outro lado da rua. A avaliar pelos materiais que registamos nas camadas (3043, 3053 e 3058 - anexo VII tabela 1, pp.40, 41) que correspondem aos entulhos que se depositaram sobre o pavimento associado aos compartimentos em causa, este complexo deve ter sido abandonado durante o século XII. Trata-se de cerâmicas maioritariamente centradas no séc. XI mas com elementos mais tardios, como as cordas secas e um candil do tipo A.20

⁷⁰ Este oferece um espectro cronológico assaz lato e, no caso vertente, parece ter tido uma função mais de reforçar o recipiente do que propriamente de o decorar.

(Gonçalves, Pires e Mendonça, 2008:652), que surge com uma cronologia mais centrada no séc. XII.

Numa fase seguinte, a estrutura 3 encarrega-se de alargar o compartimento anteriormente formado pelas estruturas 5 e 52 e cobre estas mesmas estruturas com fragmentos de recipientes, semelhantes aos que antes referimos como presumivelmente utilizados para neles se mergulharem as peles antes do banho de tanino. Sobre o piso que se associa a esta e à estrutura 82 repousavam as camadas 3004 e 3005 (anexo VII, tabela 1, pp.36, 37), que correspondem ao abandono da actividade que ali se desenvolveu. Os materiais cerâmicos presentes detêm uma quantidade mais representativa em torno ao séc. XI, mas oferecem outros com cronologias mais consentâneas com a primeira metade do séc. XII, que obrigatoriamente datam desta fase a formação do contexto.

A estrutura de forma aparentemente circular, que interpretamos como possível forno de fundição, oferece-nos apenas como aspectos sugestivos deste tipo de função a sua morfologia e a enorme quantidade de escória de ferro que se encontrava alojada sobre o seu pavimento. O facto de o pavimento ser plano, e não côncavo como seria de supor, a fim de ali se atear o fogo, coloca reservas. Podemos, no entanto, equacionar a câmara de combustão associada a este módulo, albergada num outro compartimento a este ligado. A camada de argila que formava a base do forno era muito compacta mas não parecia alterada pela acção do calor nem se conservavam sedimentos queimados⁷¹. De facto, a comparação da arquitectura desta estrutura com os alegados fornos de forja identificados no Castelo de Palmela e atribuídos ao período islâmico não oferece semelhanças possíveis, tal como não se assemelha às hipotéticas forjas de ferreiro escavadas em Alcaria Longa, que consistiam em pequenas covas no substrato rochoso,

⁷¹ Embora se trate de um forno de olaria, é mencionado, por antítese com outros fornos, que a estrutura de combustão do forno 1 do Mandarim Chinês de Lisboa, também não apresenta vestígios de queimado (Bugalhão e Folgado, 2001:117).

com cerca de 0,30m de diâmetro e 0,10m de profundidade, onde se encontraram restos de cinza, carvão e escórias (Boone, 1993:118). Tratar-se-ia, certamente, de estruturas de combustão associadas a diferentes fases do processo metalúrgico.

No bairro artesanal de Almeria, a que já aludimos, foi identificada uma fundição de bronze e cobre, constituída por vários cadinhos que mais não eram do que formas cónicas estruturadas e colocadas a várias alturas, com um agulheiro onde se introduzia o tubo para insuflar o ar (Cara Barrionuevo, 2005:132). Trata-se, mais uma vez, de uma solução arquitectónica que não se assemelha ao resto da estrutura que colocámos a descoberto no arrabalde oriental de Silves.

No povoado fortificado Alto-Medieval do Sabugal Velho, foi escavado um compartimento interpretado como metalurgia (Silva, 2002:792), que ofereceu uma estrutura de combustão de forma circular, construída em blocos de xisto forrados no interior por camada de terra argilosa. Esta estrutura, ao contrário da de Silves, tinha a base côncava escavada no substrato rochoso para funcionamento da fornalha e ofereceu nas imediações diversas ferraduras, documentando a actividade que ali se desenvolvia. A leitura do plano gráfico da estrutura não mostra canais de escoamento do minério fundido, muito embora o seu diâmetro, de cerca de 3,5m, leve a equacionar o aproveitamento da estrutura de combustão para o tratamento dos metais em mais do que uma fase do seu processo de fabrico (Silva, 2002:792).

Para além destes dois exemplos, encontrámos uma oficina de fundição de vidro em *Bajjana* (Pechina), a laborar em período califal, que possuía um forno quadrangular e uma caldeira circular onde se depositavam escórias de ferro, metal utilizado nestes fornos para conseguir a fundição de vidro a uma temperatura mais baixa (Castillo, Martínez e Ación, 1987:543). Não achamos credível, porém, que a estrutura de Silves se

encontre associada ao fabrico do vidro, uma vez que não se detectaram escórias de vidro.

Esta estrutura de carácter industrial foi construída após o aterro da área de desembocadura do canal e já depois do abandono da Casa 6, o que, desde logo, a remete para uma cronologia nunca anterior ao período Almóada. Os materiais arqueológicos provenientes da camada (6062) correspondente ao momento de abandono da estrutura industrial não incluem cerâmica que nos possa sugerir uma cronologia para o abandono desta estrutura.

Para os tanques não encontramos qualquer tipo de paralelos. Mantemos com firmeza a ideia de que suportariam líquidos, dado que houve grande preocupação com a sua impermeabilização, recorrendo a uma preparação muito resistente, absolutamente estanque, do tipo *opus signinum*. A hipótese da tinturaria foi a que nos ocorreu em primeiro lugar, por sabermos tratar-se de uma indústria com grande difusão no mundo islâmico antigo, na qual o recurso a grandes recipientes com água seria obrigatório. Contudo, a ausência dos resíduos da pigmentação que tingia os couros e tecidos nas paredes dos tanques, bem como o facto dos paralelos islâmicos – mesmo os contemporâneos, de que as existentes na medina da cidade de Fez são exemplo emblemático – ostentarem formas circulares, levaram-nos a excluir a hipótese. Mais uma vez este tipo de actividade se encontra presente no Arrabalde da *Mussallá* de Almeria, configurando os tanques a conhecida forma circular, apresentando-se dispostos paralelamente por grandes áreas, aí localizadas em três diferentes zonas do Arrabalde (Cara Barrionuevo, 2005: 131).

Embora não nos pareça muito plausível, a sua morfologia e o revestimento em material do tipo *opus signinum* aparenta-as com as *cetariae* romanas e, não temos dúvida, de que no período islâmico a indústria de preparados piscícolas terá continuado a desenvolver-

se. Todavia, a pintura de almagre que as mesmas ofereciam, tão usado na pintura de cisternas para manter em bom estado a água para consumo, faz-nos pensar que aqueles tanques reservariam água, que a todo o custo necessitaria de ser mantida em bom estado para ser aplicada num qualquer processo transformativo que não conseguimos apurar.

Os tanques formados pela estrutura 68 encontram-se sobre o hipotético forno de fundição e, portanto, o seu momento construtivo terá ocorrido já no final do período de dominação Almóada.

Os tanques posicionados no extremo este do arqueossítio (estrutura 34) são contemporâneos da Casa 3 embora, aparentemente, não tenham com ela qualquer relação. A contemporaneidade desta estrutura com a Casa 3 confere-lhe uma cronologia Almóada, o que é corroborado pela análise dos materiais cerâmicos provenientes das várias camadas que intercalavam a construção dos vários níveis de pavimento que compunham os sofisticados tanques, bem como aqueles que os entulharam na sua fase de abandono. Esta fase materializava-se na camada 2018 (anexo VII tabela 1, pp.33) e continha material cerâmico em quantidade moderada. As pastas claras eram diminutas, muito fragmentadas e incharacterísticas e, nas pastas vermelhas, destacam-se vários fragmentos de panela com bordos de lábio triangular e asas a arrancar do corpo da peça. Os vidrados são raros evidenciando-se entre eles um fundo de garrafa do tipo “bolacha” e um fundo de taça de pé anelar baixo e oblíquo. Estes últimos materiais datam a formação do conjunto da 2ª metade do séc. XII – 1ª metade do séc. XIII.

5.7. As grandes estruturas de funcionalidade indeterminada (32 e 47)

Não vamos aqui voltar à associação de paralelos, dado que, para argumentar quanto à funcionalidade das estruturas em questão, que mantemos como incerta, recorreremos por diversas vezes a situações que podiam não só fundamentar as várias hipóteses

funcionais como dar exemplos de estruturas congêneres existentes no *al-Andalus*. Claro que não nos referimos à estrutura eventualmente compatível com torre ou minarete, porquanto dessa temos presente uma porção suficientemente exígua para que nos resignemos à total ausência de conhecimento da sua feição arquitectónica. Por tal razão, no tocante a estas duas estruturas, procuraremos apenas respostas à sua integração cronológico-cultural.

A estrutura que julgamos de algum modo associada ao canal (estrutura 32), ou como seu prolongamento a céu aberto, ou como depósito final, ou como fosso para onde escoavam as águas remanescentes, é dele contemporânea ou construída posteriormente, mas em data muito próxima. Por essa razão, e tendo em conta a atribuição de cronologia Almóada do sistema hidráulico, teremos de considerar também Almóada a estrutura em causa.

Por seu turno, e ao invés da estrutura 80, que é aterrada para sobre ela se edificarem estruturas de cariz habitacional, a falência da estrutura 32 é documentada pela concentração no seu interior de uma lixeira. A análise dos materiais cerâmicos provenientes das camadas que se alojam no fundo da estrutura (camadas 1001, 1002, 1003, 1004 e 1005), mostrou tratar-se de cerâmicas de tipo muito diverso, tanto do ponto de vista formal quanto funcional. Contudo, o que se destaca mais na análise do conjunto é a ausência de homogeneidade cronológica nos grupos que se resgataram de cada uma das camadas referidas. Como se pode observar (anexo VII tabela 1, pp.44 a 50), os sedimentos mais profundos oferecem materiais cerâmicos com um âmbito cronológico balizado entre o século IX e o séc. XIII, o que é pouco consistente com um contexto de lixeira que, ao ser formada de modo gradual, deveria mostrar uma maior homogeneidade ou uma evolução do mais antigo para o mais moderno, no sentido do fundo para o topo dos depósitos. Esta aparente contraditória constatação levou a que

tivéssemos dúvidas quanto à natureza daquele contexto, contudo, a pouca compactação dos sedimentos e a enorme quantidade de peças integralmente reconstituídas é consistente com um contexto de lixeira, razão pela qual nos parece ser de considerar a hipótese de se tratar de um depósito secundário, constituído em período Almóada, época de que datam as cerâmicas mais recentes encontradas em cada uma das camadas. A transferência destes sedimentos para o interior desta estrutura no período referido datará a desactivação do fosso, canal ou depósito de água, encerrado pela estrutura em questão. Por seu turno, os materiais que se encontravam imediatamente sob um aterro que no século XV colmatou toda esta área, uma camada cheia de cinza e contendo algumas sementes carbonizadas (camada 1034 – anexo VII tabela 1, pp.50), correspondem ao topo da lixeira e o espólio cerâmico dali exumado é um pouco menos heterogéneo, mediando entre os séculos XI e XIII, com maior concentração nos séculos XII-XIII, podendo estas últimas camadas corresponderem a lixos gerados ali perto e depositados em primeira-mão no local.

A estrutura que consideramos compatível com hipotética torre de vigia, ou com minarete de mesquita aljama, surge naquele espaço intra-muralha num momento em que a função do mesmo sofre alteração profunda, uma vez que a sua implantação ocorre quando todas as estruturas adjacentes a uma distância de cerca de 12m, com excepção da muralha, tinham sido abandonadas. Não sabemos se o abandono foi motivado pela construção daquela edificação ou se a indústria que ali se desenvolvia tinha entrado em crise e o espaço se encontrava mais ou menos disponível. As relações estratigráficas que se estabeleceram para esta zona mostraram que só algum tempo depois da edificação do grande alicerce e do que lhe estaria por cima é que a Casa 5 foi construída, adossada ao alçado nascente do tramo B da muralha.

A análise dos materiais arqueológicos que preenchem a vala escavada para a implantação do alicerce (camadas 3044, 3052 e 3054 – anexo VII tabela 1, pp.42, 43), em quantidade muito diminuta, foi pouco esclarecedora e as escápidas de bovívdeo com a *basmla* inscrita não dão indívios cronológicos precisos. O estudo comparativo destas escápidas com elementos análogos, estes, por sua vez, provenientes de contextos com indicadores cronológicos baseados na análise das cerâmicas, ofereceu cronologias que apontam para os séculos XI-XII (Gonçalves, Moreno-García e Pimenta, 2006: 178). A caligrafia cúfica andalusí, bem patente no *kaf* da segunda linha do exemplar nº 2 (anexo IV fig. 25), sugere uma cronologia posterior ao séc. XI, mas não permite uma datação mais específica.

A observação das relações estratigráficas desta estrutura mostrou que a sua implantação cortou tudo o que ali existiu antes, e o seu topo, muito afectado, encontrava-se imediatamente abaixo do pavimento da casa demolida para construção da nova biblioteca. Tais evidências convergem para que situemos esta edificação no final da ocupação islâmica daquela área, porque na vala fundacional foram colocadas as duas escápidas já referidas, na tentativa de que o seu poder apotropaico protegesse o edifício.

6. O “Arrabalde Oriental” e a sua dinâmica de ocupação

De modo a consubstanciarmos a grande dinâmica de ocupação que teve este espaço de arrabalde e a sua área adjacente, durante mais de três séculos, foi fundamental a definição das relações estratigráficas que nos permitiram montar uma matriz do local, que mostram quando foi erguida cada uma das mais de 80 estruturas que o arqueossítio ofereceu. Algumas delas impedem que se estabeleçam relações estratigráficas entre as áreas a si confinadas, obrigando-nos a recorrer ao estudo dos materiais arqueológicos associados aos seus momentos fundacionais, bem como aos seus momentos de pervivência e de abandono, para tentar estabelecer contemporaneidades. Tal sucedeu, inevitavelmente, com as estruturas que se encontravam do lado interno e do lado externo da muralha, entre as quais não havia qualquer possibilidade de estabelecer associações cronológicas com base em hipotéticas relações estratigráficas.

Pelas razões apontadas, são sempre mais duvidosas as coexistências que estabelecemos entre elementos arquitectónicos existentes do lado interno e do lado externo da muralha, o que não sucede com as que se situam no mesmo sector ou em sectores próximos que partilham entre si determinados níveis estratigráficos.

A pouca expressividade e grau de fragmentação de alguns conjuntos cerâmicos também foram factores de resistência no concernente a atribuição de cronologia à formação de determinados contextos, fundação ou desactivação de algumas estruturas. Onde encontramos maior dificuldade foi na caracterização da ocupação ocorrida no século XII, nomeadamente no tocante à distinção dos materiais cerâmicos Almorávidas de outros posteriores. Além das alterações tafonómicas que os objectos cerâmicos sofreram, também a pouca profundidade que atingiu, até hoje, o conhecimento sobre as cerâmicas especificamente produzidas em período de dominação Almorávida constitui um aspecto a não desconsiderar. Este problema vem, de algum modo, fragilizar a

integração cronológico-cultural e, em consequência, a construção da sequência de ocupação que estabelecemos para o local, em regra, bastante consistente do ponto de vista da análise estratigráfica, embora nos encontremos em meio urbano e perante contextos arqueológicos muito afectados.

6.1. **Faseamento e cronologias** (anexo VII tabela 2 e síntese 1)

Conforme já referimos, a cidade de Silves terá começado a ganhar características de espaço com intensa vida urbana durante o séc. X, datando deste período a construção da Alcáçova e da muralha que cercava a Almedina. Nesta fase, em pleno período Califal, existiria fora de muros alguma construção dispersa de que a Casa 1 é exemplo e a Casa 2, porventura, também. A sua edificação naquele local pode ter sido uma opção dos seus proprietários ou, mais provavelmente, decorrente do facto de a cidade estar a crescer e o espaço intra-muralhas se encontrar já bastante congestionado (anexo IV fig.29a). Outras construções de cronologia califal foram identificadas na cidade fora das muralhas da Almedina (Ramos, 2006:56; Ferreira, *et alii*, 2008:138), o que corrobora a ideia de que estávamos já num período em que a cintura amuralhada se tornava apertada para os habitantes que a cidade detinha.

Talvez por questões de insegurança, no final do período Califal ou mesmo já no período Taifa as casas referidas são abandonadas. Também no período Taifa, de forma a proteger os habitantes das casas entretanto erguidas fora da Almedina, é construída uma muralha que materializa a existência de um Arrabalde. Nesta fase, e durante um longo período de tempo, o espaço que fica fora do dispositivo defensivo não é edificado, ou seja, durante bastante tempo, o crescimento populacional que se verificou acomodou-se no interior do espaço de arrabalde desenhado em meados do séc. XI (anexo IV fig.29b).

Entretanto, do lado interno da muralha adossavam-se a ela algumas construções. Pelas suas características, materiais arqueológicos associados e pelo conhecimento que temos sobre a vocação da maioria dos arrabaldes, cremos que se trataria de complexos oficinais, eventualmente associados a actividades relacionadas com o tratamento de peles (anexo IV fig. 30a).

Decorrido algum tempo, já sob dominação Almorávida, o carácter industrial desta zona limítrofe do arrabalde mantém-se, os complexos oficinais ali existentes sofrem remodelações e uma das oficinas vê o seu perímetro bastante aumentado (anexo IV fig. 30b). Entretanto, do lado externo da muralha, vão-se depositando lixos. Tal sucedeu, inclusivamente, no interior dos compartimentos da Casa 1, à época arruinada.

Talvez ainda sob o domínio Almorávida, mas mais provavelmente já perante o governo Almóada, verificam-se nesta área alterações significativas. Do lado interno da muralha já não se albergam actividades de carácter industrial. Parece que o crescimento imparável da cidade obriga à construção de uma nova mesquita aljama⁷² e este espaço, talvez pela facilidade da sua desocupação, será o escolhido para a sua implantação. O domínio de novas técnicas de extracção e condução da água e a necessidade de provimento constante deste bem, tão essencial à vida, motivam a construção de um sistema hidráulico. Um tramo do mesmo passa junto ao limite externo da muralha do Arrabalde do seu lado poente, associando-se a um canal a céu aberto posicionado na zona sul (anexo IV fig. 31).

Entretanto, este sistema de abastecimento de água entra em falência. É provável que o mesmo tenha perecido durante a conquista cristã ocorrida em 1189. São conhecidas e já foram referidas as alusões a um “canal das águas”, protegido por uma couraça, que os

⁷² Apesar das dúvidas sobre a natureza do edifício que se sobrepunha ao alicerce, a ideia da mesquita é para nós a mais provável.

cristãos derrubaram durante o cerco. A sede terá sido, em última instância, o motivo da rendição dos habitantes da cidade face às tropas cristãs.

Em 1191 a *Xilb* volta ao domínio muçulmano e, nesta fase, a nossa pequena área de arrabalde sofre profundas alterações. A torre quadrangular, porventura ferida durante o cerco ocorrido em 1189, estaria a necessitar de obras de consolidação. Passa então a ser capeada por seis panos, o que lhe vai dar agora uma forma poligonal, bastante mais eficaz do ponto de vista defensivo. São técnicas dominadas e introduzidas no *al-Andalus* pelos Almóadas.

A cidade continua a crescer e o sistema hidráulico já não funciona. Como o mesmo se tinha mostrado ineficaz durante o cerco, não se investiu na sua reactivação. A opção foi encontrar alternativas mais eficientes em caso de novo cerco. Assim, o espaço por ele ocupado é aterrado e sobre esta área erguem-se habitações (anexo IV fig. 32a). A Casa 4 surge adossada ao alçado externo do tramo norte-sul da muralha e à torre poligonal, a Casa 6 é construída sobre o aterro contido por um muro drenante (anexo IV fig. 32b) e a Casa 5, no lado interno, adossa-se também ao alçado da muralha (anexo IV fig. 33a). Na sequência desta tão forte dinâmica de ocupação continuam as reformulações do espaço e, também do lado externo, adossado ao tramo este-oeste, é erguida a Casa 3. Antes da ocupação desta área externa, os lixos ali depositados anteriormente são queimados e o espaço higienizado. Os detritos que antes eram depositados fora da muralha passam agora a ser atirados para o interior do canal, no tramo que corria a céu aberto na zona sul.

Durante esta última fase do domínio Almóada a dinâmica de ocupação desta zona é muito mais acelerada. Por exemplo, a Casa 6 é desactivada e, em parte sobre ela, é construído um complexo associado a actividade metalúrgica. Este é depois abandonado e sobre ele construído um complexo de tanques. Sobre o bocal do sistema hidráulico a

dinâmica construtiva é igualmente imparável, infelizmente as várias construções que se iam sobrepondo mutilavam de tal modo as anteriores que não se conseguiram reconstituir compartimentos ou definir funcionalidades para as muitas estruturas ali identificadas.

As Casas 3 e 4 eram servidas por um amplo arruamento em seixo rolado que na zona da torre poligonal é melhorado e construído em lajetas de “grés de Silves”. Este cobre o topo da estrutura que forma o canal a céu aberto ou fosso estruturado (anexo IV fig. 33b). Também a confinar com este arruamento se constrói nesta fase mais um complexo de tanques, estes na zona nascente do terreno. A vocação industrial desta zona de arrabalde mantém-se durante quase toda a diacronia de ocupação do espaço.

De salientar ainda que, nesta fase, a torre volta a precisar de obras, constatando-se o reforço de um cunhal associado a um momento em que o arruamento é refeito. Mas não será esta a única intervenção verificada nos elementos defensivos do arrabalde, também no alçado externo do tramo norte-sul da muralha se observam reconstruções.

Entretanto, as forças cristãs não desistem e a reconquista concretiza-se em torno ao ano de 1248. Todas as edificações activas são agora abandonadas. Vestígios de incêndio identificam-se sobre o arruamento.

Creemos que, a partir desta data este espaço se terá tornado devoluto. De acordo com as fontes históricas, os muçulmanos que permaneceram na cidade concentraram-se no arrabalde ocidental. Aquela era, no séc. XV, a área designada por “mouraria”. Na nossa pequena parcela de arrabalde não se observam estruturas construídas após o séc. XIII.

No séc. XV as zonas sul e poente são aterradas com mais de 1,00m de sedimentos. Nesta fase, uma faixa de terreno posicionada a poente é utilizada como necrópole. Posteriormente, muito provavelmente já após o séc. XVI, o que restava do sistema defensivo é parcialmente afectado pela construção de uma canalização que corta todas

as estruturas que encontra no seu percurso. As fontes históricas do início do séc. XVII referem-se à muralha do arrabalde como “velhos muros caídos”.

6.2. Estabilidade *versus* instabilidade político-administrativa ou lógica organizativa do espaço

A possibilidade de circulação em torno dos panos de muralha parece-nos ser um aspecto a preservar, pelo que, nas muralhas de maior importância na hierarquia do sistema defensivo, como sejam as muralhas das alcáçovas e das medinas, não é vulgar verem-se casas adossadas aos seus alçados internos, a menos que se trate de pequenos compartimentos com ela relacionados, como no caso de pequenas divisões para acolher corpos de guarda. Se observamos o bairro da alcáçova de Mértola verificamos essa realidade (Macias, 2005, vol.II:212, figs. III.68 e III.69), o mesmo se passando com o bairro da alcáçova de Allambra (Bermudez Lopez, 1990:346), ou o bairro do interior da alcáçova de Málaga (Puertas Tricas, 1990:319), ou as casas da alcáçova de Silves (Gomes e Gomes, 2001: 79). Parece-nos essencial que o pano de muralha se encontre livre para circulação. Ora, se tal princípio parece basilar para a parte interna das muralhas, mais importante parece ser para o seu lado exterior que, não raras vezes, teria de desempenhar a sua função de defesa passiva.

O facto de, no local em apreço, desde cedo os tramos de muralha serem aproveitados para se adossarem paredes de habitação, foi por nós interpretado como tendo sucedido em momentos em que se viviam períodos de acalmia e, abusivamente, se aproveitou a permissividade da lei islâmica. Na mesma impera o princípio do *hadith* “*la darar wa la dirar*”(Mazzoli-Guintard, 2006: 72), ou seja “não prejudiques os outros”, tendo assim a muralha sido usada como parede de casa, contribuindo para minimizar os custos da sua construção.

Contudo, se analisarmos os momentos em que tal sucedeu, vemos que nem todos terão sido momentos onde a insegurança esteve ausente, sobretudo quando pensamos no período Almóada, em constante conturbação, tanto por força da ameaça externa, protagonizada pelos cristãos que iam ganhando terreno, como pelas inúmeras e constantes sublevações internas. Aliás, a necessidade de obras no sistema defensivo neste período, já aqui evidenciada, inclusivamente no próprio arrabalde, corrobora esta asserção. Perante tais circunstâncias, achamos conveniente reavaliar a pertinência de se associarem casas aos alçados exteriores dos tramos de muralha e torre, durante esta fase final da dominação Almóada.

A leitura dos sucessivos cenários históricos, associada a outras constatações trazidas não só pelo aprofundamento da análise das fontes disponíveis, como pelas evidências arqueológicas deste espaço e de outros intervencionados na cidade, nomeadamente no “Empreendimento do Castelo”, levam-nos a questionar o protagonismo dos elementos defensivos que materializavam a defesa do arrabalde oriental, presentes no arqueossítio em estudo.

Partindo do princípio de que as casas adossadas ao pano de muralha colocariam em causa a sua eficácia defensiva e que a lei islâmica não era permissiva a esse ponto; observando que o possível fosso e barbacã são desactivados ainda em período Almóada; constatando que o fosso defensivo identificado na área de escavação associada ao “Empreendimento do Castelo”, localizado no extremo este deste arrabalde e a ele eventualmente pertencente, foi entulhado e sobre ele se construiu *ex. novo* um bairro em período Almóada; relendo o relato do “Cruzado Anónimo” que afirma que em 1189 nem uma só choupana se encontrava fora da muralha, como já antes mencionámos; relendo outras informações históricas mais recentes e recolhendo múltiplas alusões à existência de vestígios de muralha junto ao “Moinho da Porta” e daí por diante, por

várias zonas próximas ao rio, onde a taipa se encontrava fossilizada; teremos de levantar outras hipóteses no concernente à pervivência desta muralha, que associamos ao arrabalde oriental.

Há uma inferência que nos parece plausível, a constatação pelo poder Almóada da ineficácia deste conjunto defensivo da cidade baixa, ultrapassado no primeiro dia do cerco cristão à cidade. Perante a sua comprovada inutilidade, talvez não tenha o mesmo sido reactivado quando o poderio Almóada foi repostos. Tal explica as casas adossadas à muralha e a acumulação de lixos dentro do eventual canal ou fosso defensivo.

Perante tais hipóteses, deverá ser reequacionado o traçado da muralha do arrabalde Ocidental. Parece-nos plausível considerar que o seu limite poente tenha lugar junto à necrópole situada nas portas da Almedina. A norte, a medina seria a sua barreira física e, a sul, o rio a barreira natural. A dúvida reside, porém, no respeitante ao seu traçado sudeste e este. Será de manter a ideia de que fecharia entre o “Moinho da Porta” e a Porta da Almedina, ou o arrabalde ocidental encerraria junto à necrópole situada a sudeste da actual cidade? As notícias do século XIX (Lopes, 1844:72) e outras mais recentes (Domingues, 1984:85), que nos dão conta de vestígios de muralha mais junto ao rio, bem como a alusão à taipa fossilizada, fazem-nos pensar que se trataria de outra muralha que não a do arrabalde oriental, dado que, como já vimos, esta não era construída em taipa.

Para já deixaremos este conjunto de constatações apenas como hipótese de trabalho para aprofundamento futuro, dada a impossibilidade de comprovação das mesmas, no actual estado do conhecimento e da investigação histórica na cidade de Silves. Assim, manteremos o arrabalde ocidental no eixo Moinho da Porta – Porta da Almedina, porquanto as alusões à Porta da Mouraria naquela zona e a existência de hortas junto ao

rio na Baixa Idade Média nos parecem, por ora, mais consistentes do que meras alusões a vestígios de muralha a correr junto ao rio.

Ainda no que se reporta a leituras mais abrangentes do espaço em análise, parece-nos pertinente equacionar se esta zona foi um espaço planeado ou nasceu de modo mais ou menos espontâneo.

Já vimos que as cidades islâmicas, ao contrário do que a historiografia veio construindo ao longo de décadas, não são, pelo menos na sua essência, espaços desprovidos de ordenamento. A já aludida permissividade da lei vigente é que vai permitindo que as populações usurpem espaço público, o que ao fim de umas centenas de anos resulta na completa anarquia do sistema viário.

No que respeita à nossa área de estudo temos de efectuar uma separação entre a área intra-muralha e a área exterior à muralha; temos ainda de identificar dois tempos históricos, um anterior e outro posterior à dominação Almóada.

Nos primeiros tempos da ocupação do sítio observamos dois aspectos que concorrem para a existência de planeamento na cidade taifa, o que leva a inferir tratar-se de um poder forte e capaz de implementar medidas tendentes à organização da cidade. Aliás, a sua organização é um mote que se associa a *Ibn Muzayn*, o governador que *organizou a cidade e reforçou as muralhas*. O primeiro daqueles aspectos é que as actividades de carácter industrial se afastam do centro da cidade, o segundo é que se constrói uma muralha para se proteger essas populações. Nesta fase, o espaço externo à muralha não passaria de um descampado com uma ou duas casas arruinadas, nos compartimentos das quais se depositavam lixos.

Este cenário ter-se-á mantido durante o período Almorávida, porque só depois se voltam a reconhecer no local várias acções que comprovam não só a elevada organização da cidade, como o poder económico existente. Em período Almóada observam-se duas

grandes fases, o antes e o pós 1189. Antes de 1189 ter-se-á, eventualmente, reforçado a defesa do arrabalde com fosso e barbacã. Construiu-se um sistema hidráulico de abastecimento de água à cidade e, do lado interno da muralha, edificou-se uma grande torre de vigia ou uma nova mesquita aljama. A construção deste edifício alterou a vocação daquela zona, porquanto as únicas estruturas que com ele convivem na sua fase de pervivência são estruturas habitacionais. O lado externo ter-se-á mantido. Após 1189 também a fisionomia no lado interno se mantém, mas o lado externo é profundamente alterado. A torre quadrangular é reforçada e tornada mais eficaz sendo agora uma torre poligonal; o sistema hidráulico é desactivado; é anulado o possível conjunto fosso e barbacã e a área é renovada com a construção das habitações e um amplo arruamento a servi-las. A vocação industrial até ali concentrada no interior da muralha transfere-se agora para o lado externo, como se tivesse sido empurrada pela crescente construção de edifícios necessários a uma população em crescimento e precisada de protecção.

Nesta fase, é ainda visível no local uma estrutura de saneamento que revela elevado desenvolvimento e planeamento urbano. Trata-se da grande canalização de escoamento de águas residuais, localizada na zona oeste do arqueossítio.

O investimento na reconstrução da torre em dois momentos – alteração para polígono e reforço do cunhal – e a construção de arruamento do lado externo da muralha levantam de novo a questão da natureza desta área no final da permanência Almóada na cidade.

Em Mérida, Miguel Alba e Santiago Feijoo entendem a existência de ruas como indicadores de nos encontrarmos intramuros (2006: 107), o que pode dar algum sustentação à ideia, atrás vertida, da existência de uma cintura externa à muralha, criada em período tardio, que aglutinou aquele espaço de antigo arrabalde. No entanto, a alteração da muralha e o reforço da torre pressupõem que a mesma ainda se encontre inserida num sistema defensivo activo na 2ª fase de domínio Almóada. Tais aspectos

fazem-nos manter, para já, as dúvidas sobre o traçado sul e este da muralha do arrabalde ocidental e o tempo de pervivência da antiga muralha do arrabalde oriental.

6.3. Alguns dados demográficos

Conhecer o número de habitantes de uma cidade muçulmana, sabendo que não se coligiam dados com objectivos estatísticos, só é possível tendo por base notícias isoladas, às vezes indirectas e recorrendo à dedução, o que leva a conclusões sempre discutíveis pela fragilidade das fontes de conhecimento em que se baseiam.

Tanto escritores cristãos como muçulmanos coincidem na sobrevalorização do número de pessoas que habitavam as cidades muçulmanas. Os primeiros por pretenderem enaltecer os seus feitos, pois não raras vezes são descritas conquistas em que um reduzido número de militares cristãos conquistou enormes cidades. Os outros porque gostavam de exagerar a importância das cidades que dominavam.

T. Balbás foi um dos historiadores do período islâmico que mais se preocupou com a problemática demográfica nas cidades hispano – muçulmanas e, segundo ele (T. Balbás, 1971:94), para calcular com relativa aproximação o número de habitantes durante o período em questão, temos disponível um dado de apreciável valor – a extensão dos seus recintos amuralhados. Uma vez que, em muitos casos, as actuais cidades mantêm vestígios dos perímetros amuralhados, permitem cálculos próximos da realidade, com base na definição de áreas edificadas e áreas livres, bem como a exclusão dos edifícios que não eram destinados à habitação: mercados, mesquitas, *madrazas*, banhos públicos, os estreitos arruamentos e pouco mais (*ibidem*).

Para tentar resolver o problema demográfico com base na extensão ocupada intramuros e distinguir períodos de crescimento ou recuo demográfico, é também necessário conhecer com alguma exactidão as datas de construção das várias cinturas de muralhas.

Definida a ocupação urbana em hectares e sabendo que em cada casa habitava apenas uma família (*idem*:95), é possível chegar a valores muito aproximados. O problema reside, porém, naquelas cidades em que os arrabaldes não são murados ou não subsistem vestígios que permitam reconstituir o seu traçado.

Mas, para além desta, há que ter em conta outro tipo de limitações decorrentes da própria metodologia de cálculo. Dado que a avaliação do número de casas habitadas e dos respectivos habitantes se refere a momentos determinados da história urbana, em que a cintura de muralhas supostamente se ajustava perfeitamente à superfície edificada, o desenvolvimento da cidade, condicionado por múltiplos factores, não podia reflectir-se em algo tão permanente como uma muralha. Esta, sempre construída com recurso a avultados meios financeiros, o que explica a sua permanência, assegurada por contínuas reparações, nem sempre se encontraria plenamente ocupada. Quando a população crescia e as edificações extravasavam o perímetro da cerca inicial era, muito provavelmente, construída nova cerca. Quando, por outro lado, esta diminuía e o anel defensivo resultava algo folgado, não era obviamente reduzida e logo não reflectiria a verdadeira densidade populacional. O total desconhecimento destes movimentos viciará, inevitavelmente, os dados obtidos através do cálculo demográfico, conseguido com base apenas na extensão da área murada.

Do mesmo modo difícil de avaliar será o número de pessoas que viveriam nas imediações da cidade, em quintas ou simples hortas e que, em momentos de crise, a ela recorriam para se protegerem. Dadas as relações de dependência que mantinham com a cidade, deverão ser contabilizados como seus habitantes.

A definição do número de habitantes decorre sempre do que seria a densidade populacional, o que implica o conhecimento da tipologia e dimensão das habitações, aspecto para o qual a investigação arqueológica tem contribuído de modo significativo.

No caso de Silves, as casas do arrabalde detinham pequenas dimensões – entre 40 a 90m². As da Almedina poderiam, nalguns casos, possuir pequenas hortas e jardins e deteriam dimensões maiores, embora, como se verificou nas duas casas escavadas na zona da Arrochela, não apresentem dimensões totais muito diferentes de outras escavadas em zona de arrabalde.⁷³ As habitações palatinas construídas no interior da Alcáçova serão excepcionalmente maiores. No caso concreto de Silves, as colocadas a descoberto na Alcáçova, com cronologia no período Almóada, podiam atingir os 500m²⁷⁴.

Os estudos de T.Balbás, com base num número expressivo de casas (cerca de 28) e de áreas urbanas ocupadas em cidades hispano – muçulmanas, chegou aos seguintes valores de referência: dimensão média das habitações seria de 172m², o número médio de pessoas por habitação seria de 6, e 1 hectare comportaria cerca de 348 indivíduos (*idem*:102). O autor considera ainda que este tipo de estimativas carregará uma margem de erro de cerca de 33%.

Reportando-nos ao arrabalde oriental de Silves, com uma amostra que consideramos já bastante representativa, de mais de uma dezena de habitações totalmente representadas, entre as dos arqueossítios da “Biblioteca”, do “Teatro Mascarenhas Gregório” e do “Empreendimento do Castelo”, teríamos uma dimensão média de 75m², o que nos parece mais aproximado da realidade do que a média alcançada por T.Balbás. Julgamos que 172m² para 6 habitantes é um espaço demasiado folgado e pouco consentâneo com a exiguidade das casas ainda hoje observáveis nas apertadas medinas das cidades islâmicas.

⁷³ Uma mede cerca de 80m², e outra cerca de 113m², de acordo com a reconstituição realizada por R e M. Varela Gomes (Gomes e Gomes, 2001:107,109).

⁷⁴ Uma delas evidencia uma dimensão de cerca de 260m² na primeira fase construtiva e mais de 500m² no piso térreo numa fase construtiva posterior, segundo R e M. Varela Gomes (2001:79).

Ainda que a fórmula obtida por T.Balbás não tenha sido aceite de forma unânime, à falta de outra escala de medição recorreremos a ela para calcular o número de habitantes da cidade de Silves em época islâmica, uma vez que aqui efectuamos diversas abordagens relativas à topografia da cidade.

Assim, e com base no conhecimento de campo que temos, assinalámos na carta de Silves, à escala 1: 2 000, todos os vestígios arqueológicos identificados na cidade de Silves, bem como as suas cronologias. Tal permitiu-nos reconstituir a evolução urbanística da cidade, que separámos em três fases distintas. Na primeira fase, a ocupação restringir-se-ia, apenas, à zona identificada como Alcáçova e Almedina; a segunda fase corresponde ao período em que se fortifica o Arrabalde Oriental; e a terceira fase compreende a área amuralhada no sector ocidental da actual cidade, esta com duas possibilidades de traçado (anexo I fig. 15).

Se medirmos estas diferentes áreas de ocupação e aplicarmos a fórmula de T.Balbás, de 348 habitantes por cada hectare ocupado, podemos, com a tal margem de erro de 33%, traçar a evolução da população de Silves durante o período de dominação islâmica.

Assim, se na primeira fase a área ocupada corresponderia à zona da Alcáçova e Almedina, que medem cerca de 9,8 hectares, então a população anterior ao século XI seria estimada em 3 410 habitantes. No momento de construção da cerca do primeiro arrabalde, durante o século XI, a área ocupada corresponderia a cerca de mais 6 hectares e a população estimada seria de 5 498 habitantes e, no final do século XII, e durante a primeira metade do século XIII, a população poderá ter atingido os 6 264 habitantes para uma área total de cerca de 18 hectares.

Se nos debruçarmos sobre as fontes existentes para a época, bem como aquilo que alguns arqueólogos ou historiadores escreveram sobre o assunto, deparamo-nos com resultados assaz diversos.

A única fonte coeva conhecida, com referência ao número de habitantes, é o relato de um cruzado que participou na tomada de Silves, em 1189; o mesmo escreveu (Lopes, 1844:36): (...) *Dos habitantes de Silves só existiam 15.800 de ambos os sexos (...) era muito mais forte do que Lisboa e dez vezes mais rica e com edifícios de mais valor. Asseverarão os Portugueses e que em toda a Espanha não havia terra mais forte nem que mais dano fizesse aos cristãos (...)* Obviamente que interessava ao cruzado enaltecer a grandiosidade do feito em que havia participado – a conquista da cidade – razão pela qual se deve equacionar um certo exagero, tanto no número de habitantes quanto na grandiosidade da cidade como, aliás, refere Manuel Cadafaz de Matos no estudo analítico que efectua do relato do “Cruzado” (Matos, 1999:43).

Por outro lado, parece-nos pecar por defeito a estimativa de cerca de 2 500 habitantes, adiantada por Cláudio Torres (1992:397). Mesmo que duplicássemos o número para considerar as gentes dos arrabaldes, que ali não se encontram contempladas, a cifra estaria longe dos quase 16 000 referidos pelo Cruzado. Cláudio Torres destaca, no contexto do *al-Andalus*, duas cidades de dimensão média, Coimbra com cerca de 10ha e 5 000 habitantes (*ibidem*) e Lisboa, à qual atribui uma população permanente entre os 20 000 e os 30 000 habitantes para uma ocupação de cerca de 15 hectares (*idem*:396)⁷⁵. Silves é, por este autor, inscrita nas pequenas cidades, que poderiam ter entre 2 000 e 2 500 habitantes (*ibidem*). Também Christine Mazzoli-Guintard (2000:459) se refere a Silves como uma cidade modesta no contexto do *Gharb al-Andalus*. Rosa Varela Gomes, numa primeira fase, admitiu para a cidade 10 000 habitantes, valor a que chegou considerando que em cada casa de 35m² viveriam 5 pessoas (Gomes, 1998a: 139). Posteriormente veio a aceitar como exacto o número de habitantes referido pelo “Cruzado Anónimo” na sua descrição da cidade. Com base nos achados arqueológicos

⁷⁵ Para Coimbra a média é de 500 habitantes por hectare e para Lisboa de cerca de 1500 habitantes por hectare. São médias algo díspares, cuja base de cálculo desconhecemos.

dispersos pelo actual perímetro urbano, calcula uma ocupação, entre medina e arrabalde, de cerca de 25 hectares. No seu entendimento, se cada pessoa ocupasse cerca de 10m², para os 16 000 habitantes referidos pelo Cruzado bastariam 16 hectares mas, considerando uma menor densidade para o arrabalde do que para a medina, facilmente se podia alojar na cidade de Silves o número apontado na fonte medieval referida (Gomes, 2002:114). Ainda Garcia Domingues, na sua *História Luso Árabe* (Domingues, 1945:237), atribui à cidade 30 000 habitantes e Henrique Fernandes Sarrão, em 1600, a ela se refere como detentora de *5000 vizinhos na época dos mouros* (Sarrão, 1600:153).

Se considerarmos que a dimensão média das habitações da época seria cerca de metade do que é actualmente e que o número de elementos que compunham um agregado familiar seria, como já vimos anteriormente, ligeiramente superior ao que é hoje – cerca de 5 pessoas – podemos caminhar para um número aproximado ao que daria a aplicação da fórmula de T. Balbás. A população de Silves rondaria as 6 200 pessoas, isto para a época a que se reporta a descrição do Cruzado, em plena dominação Almóada.

Voltando às informações que podemos retirar das fontes históricas e se tentarmos esse exercício para um período semelhante ao que é objecto do nosso estudo, ou seja, desde o século XI ao século XV, observamos os resultados que passamos a explicar.

Independentemente das estimativas que apresentámos anteriormente, decorrentes da extensão ocupada e da aplicação da fórmula de T. Balbás, teremos sempre de considerar um decréscimo populacional no ano de 1189, motivado pelas mortes ocorridas aquando do cerco à cidade e consequente conquista cristã (Lopes, 1844:34 e 36)⁷⁶.

⁷⁶ Refere o cruzado “ (...) e então vimos a miserável situação a que estavam reduzidos: muito macilentos apenas se podiam ter em pé. Muitos andavão de gatinhas, e encostados aos nossos que os sustinham outros estavam estirados pelas ruas mortos ou moribundos, e por isso era insupportavel o fedor que havia na cidade assim dos cadaveres das pessoas, como dos animais (...). “ (Lopes, 1844:34) “(...) Deve notar-se que quando chegamos a Silves, havia na cidade 450 captivos e agora apenas encontramos 200 com

Assim, será também de esperar que após a conquista da cidade de Silves por D. Paio Peres Correia, ocorrida em torno ao ano de 1248, a cidade tivesse ficado muito depauperada de habitantes, pois muitos muçulmanos terão fugido. Será por esse motivo que o Foral Afonsino, concedido em 1266 por D. Afonso III, alicia os povoadores de Silves, dando-lhes todos os privilégios que deu a Lisboa e isentando-os da jugada do pão (Silva, 2004:21). Também em 1277 dá de foro a mouros e cristãos os reguengos que possuía na cidade, como tentativa de ali fixar mais mão-de-obra (Botão, 1992:46)⁷⁷. Ainda assim, a contagem dos besteiros de conto e a aplicação da equação de Rebelo da Silva⁷⁸, na qual cada besteiro correspondia a 213 habitantes, aponta, no ano de 1325, para o número de 5 325 habitantes para a cidade de Silves, uma vez que aí eram contabilizados 25 besteiros, o que obriga a equacionar um número superior para o período de dominação islâmica.

Em 1361 há referência a um sismo, que terá deitado por terra os quatro fornos existentes na cidade e que, muito provavelmente, não terá poupado outros edifícios e algumas vidas humanas (*idem*:47). No mesmo ano há ainda notícia de migração mourisca, de algum modo justificada em documento de 1383⁷⁹ pelos agravos que lhes são cometidos por oficiais e moradores (*idem*:48). Ainda no ano de 1372 encontram-se referências a uma cidade muito despovoada por motivo de terremotos, pestes e embarcação dos homens nas galés (*idem*:46,53). Em 1422 voltamos a ter dados quantitativos e, tornando a usar o número de besteiros de conto como referência, verifica-se que a população aumenta, já que o número agora é de 30, o que dará uma população de 6 930 pessoas⁸⁰. Todavia, a partir de 1439, as menções dos “Homens Bons” presentes nas diversas cortes

vida. Dos habitantes, também quando se entregou a cidade só existiam 15 800 de ambos os sexos (...)” (*ibidem*:36).

⁷⁷ Com base na Chancelaria de D. Afonso III, 11, fl. 86 vº.

⁷⁸ Segundo Fátima Botão (1992:50), que se baseia na chancelaria de D. João I, 1 1, fl 113.

⁷⁹ Chancelaria de D. Fernando, liv.3 fl. 87vº – 88.

⁸⁰ De acordo com Maria de Fátima Botão, que se baseia na Chancelaria de D. João I, Liv I, fl 113.

evidenciam um panorama muito negativo em matéria de população, nomeadamente nas que se reuniram em Lisboa nesse mesmo ano. Nestas, os Silvenses pedem ajuda monetária ao rei para reconstruírem a ponte e aí se queixam da falta de gente na cidade (Iria, 1995:39).

Em 1441, a conjuntura recessiva parece manter-se, havendo agora notícia de grande surto migratório para a Ilha da Madeira (Botão, 1992:50), bem como menção aos tempos desvairados que caíram sobre a cidade (...) *Outrossy Senhor somos muyto agrauados porque em esta cidade há muy pouca gente E por ellosom muy constringidos* (...) ⁸¹. Exceptua-se aqui o ano de 1473, em que os presentes às cortes de Évora informam o rei quanto ao fim da maldição ditada pelo Bispo ⁸². As obras da Ponte e da Sé haviam sido terminadas, muitas casas caídas foram erguidas e mulheres viúvas tornaram a casar (Iria, 1995:79), como se se vivesse na cidade um fugaz momento de crescimento. No entanto, se consultarmos o já tão aludido *Livro do Almojarifado de Silves*, datado de 1474 (Leal e Domingues, 1984), verificamos inúmeras referências, entre os bens do rei, a *pardieiros* ⁸³ e *chãaos que já foram casa* ⁸⁴ ou *Chãos grandes que já foram estalagem* ⁸⁵, ou ainda a *chãaos que em outro tempo foram banhos* ⁸⁶ ou também a *chãaos que em outro tempo foram adegas* ⁸⁷, ou ainda, a *chãao que em outro tempo foi forno* ⁸⁸, deixando perceber que na cidade existiam imensas casas desabitadas e muitos espaços devolutos.

⁸¹ Chancelaria de D. Afonso V, liv. 2, fl. 5 vº, mencionada em Fátima Botão, ob. referida, p.130.

⁸² É conhecida ainda hoje na cidade a maldição de um bispo desavindo com a população, que ao fugir descalço a amaldiçoou.

⁸³ Só na Rua Direita (actual Rua da Sé), com cerca de 60 metros de comprimento, contabilizámos 8 *pardieiros* – fl. 3 e 3vº.

⁸⁴ Contabilizámos cerca de 10 na Mouraria, o que pode confirmar também a já referida migração mourisca, fl. 12,12vº,13,13vº.

⁸⁵ Também na Mouraria, fl. 12.

⁸⁶ Do lado esquerdo da porta da Almedina, fl. 9vº.

⁸⁷ Na Rua que da porta da Vila ia para a Judiaria, actual Rua da Porta de Loulé, fl. 9.

⁸⁸ Na Mouraria (fl.12), exactamente na extremidade este da actual Rua Elias Garcia. Foi posto a descoberto na sequência de demolição da casa ali existente, em 1996. Escavado arqueologicamente, evidenciou uma fornada de cerâmicas cozidas no seu interior o que nos levou a inferir sobre o seu abandono precipitado, talvez terramoto. Os materiais recolhidos, em grande parte inteiros, evidenciaram

Ainda na segunda metade do século XV, temos notícia do início do assoreamento do rio Arade e também não podemos desprezar as novas circunstâncias criadas pela expansão, que concorrem para o favorecimento das cidades portuárias, levando ao desenvolvimento da então designada Vila Nova de Portimão, que crescerá em proporção inversa ao declínio da cidade de Silves.

Em 1539 surgem os primeiros pedidos de transferência da sede de Bispado para Faro, alegando os prelados os maus ares que se respiram na cidade por causa do progressivo assoreamento do rio, petição que só mais tarde recebe parecer favorável, vindo a concretizar-se em 1577, ano em que Frei João de S. José assim descreve a cidade (...) *Naquele tempo, que há agora 306 anos, bem podia ser isto mas ao presente, muito ao contrário vemos tudo, assim no serviço, fábrica e ornamento da Sé como nos edifícios e moradores da cidade, na qual casa que uma vez cai nunca mais se levanta e a mor parte dela está já arruinada e sem gente. A causa disto dizem alguns ser a maldição de um bispo inocente que nela foi morto, outros dizem, o que é mais de crer, ser seu sítio, de muitos anos a esta parte, doentio e de maus ares (...)* (São José, 1577:44). E, em 1600, Henrique Fernandes Sarrão atribui à cidade cerca de 200 vizinhos (Sarrão, 1600:153) e descreve-a com grande dose de amargura (...) *Chegando com minha descrição ao rio de Vila Nova, duvidei passar adiante e entrar em ua cidade tão alheia do que fora, quam indigna do que é: levantam-se aldeas em cidades grandes, abaixam-se cidades em aldeas pobres e têm fim as soberbas monarquias; mas a obrigação que tenho, de satisfazer aos curiosos, me fez tomar ânimo de mudar o passo (...)*.

Para além destas fontes será interessante observar as duas únicas gravuras que chegaram aos nossos dias, particularmente a do século XVII, publicada por João Baptista da Silva

formas atribuídas ao século XV. Os trabalhos foram dirigidos por R. V. Gomes, nos quais a autora colaborou, não tendo sido até à presente data publicados os resultados.

Lopes em 1842, na Revista Panorama (anexo IV fig. 5a)⁸⁹, onde se observa a zona da Almedina povoada e pouco mais de uma dúzia de casas no arrabalde.

6.4. Quem vivia e como se vivia no arrabalde: questões sócio-económicas e culturais

Para além da indústria de construção naval, aparentemente de grande relevância na cidade, a indústria da transformação de cereais era também importante. Há notícia da existência de diversos moinhos de maré, responsáveis pela transformação dos cereais, importante indústria onde Silves se destaca entre outras cidades do *al-Andalus*, como Pechina, Almeria, Jaén, Priego de Cordova, Talavera e Coimbra (Vallvé, 1982:283). São os mesmos referidos pelas fontes históricas, nomeadamente por *Al-Edrisi* (Coelho, 1989:62), mantendo-se, pelo menos dois deles, em laboração até ao século XV – o Moinho da Torre e o da Porta – conforme documenta o *Livro do Almojarifado de Silves*.

Tal como sucedia na maioria das cidades islâmicas, as actividades causadoras de poluição eram afastadas dos seus centros, localizando-se maioritariamente nos arrabaldes. Aliás, essa determinação encontra-se bem patente em *Ibn Abdun*, retratando o que se passaria na Sevilha do século XII, ao dizer *que as telhas e os ladrilhos deveriam ser fabricados fora de portas da cidade e as olarias se instalariam em torno ao fosso que a rodeia, onde há terrenos muito espaçosos, pois que na cidade escasseava o espaço livre* (Levi-Provençal e Garcia Gómez, 1998:113), ou quando refere, *que os surradores de peles e os tintureiros de seda deviam exercer o seu ofício extra-muros* (*idem*:153).

⁸⁹ João Baptista da Silva Lopes, in *Panorama. Jornal Literário e Instrutivo*, 2ª série, vol. II, n.º 27, Julho, I, 1842.

Esta premissa é evidenciada na maioria das cidades e os exemplos são inúmeros. Em Velez-Málaga os fornos e os curtumes localizavam-se no arrabalde (Lara, 1986:586). Em Lérida, o actual Bairro de S. Martí era então inserido num arrabalde de carácter eminentemente artesanal (Loriente, 1990: 273). Outros exemplos são a cidade de Múrcia, que possuía no séc. XI um bairro de artesãos que se dedicavam à metalurgia e à olaria (Martinez e Ramirez, 1997:129); o arrabalde de curtidores de Saragoça (T.Balbás, 1982a:209); o arrabalde de Albayicin em Granada, povoado de *alfareros* (*idem*:227); e o arrabalde de *Bajjana*, onde laboravam oleiros e foi identificada uma fundição de vidro, que concentraria actividades de carácter artesanal (Castillo e Martínez, 1990:111). Também o arrabalde da Mussallá de Almeria concentrava tinturarias (Cara Barrionuevo, 2005:131) e os diversos fornos cerâmicos de Denia se situavam em zonas de arrabalde (Gisbert, Burguera e Marques, 1992:55). Em Alicante, o arrabalde de San Nicolás destinou-se desde os primeiros assentamentos islâmicos, e muito possivelmente até ao século XII, a sítio de localização da “zona industrial”, onde se instalaram os fornos de cerâmica e se extraíram as terras para a fabricação de adobes e cerâmica (Rosser Limiñana, 1993:47). Também o arrabalde de Alcudia, na mesma cidade, acolheu olarias (Soriano e Pascual, 1993: 343). No nosso território, Lisboa possuía olarias e ferrarias nos arrabaldes (Matos, 2001:80), nomeadamente no arrabalde ocidental, onde foram escavados vários fornos cerâmicos (Bugalhão e Folgado, 2001). Também em Mértola se verifica, no arrabalde ribeirinho, a presença de escórias de vidro por toda a área, sugerindo que ali se desenvolvessem actividades de carácter industrial, provavelmente o fabrico de vidro (Gómez, Lopes e Palma, 2008:23). Os exemplos são muitos, mas ficaremos por aqui, sob pena de nos tornarmos fastidiosos.

Também o Arrabalde Oriental de Silves, bem como a sua área externa adjacente, mostrou ter uma vocação artesanal, pois ali foram colocados a descoberto testemunhos

arqueológicos da operatividade de pequenas actividades de carácter industrial, tanto na área que constitui o nosso objecto de estudo, como no espaço sob o Teatro Mascarenhas Gregório (Ramos, 2006: 62).

Para além dos dois complexos de tanques, da estrutura circular repleta de escórias de ferro que se encontraria relacionada com pequena metalurgia, do recipiente cerâmico eventualmente associado à indústria de curtumes e fragmentos de outras peças semelhantes e, ainda, das inúmeras estruturas que configurariam pequenas oficinas, foram identificados centenas de objectos relacionados com actividades de carácter artesanal, de que são exemplos um molde em ardósia que moldava brincos (Gonçalves, Valério e Araújo, 2008) (anexo IV fig. 34); dezoito metápodos perfurados, muito provavelmente associados à indústria têxtil (Moreno-García, Pimenta e Gonçalves, 2006) (anexo IV fig. 35a) e, ainda relacionados com este ramo de actividade, exumaram-se inúmeros utensílios em osso, como torres de roca, cossoiros, fusaiolas, elementos de fuso, espichas, separadores de fios, placas de tecelagem, etc. (Gonçalves e Pereira, 2008) (anexo IV fig. 36). Também associadas à actividade metalúrgica se exumaram vinte e sete safras em osso para serrilhar foices, o maior conjunto proveniente de um único sítio arqueológico conhecido no *al-Andalus* (Moreno-García *et alii*, 2006) (anexo IV fig. 35b).

Todos estes testemunhos vêm confirmar a vocação artesanal e industrial desta zona ribeirinha de arrabalde islâmico, próxima de um curso de água, que lhe seria essencial e, suficientemente afastada dos núcleos residenciais dos grupos mais abastados.

Embora se considere que esta zona do arrabalde seria ocupada maioritariamente por actividades de carácter artesanal e industrial, não é de desprezar a ideia de que a sul do mesmo, muito próximo da margem do rio, se cultivassem os terrenos naturalmente irrigados, sendo credível que ali se situassem algumas hortas, eventualmente

trabalhadas pelos moradores do arrabalde. Os pequenos ossos que serviam para aguçar as serrilhas das foices, encontrados em enorme quantidade disseminados um pouco por toda a área da escavação, indiciam não só a actividade metalúrgica como permitem inferir sobre a exploração da terra. Aliás, a riqueza agrícola da região é por diversas vezes mencionada nas fontes históricas coevas. *Abu 'Abd Allah Muhammad b. Muzayn al-azdi* (séc. XI)⁹⁰ diz que Silves se *distingue pela abundância das suas uvas, dos figos, dos jujubes e das amêndoas. Os frutos secos vendem-se aqui durante todo o ano a dois dirams o quintal, os figos também a esse preço e as amêndoas a um diram a dezena. Face à cidade observa-se a montanha denominada Gabal al-ganna que não se pode comparar a qualquer outra planície ou montanha. A paisagem apela à contemplação, tanto dos campos cultivados de cereais ou de pastagens, produzindo-se ali grande quantidade de mel. Silves ultrapassa o conjunto de todas as outras cidades de al-Andalus pela abundância dos seus magníficos bens, pelos apetitosos frutos que possui, pelos produtos da caça e da pesca. Graças a isto ela adquiriu um notável prestígio e uma glória eminente* (Lagardère, 2000:49)⁹¹. Em *Edrisí* (Séc. XII), Silves é nomeada pelos seus jardins plantados de figueirais, exportando-se os seus figos para todos os países do ocidente, sendo estes, delicados, apetitosos e requintados (Coelho, 1989:66). Para *Ibn Galib* (séc.XII), *abundam em Silves todos os tipos de árvores de fruto e cereais de excelente qualidade. A cidade é muito próspera e as suas montanhas detêm extensas zonas de pastagem. Também para Abu-l-Hayr-al-Issilbi* (séc. XII) *a maçã branca e de grande calibre, se encontra em Silves tal como a pêra. Ainda para Al-Himyari* (séc. XIII) *a árvore que Silves possui em maior quantidade é a macieira que produz frutos notáveis* (Coelho, 1989:62).

⁹⁰ “Silat al Mugrib fi Ahbar al-Andalus wal Magrib”, citado em “Uma descrição anónima do al-Andalus”, ed. traduzida por Luís Molina, Madrid, 1983 I, pp.53-54, II, pp.59-60.

⁹¹ Por nós traduzido do francês.

A relevância dos moinhos descritos para as margens do Arade, referidos pelas fontes conforme já vimos, atesta, de igual modo, que a produção cerealífera seria bastante representativa na região.

Por outro lado, a existência do porto encarregar-se-ia de fomentar um comércio florescente, sendo via de acesso a lugares próximos, através da navegação de cabotagem, e também a locais distantes, em que as rotas do Mediterrâneo seriam as mais frequentadas. Testemunhos desse comércio surgiram de modo evidente no arqueossítio, materializados em cerâmicas de importação, eventualmente provenientes da zona de Kairouan (Gonçalves, 2007: no prelo). Trata-se de grandes taças de carácter ornamental, decoradas a “verde e manganês”, que até agora surgiram apenas nalgumas cidades portuárias, de que Pisa, Maiorca, Denia, Mértola e Silves são exemplos, sendo a colecção do arrabalde de Silves uma das mais significativas (anexo IV fig. 27a e 27b).

Para além do tipo de actividades económicas desenvolvidas pelas gentes do arrabalde, também os materiais arqueológicos nos poderão dar algumas indicações quanto à natureza sócio-económica de quem ali vivia. Apesar da pequena dimensão das duas casas melhor reconstituídas, é provável que o estatuto sócio-económico de quem ali habitava não fosse assim tão baixo. A observação geral da totalidade dos materiais cerâmicos exumados no local evidencia uma quantidade muito razoável de cerâmicas decoradas, algumas muito provavelmente importadas, o que pode levar a inferir que, ou o seu valor comercial não seria elevado ou a capacidade financeira dos habitantes do arrabalde seria suficiente para as adquirir. Se, por outro lado, analisarmos a arqueofauna presente, numa perspectiva de estabelecer uma relação entre a riqueza nutritiva das diferentes partes dos animais presentes e o *status* económico das populações, verificamos que há um equilíbrio evidente, mostrando que as diferentes partes dos animais são de igual modo consumidas, corroborando que no arrabalde havia poder de

compra para a aquisição, também, das melhores partes dos animais que entravam na dieta das populações (anexo VII tabela 3) (Gonçalves, 2006: 52).

Se nos debruçarmos sobre questões de índole religiosa, verificamos que não há uma só evidência quanto à existência de cristãos naquela zona do arrabalde, sendo vários os indícios de se tratar de uma população fortemente islamizada. Tendo ainda por base a análise dos animais presentes na dieta da população do arrabalde, verificamos que o consumo do porco doméstico se encontra absolutamente ausente. O estudo da arqueofauna proveniente da lixeira que se depositou no interior do canal ou fosso, num conjunto de cerca de 15 000 ossos, identificou apenas dois elementos pertencentes a *Sus* na sua variante selvagem (Davis, Gonçalves e Gabriel, 2007: no prelo). Por outro lado, a arquitectura de uma das casas, com acesso ao pátio por meio de saguão, a presença de duas omoplatas onde era inscrita a *basmala*, depositadas na vala de fundação de um grande edifício, e uma presença representativa de pias de abluções no conjunto cerâmico, concorrem para justificar a filiação religiosa das populações do arrabalde. Tal homogeneidade religiosa parece prevalecer nos períodos finais da dominação islâmica (Viguera Molins, cit. por Catarino, 1997-98:92) como corolário de séculos de presença e governação islâmica da Península. Esta constatação é reforçada pelo facto de Silves ter sido desde o início ocupada por percentagem representativa de *baladíes*. Esta ideia encontra-se repetidamente presente na grande maioria dos autores que se debruçaram sobre esta fase da história da presença islâmica no nosso território, e é bem patente nas fontes árabes, ao invocarem a pureza da língua, não só dos habitantes da cidade como dos que habitavam os campos próximos (Coelho, 1989:66).

Para além das questões económicas e sociais já referidas, parece-nos de mencionar o facto de as gentes do arrabalde dedicarem ao lazer parte do seu tempo, apesar dos jogos serem proibidos pela lei islâmica, como recorda *Ibn Abdun* no seu *Tratado de Hisba* no

concernente à prática dos jogos de azar, ao determinar que se *deve proibir jogar xadrez, “ tablas reales”, damas e flechas por serem jogos de azar, que são pecado e distraem do cumprimento dos deveres religiosos* (Levi-Provençal e García- Gomez, 1998: 161-162). Na área escavada exumámos mais de 300 marcas ou peças de jogo (anexo IV fig. 37a), a atestar a prática de jogos, que não pudemos identificar, porquanto, não obstante ser bastante representativa a quantidade de marcas de jogo, não encontrámos um único tabuleiro. É, no entanto, de supor que se destinariam a jogos do tipo *Jogo do Galo* (Macias, 1996:92), também conhecido como *Alquerque de Nove ou de Doze* (Carvalho e Faria, 2001:212), *Jogo do Moinho* (Catarino, 1998:173), ou *ric-rac* ou *cric-crac*, que se manteve em uso até à baixa Idade Média (Catarino, 1997-98:110) e cujas bases, em pedra ou cerâmica, se encontram bastante documentadas em sítios arqueológicos islâmicos, nomeadamente na Alcáçova de Silves (Gomes e Gomes, 2001:123)⁹². Curiosamente, no arrabalde, não obstante a generosa quantidade de marcas de jogo exumadas, não apareceu qualquer tabuleiro de jogo, o que nos faz admitir que o mesmo poderia ter lugar no pavimento do pátio, sobre o qual se podiam riscar as necessárias linhas. Foi ainda recolhida da área da escavação o que pode ter sido uma peça de tabuleiro de xadrez, atestando a prática de um jogo permitido nos círculos aristocráticos, sendo considerado complemento básico para a educação das elites (Corral, Aparício e García, cit. por Carvalho e Faria, 2001:213).

A representativa quantidade de miniaturas de formas cerâmicas, usuais no espaço doméstico da casa muçulmana, parece confirmar a sua utilização como brinquedos, tal como já foi evidenciado para a Alcáçova de Silves, Rua da Arrochela e pátio anexo ao Poço-Cisterna, em Silves, onde surgem também em quantidade e diversidade formal digna de menção (Gomes, 2003a:93-95; Gomes, 2004:103). Também neste espaço de

⁹² Susana Gómez-Martínez coloca a hipótese de algumas das designadas marcas de jogo poderem substituir moedas e efectuou comparações entre o seu diâmetro e o das moedas suas contemporâneas. Não chegou, porém, a conclusões definitivas a respeito do assunto (Gómez-Martínez, 2004:493).

arrabalde, a parte lúdica da vida das crianças ali residentes é documentada, revelando uma parte tão ínfima do que seria o seu dia-a-dia, ainda tão mal conhecido. São cerca de duas dezenas de pequenos recipientes, entre panelas, púcaros, jarros, bules e taças (anexo IV fig.37b), muito provavelmente ligadas ao imaginário feminino. Para além de uma função lúdica, poderiam ter, como defende Rosa Varela Gomes (2003a:101), também objectivos didácticos, servindo para iniciar as crianças do sexo feminino nas funções domésticas que lhe estavam naturalmente reservadas. Este tipo de objectos cerâmicos, que entendemos como brinquedos, não são do mesmo modo interpretados por outros. Há quem os considere exercícios de perícia por parte do oleiro (Malpica, 2003, cit. por Gómez-Martínez, 2004:427), ou quem defenda que são concebidos para integrarem uma espécie de mostruário ou catálogo, eventualmente associado à comercialização de objectos iguais de dimensão utilitária (*ibidem*).

6.5. O abandono do Arrabalde Oriental

No arqueossítio sobre o qual incide o nosso estudo, o abandono do arrabalde encontra-se bem patente no registo arqueológico. A partir do século XIII não encontramos evidências de construções, com excepção da grande conduta de águas pluviais que corta o topo conservado da muralha. Em torno ao século XV o local é completamente aterrado. Nesse aterro, cuja proveniência das terras não podemos, obviamente, adivinhar, encontram-se maioritariamente materiais cerâmicos de cronologia islâmica, em grande percentagem correspondentes ao final da dominação. Os materiais arqueológicos da baixa Idade Média são raros mas surgem em pequenos fragmentos, bem como alguns numismas com cunhagens ocorridas em torno ao século XV. Durante este século, o lado poente da área arqueologicamente intervencionada foi usado para enterramentos. No mesmo foram identificados ossos em conexão e outros dispersos.

Registaram-se restos de 6 adultos, 3 dos quais ainda jovens, e apenas 4 se encontravam em articulação e aparentemente inumados (anexo IV fig. 38). Os elementos ósseos que nos permitiram atingir o número mínimo de 6 indivíduos correspondem às quatro inumações mais dois crânios encontrados dispersos na zona envolvente.

As análises de radiocarbono realizadas sobre um dos indivíduos (Sac-1928, Bib-03/ind2), cujo resultado foi de 320+-100BP, calibrados a um sigma resultaram numa datação que se situa entre 1456 e 1654 cal AD, com uma probabilidade de 100% e, calibrados a 2 sigma com uma probabilidade de 84%, ofereceram uma datação centrada entre 1415 e 1696 (Stuiver e Reimer, 1993:215-230 e Stuiver *et alii*, 1998:1041-1083).

A cronologia obtida para este indivíduo data o estrato de aterro do arrabalde dos séculos XV-XVII, permitindo um numisma do reinado de D.Afonso V, encontrado no mesmo nível e com paralelos na Alcáçova de Silves (Gomes, 1988:78), afinar a cronologia de abandono do arrabalde no século XV.

A análise histórica deste conjunto levanta uma questão fundamental, que se prende com a circunstância dos enterramentos. A três dos indivíduos ali enterrados faltavam membros e um deles encontrava-se sepultado em decúbito ventral, estando ausente um membro inferior e outro superior. O estudo então efectuado, tendo em vista a explicação desta anormal deposição (Gonçalves e Santos, 2005), evidenciou outros enterramentos em igual posição no território português, atribuídos a pessoas consideradas marginais à sociedade, como os detentores de doenças contagiosas como a tuberculose ou a lepra. Há ainda relatos de tratamento diferenciado na morte a indivíduos acusados de bruxaria, para os impedir de ressuscitar, aos condenados à morte, prisioneiros, nos casos de suicídio e aos portadores de deficiências (*idem*:196).

Conhecidas que são hoje duas necrópoles em funcionamento na cidade durante os séculos XV-XVI, a existente em torno da Igreja da N. Sra. dos Mártires e a que envolvia

a Sé-Catedral, ambas já parcialmente escavadas, como referimos inicialmente, a existência de mais um núcleo de enterramentos no local a que temos vindo aludir só se explica se, de facto, o mesmo servisse para enterrar um grupo da população negativamente diferenciado. As características dos enterramentos impelem-nos a considerar tratar-se de um grupo altamente segregado pela comunidade, que pode também ter condicionado a construção naquela zona, o que só volta a acontecer com o advento da indústria corticeira no final do século XIX, inícios do século XX, quando o local volta a ser construído para albergar um armazém ou fábrica de cortiça.

De espaço densamente ocupado, durante os mais de 300 anos de prosperidade sob o domínio islâmico (anexo IV fig. 39), o arrabalde passa a espaço ermo. Tal evidência encontra-se ainda patente nos registos fotográficos de finais do século XIX (anexo IV fig. 40).

Conclusão

Desde há muito que a importância monumental da cidade de Silves despertou o interesse de historiadores e arabistas, que se dedicaram ao estudo das fontes históricas com ela relacionadas. Ainda que muito do seu passado tivesse, deste modo, vindo à luz do dia, tem sido a investigação arqueológica, em curso na cidade de modo sistemático desde há cerca de 25 anos, que mais tem contribuído para a reconstituição topográfica da cidade islâmica, bem como de aspectos inerentes ao quotidiano das populações que ali permaneceram durante mais de cinco séculos.

A reflexão sobre a conjuntura histórica existente antes da chegada dos primeiros contingentes muçulmanos, em face da escassez de vestígios pré-islâmicos e da descontextualização dos mais significativos, impõe-nos que apenas se admita cautelosamente a existência de um núcleo urbano, de reduzidas dimensões, antes da consolidação da cidade muçulmana. Esta implantou-se no topo de uma elevação de pouco mais de 50m de altura face ao nível do mar, na margem direita do rio Arade, configurando um estabelecimento de colina de acordo com a atribuição tipológica de Mazzolli-Guintard (2000:453). Trata-se da típica cidade tripartida, vertebrada em torno da Alcáçova, da Almedina ou cidade e dos seus Arrabaldes. Estes foram estabelecidos em momentos de crescimento populacional, motivado não só pelo desenvolvimento económico do território sob a dependência da cidade, mas também pelo avanço da reconquista cristã e pelo clima de instabilidade que se acentuava em determinados períodos. Desde muito cedo que um dos factores mais potenciadores do crescimento urbano terá sido a sua integração no comércio mediterrânico e atlântico. O carácter portuário da cidade, evidenciado nas fontes desde o séc. IX, terá sido um elemento estruturante do fenómeno urbano. De facto, a sua posição geo-estratégica, na embocadura do rio Arade, conferiu-lhe um papel não apenas de entreposto de acesso

aos mares, mas também de centro redistribuidor para o interior, através das vias terrestres existentes.

Da análise dos dados colhidos construíram-se hipóteses interpretativas sobre a evolução do sistema defensivo da cidade. A nosso ver, será de considerar a edificação da Alcáçova e de uma primeira cerca da Almedina em período califal, tendo estes elementos sido reforçados em período de autonomização do reino de Silves, altura em que a cidade conheceu grande desenvolvimento populacional e se espraiou pela zona sudeste da actual cidade, espaço que veio a ser fortificado.

Durante este primeiro período – califal/taifa – Silves contou, certamente, com a sua mesquita principal, dado que a sua existência era condição para um centro urbano poder ser considerado *madina*. A mesma localizar-se-ia, muito provavelmente, sob a actual Sé-Catedral, sendo provável que os banhos e os mercados se tivessem estabelecido nas suas imediações. Embora não se conheçam vestígios físicos, é hoje possível fazer algumas inferências, com base nas fontes históricas, podendo-se assinalar com algum grau de confiança a localização dos banhos e o espaço onde pulularam as tendas dos comerciantes.

As fontes históricas referem-se diversas vezes ao porto e aos de estaleiros de construção naval. Ainda que não se tivesse detectado até à presente data quaisquer vestígios, parece-nos plausível que estes equipamentos tivessem lugar na zona sudoeste da cidade, muito provavelmente já nas proximidades do Cerro da Rocha Branca, local com ocupação desde o Bronze Final e função portuária confirmada desde a Idade do Ferro até, pelo menos ao período Tardo-romano.

De importância primordial a um qualquer aglomerado urbano é a existência de formas de abastecimento de água. Em Silves as fontes históricas e as evidências físicas apontam para a coexistência de vários sistemas. Para além da recolha da água das

chuvas em cisternas, particulares ou públicas, e da escavação de poços, há notícia pelas fontes históricas da existência de uma couraça que protegia um canal de água, ou que a transportava até à cidade alta. O registo arqueológico evidenciou agora também um sistema hidráulico que encanava água de uma nascente ou, mais provavelmente, a captava dos níveis freáticos.

Se até há muito pouco tempo apenas conjecturávamos sobre a existência de uma necrópole islâmica na zona sudeste da cidade – extrapolações efectuadas através de fontes históricas, uma lápide funerária e alguns testemunhos pessoais – temos agora provas irrefutáveis da existência de mais dois espaços sepulcrais. Uma grande necrópole, com provável fundação no século X, foi parcialmente escavada junto à portas da Almedina e da desaparecida “ Porta de Arco em Ferradura”, o que vem reforçar a ideia da existência de uma muralha a circundar a cidade já na época em que esta última perviveu. Outra necrópole, aparentemente de menor dimensão, foi também identificada na zona de acesso à porta da Alcáçova, parecendo tratar-se, pela cronologia de alguns materiais cerâmicos associados, de uma necrópole efémera e imposta por uma conjuntura de cerco, que impediu o acesso aos espaços cemiteriais localizados fora de portas.

O conhecimento geral da *Xilb* islâmica ganhou novos e importantes dados com a identificação de um dos espaços de arrabalde, localizado na parte oriental da actual cidade, tendo para tal contribuído de modo importante as intervenções arqueológicas ocorridas na área onde se construiu a nova biblioteca; também numa zona, de dimensão considerável, intervencionada no âmbito da construção de dois novos edifícios de habitação na Rua Cândido dos Reis; igualmente sob o Teatro Mascarenhas Gregório; e na sequência da construção do “Empreendimento do Castelo”. Ao todo são cerca de 4000m² de escavações, ocorridas em quatro áreas distintas, que ajudaram a delimitar o

espaço ocupado por este arrabalde e a conhecer um pouco do que era o quotidiano de quem lá vivia. Pode-se assim considerar, através de uma amostragem algo representativa, que este espaço de arrabalde se encontra já bastante bem caracterizado nos aspectos habitacionais e quanto à especificidade do seu carácter funcional. Parece-nos que o mesmo teria uma vocação artesanal e industrial, pelo menos na sua zona mais central. O crescimento populacional ocorrido em período Almóada terá sido, porém, responsável pela génese de outro arrabalde, na zona mais fronteira à actual cidade, bem como pela construção de um bairro de raiz no seu extremo este que, muito provavelmente, albergaria uma população maioritariamente dedicada à actividade agrícola.

A parte do arrabalde sobre o qual se debruçou o nosso estudo permitiu importantes inferências quanto ao modo como a cidade evoluiu. Para além da sua existência ser por si só um dado evocativo de um acentuado crescimento populacional em período califal/taifa, há outros elementos que atestam essa realidade. De tal é exemplo a plausível construção de uma grande mesquita, testemunhada pela presença do alicerce do hipotético minarete. O reforço da torre e a construção de um eventual fosso/barbacã demarcam bem a necessidade crescente de ser mantido um sistema defensivo forte e eficaz. Por seu turno, a construção de um sofisticado sistema de abastecimento de água mostra a capacidade financeira de um governo forte e centralizador, capaz de planear e empreender obras públicas de monta. São elementos situados no arrabalde mas que extravasam a história da sua evolução para se imiscuírem na história da cidade.

As estruturas mais comuns, de tipo habitacional, encontravam-se muito afectadas pelo fenómeno urbano, sobretudo pela dinâmica operada sobre o local a partir do séc. XIX. Destas, apenas se reconstituíram planimetricamente dois conjuntos articulados que configuraram casas em tudo semelhantes aos esquemas construtivos e organizativos

habituais nas casas muçulmanas. A sua pequena dimensão evidencia bem o carácter da sua implantação – em espaço exterior ao próprio arrabalde – e a necessária relação da ocupação desta zona com o estatuto sócio-económico dos seus habitantes. Porém, a existência de arruamentos associados às casas mais tardias coloca em dúvida o carácter peri-urbano desta área. Também o cuidado construtivo colocado na casa mais antiga poderá sustentar a ideia de que os seus proprietários poderiam deter algum poder económico, embora naquela fase inicial o carácter periférico deste espaço seja um dado adquirido.

As estruturas integradas no grupo das que se associavam a processos produtivos, como os tanques e o hipotético forno de fundição, levantam questões de funcionalidade que não conseguimos ultrapassar. Os primeiros terão necessariamente de ter uma resposta na etnografia, o que nos conduz à obrigação moral de continuar a perscrutar essa área do conhecimento. O segundo, por se encontrar representado apenas tão diminutamente, deixar-nos-á com a certeza da sua ligação a um processo metalúrgico, mas dificilmente permitirá outras inferências.

Para se entender a dinâmica de ocupação do espaço foi de capital importância a leitura da sequência estratigráfica dos vários contextos e das estruturas arqueológicas a si associadas. Ainda que não fosse o fulcro do nosso estudo, não podemos deixar de observar, de forma muito superficial, os materiais cerâmicos que lhe estavam associados, na tentativa de integrar cronológico-culturalmente os vários momentos identificados. Apesar da maioria dos contextos ser de reduzida fiabilidade, porque se tratava maioritariamente de contextos de aterro, nivelamento de superfícies, lixeiras, enchimento de estruturas negativas, etc., os conjuntos cerâmicos mostravam uma certa homogeneidade no tocante a pastas, formas e recursos decorativos. Este aspecto motivou-nos a encarar a hipótese de aprofundar no futuro o estudo destes materiais, na tentativa

de confirmar a sensação que nos ficou de que os tempos de pervivência de algumas formas/soluções decorativas são mais amplos do que aqueles que muitas vezes se lhes atribuem. A similitude do tipo de pastas e a recorrência a determinadas soluções decorativas sugerem produções locais com larga diacronia, ainda que até ao presente se não tivessem identificado na cidade fornos cerâmicos ou outras estruturas ou materiais associados a este processo produtivo. Curiosamente, a pintura na cor negra, considerada rara e de importação nalguns locais relevantes, como na cidade de Lisboa (Bugalhão e Gómez-Martínez, 2005:258; Bugalhão, Gomes e Sousa, 2007:335), surge aqui tão representada quanto a pintura vermelha, e sobre o mesmo tipo de pastas de tonalidade rosada. Parece, assim, confirmar-se que a perdurabilidade e as variações regionais são uma premissa a não descurar quando se fala de produção cerâmica em contextos islâmicos, o que a transforma num elemento de datação algo falível.

Esta observação dos materiais cerâmicos, associados a alguns dos contextos, ainda que muito superficial, leva-nos a balizar a ocupação deste espaço de arrabalde entre os séculos X e XIII, altura a partir da qual não se identificam estruturas, com excepção para a edificação de uma grande canalização que corta a muralha, de provável cronologia moderna. A existência de diferentes fases de ocupação foi uma evidência que as relações estratigráficas nos permitiram inferir. O enquadramento de algumas construções em determinados períodos foi, nalguns casos, auxiliado pelo conhecimento do percurso histórico da cidade. No entanto, subsistem dúvidas quanto à integração cronológico-cultural de algumas edificações, sobretudo quando as cerâmicas associadas não permitiram uma resposta clara. O momento fundacional do sistema hidráulico é o que nos provoca maiores incertezas pois, se por um lado aquele tipo de sistemas se impõe um pouco por todo o *al-Andalus* durante o período de dominação Almorávida, por outro, a sua construção em Silves poderia fazer mais sentido em período Almóada,

altura em que na cidade se implementam grandes obras públicas. Neste caso concreto, infelizmente, não foram só as cerâmicas que não trouxeram respostas, também a arqueofauna que se recolheu dos contextos associados foi tão escassa que nem sequer permitiu a realização de análises de radiocarbono.

Ainda que de modo parcelar, a leitura dos vestígios arqueológicos exumados no arqueossítio sobre o qual incide o nosso estudo possibilitou também algumas inferências sobre as populações que viviam no arrabalde e sobre o seu quotidiano. Tratava-se de uma população fortemente islamizada, que não comia carne de porco mas detinha uma alimentação variada, consumindo não só diversas espécies mamalógicas (vaca, cabra, ovelha, veado, coelho, lebre, galinha, perdiz, faisão, etc.- tabela 5), como moluscos (sobretudo amêijoa, berbigão e ostras – tabela 6) e peixes (onde as douradas se encontravam bem representadas), capturados no rio ou no mar tão próximos. Esta população, apesar de habitar uma zona periférica da cidade, teria algum poder de compra. Talvez o facto de se dedicarem fundamentalmente a actividades de carácter artesanal ou industrial tenha sido, mais do que a condição económica, o factor mais determinante na hora de escolher a localização das suas habitações.

Chegados ao período moderno, constatamos no local a existência de alguns enterramentos, talvez de um sector da população aparentemente marginal, atestando a má frequência e provável abandono do lugar.

Ainda que significativo, o conhecimento do arrabalde oriental é ainda parcelar sendo da maior importância acrescentar informação aos dados já coligidos, através da continuação da investigação da área em questão.

Fontes e Cartografia

Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais nº 51 (1948) “ O Castelo de Silves”, Lisboa.

Carta Geológica da Região do Algarve, Escala 1:100 000, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa, 1992.

Carta Militar, Escala 1:25 000, Folha n.º 595, Serviço Cartográfico do Exército, edição 2 – S.C.E.P, 1979.

Carta de Silves, Escala 1:2 000, Câmara Municipal de Silves.

Panorama. Jornal Literário e Instrutivo, 2ª série, vol. II, n.º 27, Julho, I, 1842.

Bibliografia

AAVV. (2002) - *De Scallabis a Santarém* – Catálogo de Exposição, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

AAVV. (2003) - *Tavira Território e Poder* – Catálogo de Exposição, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

Acién Almansa, Manuel (2001) - Del estado califal a los estados taifas. La cultura material, in *V Congreso de Arqueologia Medieval Española 1999* – Vol. II, Junta de Castilla y Leon - Consejería de Educación y Cultura, Valladolid, pp.493-513.

Acién Almansa, Manuel (2002) - De nuevo sobre la fortificación del emirato, in *Actas do Simpósio Internacional Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, Lisboa, pp.59-75.

Acién Almansa, Manuel; Cressier, Patrice; Erbatí, Larbi; Oicon, Maurice (1999) - La cerâmica a mano de Nakur (ss. IX-X). Producción Bereber Medieval, in *Arqueología y Territorio Medieval*, nº 6, Universidad de Jaén, pp.45-69.

Aguilar, Victoria; Marín, Manuela (1995) - Las Mujeres en el espacio urbano de al-Andalus, in *Casas y Palacios de al-Andalus - siglos XII-XIII*, El Legado andalusi - Lunwerg Editores S.A., Barcelona/Madrid, pp.39-44.

Alarcão, Jorge de (2004) - *Introdução ao Estudo da Tecnologia Romana*, Gráfica de Coimbra, Lda., Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Alarcão, Jorge (2005) - Notas de Arqueologia, epigrafia e toponímia – III, *Revista Portuguesa de arqueologia*, volume 8, nº 2, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp. 293-311.

Alba Calzado, Miguel; Feijoo, Santiago (2001) - Cerámica emiral de Mérida, in *in Gharb – Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa, pp.329-375.

Alba Calzado, Miguel; Feijoo, Santiago (2006) - Defensas urbanas de la Mérida islâmica, in *Actas do Seminário Internacional Al-Andalus Espaço de Mudança. Balanço de 25 anos de História e Arqueologia Medievais. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen* (Mértola 16, 17 e 18 de Maio de 2005), Campo Arqueológico de Mértola, pp. 101-110.

Almagro, António (1987) - Planimetria de las ciudades Hispanomusulmanas, in *Al-Qântara, Revista de Estudios Árabes* – vol.VIII, Consejo Superior de Investigaciones Científicas – Instituto de Filología - Departamento de Estudios Árabes, Madrid, pp. 421-448.

Almagro Gorbea, Antonio (1987) - El sistema defensivo de Albarracín, in *Actas II Congreso de Arqueologia Medieval Española*, Madrid, pp. 72-84.

Alves, Adalberto (1996) - *Al-Mu'tamid – Poeta do Destino*, Assírio e Alvim, Lisboa.

Alves, Adalberto (2001) - *As Sandálias do Mestre – em torno do sufismo de Ibn Qasí nos começos de Portugal*, Hugin, Lisboa.

Alves, Adalberto (2002) - As Sandálias do Mestre, *in Xarajib 2*, Centro de Estudos Luso-Árabes de Silves, pp.81-84.

Alves, Adalberto; Hadjadji, Hamdane (2000) - *Ibn Ammar Al- Andalusí – o Drama de um Poeta*, Assírio e Alvim, Lisboa.

Alves, Alice Nogueira, Carlos Boal (no prelo) - Consolidação de Estruturas Arqueológicas na Cave da Biblioteca Municipal de Silves – A coexistência entre a Arqueologia e a Arquitectura Moderna, *in II Simpósio de Conservação e Intervenção em Sítios Arqueológicos e Monumentos Históricos*, Universidade Portucalense, Outubro 2007.

Amaro, Clementino, (1998) - Arqueologia Islâmica em Lisboa: um percurso possível, *in Portugal Islâmico, os últimos sinais do Mediterrâneo*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 61-71.

Argemi Relat, Mercê; Barceló, Miquel; Cressier, Patrice; Kirchner, Helena; Navarro, Carmen, (1995) - Glosario de Términos Hidráulicos, *in El Agua en la Agricultura de Al-Andalus*, Lunweg Editores S.A., Barcelona, pp.163-185.

Arias e Haro, Francisco; Alcalá Lirio, Francisca; Barba Colmenero, Vicente, Navarro Pérez Mercedes (2004) - El foso defensivo de fortificación de la ciudad medieval de Jaén. Excavacion arqueológica en el solar de la Calle Millán de Priego nº59, *Arqueologia y Territorio Medieval 11.2*, Universidad de Jáen, pp.125-132.

Arruda, Ana Margarida (2000) - O Comércio Fenício no território actualmente português, *in Intercambio y comercio Preclassico en el Mediterrâneo*, CEFYP, Madrid, pp. 59-77.

Arruda, Ana Margarida (2007) - A Idade do Ferro no Algarve: velhos dados (e outros mais recentes) e novas histórias, *in Actas do 4º Encontro de Arqueologia do Algarve*

(*Silves*, 24 e 25 de Novembro de 2006), Xelb 7, Câmara Municipal de Silves, pp.115-130.

Ávila, Maria Luisa (1995) - La estructura de la familia en Al-Andalus, in *Casas y Palacios de Al-Andalus - siglos XII-XIII*, El Legado Andalusi - Lunwerg Editores, Barcelona/Madrid, pp. 33-37.

Barceló; Miquel; Carbonero, Maria Antonia (1986) - Topografia e Tipologia dels Qanat(s) de l'Illa de Mallorca, in *Actas do I Congreso de Arqueologia Medieval Espanhola*, Huesca 17, 18, 19 de Abril de 1985, Disputación General de Aragón . Departamento de Cultura y Educación, Zaragoza, pp. 599-615.

Barceló; Miquel; Kirchner, Helena; Navarro, Cármen (1986) - *El agua que no duerme. Fundamentos de la arqueología hidráulica andalusí*; El Legado Andalusi, Granada.

Bazzana, André (1990) - Maisons rurales du Shark al-Andalus. Essai de typologie, in *La Casa Hispanomusulmana. Aportaciones de la Arqueología*, Patronato de la Allambra y Generalife, Granada, pp. 247-267.

Bazzana, André (1992) - *Maisons d'Al-Andalus. Habitat Medieval er Structures du Pleublement dans L'Espagne Orientale*, 2 vols., Casa de Velasquez, Madrid.

Bazzana, André (1995) - Urbanismo e Hidraulica (urbana y doméstica) en la ciudad almohade de Saltés (Huelva), in *Exposição Casas y Palacios de al-Andalus - siglos XII-XIII*, El Legado andalusi - Lunwerg Editores S.A., Barcelona/Madrid, pp 139-156.

Beltran Pinzon, J.M.; Gomez-Toscano, F. (2005) - Urbanismo y Arquitectura doméstica Almóades en el sector murallas del desembarcadero de Niebla (Huelva, España), in *Arqueologia Medieval*, nº 9, Edições Afrontamento, Porto, pp.83-97.

Benabat Hierro, Yolanda; Perez Macias, Juan Aurélio (2003) - Apunte sobre el ajuar cerámico del siglo XII en Niebla, in *Arqueología Medieval* 8, Edições Afrontamento, Porto, pp. 119-127.

Bermudez Lopez, Jesus (1990) - Contribucion al estudio de las construcciones domesticas de la Allambra: nuevas perspectivas, in *La Casa Hispanomusulmana. Aportaciones de la Arqueologia*, Patronato de la Allambra y Generalife, Granada, pp. 341-354.

Berti, Graziella; Mannoni, Tiziano (1991) - Ceramiche Medievali del Mediterraneo Occidentale: considerazione su alcune caratteristiche tecniche, in *Actas do IV Congresso Internacional – A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental, Lisboa 16-22 de Novembro de 1987*, Lisboa, Campo Arqueológico de Mértola, pp.163-173.

Berti, Graziella; Manonni Tiziano (1995) - Céramiques de L’Andalousie décorées en “verde y manganeso” parmi les “Bacini” de Pise de la fin du Xe siècle, in *Actes du VIe. Congrès de La Céramique Médiévale en Méditerranée, Aix-en-Provence 13-18 Novembre 1995*, Narration Éditions, pp.435-437.

Berti, Graziella; García Porras, Alberto (2006) - A propósito de “Una necesaria revisión de las cerámicas andalusíes halladas en Italia”, in *Arqueología y Territorio Medieval* nº13.1, Universidad de Jaén, pp.155-195.

Bertrand, Maryelle; Cressier, Patrice (1986) - Antiguos sistemas de irrigación en el valle del Andarax (Almeria), in *Actas do I Congreso de Arqueologia Medieval Española*, (Huesca 17, 18, 19 de Abril de 1985), Zaragoza, pp.569-583.

Betrán Abadía, Ramón (2006) - Planeamiento y Geometria en la Ciudad Medieval Aragonesa, in *Arqueologia y Território Medieval* 12.2, Universidade de Jaén, pp. 75-146.

Blot, Maria Luísa (2005) - Problemáticas da Arqueologia Náutica e Portuária no Quadro do Estudo de Portos Antigos e Medievais em Portugal, *Arqueologia Medieval* 9, Edições Afrontamento, pp. 207-220.

- Boone**, James L. (1993) - The Third Season os excavations at Alcaria Longa, *Arqueologia Medieval* 2, Edições Afrontamento, Porto, pp.111-125.
- Bonnet**, Charles (1848) - Memoire sur le royaume de l'Algarve, in *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, 2ª série, t. II, Parte II, Lisboa.
- Borges**; A. Goulard de Melo (1992) - Ibn Qasí, Rei de Mértola e Mahdí Luso-muçulmano, *Arqueologia Medieval* 1, Edições Afrontamento, Porto, pp.209-215.
- Borges**; A. Goulard de Melo (1998) - Epigrafia árabe no Gharb, in *Portugal islâmico, os últimos sinais do Mediterrâneo*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.
- Botão**, Maria de Fátima (1992) *Silves, A Capital de um Reino Medieval*, Câmara Municipal de Silves.
- Bugalhão**, Jacinta; Folgado, Deolinda (2001) - O Arrabalde Ocidental da Lisboa Islâmica: Urbanismo e Produção Oleira, in *Actas do Colóquio Lisboa, Encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos, 850º Aniversário da Reconquista de Lisboa*, *Arqueologia Medieval* 7, Edições Afrontamento, Porto, pp.111-145.
- Bugalhão**, Jacinta; Gómez-Martínez, Susana (2005) - Lisboa, uma cidade do Mediterrâneo islâmico, in *Actas dos Seminários – Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, (Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003 e Porto, 4 e 5 de Abril de 2003), Câmara Municipal de Palmela/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.237-262.
- Bugalhão**, Jacinta; Gomes, Sofia; Sousa, Maria João (2007) - Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental da Lisboa islâmica (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Mandarim Chinês), *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 10, nº 1, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp. 317-343.

Calado, Marco; Leitão, Vasco (2005) - A ocupação islâmica na encosta de Sant'ana (Lisboa), in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol 8, nº2, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp.459-470.

Calero Secall, Maria Isabel (2000) - Algunas fetuas sobre la duplicidad de aljamas andalusias, in *L'urbanisme dans l'Occident musulman au Moyen Age. Aspects juridiques*, Casa de Velásquez, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, pp.125-140.

Calero Secall, Maria Isabel; Martinez Enamorado, Vergílio (1995) - La arquitectura residencial de la Málaga Almohade, in *Casas y Palacios de al-Andalus - siglos XII-XIII*, El Legado andalusi - Lunwerg Editores S.A., Barcelona/Madrid, pp.157-164.

Candón, Alicia; Gomez, Susana; Macías, Santiago; Rafael, Ligia (2001) - Mértola en torno al año mil, in *V Congreso de Arqueologia Medieval Española - Vol. II*, Valladolid, pp. 559-567.

Cara Barrionuevo, Lorenzo; Rodriguez López; Juana Maria (1987) - Abastecimiento de água a Marchena (Huécija y Terque, Almeria), in *Actas II Congreso de Arqueologia Medieval Española*, Madrid, pp. 519-528.

Cara Barrionuevo, Lourenzo (2005) - Ciudades Portuarias, Alquilerías y Comercio en el Sudeste Peninsular. El ejemplo de Almeria en la Edad Media, *Arqueologia Medieval 9*, Edições Afrontamento, Porto, pp. 125-137.

Cara Barrionuevo, Lorenzo (2006) - *La Alcazaba de Almería - Un Monumento para la História de una Ciudad*, Instituto de Estudios Almerienses, Diputación de Almería.

Carmona González, Alfonso (2000) - La expropiación forzosa por ampliación de mezquita en tres fetuas medievales, in *L'urbanisme dans l'Occident musulman au Moyen Age. Aspects juridiques*, Casa de Velásquez, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, pp.141-151.

Carvalho, António Rafael; Faria, João Carlos (2001) - Fragmento de um Tabuleiro de Jogo de “Alquerque de Nove” proveniente do Castelo de Alcácer do Sal, in *Actas do Colóquio Lisboa, Encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos, 850º Aniversário da Reconquista de Lisboa*, Arqueologia Medieval 7, Edições Afrontamento, Porto, pp. 211-215.

Carvalho, António Rafael; Faria, João Carlos; Ferreira, Marisol Aires (2004) - *Alcácer do Sal Islâmica. Arqueologia e História de uma Medina do Gharb al-Andalus (séculos VIII- XIII)*, Câmara Municipal de Alcácer do Sal/Museu Municipal Pedro Nunes.

Casimiro, Tânia; Vieira, Ana Isabel; Chanoca, Cristina; (2008) - Silves Polis 2004-2006: alguns dados para a história da cidade, in *Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 25 a 27 de Outubro de 2007)*, Câmara Municipal de Silves, pp. 243-254.

Castillo Armenteros, José Luis; Cano Carrillo, Juana (2004) - La muralla Norte, in *Arqueologia y Territorio Medieval 11.2*, Monografico Las Murallas de Jaén, Universidad de Jaén, pp.23-54.

Castillo Galdeano, Francisco; Martinez Madrid, Rafael (1990) - La vivienda hispanomusulmana en Bayyana-Pechina (Almeria), in *La Casa Hispanomusulmana. Aportaciones de la Arqueología*, Patronato de la Alhambra y Generalife, Granada, pp. 111-127.

Castillo Galdeano; Francisco; Martinez Madrid; Rafael; Acién Almansa, Manuel (1987) - Urbanismo e industria en Bayyana. Pechina (Almeria), in *Actas II Congreso de Arqueologia Medieval Española*, Vol. II :Comunicaciones, Madrid, pp.539-548.

Catarino, Helena (1997-98) - O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados, in *al-Ulya, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, nº6, 3 volumes, Câmara Municipal de Loulé.

Catarino, Helena (1998) - Fortificações da Serra Algarvia, in *Portugal Islâmico, os últimos sinais do mediterrâneo*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp.207-218.

Catarino, Helena (1999) - Cerâmicas Omíadas do Garb al-Andalus: Resultados Arqueológicos no Castelo Velho de Alcoutim e no Castelo das Relíquias (Alcoutim), in *Arqueologia y Territorio Medieval*, 6 - Actas del Colóquio La Cerámica Andalusí. 20 años de Investigación, Universidad de Jaén, pp.113-132.

Catarino, Helena (2001) - Castelos y território do Algarve em vésperas da Reconquista: fortificação de Salir no alfoz de Loulé, in *V Congreso de Arqueologia Medieval Española - Vol. II, Junta de Castilla y Leon - Consejería de Educación y Cultura*, Valladolid, pp.693-705.

Catarino, Helena (2002) - Castelos e Território Omíada na Kura de Ocsonoba, in *Actas do Simpósio Internacional Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, Lisboa, pp.29-44.

Catarino, Helena (2002a) - Fortificações do Período Islâmico e a Defesa Marítima e Fluvial no Algarve Oriental, in *O Mediterrâneo Ocidental: identidade e fronteira*, Ed. Colibri, Lisboa, pp.119-141.

Cheikha, Jomâa (2002) - Silves (Shilb) ao longo da história segundo as fontes árabes, in *Xarajîb 2*, Centro de Estudos Luso-Árabes de Silves, pp.41-50.

Coelho, António Borges (1989) - *Portugal na Espanha Árabe*, 2 volumes, Editorial Caminho, Lisboa.

Colmenero, Vicente; Alcalá Lirio, Francisca; Arias de Haro, Francisco; Navarro Perez, Mercedes; Herranz Sánchez, Ana Belén (2004) - Nuevos datos para el estudio del sistema de fortificación medieval de la ciudad de Jaen. Intervención arqueológica en la Puerta de Martos, in *Arqueologia y Territorio Medieval 11.2*, Universidad de Jaén, pp.77-91.

Correia, Virgílio Hipólito (2004) - Moeda, Epigrafia e Identidade Cultural no Ocidente Peninsular Pré-Romano, in *Actas del III Encuentro Peninsular de Numismática Antigua Osuna (Sevilha) Febrero-Marzo 2003*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Universidad de Sevilla/Fundación el Monte, pp.267-290.

Correia, Fernando Branco (1998) - Fortificações Islâmicas do Gharb, in *Portugal Islâmico, os últimos sinais do Mediterrâneo*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 193-206.

Correia, Fernando Branco (2002) - O sistema defensivo da Elvas Islâmica, in *Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, Lisboa, pp. 357-367.

Correia, Fernando Branco (2002a) - Fortificações Urbanas de Época Islâmica no Algarve, in *Património Islâmico dos Centros Urbanos do Algarve. Contributos para o Futuro*, Comissão de Coordenação da Região do Algarve, pp.81-90.

Cressier, Patrice (2006) - Quelques observations sur une question controversée: la diffusion des galeries drainantes (hattara-s) au Maroc pré-saharien, in *Actas do Seminário Internacional Al -Andalus Espaço de Mudança. Balanço de 25 anos de História e Arqueologia Medievais. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*, (Mértola 16, 17 e 18 de Maio de 2005), Campo Arqueológico de Mértola, pp. 181-188.

Cunha, António Santinho; Gomes, Rosa Varela; Gomes, Mário Varela; Moura, M^a da Graça (1996) - A sepultura I da necrópole da Sé de Silves (Algarve, Portugal). Ritual e patologias, in *Actas del II Congreso Nacional e Paleopatología*, vol.I, Valência, pp. 117-182.

Custódio, Jorge (2002) - As fortificações de Santarém, in *Actas do Simpósio Internacional Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, pp.405-422.

Davis, Simon; Gonçalves, Maria José; Gabriel, Sónia (no prelo) - Animal remains from an Almohad *lixreira* (garbage dump) in Silves, Algarve, Portugal – 6th century AH/ 12th century, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.

Déléry, Claire (2003) - Perspectives méthodologiques concernant l'étude de la céramique de *cuenda seca* en al-Andalus (IX^o-XIV^os): d'un objet archéologique à un objet historique, *Arqueologia Medieval* 8, Edições Afrontamento, Porto, pp. 193-236.

Daoulatli, A. (1979) - *Poteries et Céramiques Tunisiennes*, Institut National d'Archeologie et d'Art, Tunes.

Daoulatli, A. (1995) - La production vert et brun en Tunisie du IX^e au XII^e siècle – Étude historique et stylistique, in *Le Vert et le Brun, de Kairouan à Avignon, céramiques du Xe au XVe siècle, Catalogue de Exposition à Marseille*, pp.69-90.

D'Encarnação, José (1984) - *Inscrições Romanas do Conventus Pacencis*, Instituto Português de Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

D'Encarnação, José (2003) - Sobre a Epigrafia Romana do Algarve, in *Actas do 1º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 27, 28 e 29 de Setembro de 2001)*, *Xelb* 4, Câmara Municipal de Silves, pp. 151-160.

Domingues, J. D. Garcia (1945) - *História Luso-Árabe, Episódios e Figuras Meridionais*, Prodomo, Lisboa.

Domingues, J.D. Garcia (1957) - Novos aspectos da Silves Árábica, in *Gil Vicente*, vol.VIII, 2^a série, Guimarães.

Domingues, J. D. Garcia (2002) - *Silves – Guia Turístico da Cidade e do Concelho*, Câmara Municipal de Silves, Silves.

Dominguez Bedmar, Manuel; Espinar Moreno, Manuel (1991) - Catalogación Preliminar de estampillas almerienses, in *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, pp.593-599.

Epalza, Mikel de (1985) - Estudio del texto de al-Edrisi sobre Alicante, in *Sharq al-Andalus - Estudios Arabes* nº2, Universidad de Alicante pp.215-231.

Epalza, Mikel de (1991) - Espacios y sus funciones en la ciudad árabe, in *La Ciudad Islámica – Ponencias y Comunicaciones*, Simpósio Internacional sobre la ciudad islámica, Institución Fernando el Católico, Zaragoza, pp. 9-30.

Faria, António Marques (1997) - Moedas da Época Romana Cunhadas no Actual Território Algarvio, in *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*, Ministério da Cultura; IPPAR, Lisboa, pp.361-371.

Fernandes, Hermenegildo (2002) - Em Torno de Santarin: Posição e Funções, in *Catálogo de Exposição de “Sacallabis” a Santarém*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 47-59.

Fernandes, Isabel Cristina Ferreira (1997) - Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Palmela in *La ceramique medieval en Mediterranée – Actes du VIème Congres de La AIECM2*, Aix-en-Provence 13-18 Novembre de 1995, pp.327-335.

Fernandes, Isabel Cristina Ferreira (2001) - A Península de Setúbal em Época Islâmica, *Arqueologia Medieval* 7, Edições Afrontamento, Porto, pp.185-196.

Fernandes, Isabel Cristina Ferreira (2004) - *O castelo de Palmela do islâmico ao cristão*, Edições Colibri, Câmara Municipal de Palmela.

Fernandes, Isabel Cristina Ferreira (2006) - Uma forja islâmica em Palmela, in *Actas do Seminário Internacional Al-Andalus Espaço de Mudança. Balanço de 25 anos de*

História e Arqueologia Medievais. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen, (Mértola 16, 17 e 18 de Maio de 2005), Campo Arqueológico de Mértola, pp.171-180.

Fernández-Puertas, Antonio (1995) - La casa Nazarí en la Alhambra, in *Exposição Casas y Palacios de al-Andalus - siglos XII-XIII*, El Legado andalusi - Lunwerg Editores S.A. Barcelona/Madrid, pp. 269-286.

Fernández-Ugalde, Antonio (1994) - El fenómeno del relleno de silos y la implantación del feudalismo em Madrid y en el reino de Toledo, in *IV Congreso de Arqueologia Medieval Española, Sociedades en Transición*, Actes I – Ponencias (Alicante 4-9 de Octubre 1993), Asociación Española de Arqueologia Medieval, Diputación Provincial, Alicante, pp. 611-617.

Fernández-Ugalde, Antonio (1997) - !Que Dios nos conserve el grano! Una interpretación de los omoplatas com inscripción árabe procedentes de yacimientos medievales, *AQ.XVIII*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, pp. 271-291.

Ferreira, Sónia Duarte; Estrela, Carla Lemos; Paulo, Luís Campos; Silva, Telmo (2008) - Intervenção Arqueológica na Rua Cândido dos Reis: novos dados sobre o urbanismo islâmico da cidade de Silves, in *Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 25 a 27 de Outubro de 2007)*, Câmara Municipal de Silves, pp.131.138.

Flores Escobosa, Isabel; Muñoz Martín, Maria del Mar; Lirola Delgado, Jorge (1999) - Las Producciones de un alfar islámico en Almería, in *Arqueologia y Território Medieval*, 6 Actas del Colóquio La Cerámica Andalusí. 20 años de Investigación, Universidade de Jaen, pp. 207-240.

Fuertes Santos; Maria del Camino (2000) - Aproximación al Urbanismo y la arquitectura doméstica de época califal del Yacimiento de Cercadilla, *Arqueología y Território Medieval* 9, Universidade de Jaén, pp.106-126.

Fuertes Santos; Maria del Camino (2002) - *La cerámica califal del yacimiento de Cercadilla, Córdoba*, Arqueologia Monografias, Junta de la Andalucía. Consejería de Cultura.

Galve Izquierdo, Pilar; Benavente Serrano, José A. (1992) - La necrópolis islámica de la Puerta de Toledo de Zaragoza, in *Actas do III Congreso de Arqueologia Medieval Española. Oviedo, 27 Marzo - 1 Abril 1989*, Vol. I pp.383-390.

Gamito, Teresa Júdice, Lensch, G.; Marschall, K.; Oliveira, Luís; Veiga, I. Alte (1997) - A Sé de Silves: A memória da pedra, *Arqueologia Medieval 5*, Edições Afrontamento, Porto, pp. 277-293.

Gamito, Teresa Júdice (2001) - A água, recurso inestimável – formas de armazenamento e utilização em época islâmica, in *Homenagem ao Prof. Manuel Gomes Guerreiro*, Universidade do Algarve, Faro, pp. 165-178.

Gamito, Teresa Júdice (2003) - A cisterna árabe da Rua do Castelo – Silves, in *Xelb 4 – Actas do 1º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 27, 28 e 29 de Setembro de 2001)*, Câmara Municipal de Silves, pp.235-246.

Gamito, Teresa Júdice (2005) - A cisterna árabe e a sua possível ligação à mesquita maior da cidade, in *Monumentos 23*, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, pp. 56-61.

Gamito, Teresa Júdice (2007) - *O Algarve e o Magreb (711-1249)*, Universidade do Algarve, Faro.

Gea Calatayud, Manuel (1990) - Sistemas de captación y distribución de agua de probable origen árabe, en Albaterra y Crevillente, *Sharq al-Andalus - Estudios Arabes nº 7*, Universidad de Alicante, pp.175-194.

Gispert Santoja, J.A. (2003) - La producción Cerámica de Daniya – Denia – en el siglo XI, in *Actas das 3as. Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, 28 a 31 de Outubro de 1997, pp.61-77.

Gisbert Santoja, J.A.; Bruguera Santmateu, V.; Bolufer I Marques, J. (1992) – *La Cerámica de Daiyna – Denia – Alfares y Ajuares Domésticos de los siglos XII-XIII*, València.

Gomes, Ana; Gaspar, Alexandra; Pimenta, João; Valongo, António; Pinto, Paula; Mendes, Henrique; Ribeiro, Susana; Guerra, Sandra (2001) - A cerâmica pintada da época medieval da Alcáçova do Castelo de S. Jorge, in *Gharb – Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa, pp.119-163.

Gomes, Mário Varela (1993) - O Estabelecimento fenício-púnico do Cerro da Rocha Branca (Silves), *Estudos Orientais*, vol. IV, Lisboa, pp.73-107.

Gomes, Mário Varela, coord. (1996) - Silves nos Descobrimentos, in *Xelb 3*, Câmara Municipal de Silves.

Gomes, Mário Varela (2007) - *Ibn Qasî – Memória, do pensamento e acção, do Mestre Sufi da Arrifana*, Junta de Freguesia de Aljezur.

Gomes, Mário Varela; Gomes, Rosa Varela; Beirão, Caetano de Mello (1986) - O Cerro da Rocha Branca – Resultados preliminares de três campanhas de escavações, *Actas do 4º Congresso do Algarve*, vol. I, Silves, pp.77-83.

Gomes, Mário Varela; Gomes, Rosa Varela (1989) - O Poço-cisterna Almóada de Silves (Algarve - Portugal), *I Colóquio de História y Médio Físico – El água en zonas áridas: Arqueologia y História*, Almeria, pp.577-606.

Gomes, Mário Varela; Gomes, Rosa Varela (2003) - Cerâmicas Alto-Medievais de Silves, in *Actas das 3as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*, Câmara Municipal de Tondela, pp. 23-47.

Gomes, Rosa Varela (1988) - Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Silves, *Xelb 1*, Câmara Municipal de Silves.

Gomes, Rosa Varela (1990) - Resultados da última campanha de escavações arqueológicas no Castelo de Silves, in *Actas do Encontro de Arqueologia do Algarve*, Delegação Regional do Sul da Secretaria de Estado da Cultura, Faro, pp. 137-151.

Gomes, Rosa Varela (1991) - Cerâmicas muçulmanas orientais e orientalizantes do Castelo de Silves (peças esmaltadas policromas e de reflexo metálico), in *Estudos Orientais*, vol. II, Lisboa, pp.13-39.

Gomes, Rosa Varela (1991a) - Cerâmicas Almóadas do Castelo de Silves, in *Actas do Congresso A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 378-404.

Gomes, Rosa Varela (1993) - Fragmento de placa insculturada do Castelo de Silves, *Arqueologia Medieval 2*, Edições Afrontamento, Porto, pp. 79-83.

Gomes, Rosa Varela (1995) - Cerâmicas muçulmanas de Silves, dos séculos VIII e IX, in *Actas das 1^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: Métodos e Resultados para o seu Estudo*, Tondela, pp.287-296.

Gomes, Rosa Varela (1998) - Contributo para o estudo das cerâmicas com decoração a “verde e castanho” de Silves, in *Actas das 2^{as} Jornadas de Cerâmica medieval e Pós-Medieval de Tondela: Métodos e Resultados para o seu Estudo*, Câmara Municipal de Tondela, pp. 43-55.

Gomes, Rosa Varela (1998a) - O Barlavento Algarvio nos finais da islamização, in *Portugal Islâmico, os últimos sinais do Mediterrâneo*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 133-142.

Gomes, Rosa Varela (2002) - Estruturas defensivas medievais de Silves, in *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Actas do Simpósio

Internacional sobre Castelos, Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, Lisboa, pp.325-336.

Gomes, Rosa Varela (2002a) - Silves Islâmica, in *O Mediterrâneo Ocidental: Identidades e Fronteira*, Edições Colibri, pp. 93-118.

Gomes, Rosa Varela (2002b) - Silves (Xelb), uma cidade do Gharb al-Andalus: território e cultura, *Trabalhos de Arqueologia* nº23, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.

Gomes, Rosa Varela (2003) - Silves (Xelb), uma cidade do Gharb al-Andalus: a Alcáçova, *Trabalhos de Arqueologia* nº35, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.

Gomes, Rosa Varela (2003a) - Brinquedos muçulmanos de cerâmica do Sul de Portugal, in *Actas das 3^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – Métodos e resultados para o seu estudo*, Câmara Municipal de Tondela, pp. 93-102.

Gomes, Rosa Varela (2004) - Brinquedos muçulmanos – Um aspecto do quotidiano no Sul de Portugal (sécs.XII-XIII), in *Estudos Medievais. Quotidiano Medieval: Imaginário, Representação e Práticas*, Livros Horizonte, Lisboa, pp. 103-116.

Gomes, Rosa Varela (2006) - Silves (Xelb), uma cidade do Gharb al-Andalus: o núcleo urbano, *Trabalhos de Arqueologia* nº44, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.

Gomes, Rosa Varela (2008) - Trabalhos Arqueológicos Associados ao Projecto de Arranjo Interior do Castelo de Silves (2003-2007) – Relatório Final (3vols.), Lisboa (texto policopiado).

Gomes, Rosa Varela; Cunha, António Santinho (1991) - Testemunhos arqueológicos da conquista cristã da Alcáçova de Silves, in *Actas das IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, pp.203-212.

Gomes, Rosa Varela; Cunha, António Santinho (1991) - Testemunhos arqueológicos da conquista cristã da Alcáçova de Silves, *Boletín de Arqueologia Medieval*, vol. 5, Asociación Española de Arqueologia Medieval, Madrid, pp. 151-165.

Gomes, Rosa Varela; Cunha, Santinho; Antunes, Miguel Telles (1994) - Testemunhos arqueológicos da conquista cristã da Alcáçova de Silves, em 1189, in *Actas das V^{as} Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, pp. 203-212.

Gomes, Rosa Varela; Gomes, Mário Varela (1984) - Cerâmicas importadas dos séculos XV e XVI encontradas no Poço-cisterna árabe de Silves, *Actas do III Congresso sobre o Algarve*, vol.I, Silves, pp.35-44.

Gomes, Rosa Varela; Gomes, Mário Varela (1986) - Cerâmicas estampilhadas muçulmanas e mudéjares, do Poço-cisterna de Silves, in *Actas do 1º Encontro de Arqueologia Urbana*, Trabalhos de Arqueologia 3, IPPC, Lisboa, pp.127-141.

Gomes, Rosa Varela; Gomes, Mário Varela (1990) - Dispositivos defensivos de Silves (Algarve, Portugal), *Moçarabe em peregrinação a S.Vicente*, Ed. Caminus, pp.59-66.

Gomes, Rosa Varela; Gomes, Mário Varela (1992) - Os dispositivos defensivos de Silves, in *Actas do III Congreso de Arqueologia Medieval Española*, Universidade de Oviedo, pp. 287-295.

Gomes, Rosa Varela; Gomes, Mário Varela (1996) - Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV a XVI, do poço-cisterna de Silves, in *Silves nos Descobrimentos*, Xelb 3, Câmara Municipal de Silves, pp. 143-205.

Gomes, Rosa Varela; Gomes, Mário Varela (1997) - Placas apotropaicas do Castelo de Silves, *Estudos Orientais*, vol. VI, Lisboa, pp. 141-150.

Gomes, Rosa Varela; Gomes, Mário Varela (2000) - Bocal de Poço de Silves – uma leitura possível, *Estudos Orientais*, vol. VII, Lisboa, pp. 129-150.

Gomes, Rosa Varela; Gomes, Mário Varela (2001) - *Palácio Almóada da Alcáçova de Silves* – Catálogo de Exposição, Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Silves.

Gomes, Rosa Varela; Gomes, Mário Varela (2004) - O Rîbat da Arrifana (Aljezur-Algarve), Separata da *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol.II – nº 1, Município de Aljezur.

Gomes, Rosa Varela; Gomes, Mário Varela, coord. (2007) - *Ribat da Arrifana. Cultura material e espiritualidade*, Catálogo de Exposição Associação do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur/ Município de Aljezur.

Gomes, Sofia de Melo; Bettencourt Pedro (2006) - A vertente Arqueológica em Trabalhos Multidisciplinares de Ambiente, o caso particular do Algarve, in *Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 20, 21 e 22 de Outubro de 2005)*, Xelb 6 – volume II, pp. 201-206.

Gómez-Martínez, Susana (1994a) - La Cerámica de Verde y Morado de Mértola, in *Arqueología Medieval 3*, Edições Afrontamento, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 113-132.

Gómez-Martínez, Susana (1994b) - Variantes Técnicas y Formales de la Cerámica “verde y morado” de Mértola (Portugal), in *IV Congreso de Arqueología Medieval Española*, Alicante 1992, III, pp.779-786.

Gómez-Martínez, Susana (1997) - Cerâmica decorada Islâmica de Mértola – Portugal (SS.IX-XIII), in *La ceramique medieval en Méditerranée – Actes du VIème Congrès de La AIECM2 Aix-en-Provence 13-18 Novembre de 1995* pp.311-325.

Gómez-Martínez, Susana (1998) - A Cerâmica no Gharb al-Ândalus, in *Portugal Islâmico os últimos sinais do Mediterrâneo*, Catálogo de Exposição, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp.121-131.

Gómez-Martínez, Susana (2001) - A Cerâmica Islâmica de Mértola, in *Arte Islâmica – Museu de Mértola*, Câmara Municipal de Mértola, pp. 63-70; 107-167.

Gómez-Martínez, Susana (2002) - A Cerâmica de corda seca de Mértola, in *Cerâmica em Corda Seca de Mértola*, Campo Arqueológico de Mértola, pp.7-37.

Gómez-Martínez, Susana (2003) - Producciones Cerámicas en la Mértola Islámica, in *Actes du VIIe. Congrès International sur la Céramique Medieval en Méditerranée – Thessaloniki, 11-16 Octobre 1999*, Atenas, pp.653-658.

Gómez-Martínez, Susana (2004) - *La cerámica Islámica de Mértola. Producción y comercio*, Tese de Doutoramento apresentada na Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Geografía e Historia, Departamento de Historia Medieval (policopiado).

Gómez-Martínez, Susana; Lopes, Virgílio; Palma, Maria de Fátima (2008) - Cine-Teatro Marques Duque, *Mértola Arqueológica 2003-2008*, Câmara Municipal de Mértola, pp.19-30.

Gonçalves, Maria José (2006) - *Relatório de Minimização de Impacte Arqueológico, Loteamento destinado à construção de edifícios de habitação e comércio na Avenida Marginal* – Silves (texto policopiado).

Gonçalves, Maria José (2006a) - Alguns dados para a reconstituição dos hábitos alimentares da população de um Arrabalde da Silves Islâmica, in *Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve, (Silves 20, 21 e 22 de Outubro de 2005)*, Xelb 6, vol. II, Câmara Municipal de Silves, pp.141-154.

Gonçalves, Maria José (2007) - Arqueologia no Concelho de Silves. O Contributo Pioneiro de Estácio da Veiga, in *Actas do 4º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 24 e 25 de Novembro de 2006)*, Xelb 7, Câmara Municipal de Silves, pp. 421-434.

Gonçalves, Maria José (no prelo) - Objectos de troca no mediterrâneo antigo: cerâmica “verde e manganês” de um arrabalde islâmico de Silves, *Arqueologia Medieval 11*, Edições Afrontamento, Porto.

Gonçalves, Maria José; Santos, Ana Luisa (2005) - Novos testemunhos do sistema defensivo islâmico e os restos osteológicos humanos encontrados junto à muralha de um arrabalde – Notícia preliminar, in *Actas do 2º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 17 e 18 de Outubro de 2003)*, Xelb 5, Câmara Municipal de Silves, pp. 177-200.

Gonçalves, Maria José; Moreno-García, Marta; Pimenta, Carlos (2006) - «Em nome de Deus, o Clemente, o Misericordioso». Ossos com inscrições árabes de um arrabalde islâmico de Silves, in *Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve, (Silves 20, 21 e 22 de Outubro de 2005)*, Xelb 6, vol. II, Câmara Municipal de Silves, pp.165-180.

Gonçalves, Maria José, Dias, Rita; Callapez, Pedro (2008) - Espécies malacológicas presentes num contexto de lixeira de um Arrabalde da Silves Islâmica, in *Actas do III Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular (Aljustrel, Outubro de 2006)*, pp.658-664.

Gonçalves, Maria José; Pereira, Vera (2008) - Ossos trabalhados de um arrabalde islâmico de Silves: aspectos funcionais, in *Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 25, 26 e 27 de Outubro de 2007)*, Câmara Municipal de Silves, pp.187-214.

Gonçalves, Maria José; Pires, Alexandra (2004) - Silves Islâmica: a muralha do arrabalde e a dinâmica de ocupação do espaço adjacente, in *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular (Faro, 14 a 20 de Setembro de 2004)*, no prelo.

Gonçalves, Maria José; Pires, Alexandra, Mendonça, Carolina (2008) - Evolução Tipológica de um Conjunto de Utensílios de Iluminação de um Arrabalde Islâmico de

Silves, *Actas do III Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular (Aljustrel, Outubro de 2006)*, pp.643-653.

Gonçalves, Maria José; Pires, Alexandra, Mendonça, Carolina (2008) - Utensílios do quotidiano de um arrabalde islâmico de Silves: a louça de cozinha, in *Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 23 a 25 de Outubro, 2008) Xelb 10*, Câmara Municipal de Silves (no prelo).

Gonçalves, Maria José; Valério, Pedro; Araújo, Maria de Fátima (2008) - Um molde islâmico de um arrabalde da cidade de Silves, in *Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 25, 26 e 27 de Outubro de 2007)*, Câmara Municipal de Silves, pp. 169-176.

González Tascón, Ignacio; Vasquez de la Cueva, Ana (1993) - El agua en la España Medieval Tardia, in *IV Congreso de Arqueologia Medieval Española, Sociedades en Transición, Actes I – Ponencias (Alicante 4-9 de Octubre 1993)*, Asociación Española de Arqueologia Medieval, Diputación Provincial, Alicante, pp.87-96.

Guerra, Amílcar (2006) - As fontes clássicas relativas ao território do actual Algarve: uma perspectiva crítica sobre o seu contributo histórico, in *Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 20, 21 e 22 de Outubro de 2005), Xelb 6 – Vol.I*, Câmara Municipal de Silves, pp. 329-338.

Guerra, Amílcar; Fabião, Carlos (1993) - Uma fortificação Omíada em Mesas do Castelinho, *Arqueologia Medieval 2*, Edições Afrontamento, Porto, pp. 85-102.

Gutiérrez Lloret, Sónia (1993) - De la civitas a la madina: destrucción y formación de la ciudad en el sureste de Al-Andalus. El debate arqueológico, in *IV Congreso de Arqueologia Medieval Española, Sociedades en Transición, Actes I – Ponencias (Alicante 4-9 de Octubre 1993)*, Asociación Española de Arqueologia Medieval, Diputación Provincial, Alicante, pp.13-35.

Gutierrez Lloret, Sónia (1999) - La cerâmica emiral de Madinat Iyih (el Tolmo de Minateda Hellín Albacete). Una primera aproximación, in *Arqueología y Territorio Medieval*, nº 6, Universidad de Jaén, pp. 71-111.

Hadjadji, Hamdane (2002) - Ibn Ammar al andalusi. Le poète vizir d'Al-Mut'tamid, principe de Seville, in *Xarajib* 2, Centro de Estudos Luso-árabes de Silves, pp. 85-100.

Hervás Herrera Miguel Ángel; Retuerce Velasco, Manuel (2006) - Una Medina de Calatrava la Vieja en el S. XIII. Una primera aproximación, in *Arqueología y Territorio Medieval* 12.2, Universidade de Jaén, pp.147-188.

Íñiguez Sánchez, Maria Carmen (1995) - La muralla islámica de Málaga. Referencias textuales y constatación arqueológica, in *Arqueología y Territorio Medieval* 2, Universidad de Jaén, pp. 129-138.

Iria, Alberto (1990) - *O Algarve nas Cortes Medievais Portuguesas do século XV – Subsídios para a sua História – Vol. I 1404-1449*, Academia Portuguesa de História, Lisboa.

Iria, Alberto (1995) - *A liderança de Silves na região do Algarve nos séculos XIV e XV*, Câmara Municipal de Silves.

Izquierdo Benito, Ricardo (1990) - La vivienda en la ciudad hispanomusulmana de Vascos (Toledo). Estudio Arqueológico, in *La Casa Hispanomusulmana. Aportaciones de la Arqueología*, Patronato de la Alhambra y Generalife, Granada, pp. 147-162.

Izquierdo Benito, Ricardo (2006) - La Taifa de Toledo. Un espacio fronteirizo, in *Actas do Seminário Internacional Al -Andalus Espaço de Mudança. Balanço de 25 anos de História e Arqueologia Medievais. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen* (Mértola 16, 17 e 18 de Maio de 2005), Campo Arqueológico de Mértola, pp.274-280.

Júdice, Pedro Paulo Mascarenhas (1911) - *Atravez de Silves - I parte, Sé, Castello, Cruz de Portugal e Pelourinho*, Typographia d'0 Silvense, Silves.

- Kemnitz**, Eva Maria von (1993-1994) - Candis da Coleção do Museu Nacional de Arqueologia, in o *Arqueólogo Português*, série IV, 11-12, pp.427-472.
- Khawli**, Abdallah (2002) - Algumas reflexões acerca do Algarve nos 1^{os} séculos da Islamização, in *Património Islâmico dos Centros Urbanos do Algarve: contributos para o futuro*, CCRA, Faro, pp. 170-178.
- Khawli**, Abdallah (2002a) - Quelques reflexions sur l'histoire de l'Algarve pendant les premières siècles de l'islamization (VIII-XI^{ème} siècle), in *Xarajib n^o 2*, Centro de Estudos Luso-Árabes de Silves, pp. 21-40.
- Khawli**, Abdallah; Silva, Luís Fraga; Fernandes, Alice (2007) - A Viagem de Ibn Ammar de São Brás a Silves, in *Actas das Ias Jornadas - As Vias Romanas do Algarve da Época Romana à Actualidade*, São Brás de Alportel, pp.9-66.
- Lafuente Ibañez**, Pilar (1999) - Cerámica Islámica en el Cuartel del Carmen (Sevilla), in *Arqueología Medieval* 6, Edições Afrontamento, Porto, pp.141-148.
- Lagardère**, Vincent (2000) - Structures Agraries et appropriation des terres dans le district (*iqlim*) de Silves en Algarve du Xe au XIII^e siècle, in *Xarajib1*, Centro de Estudos Luso-Árabes de Silves, Silves, pp. 49-59.
- Lagardère**, Vincent (2006) - Appropriation des terres, maîtrise des eaux et paysages agraires dans le district (*iqlim*) de Silves (Xe-XIII^e siècles), in *La maîtrise de l'eau en al-Andalus. Paysages, pratiques et techniques*, Collection de la Casa de Valasquez 93, Madrid, pp. 75-111.
- Lara**, Javier Cabello (1986) - Aproximación Histórico-Arqueológica al sistema de abastecimiento y captación de água de la Velez-Malaga musulman, in *Actas do I Congreso de Arqueologia Medieval Española*, Huesca 17, 18, 19 de Abril de 1985, Disputación General de Aragón . Departamento de Cultura y Educación, Zaragoza, pp.585-598.

Leal, Maria José da Silva; Domingues, José Domingues Garcia (1984) - *Livro do Almoarifado de Silves (século XV)*, Câmara Municipal de Silves.

Levi-Provençal, E.; Garcia-Gomez, E. (1988) - *Sevilla a comienzos del siglo XII – El Tratado de Ibn Abdun*, Reedición Facsímil do Colégio Oficial de Aparejadores y Arquitectos Técnicos de Sevilla.

Lopes, Carla; Ramalho, Maria (2001) - Presença islâmica no Convento de São Francisco de Santarém, in *Gharb – Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa, pp.31-87.

Lopes, João Baptista da Silva (1844) - *Relação da derrota naval, façanhas e sucessos dos cruzados que partir'ão do Escalda para a Terra Santa no Anno de 1189* – traduzida e anotada, Academia das Ciências, Lisboa.

Lopez Seguro, Eduardo; Gomez Martinez, Maria Immaculada; Pastor Mid, Alicia; Tintero Fernandez, Fernando E. Torremos; Ginetes, Palmira (2004) - Elche Medieval: La Evolución de su Sistema Defensivo, in *Actas das 2^{as} Jornadas de Arqueologia Medieval* (Petrer-Novelda, 3 al 5 de Octubre de 2003), Alicante, pp.33-58.

Loriente Perez, Ana (1990) - Restos de viviendas hispano-musulmanas en la ciudad de Lérida, in *La Casa Hispanomusulmana. Aportaciones de la Arqueologia*, Patronato de la Alhambra y Generalife, Granada, pp. 269-281.

Luzia, Isabel (2006) - Primeiros dados para o estudo do sistema hidráulico islâmico de Loulé, in *Actas do 3^o Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 20,21 e 22 de Outubro de 2005)*, *Xelb 6 - volume I*, pp. 83-92.

Macias, Santiago (1994) - Moura na Baixa Idade Média Elementos para um Estudo Histórico e Arqueológico, in *Arqueologia Medieval 2*, Edições Afrontamento, Porto, pp.127-157.

Macias, Santiago (1996) - *Mértola Islâmica. Estudo Histórico-Arqueológico do Bairro da Alcáçova (sécs. XII-XIII)*, Campo Arqueológico de Mértola.

Macias, Santiago (1998) - Casas Urbanas e quotidiano no Gharb al-Andalus, in *Portugal Islâmico, os últimos sinais do Mediterrâneo*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 109-120.

Macias, Santiago (2006) - *Mértola. O último porto do Mediterrâneo*, Catálogo da Exposição Mértola – História e Património (séculos V-XIII), 3 vols., Campo Arqueológico de Mértola.

Maia, Manuel; Maia, Maria (2002) - As Muralhas Medievais e Pós-Medievais de Tavira, in *Património Islâmico dos Centros Urbanos do Algarve. Contributos para o Futuro*, Comissão de Coordenação a Região do Algarve, Faro, pp.66-80.

Maillo Salgado, Felipe (1991) - *Cronica Anónima de los Reyes de Taifas*, Ed. Akal Universitária, Madrid.

Malpica Cuello, António (Coord.) (1995) - *El água en la agricultura de al-Andalus – Catálogo de Exposição*, El Legado Andalusi/ Ludwer Editores S.A., Barcelona/Madrid.

Marinho, J. R. (1998) - As moedas hispano-romanas do território português. Achados recentes e algumas considerações, in *Actas do IV Congresso Nacional de Numismática*, Associação Numismática de Portugal, Lisboa, pp. 21-28.

Marín, Manuela (2005) - Famílias de Ulemas de Silves, in *Simpósio Internacional Literatura e Cultura no Gharb al-Andalus*, Hugin Editores, Lisboa, pp.201-219.

Márquez Bueno, Samuel; Gurriarán Daza, Pedro (2002) - La muralla almohade de Cáceres: aspectos construtivos, formales y funcionales, in *Arqueología y Territorio Medieval* 10.1, pp.57-118.

Martinez-Enamorado, Virgílio (2001) - Nuevos testimonios epigráficos andalusíes hallados en la provincia de Cordoba (I), in *Antiqvitas n° 13*, Museu Histórico Municipal de Priego de Córdoba, pp.227-229.

Martinez López, José Antonio; Ramirez Àguila, Juan Antonio (1997) - Reflexiones en torno a la Evolución Urbana de Madinat Mursiya (Murcia), in *XXIV Congreso Nacional de Arqueologia*, Volumen 5 - Comunicaciones librés, Múrcia, pp.127-137.

Matos, José Luís (1991) - A Cerâmica Muçulmana do Cerro da Vila, in *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental* (Lisboa 16-22 de Novembro de 1987), Campo Arqueológico de Mértola, pp.429-456.

Matos, José Luís (2001) - Lisboa Islâmica, in *Actas do Colóquio Lisboa, Encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos, 850º Aniversário da Reconquista de Lisboa*, Arqueologia Medieval 7, Edições Afrontamento, Porto, pp.79-87.

Matos, Manuel Cadafaz (1999) - *A cidade de Silves num itinerário naval do século XII por um cruzado anónimo*, [fac símile da edição por João Baptista da Silva Lopes, Lisboa, Academia das Ciências, 1844], Edições Távola Redonda/Câmara Municipal de Silves.

Matezans Vera, Pedro; Sánchez-Hernández, Cristina (2001) - Intervención arqueológica en el Convento de San Vicente Ferrer de Plasencia (Cáceres): cerámicas de los siglos XIII a XV in *Gharb – Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa, pp.283-309.

Mazzoli-Guintard, Christine (2000) - *Ciudades de al - Andalus – España y Portugal en la época musulmana (s.VIII-XIII)*, Almed, Editorial al-Andalus y el Mediterraneo, Granada.

Mazzoli-Guintard, Christine (2006) - En chantier permanent, les paysages urbains d'al-Andalus (Xe s.-XVe s.), in *Actas do Seminário Internacional Al -Andalus Espaço de*

Mudança. Balanço de 25 anos de História e Arqueologia Medievais. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen (Mértola 16, 17 e 18 de Maio de 2005), Campo Arqueológico de Mértola, pp.61-72.

Menéndez Robles, Maria Luisa; Reyes Téllez, Francisco (1987) - Estructuras defensivas de una ciudad almohade: Jerez de la Frontera, in *Actas II Congreso de Arqueologia Medieval Española*, Madrid, pp.765-772.

Michell, George (2000) - *La Arquitectura del Mundo Islámico*, Alianza Forma, Madrid

Mora-Figueiroa, Luis (1992) - La Torre Albarrana. Notas sobre su concepto, funcionalidad y difusión en la Europa occidental Cristiana, in *Actas do III Congreso de Arqueologia Medieval Española. Oviedo, 27 Marzo – 1 Abril 1989*. Vol. I Ponencias, Universidade de Oviedo, pp. 52-62.

Moreno-García, Marta; Pimenta, Carlos M.; Ruas, José Paulo (2005) - Safras em osso para picar foicinhas de gume serrilhado... a sua longa história!, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 8, nº2, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp. 571-627.

Moreno-García, Marta; Pimenta, Carlos Manuel; Gonçalves, Maria José (2006) - Metápodos Perfurados do Gharb al-Andalus: Observações para a sua compreensão, in *Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve, (Silves 20, 21 e 22 de Outubro de 2005)*, *Xelb 6*, vol. II, Câmara Municipal de Silves, pp. 155-164.

Moreno-García, Marta; Pimenta, Carlos Manuel; Gonçalves, Maria José; Pires, Alexandra (2006) - Evidência Arqueozoológica de um ofício num Arrabalde da Silves islâmica: ossos, foices e ferreiros, in *Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve, (Silves 20, 21 e 22 de Outubro de 2005)*, *Xelb 6*, vol. I, Câmara Municipal de Silves, pp. 299-310.

Navarro Palazón, Júlio (1986) - *La Cerâmica Islâmica en Murcia*, volumen I: Catalogo, Centro Municipal de Arqueologia, Ayuntamiento de Murcia.

Navarro Palazón, Júlio (1990) - La casa Andalusí en Siyasa: Ensayo para una clasificación tipológica, in *La Casa Hispanomusulmana. Aportaciones de la Arqueología*, Patronato de la Alhambra y Generalife, Granada, pp.177-198.

Navarro Palazón, Júlio, Jimenez Castillo, Pedro (1995) - Casas e Palacios de al-Andalus. Siglos XII-XIII, in *Exposição Casas y Palacios de al-Andalus - siglos XII-XIII*, El Legado andalusí - Lunwerg Editores S.A., Barcelona/Madrid, pp.17-32.

Paixão, António Cavaleiro; Carvalho, António Rafael (2001) - Cerâmicas Almóadas de Al-Qasr Al-Fath (Alcácer do Sal), in *Gharb – Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa, pp.119-229.

Pascual Pacheco, Josefa (1992) - La necropolis islámica de L'Almoina (Valencia). Primeros resultados arqueológicos, in *Actas do III Congreso de Arqueología Medieval Española. Oviedo, 27 Marzo - 1 Abril 1989*, Vol. I, pp. 406-412.

Pascual, J.; Martí, J.; Blasco J.; Camps, C.; Lerma, J.V.; Lopez, I. (1990) - La vivienda islámica en la ciudad de Valencia. Una aproximación de conjunto, in *La Casa Hispanomusulmana. Aportaciones de la Arqueología*, Patronato de la Alhambra y Generalife, Granada, pp. 305-318.

Pascual, J.; Martí, J. (2002) - El recinto fortificado de la Valencia musulmana, in *Actas do Simpósio Internacional Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, pp.291-309.

Passos, José Manuel da Silva (1995) - *O Bilhete Postal Ilustrado e a História Urbana do Algarve*, Memória da Cidade, Editorial Caminho, Lisboa.

Pavón Maldonado, Basilio (1986) - Corachas Hispanomusulmanas. Ensayo semántico arqueológico, in *Al Qantara - Revista de Estudios Árabes*. Vol. VII, pp. 331-381.

Pavón Maldonado, Basilio (1990) - *Tratado de Arquitectura Hispanomusulmana, I – Agua*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid.

- Pavón Maldonado**, Basílio (1999) - *Tratado de Arquitectura Hispano-musulmana II – ciudades y fortificaciones*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid.
- Paulo**, Dália (coord.) (2000) *A Casa Islâmica – Catálogo de Exposição*, Câmara Municipal de Faro.
- Paulo**, Luís Campos (2007) - O simbolismo da purificação. O “Vaso de Tavira”: iconografia e interpretação, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 10, número 1, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp. 289-316.
- Pérez Macias**, Juan Aurélio; Bedia, Juana (1993) - Un lote de cerámica islámica de Niebla, *Arqueologia Medieval 2*, Edições Afrontamento, Porto, pp.55-62.
- Pérez Martínez**, Maria del Carmen; Jiménez Morillas, Yolanda; Cano Carrillo, Juana (1995) - Apuntes para el urbanismo musulmán de Jaén: el alminar en la intervención de Martínez Molina-los caños, in *Arqueología y Territorio Medieval 2*, Universidad de Jaén, pp. 115-127.
- Picard**, Christophe (1998) - A Islamização do Gharb – al-Andalus”, in *Portugal Islâmico, Os Últimos Sinais do Mediterrâneo*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp.25-34.
- Picard**, Christophe (2000) - *Le Portugal musulman (VIIIe-XIIIe siècle) L’occident d’al-Andalus sous domination islamique*, Maonneuve & Larose, Paris.
- Picard**, Christophe (2001) - Les defenses côtières de la façade atlantique d’al-Andalus, in *Castrum 7*, Casa de Velásquez, Rome-Madrid, pp. 163-176.
- Picard**, Christophe (2002) - Les Ribats au Portugal à l’époque musulmane: Sources et définitions, in *Mil anos de fortificações na Península ibérica e no Magreb (500-1500)*, Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, Edições Colibri, Câmara Municipal de Palmela, pp.203-212.

Pires, Alexandra; Ferreira, Mulize (2003) - Povoado Islâmico da portela 3: Resultados preliminares, in *Actas do 1º Encontro de Arqueologia do Algarve* (Silves, 27, 28 e 29 de Setembro de 2001), *Xelb* 4, Câmara Municipal de Silves, pp.279-306.

Poisson, Jean-Michel, (1990) - Des maisons medievales de tradition islamique en Sicile? in *La Casa Hispanomusulmana. Aportaciones de la Arqueologia*, Patronato de la Allambra y Generalife, Granada, pp. 199-205.

Puertas Tricas, R. (1990) - El barrio de viviendas de la Alcazaba de Málaga, in *La Casa Hispanomusulmana. Aportaciones de la Arqueologia*, Patronato de la Allambra y Generalife, Granada, pp. 319-340.

Ramalho, Maria M.; Lopes, Carla; Custódio, Jorge; Valente, Maria João (2001) - Vestígios de Santarém Islâmica – um silo no Convento de S. Francisco, in *Actas do Colóquio Lisboa, Encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos, 850º Aniversário da Reconquista de Lisboa*, *Arqueologia Medieval* 7, Edições Afrontamento, Porto, pp. 147-183.

Rambla Torralvo, J. António; Arancibia Román, Ana; Salado Escaño, J. Bautista (2002) - Evolución del amurallamiento en la Málaga musulmana. Aportaciones de la arqueologia de urgência, in *Actas do Simpósio Internacional Mil anos de fortificações na Península ibérica e no Magreb (500-1500)*, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, Lisboa, pp.813-818.

Ramos, Ana Cristina (2006) - Arqueologia Urbana em Silves. A Intervenção no Teatro Gregório Mascarenhas, in *Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve* (Silves, 20, 21 e 22 de Outubro de 2005), *Xelb* 6 – vol. I, Câmara Municipal de Silves, pp. 51-70.

Ramos, Ana Cristina; Pinto, Marina; Penisga, Ana (2005) - Projecto de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Silves – Relatório Final da Fase de Sondagens de Diagnóstico n.ºs de 1 a 22, Era, Arqueologia, S.A, Lisboa (texto policopiado).

Ramos, Manuel Francisco Castelo (2005) - Silves no século XIX – a indústria corticeira e a cidade, in *Monumentos 23*, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, pp.30-37.

Raposo, Luís; Martins, Adolfo Silveira; Correia, Virgílio (2000) - *Normas de Inventário – Arqueologia*, Instituto Português de Museus, Lisboa.

Rei, António (2002) - Azóias/Arrábidas no Gharb al-Andalus e o Movimento dos Muridin - subsídios para a sua identificação espacial, in *Xarajîb 2*, Centro de estudos Luso-Árabes de Silves, pp. 53-61.

Retuerce Velasco, Manuel (1986) - Cerámica islámica de la “Cidade das Rosas”, Serpa (Portugal), in *II Coloquio Cerámica Medieval del Mediterráneo Occidental*, Toledo 1981, pp. 85-92.

Retuerce Velasco, Manuel (1998) - *La Cerámica Andalusí de la Meseta* (2 tomos), Cran S.L., Madrid.

Retuerce, Manuel; Juan Zozaya (1992) - Un sistema defensivo hidraulico autosuficiente: Calatrava la Vieja, in *Actas do III Congreso de Arqueologia Medieval Española. Oviedo, 27 Marzo - 1 Abril 1989*. Vol. I, pp.353-359.

Retuerce, Manuel; Hervás Herrera, Miguel Angelo (2002) - Calatrava La Vieja. De Medina a Encomienda, in *Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, Lisboa, pp.311-316.

Riera Frau, M. Magdalena (1999) - Cerâmicas emirales y califales halladas en Mallorca, in *Arqueologia y Território Medieval*, 6 – Actas del Colóquio La Cerámica Andalusí. 20 años de Investigación, Universidad de Jaén, pp.176-190.

Rodrigues, Sandra (2004) - *As Vias Romanas do Algarve*, Centro de Estudos do Património da Universidade do Algarve/Comissão de Coordenação da Região do Algarve, Faro.

Roldán Castro, Fátima (1997) - *Niebla Musulmana (Siglos VIII-XIII)*, Diputación Provincial de Huelva.

Rosselló-Bordoy, Guillermo (1985) - Un Ataífor Norte-Africano: un ensayo de interpretación, *Sharq al-Andalus* 2, pp.191-205.

Rosselló-Bordoy, Guillermo (1991) - *El nombre de las cosas en el al-Andalus: una propuesta de terminología cerámica*; Museo de Mallorca, Societat Arqueològica Lul·liana, Palma de Mallorca.

Rosselló-Bordoy, Guillermo (1997) - Almacabras, ritos funerarios y organización social en al-Andalus, in *Actas do XXIV Congreso Nacional de Arqueología*, Vol. 5, Murcia, pp. 153-168.

Rosser Limiñana, Pablo (1993) - La ciudad de Alicante y la arqueología del poblamiento en época medieval islámica, in *Urbanismo Medieval del País Valenciano*, Ediciones Polifemo – Biblioteca de Arqueología Medieval Hispánica, 2, Madrid, pp.28-62.

Salgado, Frei Vicente (1786) - *Memórias Eclesiásticas do Reino do Algarve* (oferecidas ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja), Tomo I, Regia Officina Typografica, Lisboa.

Salvatierra Cuenca, Vicente; Alcazar Hernandez, Eva (1996) - La distribución del agua en Jaén durante el periodo islámico, *Arqueologia Medieval* 4, Edições Afrontamento, Porto, pp. 95-106.

Salvatierra Cuenca, Vicente (1998) - Las huertas del Jaén Islámico, in *Arqueología y Território Medieval* 5, Universidad de Jaén, pp. 55-67.

Salvatierra Cuenca, Vicente; Serrano Peña, José Luís; Perez Martinez, Maria Cármen (1998) - La formación de la ciudad en al-Andalus - Elementos para una nueva propuesta, in *Genèse de la Ville Islamique en al-Andalus et au Maghreb Occidental*, Casa de Valasquez, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, pp.185-206.

Santos, Ana Luísa; Cunha, Eugénia; Dâmaso, Nuno; Marrafa, Carmo (1991/992) - Ficha Antropológica a utilizar na escavação, *Antropologia Portuguesa*, 9/10, pp.67-69.

Santos, Andreia (2003) - Três intervenções de emergência no Barlavento Algarvio – Problemáticas Urbanas, in *Actas do 1º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 27, 28 e 29 de Setembro de 2001)*, *Xelb 4*, Câmara Municipal de Silves, pp.187-204.

Santos, Cláudia; Silva, Carla; Ramos, Sílvia (2006) - Resultados Preliminares da Intervenção Antropológica no Largo da Sé e na Praça dos Mártires (Silves - Portugal), in *Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 20, 21 e 22 de Outubro de 2005)*, *Xelb 6 - Vol.II*, Câmara Municipal de Silves, pp. 227-234.

Santos, Cláudia; Barbosa, Carla; Ramos, Sílvia (2008) Contributo da Antropologia Biológica para a História de Silves: resultados das intervenções arqueológicas durante o Programa Polis (2004-2006), in *Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 25 a 27 de Outubro de 2007)*, Câmara Municipal de Silves, pp. 417-430.

Santos, José Costa; Barreira, Paula Abranches (2006) - Do Bairro Islâmico ao “Empreendimento do Castelo” (Silves). Primeiros resultados de uma intervenção arqueológica, in *Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 20, 21 e 22 de Outubro de 2005)*, *Xelb 6 – Vol.II*, Câmara Municipal de Silves, pp.131-140.

Santos, José Costa; Barreira, Paula Abranches (2007) - *Relatório Final da Intervenção Arqueológica do Empreendimento do Castelo* (texto policopiado).

Santos, José Costa; Abranches, Paula Barreira (2008a) - Urbanismo do Arrabalde de Silves em Vésperas da Reconquista, in *Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 25 a 27 de Outubro de 2007)*, Câmara Municipal de Silves, pp.255-262.

Santos, José Costa; Abranches, Paula Barreira (2008b) - Um fosso da Silves Islâmica, in *Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 25 a 27 de Outubro de 2007)*, Câmara Municipal de Silves, pp. 149-154.

Santos, Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso (1972) - *Arqueologia Romana do Algarve II*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa.

São José, Frei João de (1577) - *Corografia do Reino do Algarve*, in Guerreiro, Manuel Viegas e Magalhães, Joaquim Romero (1983) - Duas Descrições do Algarve no século XVI, *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, Livraria Sá da Costa Editora.

Sarrão, Henriques Fernandes (circa 1600) - *História do Reino do Algarve*, in Guerreiro, Manuel Viegas e Magalhães, Joaquim Romero (1983) - Duas Descrições do Algarve no século XVI, *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, Livraria Sá da Costa Editora.

Serrano-Pidecasas Fernandez, Luis; Muñoz García Miguel Ángel (2001) - Aproximación arqueológica a las cercas medievales de la ciudad de Salamanca, in *V Congreso de Arqueologia Medieval Española 1999 - Vol. I*, Junta de Castilla y Leon – Consejería de Educación y Cultura, pp.407-414.

Sidarus, Adel (1992) - Novos dados sobre Ibn Qasí de Silves e as Taifas Almorávidas no Gharb al-Andalus, in *I Jornadas de Silves*, Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural de Silves, pp. 35-40.

Silva, António; Silva, Ricardo (2005) - Resultados da Intervenção no Sítio Arqueológico de Barradas (Odiáxere, Lagos), in *Revista Portuguesa de Arqueologia* Vol. 8, nº2, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp.55-106.

Silva, Manuela Santos; Andrade, Filomena (1993) - *Forais de Silves*, Câmara Municipal de Silves.

Silva, Marcos Daniel Osório (2002) - Metalurgia no povoado fortificado alto-medieval do Sabugal Velho (Sabugal, Guarda), in *Actas do Simpósio Internacional Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, pp.791-794.

Silva, Telmo Pinheiro; Estrela, Carla Lemos; Paulo, Luís Campos; Ferreira, Sónia Duarte (2006) - *Relatório Final da Intervenção Arqueológica na Rua Cândido dos Reis*, 32 (Silves) – (texto policopiado).

Soares, António Monge (1996) - A datação pelo radiocarbono, *Almadan n.º5*, 2ª série, Centro de Arqueologia de Almada, pp. 116-121.

Soriano Sánchez, Rafaela; Pascual Pacheco, Josefa (1993) - Aproximación al urbanismo de la Valencia Medieval. De la baja romanidad a la conquista feudal, in *Urbanismo Medieval del País Valenciano*, Ediciones Polifemo, Biblioteca de Arqueología Medieval Hispánica, 2, Madrid, pp.331-352.

Souto, Juan A. (1987) - La puerta de entrada en la Aljafería en época Taifa a la luz de las excavaciones realizadas en 1985, in *Actas II Congreso de Arqueologia Medieval Española*, Vol. II: Comunicaciones, Madrid, pp. 273-280.

Stuiver, M; Reimer P.J. (1993) - *Radiocarbon*, 35, pp. 215-230.

Stuiver, M.; Reimer, P.J.; Bard, E.; Beck, J.W.; Burr, G.S.; Hughen, K.A.; Komar, B.; McCormac, F.G., van der Plicht, J., and Spurk, M. (1998) - *INTCAL98 radiocarbon age calibration 24,000–0 cal BP: Radiocarbon*, v. 40, pp. 1041-1083.

- Tahiri, Ahmed** (2002) - La estructura social en Gharb Al-Andalus – y el proceso de disolución de los lazos de parentesco tribal (siglos VIII –IX), in *Património Islâmico dos Centros Urbanos do Algarve: contributos para o futuro*, CCRA, Faro, pp.157-166.
- Teichner, Felix** (2006) - Die Mittelalterliche und neuzeitliche funderkeramik aus den grabungen des Deutschen archaologischen Institutes in Évora (Alentejo, Portugal), in *Madriider Mittelungen 47*, Reichert Verlag Wiesbaden, pp.295-410.
- Teichner, Felix; Schierl, Thomas** (2006) - Cerro da Vila (Algarve, Portugal) Aldeia do Mar em época islâmica, in *Actas do Seminário Internacional Al -Andalus Espaço de Mudança. Balanço de 25 anos de História e Arqueologia Medievais. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen* (Mértola 16, 17 e 18 de Maio de 2005), Campo Arqueológico de Mértola, pp.123-139.
- Tomás, Ricardo Manuel Pereira** (2003) - *A Gramática decorativa da Talha Almóada de Tavira*, Campo Arqueológico de Tavira (Trabalho Policopiado), Tavira.
- Torremocha Silva, António; Oliva Cózar, Yolanda** (2002) - *La cerámica Musulmana de Algeciras – Producciones estampilladas – Estudios y Catálogo*, Caetaria Monografías nº1, Fundación Municipal de Cultura “José Luís Cano”, Algeciras.
- Torremocha Silva, António** (2005) - Algeciras (siglos VI-X) Aproximación Histórico-Arqueológica a una ciudad portuária en la orilla norte del Estrecho, in *Arqueología Medieval 9*, Edições Afrontamento, Porto, pp.105-124.
- Torres, Cláudio** (1987) - *Cerâmica Islâmica Portuguesa*, Exposição – Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Campo Arqueológico de Mértola.
- Torres, Cláudio** (1992) - O Garb – Al-Andalus, in *História de Portugal dirigida por José Mattoso*, Vol. 1, Círculo de Leitores, Lisboa, pp.361-404.
- Torres, Cláudio** (1997) - O Al Garbe, in *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*, IPPAR, Direcção Regional de Évora, pp. 431-447.

Torres, Cláudio; Palma, Manuel Passinhas; Rego, Miguel; Macias, Santiago (1991) - Cerâmica Islâmica de Mértola – propostas de cronologia e funcionalidade, in *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental* (Lisboa 16-22 de Novembro de 1987), Campo Arqueológico de Mértola, pp.497-536.

Torres, Cláudio; Gómez-Martínez, Susana (1995) - Le vert et le brun au Portugal, in *Le Vert et le Brun, de Kairouan à Avignon, céramiques du Xe au XVe siècle, Catalogue de Exposition à Marseille*, pp.99-104.

Torres, Cláudio (2004) - *O Vaso de Tavira. Uma proposta de interpretação*, Campo Arqueológico de Mértola.

Torres Balbás, Leopoldo (1971) - *Ciudades Hispanomusulmanas*, Tomo I, Historia y Instituciones. Organización de las ciudades – Las Calles, Instituto Hispano-Árabe de Cultura, Madrid.

Torres Balbás, Leopoldo (1982) - Plazas, zocos y tiendas de las ciudades hispanomusulmanas, in *Obra dispersa - Crónica Arqueológica de la España Musulmana – XII - 4*, Instituto de España, pp.45-84.

Torres Balbás, Leopoldo (1982a) - Estructura de las ciudades hispanomusulmanas: La medina, los arrabales y los barrios, in *Obra dispersa - Crónica Arqueológica de la España Musulmana – XXXII-5*, Instituto de España, pp. 205-235.

Torres Balbás, Leopoldo (1983) - Las Puertas en Recodo en la Arquitectura Militar Hispano-musulmana, in *Obra dispersa - Crónica Arqueológica de la España Musulmana – XLVII*, Instituto de España, pp.122-151.

Torres Ortiz (2001) - Los Fenicios en el Sudoeste de la Península Ibérica. La colonización Fenicia de Occidente. Estado de la investigación en los inicios del siglo XXI, in *Actas de las XVI Jornadas de Arqueología Fenicio-Punica*, Ibiza, pp. 49-68.

Trillo San José, Carmen (2003) - *Agua y paisaje en Granada. Una herencia de al-Andalus*, Los Libros de la Estrella, 17, Diputación de Granada.

Trindade, Laura, Diogo, A.M. Dias (2003) - Cerâmicas de um Silo da Alcáçova de Santarém, in *Actas das 3as Jornadas Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, métodos e resultados para o seu estudo*, Câmara Municipal de Tondela, pp.145-150.

Valdés Fernández, F. (1987) - La Puerta Vieja de Bisagra. Notas para una cronología de la muralla de Toledo in *Actas II Congreso de Arqueología Medieval Española*, Madrid, 281-294.

Valdés Fernández, F. (1988) - Ciudadela e fortificación Urbana: Badajoz, in *Colloque Guerre, Fortification et Habitat dans lo monde Méditerranéen au Moyen Âge*, Castrum 3, Casa de Velasquez, Fasc. XII e École Francaise de Rome, 105, pp.143-152.

Vallvé, Joaquín (1980) - La industria en al-Andalus, in *Al Qantara - Revista de Estudios Árabes*. Vol. I, Consejo Superior de Investigaciones Científicas - Instituto de Filología - Departamento de Estudios Árabes, Madrid, pp.209-241.

Vallvé, Joaquín (1982) - La Agricultura en Al-Andalus, in *Al Qantara - Revista de Estudios Árabes*. Vol. III, Consejo Superior De Investigaciones Científicas - Instituto de Filología - Departamento de Estudios Árabes, Madrid, pp.261-297.

Vallvé, Joaquín (2003) - *Abderramán III. Califa de España y Occidente (912-961)*, Ariel Barcelona.

Valor Piechotta, Magdalena (2002) - Las fortificaciones de Sevilla, in *Actas do Simpósio Internacional Mil anos de Fortificações na Península ibérica e no Magreb (500-1500)*, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, pp.319-324.

Van Staevel, Jean Pierre, (1995) - Casa, calle y venicidad en la documentación jurídica, in *Casas y Palacios de al-Andalus - siglos XII-XIII*, El Legado andalusi - Lunwerg Editores S.A., Barcelona/Madrid, pp.53-61.

Vaz, Adérito (2002) - Tavira Islâmica no Contexto Real da Civilização, *in Património Islâmico dos Centros Urbanos do Algarve. Contributos para o Futuro*, Comissão de Coordenação da Região do Algarve, pp. 98-111.

Veiga, Sebastião Philippes Martins Estácio (1886) - *Antiguidades Monumentais do Algarve*, vol.I, Imprensa Nacional, Lisboa.

Veiga, Sebastião Philippes Martins Estácio (1887) - *Antiguidades Monumentais do Algarve*, vol.II, Imprensa Nacional, Lisboa.

Veiga, Sebastião Philippes Martins Estácio (1889) - *Antiguidades Monumentais do Algarve*, vol.III, Imprensa Nacional, Lisboa.

Veiga, Sebastião Philippes Martins Estácio (1891) - *Antiguidades Monumentais do Algarve*, vol.IV, Imprensa Nacional, Lisboa.

Veiga, Sebastião Philippes Martins Estácio (1910) - Antiguidades Monumentaes do Algarve, *Archeólogo Português* nº 15, Lisboa, pp. 209-233.

Veiga, Sebastião Philippes Martins Estácio (2007) - *Antiguidades Monumentais do Algarve*, vol.V, Câmara Municipal de Silves/Museu Nacional de Arqueologia.

Viana, Abel; Formosinho, José; Ferreira, Octávio da Veiga (1957) - De lo Preromano a lo árabe en el Museo Regional de Lagos, *Arquivo Español de Arqueologia*, vol. XXVI, nº 87, pp. 113-138.

Viegas, Catarina; Arruda, Ana Margarida (1999) - Cerâmicas Islâmicas da Alcáçova de Santarém, *Revista Portuguesa de Arqueologia* nº 2, volume 2, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp. 105-186.

Vieira, Ana Isabel (2007) - *Projecto de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Silves – Relatório Final de Escavação Arqueológica – Rua A (Ligação entre o Largo da Sé e o Largo José Correia Lobo – Silves* (texto policopiado).

Vieira, Ana Isabel (2007a) - *Projecto de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Silves – Relatório Final de Sondagens de Diagnóstico – Espaço confinante à Travessa do Pelourinho – Silves* (texto policopiado).

Vieira, Ana Isabel (2007b) - *Projecto de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Silves – Relatório Final de Sondagens de Diagnóstico Largo José Correia Lobo – 2ª fase: Ecoponto, Fundo de Caixa 2 e Contexto A – Silves* (texto policopiado).

Vieira, Ana Isabel (2007c) - *Projecto de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Silves – Relatório Final de Sondagens de Diagnóstico – Largo da Sé – 2ª fase - Silves* (texto policopiado).

Vieira, Ana Isabel (2007d) - *Projecto de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Silves – Relatório Final de Acompanhamento Arqueológico – Rua da Arrochela (frente Rua das portas da Azóia, Largo José Correia Lobo e Rua do Saco) – Silves* (texto policopiado).

Vieira, Ana Isabel (2007e) - *Projecto de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Silves – Relatório Final de Acompanhamento Arqueológico Espaço confinante à Rua do Castelo e à Rua do Mirante – Silves* (texto policopiado).

Vieira, Ana Isabel (2007f) - *Projecto de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Silves – Relatório Final de Intervenção Arqueológica Largo da Sé – 1ª fase: rua frente à Sé – Silves* (texto policopiado).

Vieira, Ana Isabel (2007g) - *Projecto de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Silves – Relatório Final de Intervenção Arqueológica Rua das portas da Azóia, Largo José Correia Lobo – 1ª fase – Rua do Saco – Silves* (texto policopiado).

Vieira, Ana Isabel (2007h) - *Projecto de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Silves – Relatório Final de Escavação Arqueológica – Largo da Sé - Cisterna – Silves* (texto policopiado).

Vieira, Ana Isabel; Chanoca, Cristina (2006a) - O Largo da Sé: resultados preliminares de uma intervenção de salvaguarda, in *Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 20, 21 e 22 de Outubro de 2005)*, Xelb 6 – Vol. I, Câmara Municipal de Silves, pp.71-82.

Vieira, Ana Isabel; Chanoca, Cristina (2006b) - Fossas e silos do eixo Porta da Azóia-Rua do Saco (Silves), in *Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 20, 21 e 22 de Outubro de 2005)*, Xelb 6, vol.II, Câmara Municipal de Silves, pp. 115-130.

Villades Castillo, José Maria (1991) - Candiles Hispano-musulmanes de Zaragoza, *Boletín do Museo de Zaragoza nº 10*, Zaragoza.

Zozaya Stabel-Hansen, Juan (1980) - Apérçu général sur la céramique espagnole, in *Colloque Internationale La Céramique Médiévale en Méditerranée Occidentale Xe-Xe siècles*, Valbonne 11-14 Septembre 1978, Paris, pp.265-296.

Zozaya Stabel-Hansen, Juan (1990) - *Tipología de los candiles de piqueta en cerámica de al-Andalus*, Tesis Doctoral inédita, aprobada en la Facultad de Geografía e História de la Universidad Complutense de Madrid.

Zozaya Stabel-Hansen, Juan (1992) - Las fortificaciones de al-Andalus, in *Catalogo de la Exposición Al-Andalus, las Artes Islámicas en España*, Madrid/Nova Iorque, pp. 63-73.

Zozaya Stabel-Hansen, Juan (1996) - Fortification Building in al-Andalus, in *Spanien und der Orient im Fruhen und hohen mittelalter - Kolloquium Berlin 1991*, Madrider Beitrage Band 24,pp. 55-74.

Zozaya Stabel-Hansen, Juan (1998) - La fortificación islámica en la Península Ibérica: principios de sistematización, in *El castillo medieval español. La fortificación española y sus relaciones con la europea*, Fundación Ramón Areces, pp. 23-44.

Zozaya Stabel-Hansen, Juan (1999) - Una discusión recuperada: Candiles musulmanes de disco impreso, in *Arqueología y Territorio Medieval*, nº 6, Universidad de Jaén, pp.261-278.

Anexos